

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

MARLENE MARINS DE CAMARGOS BORGES

**PACTO TERRITORIAL E EMPREGO NA INDÚSTRIA DO GRANDE
ABC PAULISTA (1990 - 2008)**

UBERLÂNDIA - MG
2011

MARLENE MARINS DE CAMARGOS BORGES

**PACTO TERRITORIAL E EMPREGO NA INDÚSTRIA DO GRANDE
ABC PAULISTA (1990 - 2008)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Economia.

Área de Concentração:

Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Orientador:

Prof. Dr. Antônio César Ortega

UBERLÂNDIA - MG
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B732p Borges, Marlene Marins de Camargos, 1963-
Pacto territorial e emprego na indústria do Grande ABC Paulista (1990
- 2008) [manuscrito] / Marlene Marins de Camargos Borges. - 2011.

224 f. : il..

Orientador: Antonio César Ortega.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-
grama de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Mercado de trabalho - São Paulo, Região Metropolitana de (SP) –
Teses. 2. Desenvolvimento regional – São Paulo, Região Metropolitana de
(SP) - Teses. 3. ABC Paulista – Teses. 4. São Paulo, Região Metropolitana
de (SP) – Indústrias -Teses. I. Ortega, Antonio César. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III.
Título.

CDU: 331.5 (816.1)

MARLENE MARINS DE CAMARGOS BORGES

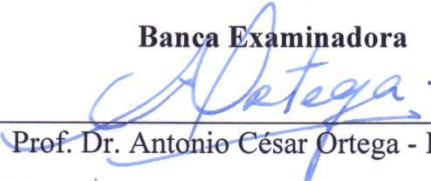
**PACTO TERRITORIAL E EMPREGO NA INDÚSTRIA DO GRANDE
ABC PAULISTA (1990 - 2008)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Economia.

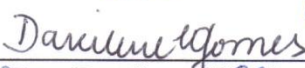
Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Uberlândia, 25 de março de 2011

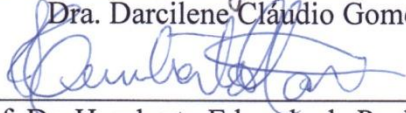
Banca Examinadora



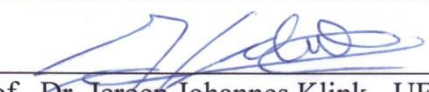
Prof. Dr. Antonio César Ortega - IE/ UFU



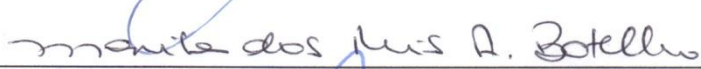
Dra. Darcilene Cláudio Gomes - FUNDAJ



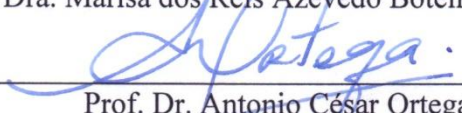
Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins - IE/ UFU



Prof. Dr. Jeroen Johannes Klink - UFABC



Prof. Dra. Marisa dos Reis Azevedo Botelho - IE/ UFU



Prof. Dr. Antonio César Ortega
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia - IE/UFU

Uberlândia, 25 de Março de 2011.

Aos meus pais, Terezinha e Geraldo (in memoriam).

Ao Rogério, Lucas e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Mesmo sendo este trabalho resultado de um esforço individual, cabe ressaltar a importância exercida por muitos nesta minha trajetória. Assim, estendo a minha gratidão a todos e, de modo especial, expresso o meu agradecimento àqueles que estiveram mais próximos.

Ao Prof. César agradeço pela disponibilidade, orientação e direção no estudo proposto, sobretudo pelo entusiasmo de orientar e pelo incentivo constante.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Economia, pelo incentivo à qualificação e pelo apoio ao meu afastamento, fundamental para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do Instituto de Economia, pela importância na minha formação acadêmica e aos colegas de trabalho do CEPES e do IE pela amizade e constante apoio no decorrer do período.

Aos professores da banca de qualificação, Prof^a Marisa e Prof. Humberto, pelas contribuições, sugestões e observações críticas, ora incorporadas neste trabalho.

Aos professores que aceitaram participar da banca de defesa e contribuir para com o trabalho apresentado.

A todos aqueles que gentilmente nos concederam entrevistas, material e dados, viabilizando este trabalho de pesquisa, o meu sincero agradecimento.

À Ana Alice, amiga e “irmã de coração”, com quem compartilho trabalho, alegrias e angústias, obrigado pela amizade e pelo apoio de sempre. Aos amigos Cláudia e “Xandão” agradeço pela longa amizade e pelos tantos e bons momentos de boas risadas, além das queridas amigas do “café”, Priscila, Francilene e Cintia, pela amizade, carinho e pelos bons papos para além da tese.

Aos meus colegas de doutorado, em especial à Ana Carla, à Michelle Carrijo, à Ester e à Jucyene, agradeço pela oportunidade do debate acadêmico e pelas amizades construídas.

Às minhas colegas de mestrado, Darcilene, Jucyene (de novo), Patrícia e Edileuza, agradeço pelo incentivo nesta nova etapa da minha formação, pelo carinho e pela amizade duradoura.

Aos meus pais e irmãos agradeço pelo apoio e incentivo, importantes na realização de qualquer trabalho e na minha trajetória de vida. Apesar da distância, agradeço pelo carinho, dedicação afetiva e emocional.

Ao Rogério, companheiro de todas as horas, com quem divido uma história de vida e de amor, agradeço pela presença, pela cumplicidade, pelo carinho e pelo apoio incondicional. Sua paciência e compreensão foram fundamentais.

Aos meus queridos filhos, Lucas e Pedro, presente de Deus na minha vida, razão e motivação para a busca constante de um mundo melhor, agradeço pelo abraço, pelo sorriso, por entenderem as minhas ausências e impaciência, enfim, por fazerem parte da minha vida.

Enfim, a todos o meu muito obrigado.

A redução do homem à mão-de-obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado, transforma a História em um drama profundo no qual a sociedade, protagonista acorrentada, finalmente, rompe seus grilhões.

R. M. MacIver

RESUMO

A década de 1990 é marcada pelas mudanças relacionadas ao processo de reestruturação produtiva, sob a hegemonia neoliberal, levando as empresas a adotarem estratégias de racionalização da produção com impactos negativos para o mundo do trabalho. Nesse sentido, esta tese visa compreender as modificações do mercado de trabalho, mais especificamente no setor industrial, a partir do processo de reestruturação produtiva e de uma concepção predominante de desenvolvimento local. Elege-se a experiência do Grande ABC como objeto de análise, reconhecida como pioneira no Brasil na implantação de um arranjo socioprodutivo territorial, com vistas ao enfrentamento da crise e dos seus efeitos sobre o emprego no setor industrial. Assim, o aspecto fundamental analisado é se as ações desenvolvidas por meio de processos de concertação foram eficazes na reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, ainda que migrando para outros setores da economia. Além de analisar o comportamento do emprego e da renda naquele período, buscou-se verificar se as mudanças de trajetória ou recuperação do mercado de trabalho a partir de 1999, principalmente no setor industrial, ocorrem também no ABC Paulista e se possuem relação com o processo de concertação territorial enquanto alternativa para a crise vivenciada pela região na década de 1990. A realização desta pesquisa consistiu em revisão bibliográfica sobre o tema; levantamento de indicadores nas principais fontes de estatísticas do país, com destaque para a base de dados RAIS e RAIS MIGRA do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; levantamento de documentos oficiais junto às instituições intermunicipais do ABC; e realização de entrevistas junto a pesquisadores e lideranças locais¹ do Grande ABC Paulista, com a aplicação de questionários semiestruturados. Dessa forma, esta tese tem como propósito contribuir para as reflexões sobre as dificuldades e as possibilidades do desenvolvimento territorial pactuado enquanto alternativa para o enfrentamento da crise com inclusão social.

Palavras-chave: território, concertação, reestruturação produtiva, emprego, renda, indústria, ABC Paulista.

¹ Os entrevistados estão relacionados no Anexo I.

ABSTRACT

The 1990s are marked by changes related to the process of productive restructuring under neoliberal hegemony, leading companies to adopt strategies of rationalization of production with negative impacts on the world of work. In this sense, this thesis seeks to understand modifications in the work market, more specifically in the industrial sector, as of the process of productive restructuring and of a predominant conception of local development. The experience of the Larger ABC region (“Grande ABC”- traditional industrial region of the state of São Paulo) is chosen as an object of analysis, recognized as a pioneer in Brazil in implantation of a socio-productive territorial arrangement, with a view toward confronting the crisis and its effects on employment in the industrial sector. Thus, the fundamental aspect analyzed is if the actions developed by means of social bargaining processes were effective in the reinsertion of workers in the work market, even if migrating to other sectors of the economy. In addition to analyzing the behavior of employment and income in that period, we sought to verify if the changes in trajectory or recovery of the work market as of 1999, principally in the industrial sector, also occur in the ABC Paulista and if are related to the process of reaching territorial consensus in ABC as an alternative to the crisis experienced by the region in the 1990s. Undertaking this research consisted of a bibliographical review of the theme; survey of indicators in the main statistical sources of the country, with emphasis on the database RAIS and RAIS MIGRA of the Labor Department (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE); survey of official documents from intermunicipal institutions of ABC and undertaking interviews with researchers and local leadership² of the Larger São Paulo ABC Region with the application of semi-structured questionnaires. Thus, the purpose of this thesis is to contribute to reflections regarding the difficulties and possibilities of territorial development as an alternative for confronting the crisis with social inclusion.

Keywords: territory, social bargaining, productive restructuring, employment, income, industry, São Paulo ABC Region.

² Interviewees are listed in Annex I.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comportamento Anual Real do PIB no Brasil (%) -1950-1999	30
Gráfico 2 - Comportamento Anual da Inflação no Brasil (%) - de 1985 a 1994	35
Gráfico 3 - Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, 1985 a 1999 (%)	41
Gráfico 4 - Comportamento Anual da Inflação no Brasil (%) - de 1994 a 2000	45
Gráfico 5 - Dívida Pública Líquida do Brasil (% do PIB) - 1991 a 2000	47
Gráfico 6 - Comportamento das Reservas Internacionais do Brasil - 1991 a 2000	48
Gráfico 7 - Comportamento do PIB Brasileiro (1950/2008)	146
Gráfico 8 - Comportamento das taxas de desemprego no ABC, na RMSP e nas RMs (1998/2008)	173

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Região Metropolitana de São Paulo com destaque para o Grande ABC Paulista ...	62
---	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Comportamento do PIB nos municípios do ABC e nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (2003-2007)	147
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos e Emprego Formal na Indústria Brasileira - 1989-2000	39
Tabela 2 - Evolução das Contas do Balanço de Pagamentos - Brasil, 1994 a 2000	46
Tabela 3 - Distribuição do Valor Adicionado por setores no Grande ABC - 1996 (%)	64
Tabela 4 - Produção de autoveículos nos maiores países produtores, 1977-1993	75
Tabela 5 - Produção Total de autoveículos segundo Vendas no mercado interno, Emprego e Produtividade - Brasil (1980-1992)	76
Tabela 6 - Participação relativa da produção de veículos no Grande ABC no total da produção Nacional - 1980 a 1998	77
Tabela 7 - Participação relativa dos Grandes Setores de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimentos e Emprego no Grande ABC Paulista, 1989 a 1999 (%)	79
Tabela 8 - Grande Setor de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimento, Emprego e Remuneração Média no ano, em salários mínimos, no Grande ABC Paulista - 1989 e 1999	83

Tabela 9 - O Setor Industrial segundo tamanho e número de Estabelecimentos, Emprego e Remuneração Média no ano, em salários mínimos, no Grande ABC Paulista, 1989 e 1999	84
Tabela 10 - Subsetor de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimentos e Empregos no Grande ABC Paulista, 1989 a 1999	86
Tabela 11 - Número de Empregados no setor Industrial segundo Escolaridade e Remuneração Média no ano, em salários mínimos no Grande ABC, 1989 e 1999.....	87
Tabela 12 - Comportamento do emprego formal na Indústria do ABC nos anos de 1990	117
Tabela 13 - Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, sexo e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)	119
Tabela 14 - Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC segundo ano do desligamento, município e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)	120
Tabela 15 - Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, tamanho do estabelecimento e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)	121
Tabela 16 - Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, faixa etária e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)	122
Tabela 17 - Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, escolaridade e remuneração média, no ano, em salários mínimos (1990/1998)	122
Tabela 18 - Participação dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho formal (1990/2001)	124
Tabela 19 - Participação dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ou não ao mercado de trabalho formal (1990/2001)	126
Tabela 20 - Migração intersetorial dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho formal (1990/2001)	126
Tabela 21 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho segundo Estados da Federação e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)	129
Tabela 22 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no setor industrial segundo Estados da Federação e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)	131
Tabela 23 - Participação dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho formal segundo sexo e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/2001)	132
Tabela 24 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho segundo faixa etária e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)	133
Tabela 25 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho segundo escolaridade e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)	134

Tabela 26 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no próprio ABC segundo setor de atividade e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)	136
Tabela 27 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho para o setor industrial no Grande ABC segundo tamanho do estabelecimento e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)	138
Tabela 28 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no próprio ABC segundo município e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)	139
Tabela 29 - Comportamento do emprego e da remuneração média no ano, em salários mínimos, segundo setores de atividade econômica - Brasil, São Paulo e ABC (1989/2008)	151
Tabela 30 - Comportamento do emprego na Indústria no Brasil, em São Paulo e no ABC (1989- 2008)	153
Tabela 31 - Participação do emprego na atividade econômica dos municípios do ABC segundo remuneração média e setor de atividade econômica (1989/2008)	159
Tabela 32 - Estabelecimento e emprego na Indústria segundo os municípios do ABC (1989/2008)	160
Tabela 33 - Comportamento do emprego formal na Indústria do ABC segundo tamanho do estabelecimento (1989/2008)	161
Tabela 34 - Distribuição dos trabalhadores da Indústria do ABC por faixa de rendimentos em salários mínimos (1999/2008)	163
Tabela 35 - Comportamento do emprego e da renda nos Subsetores da Indústria do ABC (1989/2008)	164
Tabela 36 - Os trabalhadores da Indústria do ABC segundo escolaridade e remuneração média no ano, em salários mínimos (1989 - 2008)	166
Tabela 37 - Grande Setor de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimentos e Emprego no Grande ABC Paulista, 1989 a 1999	224
Tabela 38 - Comportamento do emprego formal nos principais setores econômicos do ABC (1989/2008)	224
Tabela 39 - Participação relativa do emprego nos setores de atividade econômica no ABC (1989-2008)	225

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO 1 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA ECONOMIA BRASILEIRA E O USO DO ENFOQUE TERRITORIAL COMO PERSPECTIVA DE REORIENTAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	19
1.1 - O Mercado de Trabalho frente à Reorganização do Sistema Produtivo e à adoção de Políticas Neoliberais	19
1.2 - A Adoção do Modelo Neoliberal e a Reestruturação Produtiva na Economia Brasileira na década de 1990	29
1.2.1 - A Reestruturação Produtiva, a Desregulamentação e o Mercado de Trabalho	35
1.2.2 - Alguns Efeitos da Política Macroeconômica Brasileira pós Real	46
1.3 - O Enfoque Territorial como Estratégia de enfrentamento da Crise do Emprego	51
1.4 - Síntese e Principais Conclusões	58
 CAPÍTULO 2 - O PACTO TERRITORIAL COMO ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA CRISE NO GRANDE ABC	60
2.1 - O Grande ABC Paulista	60
2.2 - A Indústria do Grande ABC frente à estagnação da Economia Brasileira a partir de 1980	67
2.3 - O Mercado de Trabalho do ABC frente à estagnação da Economia Brasileira a partir de 1980	78
2.4 - O Pacto Territorial como Alternativa para a crise da Indústria no Grande ABC	89
2.4.1 - O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC	91
2.4.2 - A Câmara Regional do Grande ABC	103
2.4.3 - A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC	105
2.5 - Síntese e Principais Conclusões	113
 CAPÍTULO 3 - O PERFIL E A MOBILIDADE SETORIAL E ESPACIAL DOS TRABALHADORES DESLIGADOS DA INDÚSTRIA DO ABC PAULISTA NA DÉCADA DE 1990	115
3.1 - Os Trabalhadores Desligados da Indústria do Grande ABC na década de 1990	118

3.2 - A Mobilidade Setorial e Espacial dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC Paulista que retornaram ao Mercado de Trabalho	123
3.3 - O Perfil dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC Paulista que retornaram ao Mercado de Trabalho	132
3.4 - Os Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC que retornaram ao Mercado de Trabalho para o próprio ABC Paulista	135
3.5 - Síntese e Principais Conclusões	140
 CAPÍTULO 4 - A TRAJETÓRIA DO EMPREGO E DA RENDA NA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA A PARTIR DE 1999	144
4.1 - O Contexto da Economia e do Mercado de Trabalho Industrial no ABC pós 1999.....	145
4.2 - A Trajetória do Emprego e da Renda na Indústria do Grande ABC Paulista pós 1999	150
4.3 - A Participação dos Municípios do ABC na composição do emprego e da renda no setor industrial pós 1999	158
4.4 - Síntese e Principais Conclusões	166
 CAPÍTULO 5 - AS POSSIBILIDADES E AS DIFICULDADES DO PROCESSO DE CONCERTAÇÃO TERRITORIAL NO ABC	170
5.1- A Institucionalidade do ABC e suas ações	171
5.2 - Possibilidades e Dificuldades do Processo de Concertação no ABC	177
5.3 - Síntese e Principais Conclusões	193
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
 ANEXO I - ENTREVISTADOS	222
 ANEXO II - DADOS COMPLEMENTARES	224

INTRODUÇÃO

A realidade do capitalismo contemporâneo com mudanças relacionadas ao processo de reestruturação produtiva, sob a hegemonia do ideário neoliberal, tem levado as empresas a adotarem estratégias para o enfrentamento destas transformações impactando o mundo do trabalho. De forma concreta, a busca de hegemonia capitalista vem acompanhada de uma “ofensiva do capital” sobre o mundo da produção e, ao buscar a racionalização da produção pela via da *produção enxuta*³, acaba por produzir crescimento do desemprego e precarização do trabalho (CHESNAIS, 1996; ANTUNES, 1999; ALVES, 1999 e outros).

Portanto, nosso estudo, sem desconsiderar os problemas conjunturais enfrentados pelo país nos últimos anos, passa pela análise de que a crise do emprego no Brasil já evidente no final dos anos de 1980 tem também vínculo estreito com a lógica de modernização capitalista mundial, onde a busca da valorização do capital é dada pelas transformações nos modos e nas condições de produzir através da introdução de novas tecnologias, de novos métodos e formas de organização e gestão do processo de trabalho. Assim, entende-se que também no ABC, seguindo uma lógica global, o investimento produtivo é também intensivo em capital e não em trabalho, e que os impactos advindos da estratégia de reestruturação nas empresas também são “destrutivos” para o mercado de trabalho, mormente em relação às formas regulamentadas de compra e venda da força de trabalho.

É no final dos anos de 1980, com predomínio das políticas de corte neoliberal e em um contexto de estagnação econômica, que o chamado modelo desenvolvimentista é criticado, fazendo com que os estudos e as experiências de desenvolvimento local se apresentassem como alternativa. Ao seguir as determinações do Consenso de Washington, a adoção das políticas neoliberais, com a redução do papel do Estado como determinante para se buscar o crescimento e desenvolvimento das economias, contribuiu para a valorização do desenvolvimento local enquanto alternativa (ORTEGA, 2008).

Assim, de acordo com POCHMANN (2004), entende-se que os baixos resultados da economia brasileira, em um contexto de reestruturação produtiva, fazem com que a questão

³Para Krafcik (1988) a produção enxuta também é denominada de *lean production* em oposição a *buffered production* que, segundo o autor, caracterizaria a produção em massa. O termo também é conhecido como o *Sistema Toyota de Produção*, surgido no Japão, na fábrica de automóveis Toyota, logo após a Segunda Guerra Mundial. O referido sistema objetiva aumentar a eficiência da produção pela eliminação contínua de desperdícios, e os dois pilares necessários à sua sustentação são o just-in-time e a autonomia.

local e regional seja enfatizada. Segundo esse autor, parte da literatura dedica-se ao uso do termo desenvolvimento local em uma perspectiva de valorização da dimensão regional, referenciada no pensamento do economista liberal do final do século XIX, Alfred Marshall. De acordo com Marshall (apud POCHMANN, 2004),

A concepção de distrito industrial, enquanto espaço soberano de decisão privada e de formulação de ações por parte dos atores sociais (...) utiliza-se o pressuposto de que o desenvolvimento local seja possível, independentemente das condições macroeconômicas gerais, com a presença ou não de um projeto de desenvolvimento nacional, bem como do conteúdo das políticas industriais, comerciais, agrícolas, monetárias, fiscais, do trabalho, entre outras, que se concentram, em geral, no governo central. (POCHMANN, 2004, p.11)

Embora as iniciativas de concertação com vistas ao desenvolvimento local sejam recentes, frente a um quadro de dificuldades do aparelho estatal nas diversas esferas de governo, fica evidente a necessidade de avaliar se as mesmas tiveram fôlego suficiente para superar problemas existentes e consolidar um processo de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a escolha do Grande ABC como aporte de análise se justifica pelo fato de esta região ter sido gravemente atingida pela crise e pelo desemprego no final da década de 1980 e principalmente na década de 1990, além de considerada pioneira na experiência de implantação de um pacto territorial.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é compreender as modificações do mercado de trabalho, mais especificamente no setor industrial, a partir do processo de reestruturação produtiva e de uma concepção predominante de desenvolvimento local enquanto modelo de reorientação endógena do desenvolvimento⁴. O aspecto fundamental a ser apreendido é se as ações desenvolvidas por meio de um processo de concertação social foram eficazes na reinserção dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho na crise, ainda que migrando para outros setores da economia. Além de analisar o comportamento do emprego e renda no período da crise, pretende-se também analisar as mudanças de trajetória ou recuperação do mercado de trabalho a partir de 1999, principalmente no setor industrial, com a perspectiva de verificar a relação dessa trajetória com o processo de concertação territorial e as novas formas de governança⁵ no ABC enquanto alternativa para a crise vivenciada pela região na década de 1990. Dessa forma, pretende-se aqui contribuir para maiores reflexões sobre os limites e as

⁴ Ver REIS (2002) e HAESBAERT (2006).

⁵ “O conceito de governança parte da idéia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores - Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. - nos processos de decisões locais.” (CASSIOLATO & LASTRES, 2003, p. 42)

potencialidades desse modelo de desenvolvimento territorial pactuado, a partir da experiência de vanguarda no ABC enquanto modelo de reorientação do desenvolvimento e alternativa para a crise na região.

Nesse contexto, se torna necessário identificar o papel das empresas, das lideranças sindicais e do estado, e a existência de “capital social”⁶ na construção da estrutura de governança no Grande ABC. Também é importante chamar atenção para o “ambiente cultural e sociológico de coesão social e comprometimento baseado em redes de confiança e cooperação, não meramente como produto, mas como precondição para o sucesso das regiões” (KLINK, 2001, p. 30).

As hipóteses consideradas se baseiam no fato de que as ações de concertação para a superação da crise do mundo do trabalho no ABC na década de 1990 amenizaram o desemprego, mas não foram suficientes para mudar, de forma significativa, a trajetória do emprego e da renda. Considera-se também que a mudança de trajetória do mercado de trabalho, a partir de 1999, não ocorre de forma homogênea no Brasil e não consegue dar uma resposta adequada ao problema do desemprego. Mais especificamente no Grande ABC, acredita-se que as modificações também apresentam o mesmo comportamento. Embora os projetos de desenvolvimento local sejam importantes, acredita-se que a superação da crise do mundo do trabalho requer um projeto nacional com participação ativa do Estado na promoção do crescimento econômico sustentável.

Diante dos objetivos deste trabalho a pesquisa, além de contar com elementos qualitativos, também faz uso de vários indicadores quantitativos, com a pretensão de ilustrar e desenvolver os argumentos pretendidos. Para tanto, as informações para realização da pesquisa consistiram em revisão bibliográfica sobre o tema; levantamento de indicadores nas principais fontes de estatísticas do país, com destaque para a base de dados RAIS e RAIS MIGRA do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; levantamento de documentos oficiais junto às instituições intermunicipais do ABC; e em realização de entrevistas junto a pesquisadores e lideranças locais⁷ do Grande ABC Paulista, utilizando-se da aplicação de questionários semiestruturados.

É importante ressaltar que a seleção dos entrevistados foi orientada pelo aporte neocorporativista, que vê nas cúpulas diretivas das organizações representativas e nas lideranças políticas, expressão da base social que representa. Portanto, ao entrevistar atores dessas cúspides sociais e políticas, que possuem legitimidade, pressupõe-se que seus

⁶ Ver PUTNAM (2000) e MOYANO ESTRADA (1999).

⁷ Os entrevistados estão relacionados no Anexo I.

discursos mantêm relação direta com os anseios daquela base. Para reforçar nosso argumento, importante ainda é observar que essa perspectiva encontra ressonância no aporte da Nova Sociologia Econômica⁸, que retoma de Polanyi (1994) o princípio da incrustação, ou seja, os mercados são uma construção social e, portanto, identificar os diferentes atores e suas interações é importante para compreender sua dinâmica.

Com relação aos dados quantitativos, a maior parte da nossa análise está referenciada nas bases de dados disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como a RAIS e a RAIS MIGRA, ambas extraídas dos registros administrativos e se referem apenas ao emprego formal.

Os resultados da nossa pesquisa estão estruturados em cinco capítulos. No Capítulo 1 busca-se fazer uma revisão bibliográfica das principais abordagens que tratam do processo de reestruturação produtiva, construindo um panorama geral das mudanças relacionadas a esse processo nas economias centrais, e a sua posterior disseminação nos países periféricos, com destaque para o Brasil. Dando continuidade, nesse capítulo, considera-se a crise e dedica-se a compreender a perspectiva do enfoque territorial enquanto estratégia de reorientação do processo de desenvolvimento. No Capítulo 2 o objetivo é demonstrar o processo que levou à construção do arranjo sócio-produtivo do Grande ABC e as suas ações para o enfrentamento da crise na região. Assim, diante de um contexto de grandes transformações no setor industrial, no Capítulo 3 o propósito é analisar o perfil e a mobilidade setorial e espacial dos trabalhadores desligados da indústria do ABC paulista na década de 1990, com a perspectiva de verificar a trajetória do emprego e da renda a partir da implantação dos acordos intermunicipais. Já no Capítulo 4 busca-se verificar a tese sobre a capacidade do território do Grande ABC na indução endógena do desenvolvimento, principalmente no que se refere à possibilidade de modificar a trajetória do emprego e da renda, frente a um processo de mudança no comportamento do mercado de trabalho a partir de 1999 e também de consolidação do processo de pactuação intermunicipal na região. Por fim, no Capítulo 5 procura-se analisar as possibilidades e dificuldades das iniciativas de concertação no enfrentamento da crise do emprego no ABC paulista como estratégia alternativa para a conformação de um processo de desenvolvimento territorial, com impactos positivos sobre as formas de inclusão e geração de emprego e renda, principalmente em um contexto de baixo crescimento econômico.

⁸“A sociologia econômica contemporânea tem justamente esta característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva”. (ABRAMOVAY, 2004, p. 44)

CAPÍTULO 1

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA ECONOMIA BRASILEIRA E O USO DO ENFOQUE TERRITORIAL COMO PERSPECTIVA DE REORIENTAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo o nosso objetivo é fazer uma revisão bibliográfica de algumas abordagens sobre o processo de reestruturação produtiva⁹, construindo um panorama geral das mudanças relacionadas a esse processo nas economias centrais, e a sua *disseminação* nos países periféricos, com a perspectiva de verificar as suas consequências para o mercado de trabalho no Brasil mais especificamente no setor industrial. Verifica-se, então, que nas últimas décadas os impactos da reestruturação produtiva com mudanças tecnológicas e organizacionais na indústria provocaram grandes transformações no mercado de trabalho.

Para tanto, realiza-se, primeiramente, uma revisão mais geral do processo de reestruturação produtiva para, posteriormente, analisar este mesmo processo no contexto brasileiro, buscando identificar os seus impactos sobre o setor industrial e o mercado de trabalho, principalmente nos anos de 1990. Além disso, dedica-se também a uma reflexão sobre uso do enfoque territorial/local enquanto estratégia de reorientação do processo de desenvolvimento.

1.1 - O Mercado de Trabalho frente à Reorganização do Sistema Produtivo e à adoção das Políticas Neoliberais

A vitória de Margaret Thatcher na Grã Bretanha e de Ronald Reagan nos EUA viabilizou a adoção das políticas neoliberais a partir de 1979 e a disseminação das políticas de privatização, de desregulamentação e de abertura das economias periféricas ao capital internacional. A implantação do modelo neoliberal, denominado por Williamson (1990) como

⁹Segundo Antunes (1999), esse processo de reorganização do ciclo produtivo, resultante da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, é “expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (ANTUNES, 1999, p.50).

constitutivo do Consenso de Washington¹⁰, vem acompanhada de uma flexibilização das relações de trabalho, com maior limitação dos direitos econômicos e sociais e de uma proposta de redução do papel do Estado¹¹ na economia, gerando impactos econômicos, políticos e sociais, que parecem redefinir o capitalismo deste final de século (CHESNAIS, 1996; ANTUNES, 1999 e ALVES, 1999).

Nesse contexto, e também diante das profundas transformações na estrutura produtiva dos países centrais resultante do acelerado ritmo da adoção das inovações derivadas da *III Revolução Tecnológica*¹² é que enfrentam-se os impactos desse processo, principalmente sobre o mercado de trabalho.

A condução neoliberal das políticas econômicas implicou inflexão do papel mais intervencionista assumido pelo Estado desde a Grande Depressão de 1929. Após a Segunda Guerra Mundial, a adoção das políticas keynesianas, de caráter mais intervencionista e regulacionista por parte do Estado na economia, resultaram em altas taxas de crescimento dos países centrais. Assim, de acordo com Hobsbawn (1995), a necessidade de fazer frente à contra-utopia representada pelo mundo socialista fez com que durante cerca de 30 anos se mantivesse a presença de um Estado intervencionista na economia e de construção de políticas de Bem-Estar nesses países. Essa postura keynesiana, por meio da elevação dos gastos públicos, principalmente em momentos de crise, foi fundamental para criar confiança e motivar os capitalistas a realizarem investimentos e a gerarem empregos¹³.

Entretanto, de acordo com Fiori (1997), os acontecimentos e as decisões tomadas entre 1968 e 1973 e aprofundadas com os choques do petróleo, foram responsáveis pela inflexão econômica e política que encerrou a *era de ouro* do capitalismo. Os países capitalistas mergulharam em uma recessão, começando pelos Estados Unidos e se difundindo para os países em desenvolvimento, uma situação de crise e adoção das políticas neoliberais que provocou nos países desenvolvidos uma forte reação por parte dos trabalhadores que

¹⁰ Ver BATISTA (1994); FIORI ((1996) e BRESSER (1991).

¹¹ Para BENKO (2002), o que se buscava era constituir um “Estado mínimo”. De acordo com Harvey (2008), no modelo neoliberal “o papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado do mercado. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental) estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas” (HARVEY, 2008, p. 12).

¹² Aqui o termo é utilizado para se referir às grandes inovações tecnológicas efetivadas nos anos de 1970 e que são baseadas na microeletrônica, na automação e na robótica possibilitando técnicas e métodos revolucionários como, por exemplo, o Toyotismo. (ver COUTINHO (1992) e MORAIS NETO (1996))

¹³ Ver KEYNES (1982).

questionavam “os pilares constitutivos da sociabilidade do capital” (ANTUNES, 1999, p.41). Entretanto, segundo Antunes (1999), este movimento não consegue romper com o controle social da produção pelo capital e o que se assiste é a reorganização das forças do capital propondo redução nos gastos sociais por parte do Estado e o fim das políticas econômicas keynesianas.

Esse contexto de crise, portanto, acaba criando condições para que o neo-liberalismo exerça a sua hegemonia e, assim, assiste-se à doutrina intervencionista keynesiana sendo substituída pela doutrina liberal, com ações sobre a desregulação, privatização e abertura comercial. Há que se observar, ainda, que este processo liberalizante tem consolidado um processo de *mundialização do capital*¹⁴ de natureza basicamente financeira, gerando benefícios, sobretudo, para o grande capital (ALVES, 1999).

A adoção do modelo neoliberal visava, fundamentalmente, o combate da inflação e à estabilidade econômica. Portanto, os defensores desse modelo advogavam que, ao adotá-lo, promover-se-ia maior liberdade de mercado e consequente aumento futuro do emprego. O desemprego imediato, provocado por essas políticas, era avaliado como “natural e necessário” para o equilíbrio posterior, porém observa-se que o modelo não atingiu o objetivo pretendido que era, através destas medidas, *reanimar* a economia e obter taxas de crescimento elevadas como aquelas obtidas antes da crise de 70. Ao contrário, assiste-se ao aumento dos lucros não sendo acompanhado pelo aumento proporcional do investimento, dado que a desregulamentação financeira e a crescente explosão dos mercados de câmbio internacionais na década de 80 criaram condições para que o capital fosse desviado da esfera produtiva para a esfera especulativa (ANDERSON, 1995). Como consequência, aprofunda-se o desemprego e o empobrecimento dos trabalhadores, agora desprovidos do sistema de proteção social, ou seja, “depois de uma década e meia, os lucros cresceram, os salários caíram vertiginosamente, a economia está completamente desregulada e não cresce” (FIORI, 1997, p.210).

De acordo com Pochmann (2004), nos países centrais a redução da produção intensiva em mão-de-obra foi complementada pela ampliação de plantas intensivas em capital e conhecimento, com valor adicionado por trabalhador muito elevado. No final do século XX o cenário era, portanto, de economias que cresciam pouco, desempregavam muito, criando novas formas de exclusão social e desigualdades tecnológicas.

¹⁴ “(...) denominação precisa para o fenômeno da globalização” (ALVES, 1999, p.53). Sobre esse fenômeno ver também BENKO (2002).

Esse processo de mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva resultaram em profundos e negativos reflexos sobre a classe trabalhadora¹⁵. Para Antunes (1996), a reorganização da produção implicou modificações nas relações e na forma de gestão da força de trabalho. A organização fordista do trabalho apresentava como característica o trabalho em cadeia, ritmado pela máquina, rigidez na produção, redução da necessidade de pensar e separação radical entre o saber e o fazer, permitindo controle mecânico e exploração intensiva da força de trabalho (SOARES, 1998). As mudanças resultantes da reestruturação produtiva, ao contrário, estabeleceram a flexibilização do processo de produção com a desconcentração do espaço físico da produção e tendência a fragmentação da classe trabalhadora, formação de pequenos núcleos de trabalhadores estáveis dentro da empresa, prolongamento da jornada de trabalho e subcontratação temporária do trabalho conforme as necessidades da produção, que ora seguem de perto a demanda. Isso se torna possível graças aos avanços do sistema de informação, de novas tecnologias de produção e da adoção de novos métodos e formas de organização e gestão do trabalho, tais como *just-in-time/ Kan-ban*, Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), Programas de Qualidade Total (TQC), racionalização da produção e outras¹⁶. (ANTUNES, 1996)

Ainda segundo Antunes (1995a), essas transformações na organização da produção, além de promoverem a precarização do trabalho, flexibilizam também os direitos, criam instabilidade, destroem o sindicalismo de classe, aumentam o estranhamento à produção e o desemprego, o que é considerado o resultado mais negativo desse processo. Em uma aparente contradição, o autor afirma que a revolução tecnológica tem significado emancipador, desde que não seja regida pela lógica capitalista e sim, pela sociedade do tempo disponível para produção de bens socialmente necessários, porém entende que em meio a esse processo a classe trabalhadora se ampliou, embora de forma *fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada*. Portanto, para o autor, enfrentar esta situação tem sido um desafio para os sindicatos, cuja tarefa consiste na aglutinação desta classe, que mesmo tendo parte estável e parte sem emprego, ou vivendo de emprego precário, não deixa de ser classe trabalhadora.

¹⁵ Ver, por exemplo, BALTAR (2003); CESIT (2006); DEDECCA & BRANDÃO (1993); DIEESE (1994) e POCHMANN (1999).

¹⁶ Sobre esses novos métodos e formas de gestão do trabalho ver também BENKO (2002), para quem, esses métodos objetivam maior desempenho, redução de custos, maior eficiência etc., no processo de produção e gestão do trabalho. O modelo Just-in-time (JIT), por exemplo, além de ser um dos pilares da produção enxuta, é um modelo de organização de produção inventada no Japão (Sistema Toyota de produção), em meados dos anos 60, o qual determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora exata, sendo aplicado em qualquer organização para reduzir estoques e os custos decorrentes. O método do Kan-ban, também criado no seio da Toyota no Japão, é tido como a maior inovação em matéria de gestão da produção, cujo princípio do “zero estoque” é realizado por meio da “reintrodução das tarefas de controle-qualidade” na fabricação e de uma “reagregação das tarefas de programação às tarefas de fabricação”. (BENKO, 2002)

Para Rifkin (1995), nas últimas décadas o mercado de trabalho mundial passou a conviver com altíssimas taxas de desemprego, podendo já ser constatado que o total de desempregados no mundo tem sido maior desde a depressão dos anos 30 e que a terceira grande Revolução Industrial seria diferente das anteriores. Mais precisamente, o autor afirma que na primeira revolução quem perdeu emprego na agricultura foi para a indústria, e na segunda, quem perdeu emprego na indústria foi para o setor de serviços, e agora, a continuidade deste movimento parece estar inviabilizada. Ainda, de acordo com Rifkin (1995), as mudanças tecnológicas, a informatização e a automação de uma série de funções estão dificultando o emprego no setor terciário, incapaz de absorver a força de trabalho disponível.

Para o DIEESE (1995), a introdução de novas tecnologias e novos métodos e formas de organização e gestão do processo de trabalho possibilitou maior competitividade às empresas, via ganhos de produtividade e qualidade nos produtos e serviços. Esses ganhos, em geral, são acompanhados por uma redução significativa da força de trabalho, alteração nas características e requisitos de capacitação para ocupar os postos de trabalho, aumento da intensidade do trabalho via polivalência¹⁷ e aumento no grau de insegurança e incerteza dos trabalhadores no que se refere ao emprego. Todas estas mudanças parecem estar vinculadas à própria exigência do capitalismo mundial frente às novas condições de concorrência e de valorização do capital a partir da década de 1970, desestruturando o mercado de trabalho.

De acordo com Alves (1998), o processo de acumulação flexível, o toyotismo¹⁸, é considerado como um momento predominante da reestruturação produtiva e tem sido acompanhado por uma desestruturação e uma debilitação do mercado de trabalho. Nesse sentido, para o autor, o *desemprego estrutural* é considerado como o reflexo mais grave do processo de reestruturação produtiva, impulsionado pelas políticas neoliberais e, como consequência, “o que antes poderia se chamar de trabalhadores assalariados excedentes [...] sob a mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, população trabalhadora excluída” (ALVES, 1998, p.78).

¹⁷O termo pode ser entendido como desempenho de múltiplas funções pelo trabalhador no processo produtivo.

¹⁸Toyotismo foi criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno e aplicado na fábrica da Toyota (origem do nome do sistema). Citam-se algumas características desse sistema como: a mão-de-obra se torna multifuncional; a produção deve ser ajustada à demanda do mercado com a aplicação do sistema just in time, ou seja, produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária; há a implantação do sistema de qualidade total em todas as etapas de produção. Além da alta qualidade dos produtos, busca-se evitar ao máximo o desperdício de matérias-primas e tempo adaptando-se os produtos às exigências dos clientes.

Para a maioria dos autores que discutem o processo de reestruturação produtiva, a introdução de novas tecnologias e os novos padrões organizacionais, em meio a lógica toyotista na indústria e também no setor de serviços, parece não gerar capacidade de absorção da força de trabalho desempregada e, se há emprego, este se dá muitas vezes de forma precarizada (subcontratação, trabalhadores temporários e outras). Segundo Benko (2002),

As estratégias de reestruturação adotadas com o fito de desfazer as contradições inerentes à acumulação capitalista podem resumir-se nisto: *luta contra a “rigidez”* [...] De fato, a resposta “instintiva” das forças capitalistas à crise de lucratividade (esgotamento das contratendências à baixa da taxa de lucro) é duplamente decisiva: de um lado, trata-se de desvalorizar a força de trabalho reduzindo todos os componentes dos custos de sua reprodução (desindexação e regulação concorrencial da formação dos salários, revisão em baixa do salário indireto, supressão das garantias de emprego e de tudo o que é considerado “entrave” à liberdade do trabalho etc.). E, de outro lado, trata-se de utilizar as virtualidades tecnológicas da automação como suporte material a fim de remodelar a organização do trabalho, os processos de produção, os sistemas de gestão e a qualidade dos produtos ou mesmo a norma social do consumo. (BENKO, 2002, p.21-22)

Nesse sentido, entende-se que a precarização do trabalho e o desemprego estrutural promovidos pela lógica da chamada *produção enxuta* não podem ser vistos de forma determinista como decorrente apenas das inovações tecnológicas e organizacionais. Parte-se do pressuposto de que são determinados por uma lógica mais geral, dado que tanto as inovações tecnológicas, como as organizacionais, são apresentadas como exigência desta nova fase de *mundialização do capital*, estando vinculados a um regime de acumulação predominantemente financeira, na qual o capital busca sua valorização através de papéis, sem passar pela órbita produtiva¹⁹. Esse modo de valorização do capital financeiro sob a forma de dinheiro, sem passar pela esfera da produção, é denominado como uma reprodução da riqueza de forma *abstrata*. Em decorrência disto, assistimos a um baixo crescimento das economias, se comparado com a *era de ouro* do capitalismo, o aumento da pobreza e do desemprego estrutural. (CHESNAIS, 1996 e ALVES, 1998)

A destruição de postos de trabalho, muito superior à criação de novos empregos, não é só uma espécie de fatalidade atribuída “à tecnologia” em si mesma. Ela resulta, pelo menos em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir e desinvestir à vontade, “em casa” ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional (...). A influência da mundialização do capital sobre o consumo doméstico efetua-se por dois canais principais. O primeiro canal é a queda dos rendimentos do trabalho assalariado. O

¹⁹Segundo Harvey (2005), a importância do progresso técnico encontra-se no fato de que ele atua na economia reduzindo o tempo de giro do capital, e a cada novo giro há uma nova valorização. Assim, para o autor, ao encurtar o tempo, é possível ocupar um espaço maior e, portanto, tempo e espaço são importantes para compreender o processo de desenvolvimento capitalista.

montante da destruição de empregos, nitidamente superior à criação de novos, conjugado com forte destruição no sentido de rebaixamento salarial, que pesam sobre os empregos que sobraram, ou sobre os novos (sendo que a significativa ampliação do leque de salários, em número crescente de países, não recompensa a tendência de conjunto) exerce marcante influência depressiva sobre a conjuntura. (CHESNAIS, 1996, p.304-306)

É na busca de sua maior valorização que o capital promove estas transformações no modo e nas condições de produzir flexibilizando as relações de trabalho quando a racionalidade do capital, em sua etapa de mundialização, é dada pela *produção enxuta (lean production)* (ALVES, 1998). Embora para Alves (1998), a flexibilidade seja algo intrínseco à produção capitalista, é a partir da III Revolução Tecnológica, sob a égide de um modelo neoliberal e de um processo de mundialização do capital, que a mesma assume novas *proporções, intensidade e amplitude*. Portanto, afirma que é a flexibilidade da força de trabalho (relativa a legislação e regulamentação dos processos e contratos de trabalho) que continua sendo estratégica para a acumulação de capital.

De acordo com Chesnais (1997), nesta fase de *mundialização do capital*, o regime de acumulação *especulativo* está sob o “fetiche ilusório” de que o dinheiro teria adquirido “a propriedade de criar, dar juros, tão naturalmente quanto uma árvore dá frutos” (MARX,III,Cap.XXIV apud CHESNAIS,1997). Dessa maneira, é em meio a um regime de acumulação tido como predominantemente financeiro, cujo tempo de valorização do capital busca ser cada vez menor, é que as empresas precisam cada vez mais adotar práticas flexíveis e ágeis para competir nessa nova lógica. Daí, que o uso do dispositivo toyotista passa a ser incorporado como ideologia universal e, como afirma Chesnais (1996),

O que há de novo é que as empresas recorrem a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação internacional interempresas coligadas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações [...]. A mundialização não diz respeito apenas às atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais que elas provocam. Inclui também a globalização financeira, que não pode ser abstraída da lista das forças às quais deve ser imposta a adaptação (irmã gêmea do ajuste estrutural) dos mais fracos e desguarnecidos (...). No plano industrial, é então aos novos modos de organização da produção, adotados pelas empresas multinacionais, que deveria fazer inevitável adaptação. O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinados com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir; numa palavra, sua propensão à mobilidade. Agora o capital está à vontade para por em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país – e, se for o caso, uma parte do mundo – e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via do investimento, seja pela terceirização. (CHESNAIS, 1996, p.27-28)

Para Soares (1998), esse processo de reestruturação produtiva tem gerado impactos negativos sobre o mercado de trabalho ao mesmo tempo em que vem colocando o movimento sindical na defensiva, levando-o à posturas setorialista, de negociação e de “concertação”²⁰. De acordo com o autor, o que se verifica é a passagem de um sindicalismo conflitivo e de contestação para um sindicalismo de caráter mais “propositivo e afirmativo”, de negociação, “institucional” e “contratualista”. Nesse sentido, pode-se dizer que os conflitos abertos deixam de ser provocados e assiste-se a uma etapa em que os conflitos entre capital e trabalho revelam-se fechados²¹. Como exemplo desta postura tem-se o processo de negociação no âmbito das câmaras setoriais no Brasil nos anos de 1990 e que será tratado à frente.

Ainda de acordo com Soares (1998), o processo de reorganização produtiva por parte das empresas não tem reduzido apenas os postos de trabalho, considerado como desemprego estrutural, mas tem imposto novo ritmo de trabalho na produção, além da intensificação do processo de terceirização²², que tem levado a uma precarização das condições de trabalho. Para ele, este processo evidencia um novo tipo de trabalhador que trabalha mais cooperadamente, assume multifunções, é polivalente e tem a capacidade de se adaptar às novas exigências do capital.

O processo de terceirização enquanto característica desse novo momento é visto pelas empresas como alternativa de obtenção de lucratividade imediata. Com essa prática, as empresas focam seus esforços em seu negócio principal e transferem para os terceiros as atividades secundárias, porém segundo Alves (1998), para os trabalhadores, este processo tem acarretado precarização das condições de trabalho e/ou piorado a remuneração dos trabalhadores.

Dessa forma, sustentado pelo estudo de vários pesquisadores, Soares (1998) resume as três características básicas desse novo modelo de acumulação²³. Primeiramente, afirma que a produção neste modelo é puxada pela demanda e, para tanto, a empresa se vale do just-in-time, produzir no tempo certo, contrário ao modelo fordista que era produzir ao máximo, em grandes séries. A segunda característica seria que a linha rígida de montagem é substituída por

²⁰Ver também ANTUNES (1995b); ALVES (1998 e 2000a); BOITO JR. (1996); RODRIGUES (1995 e 1999) e OLIVEIRA (1994).

²¹ Sobre o tema, ver TAKAGI (2004); ORTEGA (2005) e PUTNAM (2000), particularmente no capítulo 6.

²² Ver ALMEIDA (2007); BOAVENTURA (2007); CARELLI (2007) e CHAHAD (2002).

²³ Para Benko (2002), as sociedades capitalistas se caracterizam, em vários períodos, por diferentes formas de acumulação. Para tanto, afirma que “um regime de acumulação designa uma forma de alocação das riquezas sociais criadas que asseguram correspondência mais ou menos bem estabelecida entre as transformações das condições da produção e a evolução da demanda social: esse equilíbrio não é um equilíbrio natural. Requer a presença de uma ambiente macroinstitucional contendo com mais ou menos êxito as transformações econômicas e sociais que o movimento de acumulação traz em seu seio.” (BENKO, 2002, p.225)

uma produção altamente flexível, aumentando a tarefa dos trabalhadores com base na polivalência, multifuncionalidade etc. Por fim, como terceira característica, cita a subcontratação, a desconcentração de unidades produtivas e a terceirização da força de trabalho como estratégia usada pelas grandes empresas, que passam a ter controle sobre a rede e a produção das contratadas.

É nesse contexto de mudanças na forma de produzir e de uma nova etapa do processo de concorrência inter-capitalista, que invariavelmente superam as fronteiras nacionais, é que a busca de valorização do capital passa então a requerer, cada vez mais, “serviços ágeis de telecomunicações, que possibilitaram intensa mobilidade geográfica da riqueza financeira” (BRANDÃO, 1996, p.158). Nessas condições, pode-se caracterizar a revolução da tecnologia da informação entendendo que a mesma permite integrar a produção e as transações em um único espaço, e o crescimento econômico fica cada vez mais dependente da aplicação destes instrumentos, fazendo com que “a força capitalista resida no acesso privilegiado e no monopólio da informação e do conhecimento” (GARLIPP, 1996, p.16).

Neste sentido, as tecnologias de informação (TI's) ²⁴ viabilizam a obtenção de vantagens competitivas através da combinação de incremento da produtividade com aumento da flexibilidade, ao mesmo tempo em que também permitem o desenvolvimento de inovações organizacionais e de formas de relacionar com fornecedores, clientes e distribuidores. O uso das TI's passou a ser considerado como estratégico, adequando as firmas a este novo contexto de inovações tecnológicas, sendo a informação importante para garantir maior competitividade, viabilizado pela difusão de redes de comunicação de dados e de serviços modernos de telecomunicações, que proporcionam melhor interação entre cliente e fornecedor e se torna uma grande vantagem competitiva.

Para muitos estudiosos o impulso em direção a uma economia mundializada está diretamente relacionado com o aumento do componente de informação, que viabiliza o rápido desenvolvimento e difusão de tecnologias para processamento e distribuição de informações. Assim, de acordo com Rovere (1994), o que vai diferenciar as TI's das tecnologias anteriores é a capacidade de processar e transmitir informações rapidamente e o seu caráter sistêmico. Dessa maneira,

A real “anulação do espaço por meio do tempo” somente poderia ser alcançada através do extraordinário incremento nas tecnologias de transporte da informação. Com efeito, foi este o papel econômico que vieram desempenhando, desde o início

²⁴ As TI's englobam o conjunto de tecnologias utilizadas na coleta, armazenamento, processamento e transmissão da informação, incluindo voz, dados e imagens, as quais se originam da indústria de informática e de telecomunicações (Ver TAUILE & FAGUNDES, 1994 e ROVERE, 1994).

do século, a radiodifusão, a telefonia e outras tecnologias da informação e comunicação. Tanto a radiodifusão quanto a telefonia, permitiram, cada uma a seu modo, que a informação sobre a mercadoria pudesse chegar ao seu consumidor muito antes dele perceber sensorialmente a realidade física da mercadoria mesma, ao mesmo tempo em que, em sentido contrário, muitos “tempos de transação”, como costumam dizer os economistas, podiam ser reduzidos a quase zero. (DANTAS, 1999, p.14)

A experiência dos países desenvolvidos mostra que o uso das novas tecnologias como, por exemplo, o crescimento de redes de longa distância, foi basicamente impulsionado pela demanda do setor de serviços, em particular o setor bancário, onde a automação passou a ser a principal *arma* do setor contra a dependência do capital variável, ou seja, a busca pelo lucro máximo e em tempo tendendo a zero, neste momento, é dada pelo aumento do capital constante em detrimento do capital variável - *trabalho vivo*. Assim, de acordo com Tigre (1994), os benefícios potenciais das novas tecnologias dependem de pelo menos três condições básicas: (i) mudanças organizacionais amplas nas empresas usuárias; (ii) desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações de forma a permitir o acesso aos novos serviços e (iii) uso mais generalizado e sistêmico da tecnologia de forma a integrar uma parcela significativa dos agentes econômicos às novas formas de telecomunicações. Como consequência, as chamadas tecnologias de informação, que incluem computadores, softwares, automação da empresa, transmissão de dados etc. são consideradas recursos fundamentais para o atual mundo dos negócios.

Nas últimas décadas, observa-se que, ao se alterar o ambiente tecnológico internacional, facilita-se e dá suporte para o aumento da competitividade das empresas, ou seja, a intensificação do processo de inovação tecnológica e os impactos das tecnologias de base microeletrônica cumprem um importante papel na competitividade, passando a ter implicações para as estratégias das empresas.

Assim, a capacidade de efetivar as mudanças através da convergência entre as tecnologias de computação e de comunicação tornou-se uma poderosa vantagem competitiva para as empresas. Segundo Coutinho (1995), “as estratégias empresariais de competitividade baseadas em inovação determinam a velocidade da globalização, sua direção e seus impactos nas estruturas industriais nacionais e os respectivos resultados econômicos” (COUTINHO, 1995, p.6). Neste sentido, o sistema de redes telemáticas, de caráter global, é apontado por muitos autores como o principal eixo necessário ao desenvolvimento de novos paradigmas produtivos globais.

De outra parte, como já afirmado anteriormente, tem-se que todo este processo de reorganização do sistema produtivo em meio a uma crescente *mundialização do capital* parece contribuir para a intensificação dos problemas sociais, dado que o fenômeno marcante do mundo atual é a exclusão social, facilitada pela desregulamentação e flexibilização das relações capital-trabalho e retirada de direitos conquistados por parte dos trabalhadores. Observa-se que as taxas elevadas de desemprego passaram a ser comuns em todos os países em meio a um cenário bastante diferente dos chamados *anos dourados* do pós II Guerra Mundial, cuja relação era de mais crescimento gerando um quadro com mais empregos e aumento de salários. Nesse período, a inovação significava racionalização, eliminação de postos de trabalho e, portanto, mais exclusão. Assim, o desemprego passa a estar vinculado a questões estruturais e não apenas às flutuações temporárias dos ciclos econômicos.

1.2 - A adoção do Modelo Neoliberal e a Reestruturação Produtiva na Economia Brasileira na década de 1990

Entre as décadas de 1930 e 1980 a economia brasileira, impulsionada pelo processo de industrialização, viveu um período marcado por elevadas taxas de crescimento do produto. Entretanto, depois de várias décadas de forte crescimento econômico, que caracterizou o Brasil como um dos países do mundo que mais cresceu naquele período, chega a década de 1980²⁵, lembrada como a “década perdida”, apresentando forte queda naquelas taxas, expansão da dívida externa e grande aumento da inflação. Tal situação foi mantida até a primeira metade da década de 1990, o que levou à adoção de sete planos de estabilização em menos de 10 anos²⁶, tendo como cerne da política econômica a manutenção de elevada taxa de juros, restrição interna ao crédito, constrangimento orçamentário para preservar o pagamento de juros da dívida pública, além de reformas de cunho privatizante e de revisão dos direitos dos trabalhadores.

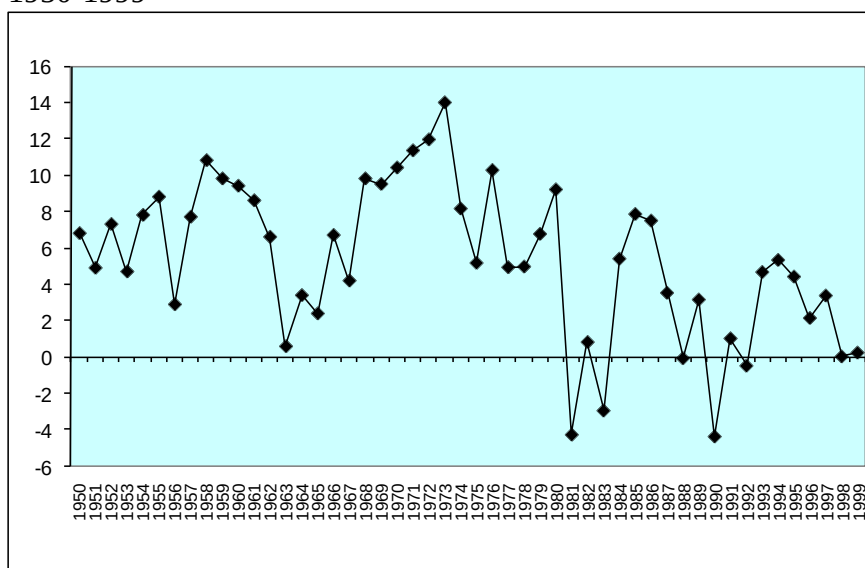
Conforme dados relacionados no Gráfico 1, entre os anos de 1950 e 1980 a expansão média do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu uma taxa de 7,4%, sendo considerada

²⁵ Entre outros fatos ocorridos nesse período, destaca-se a Perestroika na União Soviética (1985), queda do muro de Berlim (1989) e expansão do novo modelo de produção em substituição ao modelo fordista. No Brasil o destaque recai na mudança do quadro político institucional com a abertura política, o surgimento de partidos e instituições como o PT (1980) e a CUT (1983), a campanha pelas diretas (1983-1984), a transição para a Nova República, as eleições diretas (1985), a Constituinte e a aprovação da nova Constituição Federal em 1988.

²⁶ Os planos de estabilização adotados entre os anos 1986 e 1994 foram: Cruzado I (1986), Cruzado II (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994).

uma taxa elevada para os padrões internacionais, dado que neste mesmo período a economia mundial cresceu a uma taxa média de 3 a 3,5% ao ano. Entre os anos de 1981 a 1993 a economia brasileira passou a conviver com taxas de crescimento econômico muito inferiores às verificadas naqueles anos de ouro, registrando uma expansão média do PIB de apenas 1,7% ao ano, o que levou a uma consequente queda do PIB per capita, dado que a referida taxa foi inferior ao crescimento demográfico. Apesar da estabilização vivida a partir de 1994 com a implantação do Plano Real²⁷ e embora a taxa de crescimento médio tenha sido superior àquela registrada no período anterior, a economia brasileira ainda apresenta níveis de crescimento muito baixos quando comparados com a época auge²⁸.

Gráfico 1 - Comportamento Anual Real do PIB no Brasil (%) - 1950-1999



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

A crise da dívida externa, manifestada já no final da década de 70, acabou determinando a busca de novos rumos para a economia brasileira implicando mudanças na política econômica e no abandono da estratégia desenvolvimentista adotada no período anterior. Assim, com a ruptura das condições de financiamento internacional, o Brasil foi forçado a rever a sua estratégia de desenvolvimento, não sendo mais viável a sustentação de déficit em transações correntes e financiamento do setor público com a contração de novas

²⁷ Ver BACHA (1997); BRESSER PEREIRA (1994); DELFIM NETO (1997), FILGUEIRAS (2000) e TAVARES (1997).

²⁸ A partir de 1994, já com a implantação do Plano Real, a taxa média de crescimento da economia brasileira foi de 2,42% no período 1994-2003.

dívidas. Foi preciso gerar superávit comercial com o objetivo de pagar juros da dívida que deixavam de ser financiados com novos recursos externos (BATISTA, 2002; VELLOSO, 1988 e LOPREATO, 2006a).

A política econômica acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tinha como objetivo central reduzir o valor das necessidades de financiamento externo com a finalidade de fechar o balanço de pagamentos. Assim, de acordo com Lopreato (2006b), a partir do colapso da liquidez internacional não foi mais viável definir as metas de crescimento interno usando como variável de ajuste os empréstimos necessários. Dessa forma, a política de negociação da dívida impôs um caminho inverso, ou seja, os acordos com os credores determinavam o total de empréstimos e a partir daí eram definidas as metas de política econômica e de crescimento do PIB, compatíveis com o valor do financiamento disponível.

Nesse sentido, verifica-se que a lógica dos acordos estabeleceu uma restrição externa ao crescimento da economia brasileira e fez com que a sua expansão estivesse limitada à necessidade de gerar saldos comerciais para pagamento de serviços da dívida. Como resultado, assistiu-se o abandono das estratégias de desenvolvimento anterior e o uso da política econômica como instrumento de ajuste. (TAVARES & FIORI, 1993)

Portanto, a partir dos anos 80, verifica-se que o controle do déficit público transformou-se em meta prioritária da política econômica juntamente com o esforço para limitar o acesso do setor público ao crédito e cortar os gastos públicos. O objetivo, portanto, era inviabilizar o uso do endividamento como fator de ampliação do gasto público e conter a demanda agregada.

De acordo com Lopreato (2006b), o controle da demanda agregada incluiu ainda o corte de salários e o aumento da taxa de juros, implicando uma redução do consumo privado e do investimento interno e, como consequência, observa-se a desaceleração das taxas de crescimento econômico do país. Além disso, o autor afirma que a adoção de uma política cambial comprometida com as taxas de câmbio reais, aliada ao controle salarial, alterou os preços relativos internos, favorecendo as exportações, ao mesmo tempo em que elevou os preços das importações.

Nessa perspectiva, a política econômica adotada acabou exigindo um importante papel do setor exportador enquanto instrumento de crescimento econômico. Para tanto, a questão era verificar se a demanda externa teria o poder de puxar o crescimento, de ser capaz de gerar saldos comerciais que permitissem pagar os juros da dívida externa e de possibilitar recursos para as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas necessárias à sustentação

dos investimentos e à recuperação do crescimento. Complementarmente, buscou-se alterar em curto espaço de tempo a característica do crescimento econômico nacional até então baseada na articulação entre o setor público, o capital privado e o capital estrangeiro, com investimentos voltados basicamente para o mercado interno. Assim, a nova orientação visava reduzir o papel do setor público no processo de crescimento econômico nacional.

Embora os dados mostrem que em 1984 a economia tenha apresentado sinais de crescimento, logo se verificou que os ganhos do comércio não conseguiram gerar dólares suficientes para o pagamento dos juros da dívida e para o financiamento do desenvolvimento, sendo novamente usada a estratégia de uma maior contenção da demanda interna. Além disso, as transferências de recursos ao exterior comprometiam o processo de formação de capital e a continuidade do crescimento interno, limitando a capacidade do país de acompanhar as inovações tecnológicas e o sistema de produção em curso nos países avançados. Assim, o esgotamento do padrão de crescimento mostrou-se evidente diante das dificuldades de acesso ao fluxo de financiamento externo e da crise do setor público, que acabou dissociando investimento público e privado, considerados elo essencial do movimento responsável por sustentar a rápida expansão da economia brasileira desde os anos 50 (BAER, 1993; LOPREATO, 2006b e TONETO JR, 1992).

Diante da crise, a política econômica acordada com o FMI teve êxito ao gerar saldos comerciais, mas foi incapaz de lidar com os problemas internos e criar as condições de crescimento. Daí, a incapacidade de criar saldos em moeda local no volume exigido pelo passivo externo não deixou outra opção senão cobrir os compromissos externos com empréstimos no mercado interno. O governo e as empresas estatais recorreram ao lançamento de títulos públicos e aos empréstimos junto ao sistema bancário local exigindo-se elevação dos juros (atraindo o capital externo, inclusive) que por consequência elevou o custo da dívida e reduziu ainda mais a capacidade do Estado em promover o crescimento. Para tanto, o uso das fontes internas como forma de financiamento desencadeou a troca da dívida externa pela dívida interna, fazendo com que o governo e as estatais endividadas fossem responsáveis pela origem de uma grave crise fiscal. Isso fez com que muitos estudiosos passassem a afirmar que a crise externa colocou em xeque a estrutura de financiamento e desarticulou a capacidade de investimentos, bem como as relações do setor público com o capital privado nacional e estrangeiro, que haviam sido os principais responsáveis pela fase de crescimento acelerado anterior.

No início da década de 1990 verifica-se que o chamado modelo desenvolvimentista apresenta sinais claros de esgotamento, permitindo que os governos da época (Collor e FHC), envolvidos pelo pensamento hegemônico neoliberal²⁹, buscassem caminhos de desenvolvimento diferentes daquele vivenciados no período auge da economia brasileira. Para tanto, diferente da concepção adotada desde a década de 30, de um Estado articulador de uma estrutura produtiva voltada para o mercado interno, busca-se no mercado, a partir de 1990, o “articulador” da economia nacional e da integração do país com a economia mundial.

Naquele momento, a idéia de ajustar a estratégia de desenvolvimento da América Latina foi amplamente discutida no seio dos órgãos multilaterais, e as recomendações de política econômica eram as estabelecidas pelo chamado Consenso de Washington (BATISTA, 1994), constituídas por um conjunto de reformas, com alteração do aparato institucional, inclusive. Na visão dos ideólogos do referido consenso³⁰, as reformas eram imprescindíveis para permitir a retomada do crescimento, o retorno dos investimentos das empresas estrangeiras e a abertura do crédito internacional. Para tanto, o país deveria avançar nas reformas estruturais impostas pela nova dinâmica internacional calcada na “soberania dos mercados”.

[...] as estratégias de ajustes às novas condições econômicas internacionais, sobretudo aquelas impostas pelo ônus da dívida, acabaram convergindo em direção ao chamado programa neoliberal de estabilização e reformas estruturais destinadas a diminuir a presença econômica dos estados, desregular o mercado e ‘abrir’ as economias nacionais. (FIORI, 1995, p.31)

De acordo com os relatórios do Banco Mundial³¹, tanto a desregulamentação dos mercados financeiros, de produtos e de trabalho seriam medidas fundamentais e necessárias para se obter o desenvolvimento econômico e impulsionar a ampliação dos postos de trabalho na economia.

Seguindo esta lógica, o final dos anos de 1980 e o início de 1990 foram marcados por sucessivas tentativas de contornar a crise da economia brasileira por meio da adoção de um conjunto de medidas de corte neoliberal, combinando políticas de estabilização com as reformas estruturais, dentre as quais constavam a desregulamentação, a abertura econômica e as privatizações. No processo de privatização observa-se a presença de empresas importantes

²⁹ Ver ANDERSON (1995); CANO (1999); COCCO (1997) e DIAS (1996).

³⁰ Segundo Bresser (1991), apesar de a expressão parecer forte, o fato é que existia entre os países centrais certo consenso sobre a natureza da crise latino-americana, bem como sobre a natureza das reformas necessárias para superá-la.

³¹ Ver principalmente os Relatórios do Banco Mundial de 1995 e 1999.

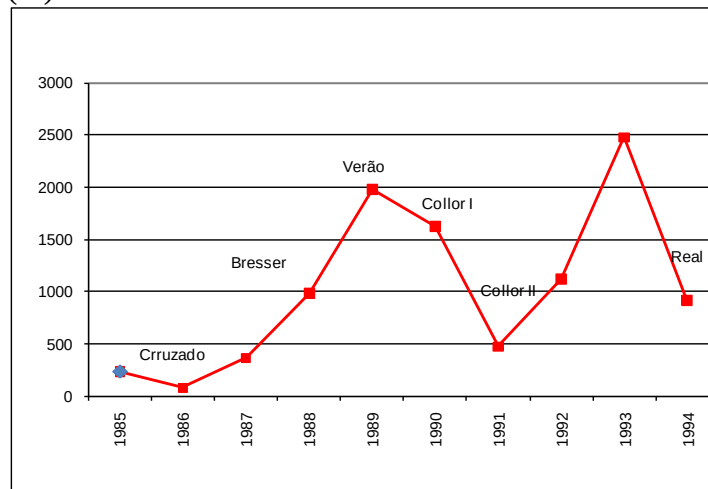
nas áreas de energia, finanças, comunicações, siderurgia e outras, implicando redução do nível doméstico de atividades³². Sem planejamento econômico de longo prazo e tendo o mercado como agente regulador, o fortalecimento da competitividade através da abertura da economia e da desregulamentação se colocou como principal eixo para a expansão das atividades econômicas no país. (CANO, 1999 e FIGUEIRAS, 2000)

Nessa perspectiva, a redução do papel do Estado na economia era considerada como fator determinante para a retomada do crescimento da economia. Assim, com a privatização do setor produtivo estatal, delegou-se ao capital privado, principalmente o estrangeiro, o papel de responder pela dinâmica do crescimento. Além disso, a abertura comercial, com a eliminação de barreiras ao livre comércio, procurou aproximar o mercado interno à dinâmica da globalização produtiva. Já a abertura financeira permitiu aos capitais buscar a valorização da riqueza financeira, com a facilidade de entrar e sair livremente do país, estando subordinados apenas às expectativas de risco e rentabilidade dos investidores. (CARNEIRO, 2002)

O ajuste macroeconômico, com a perspectiva de reduzir a inflação e de controlar o déficit público, é baseado em sucessivas tentativas por meio de planos de estabilização. Ao seguir o receituário neoliberal, os planos econômicos partiam da idéia de que a estabilização era o passo inicial e necessário para se retomar o crescimento, mas era preciso dar um passo adiante, criando condições estruturais favoráveis que somente as reformas propiciariam e isto significou não enfrentar de imediato as transformações sociais e não articular internamente um projeto nacional de desenvolvimento. Comprovando essa tese, até o Plano Real (julho de 1994), observa-se que as políticas implantadas foram incapazes de promover estabilização da economia, baixar a inflação e criar as bases para um crescimento auto-sustentado (ver Gráfico 1 e 2).

³² De acordo com Gomes (2009), entre 1991 e 2002 foram privatizadas 68 empresas federais, além do aumento das participações acionárias em estatais federais. Afirma ainda que também foram repassadas à iniciativa privada, na forma de concessão, trechos da rede ferroviária federal, arrendamentos de áreas e instalações portuárias.

Gráfico 2 - Comportamento Anual da Inflação no Brasil (%) - de 1985 a 1994³³



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE

De acordo com Rodrik (2003), além das reformas econômicas havia o entendimento de que as políticas orientadas para o mercado precisavam ser acompanhadas de reformas mais profundas. Assim, nesse período, foram articuladas reformas complementares³⁴, com destaque para a desregulamentação do mercado de trabalho. A perspectiva é de que a organização das relações de trabalho pudesse ocorrer com nenhuma ou pouca interferência do poder público sendo, portanto, resultado de negociações coletivas ou definidas pelos empregadores. Nesse sentido, a desregulamentação propiciaria a maior flexibilidade do mercado de trabalho facilitando o seu rápido ajuste quando das mudanças tecnológicas e das crises econômicas.

1.2.1 - A Reestruturação Produtiva, a Desregulamentação e o Mercado de Trabalho

No Brasil, o processo de regulamentação do mercado de trabalho ocorre principalmente nos anos de 1930 e 1940, sofrendo mudanças importantes durante o regime militar como, por exemplo, o fim da estabilidade no emprego, e se consolida nos anos de 1980, apesar dos planos econômicos e das dificuldades econômicas.

³³ Aqui se considera a inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Vale lembrar que a variação da inflação em 1994 considera os efeitos da implantação do Plano Real que ocorreu em meados de 1994.

³⁴ Segundo Rodrik (2003), citam-se também as reformas das instituições, do sistema de proteção social (saúde, educação, previdência social), reforma política, entre outras, porém segundo o autor, as principais reformas (desregulamentação, abertura comercial e financeira e privatizações) foram praticamente completadas ainda na década de 1990 e outras, consideradas do “Consenso Ampliado de Washington”, não conseguiram se efetivar completamente.

A Constituição Federal de 1988 é tida como marcante para os trabalhadores na medida em que se observam algumas conquistas, como por exemplo: a ampliação do seguro desemprego, a liberdade de greve, a redução da jornada de trabalho, a não interferência do Estado na organização sindical, a liberdade para criação de sindicatos e associações profissionais e outras (GOMES, 2009). Nesse sentido, de acordo com Dedecca (2005), é importante ressaltar que diante da situação internacional nos anos de 1980, com evidências favoráveis à desregulamentação, o Brasil segue na contramão do mundo capitalista desenvolvido no que se refere à instituição e à consolidação de direitos trabalhistas.

Entretanto, nos anos de 1990, em um contexto de reformas econômicas, esse quadro se modifica e a proposta de desregulamentação das relações entre trabalho e capital, com eliminação de direitos e flexibilização da política salarial, se estabelece como importante para a consolidação da modernização econômica do país. Para tanto, surgem algumas propostas como a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)³⁵, o fim da contribuição sindical compulsória, o fim do sindicato único, a ausência da participação do Estado nas relações entre trabalhadores e empresários, a liberdade sindical, a introdução do contrato coletivo de trabalho por empresa e o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho³⁶.

Diante da abertura econômica e da recessão da economia brasileira nos primeiros anos da década de 1990 a reação das empresas foi a adoção de um ajuste defensivo mais profundo que o dos anos de 1980, com impactos negativos para a indústria de transformação e para o emprego (ARBIX, 1996). Portanto, os impactos sobre o mercado de trabalho são evidentes quando a busca da racionalização da produção via *produção enxuta*, acabou por produzir desemprego e precarização do mercado de trabalho (ANTUNES, 1999 e BENKO, 2002). Nesse contexto, a legislação trabalhista passa a ser questionada e também responsabilizada pelas dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho como, por exemplo, o desemprego e a queda nos rendimentos. Dessa forma, entende-se que o conjunto de ações promovidas para a desregulamentação do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 tinha como objetivo tornar mais flexível o uso da força de trabalho no país³⁷.

Embora as reformas no mercado de trabalho tenham avançado menos do que gostariam os defensores do neoliberalismo, identifica-se que o mercado de trabalho

³⁵ Maiores informações sobre as mudanças na forma de contratação da força de trabalho regidas pela CLT, ver OLIVEIRA (2002); CARDOSO JR (2001) e KREIN (2007).

³⁶ Ver GOMES (2009); CAMARGO (1996) e AMADEO & CAMARGO (1996).

³⁷ Sobre a flexibilização do mercado de trabalho ver maiores informações em OFFE (1994); PASTORE (1994); AMADEO & CAMARGO (1996); BALTAR (1997); POCHMANN (2004) e MORAES NETO & CARVALHO (1997).

relativamente mais flexível produziu efeitos negativos não desprezíveis. Houve, portanto, alterações importantes na relação de emprego como as formas de contratação, o uso e a remuneração do trabalho. Avançaram as propostas de flexibilização da jornada de trabalho e flexibilização da contratação por contratos temporários³⁸ e por tempo determinado.

As dificuldades enfrentadas pela economia, acrescidas de um processo crescente de liberalização, reestruturação produtiva e altas taxas de desemprego estrutural tornaram o mercado de trabalho extremamente restrito e competitivo (CHESNAIS, 1996 e ANTUNES, 1999). Esses impactos são bastante evidentes na medida em que se observa que grande parcela de trabalhadores, antes empregados da indústria, torna-se agora excluída do mercado de trabalho em função da adoção de um processo de reestruturação produtiva e da abertura comercial (ARBIX, 1996).

Ainda que de forma tardia, no Brasil, principalmente ao longo da década de 1990, pode-se assistir mais intensamente a uma tentativa de adequação e atualização do “modo de produzir” frente à nova realidade do capitalismo contemporâneo. Assim, ao considerar a indústria como setor *estratégico na geração de riqueza* para o processo de desenvolvimento econômico é que se considera importante avaliar os impactos da reestruturação produtiva no setor e os rebatimentos sobre o seu mercado de trabalho. De acordo com Alves (1998), é neste mercado que este processo evidencia o seu *caráter destrutivo* sobre o emprego nesta nova fase do capitalismo, constituindo um novo patamar de acumulação capitalista mundial, fundado na acumulação flexível.

Portanto, a partir dos anos de 1980 não se pode negar que a economia brasileira sofre significativas transformações de ordem conjuntural e estrutural, ambas provocadas, sobretudo, pelo processo de reestruturação produtiva e pela opção de desenvolvimento introduzida pelo receituário neoliberal. Especificamente em relação ao mercado de trabalho do setor secundário, foi possível perceber que as mudanças ocorridas durante esse período alteraram o nível geral de emprego, determinando forte retração do mercado de trabalho.

Embora tenha se estabelecido nos anos de 1980, o processo de reestruturação produtiva no Brasil³⁹, com predominância do toyotismo, toma impulso na década seguinte sob

³⁸ Nesse caso o trabalhador perde o direito de estabilidade provisórias previstas na legislação, as verbas rescisórias e o seguro desemprego.

³⁹ Para Alves (1998) o Brasil viveu três processos de reestruturação produtiva. O primeiro surto de reestruturação produtiva ocorre na década de 1950, particularmente no governo Kubitschek, com perfil taylorista-fordista na indústria. O segundo surto ocorreu na época do *Milagre Brasileiro*, na passagem dos anos setenta. E, finalmente, o terceiro e atual, a partir dos anos 80, época de crise do capitalismo brasileiro (década perdida), e nos anos 90 sob a era neoliberal.

a era neoliberal com impactos sobre a classe trabalhadora e a sua forma de organização⁴⁰. As mudanças na estrutura produtiva, resultantes da introdução de novas tecnologias de produção e de novos métodos e formas de organização e gestão do processo de trabalho já consideradas para muitos estudiosos como universais, visam ao aumento da competição dos setores via ganhos de produtividade nos processos de produção e qualidade nos serviços e produtos. Observa-se que este processo é acompanhado por um impacto direto no processo de trabalho e no próprio trabalhador.

É importante considerar que na década de 1990 as dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho ocorreram quando a economia brasileira abraçou o modelo neoliberal (CHESNAIS, 1996) aceitando as condições do Consenso de Washington, acreditando ser este o caminho para a sua inserção no mundo globalizado. O processo de liberalização das importações e a entrada descontrolada de capital gerando valorização da moeda nacional, como medidas de controle da inflação, prejudicaram a produção local, que passaram a enfrentar a competição com os produtos importados. O processo de valorização da moeda nacional foi mantido através de elevadas taxas de juros, prejudicando o crédito, as contas públicas e a capacidade do Estado de coordenar os investimentos necessários para o crescimento da economia. Esse resultado foi fruto da combinação de indiscriminada abertura comercial e financeira, valorização cambial e altas taxas de juros, como também da ausência de uma política industrial capaz de minimizar os efeitos perversos da recessão econômica. (DANTAS, 1999)

Do ponto de vista do desenvolvimento da indústria no Brasil, dois períodos podem ser identificados na década de 1990: os anos 1990-92, do governo Collor de Mello, quando se definiu a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), e os anos subsequentes, quando nenhuma política industrial foi definida e implantada. No âmbito da PICE, buscava-se essencialmente a modernização e a reestruturação da indústria⁴¹ com ênfase em mecanismos de mercado. Conforme Guimarães (1996), a política industrial e a de comércio exterior introduzidas em 1990 diferem da política praticada nas décadas anteriores por deslocar seu eixo central de preocupação com a expansão da capacidade produtiva para a busca da eficiência e da competitividade. Tinha como objetivos prioritários o aumento de produtividade e a redução de custos, a melhoria da qualidade dos produtos e o repasse desses ganhos ao consumidor⁴².

⁴⁰ Ver RODRIGUES (1995); OLIVEIRA (1994) e ALVES (1998).

⁴¹ Sobre a reestruturação no setor industrial, ver CASTRO (2001); COUTINHO (1992 e 1994); GARCIA (2004) e KUPFER (1998).

⁴² Sobre a política industrial ver também SUZIGAN (1992); TAVARES & FIORI (1993); BATISTA (1993); DANTAS (1999); SALM, SABÓIA & CARVALHO (1996) e CAMARGOS BORGES & BOTELHO (2004).

A necessidade de se adaptar aos novos tempos pela via da reestruturação industrial resultou na introdução de novas tecnologias de informação e intensificação da busca de ganhos de produtividade sem o aumento de postos de trabalho.

Em vários estudos sobre o mercado de trabalho, alguns pesquisadores da área⁴³, apoiando-se na hipótese do emprego finito e diminuto no setor industrial, chegam a afirmar que, na década de 1990 a indústria estaria condenada a conviver com níveis de emprego decrescentes. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), verifica-se que na década de 1990 houve uma queda no nível de emprego na indústria de transformação, resultado da combinação de recessão econômica, abertura comercial e financeira, valorização cambial e altas taxas de juros⁴⁴, ou seja, os dados da Tabela 1 mostram que enquanto em dezembro de 1989 o setor industrial no Brasil contava com 6.615.804 empregados formais, tem-se que final da década de 1990 o mesmo setor empregava apenas 5.014.367. Assim, apenas 75,79% dos postos de trabalho formais foram mantidos no setor neste período, configurando uma perda de mais de 1.600.000 postos de trabalho.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos e Emprego Formal na Indústria Brasileira - 1989-2000

1989=100				
Ano	Estab.	%	Emprego	%
1989	190.465	100	6.615.804	100
1990	201.508	106	5.918.642	89,46
1991	203.315	107	5.549.680	83,89
1992	196.375	103	5.146.368	77,79
1993	194.760	102	5.197.399	78,56
1994	201.019	106	5.611.995	84,83
1995	220.468	116	5.397.270	81,58
1996	223.978	118	5.283.043	79,85
1997	236.983	124	5.141.186	77,71
1998	242.086	127	4.893.230	73,96
1999	247.855	130	5.014.367	75,79

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/MTE

No que se refere ao número de estabelecimentos industriais observa-se que no período analisado o mesmo apresenta um aumento de 30%. Por meio de detalhamento dos dados da RAIS, por tamanho de estabelecimento, é possível identificar a tese da empresa enxuta e da externalização das atividades das grandes empresas quando este aumento de estabelecimentos

⁴³ Ver, por exemplo: CAMARGO, NÉRI & REIS (2000); MOREIRA & NAJBERG (1999); ALBAN (1999).

⁴⁴ Ver MOREIRA & NAJBERRG (1999).

ocorre principalmente nas micro e pequenas empresas e não vem acompanhado de um aumento dos postos de trabalho.

Os estudos também mostram que na década de 1990, além da redução do nível de emprego na indústria em função das transformações produtivas, observa-se ainda que os baixos níveis de crescimento do PIB do País⁴⁵ provocam um aumento significativo das taxas de desemprego e também um deslocamento parcial das ocupações para o setor de serviços. É importante ressaltar que esse deslocamento parcial das ocupações para o setor serviços está basicamente atrelado à ampliação do processo de externalização de atividades (“terceirização”) por parte principalmente das grandes empresas industriais, como uma das estratégias para a redução de custos (CAMARGOS BORGES & BOTELHO, 2004). Apesar do fato de este processo implicar ampliação do peso do emprego no setor de serviços e no comércio, verifica-se que

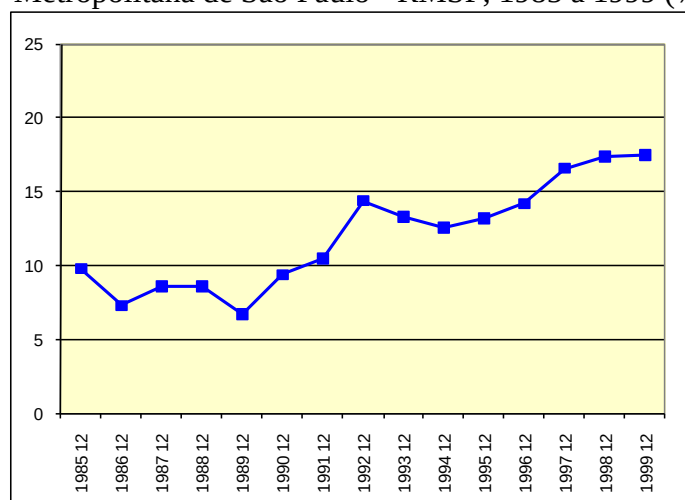
[...] mesmo com uma maior participação, o crescimento do emprego nesses setores foi insuficiente para compensar a perda dos empregos da indústria e a entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, resultando no crescimento das taxas de desemprego. (POCHMANN, 2004, p. 151)

Com relação às taxas de desemprego verifica-se que nesse período todas as regiões brasileiras apresentaram taxas de desemprego de pelo menos o dobro das verificadas no final da década de 1980⁴⁶. Como exemplo, a região metropolitana de São Paulo, que segundo a pesquisa da Fundação Seade/Dieese, no início do ano de 1989 apresentava uma taxa de desemprego de 8,9%, e no final de 1999 passou a registrar 17,5%. Mais grave ainda era a situação da região metropolitana de Salvador, que naquela data apresentava o maior índice de desemprego do país, com mais de 26% da População Economicamente Ativa (PEA), correspondendo a cerca de 400 mil desempregados.

⁴⁵ De 1990 a 1999, a média de crescimento foi de 1,80% ao ano.

⁴⁶ No Brasil o número de desempregados difere conforme a metodologia usada para as pesquisas de emprego e desemprego.

Gráfico 3 - Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, 1985 a 1999 (%)⁴⁷



Fonte: Elaboração própria segundo dados da Fundação SEADE/ DIEESE.

Segundo Pochmann (1999), além do desemprego na década de 1990 o trabalhador também enfrentou o problema da demora para encontrar um emprego, duplicando-se o tempo médio para que isso ocorresse. Em 1990, na Região Metropolitana de São Paulo, quando a taxa de desemprego era de 9,3%, o tempo de procura era de 15 semanas. Em abril de 1999 este tempo aumentou para 42 semanas, conforme dados da mesma pesquisa realizada pela Fundação Seade/Dieese.

Ao considerar que o Brasil apresentava um crescimento demográfico de 1,4% ao ano e que a PEA crescia à taxa de 2,7%, de acordo com Pochmann (1999), o país precisaria criar 1,5 milhões de novos empregos por ano, o que suporia um crescimento continuado do PIB a uma taxa de 7%, apenas para absorver a nova população que ingressava no mercado de trabalho a cada ano. Entretanto, com a queda do PIB, juntamente com o processo de reorganização das empresas, assiste-se à redução líquida dos postos de trabalho existentes.

Ainda na década de 1990, juntamente com o desemprego, verifica-se também um processo de informalização (trabalho sem carteira e sem garantias trabalhistas) e um processo de desassalariamento⁴⁸. Em 1993, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego

⁴⁷ As variações percentuais se referem ao mês de dezembro de cada ano e compreendem o desemprego oculto (trabalho precário e desemprego por desalento) e o desemprego aberto.

⁴⁸ Entre as décadas de 1940 e 1980 o mercado de trabalho no Brasil estruturou-se por meio da ampliação dos empregos assalariados, principalmente dos assalariados com carteira assinada, havendo uma redução dos trabalhadores por conta própria e do desemprego. De acordo com o IBGE, para cada 10 postos de trabalho abertos naquele período, oito eram assalariados (sendo 7 com registro e 1 sem registro) e 2 não assalariados. Em 1980 o emprego assalariado aumentou a sua participação na PEA para 62,8% enquanto em 1940 essa participação era de 42%. A partir de 1980 essa tendência de estruturação do mercado de trabalho, em torno do emprego assalariado, sobretudo dos empregos assalariados com registro formal, foi modificada, ou seja, diminui

(PME) do IBGE, antes do Plano Real, 44,4% do total de ocupados estavam no mercado informal e, ao longo da década de 1990 este contingente aumentou para 47,3%⁴⁹. O aumento do desemprego e da informalização, juntamente com o processo de desassalariamento, geraram impactos negativos para os trabalhadores, tanto no âmbito econômico quanto no que se refere à sua capacidade política de organização. Segundo Parra (2002), ao considerar o emprego assalariado formal, a base do sindicalismo brasileiro, verifica-se que a redução do emprego assalariado e as novas formas precárias de contratação geraram um enfraquecimento desse tipo de organização e das formas de resistência coletiva. Nesse sentido, um dos objetivos deste trabalho é verificar o papel dos sindicatos na construção de um pacto territorial com vistas ao enfrentamento da crise, assunto a ser abordado no próximo capítulo.

Quando se trata de analisar a precarização do trabalho no Brasil constata-se que no aspecto renda⁵⁰, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, as vagas de trabalho criadas se concentram principalmente na faixa de até 3 salários mínimos enquanto que as demissões, nos altos salários. Ainda de acordo com esta mesma base de dados, nota-se que um em cada quatro brasileiros ocupados (24,4% deles) ganhavam até um salário mínimo e 27,5% entre 1 e 2 salários mínimos. Assim, somados estes dois contingentes, é possível constatar que mais da metade dos brasileiros ocupados, ou seja, 51,9% estavam recebendo, no máximo, 2 salários mínimos, o que significava que cerca de 32 milhões de brasileiros se encontravam nessa condição.

Portanto, esse cenário contribuiu para que fossem adotadas medidas de desregulamentação das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que as mesmas são acompanhadas de certa “desresponsabilidade” do Estado no que tange aos direitos sociais, principalmente daqueles que estão excluídos do mercado de trabalho formal.

Segundo Alves (1998), diante de uma lógica de valorização do capital pela via da *produção enxuta*, o avanço do processo produtivo parece reduzir cada vez mais a participação relativa dos trabalhadores na produção e, além de gerar o desemprego, também promove uma precarização do emprego e dos salários quando a busca de redução dos custos por parte das empresas, sem prejudicar a qualidade, é acompanhada pelo processo de descentralização

o ritmo de crescimento dos empregos assalariados, aumenta o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e dos trabalhadores por conta própria (POCHMANN, 1999).

⁴⁹ Na região metropolitana de São Paulo, para os anos de 1989 e 1999, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), aumenta o número de trabalhadores autônomos (de 15,6% para 21%), o número de empregadores (de 4,1% para 5,4%) e de trabalhadores sem carteira (de 9,1% para 12,5%). No mesmo período, verifica-se que há uma queda de 72,1% para 61,4% de trabalhadores da População Economicamente Ativa (PEA) em regime assalariado.

⁵⁰ Ver também POCHMANN & PRONI (1996).

produtiva/terceirização. Afirmar também o autor que a tendência atual das empresas é concentrar esforços e se especializar na produção daquelas mercadorias sobre as quais elas detêm vantagens competitivas, partindo para as redes de subcontratação e, ao contrário de ser uma saída para o desemprego estrutural, o que parece ocorrer de fato neste processo de terceirização, são o aumento da jornada e a intensidade do trabalho, menores salários, menor estabilidade no emprego, enfim, precarização do processo e dos contratos de trabalho⁵¹.

A terceirização, segundo Soares (1998), em meio a um quadro de mudanças tecnológicas e organizacionais, se evidencia como um dos elementos mais importantes no processo da reestruturação produtiva. Para ele, as empresas terceirizam porque estão buscando a “focalização” (concentrar em seu produto principal) como “estratégia de produção” levando a um processo de descentralização produtiva voltada para a desverticalização das empresas, a externalização das atividades e a flexibilização da força de trabalho. Embora na visão do autor a terceirização não seja recente, ela aparece agora conjugada com as inovações tecno-organizacionais, alterando os padrões antigos do processo produtivo. Afirmar este autor que a terceirização sempre existiu, mas agora ocorre de forma mais agressiva e com maior intensidade, tida como estratégia para a busca de maior competitividade. No caso do Brasil, o termo terceirização passou a ser usado de forma mais frequente a partir da década de 80, como tradução do inglês “outsourcing” para designar o “*fornecimento vindo de fora*” ou a produção que passa a ser realizada pela empresa contratada; ou ainda, “*a contratação de produtos e serviços junto às empresas instaladas no país*” (SOARES, 1998, p.128). De acordo com esse autor, para as empresas as principais vantagens da aplicação dessa técnica administrativa dizem respeito à redução dos custos, intensificação de uma produção mais “enxuta”, que acaba incidindo diretamente na redução dos postos de trabalho, maior flexibilização da força de trabalho, possibilidade de alcançar maiores ganhos de produtividade, melhoramento contínuo da qualidade e competitividade no mercado, dentre outros. Por outro lado, de acordo com Soares (1998), estudos mais recentes apontam que a terceirização precariza as condições de trabalho e de emprego e conduz a uma fragmentação da ação sindical.

O retorno a formas pretéritas de exploração da força de trabalho, como o trabalho em domicílio, o salário por peça, bem como a subcontratação, a terceirização e a precarização do trabalho, hoje associadas às inovações tecnológicas e organizacionais, são uma expressão clara do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. (SOARES, 1998, p.132)

⁵¹ Ver BALTAR (2003); DIEESE (2001); GALVÃO (2003); COCCO (1995) e MATTOSO et al. (1996).

Esta combinação de formas antigas de processo de trabalho com práticas mais modernas e flexíveis também foi discutida por Harvey (1992), que enfatiza que tal combinação tem sustentado o processo de acumulação flexível, ao mesmo tempo em que evidencia dificuldades para a organização e a mobilização dos trabalhadores.

Nos países desenvolvidos, diferentemente do cenário brasileiro, verifica-se que a política neoliberal cumpriu o papel de ativar a concorrência, necessária para levar à frente a *Terceira Revolução Industrial*. Neste caso, os efeitos sociais destrutivos foram contrabalançados pelo crescimento econômico e atenuados pelo alto nível de renda e pela relativa homogeneidade social (ver TAVARES, 1992 e 1997). Nos países periféricos, como o Brasil, a lógica de deixar as soluções para o mercado parece levar a um processo de aprofundamento da estagnação econômica com aumento das desigualdades sociais.

Mesmo tendo a clareza de que para entender a crise atual é necessária uma visão global das transformações, das relações econômicas internacionais e das mudanças estruturais provocadas pela transnacionalização das empresas, setores de informação, financeiro e monetário, concorda-se com a afirmação de Furtado (1992) de que um dos principais ingredientes da crise é a insuficiência de um aparelho institucional de coordenação e controle dos circuitos comerciais, monetários e financeiros. Ao contrário, o crescimento econômico, das últimas décadas, parece ficar na dependência da iniciativa das grandes empresas que atuam no plano transnacional.

Portanto, é importante ressaltar que quando o crescimento deixa de ser voltado para a formação do mercado interno para se voltar para a integração com a economia internacional, verifica-se uma diminuição considerável da interdependência das distintas regiões, traduzindo em um enfraquecimento da solidariedade entre elas. Assim, o processo de desconcentração econômica regional, importante no passado para determinar as altas taxas de crescimento da economia nacional, fica problematizado pelo processo de abertura econômica e pela reestruturação do parque produtivo. (PACHECO, 1996)

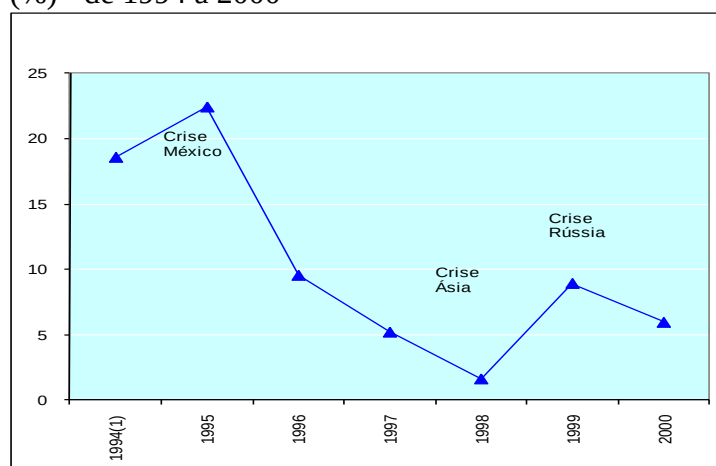
As mudanças introduzidas na economia nas últimas décadas e aprofundadas com a implantação do Plano Real⁵² mostram um quadro de agravamento das fortes desigualdades sociais, provocado pelo aumento do desemprego aberto e pela precarização das condições e relações de trabalho.

Finalmente, pode-se afirmar que os impactos negativos do Plano Real sobre a estrutura e dinâmica da ocupação estão relacionados com a natureza das políticas adotadas. A política

⁵² Sobre o Plano Real, ver BACHA (1997); BATISTA (1996); BRESSER (1994); DELFIM (1997) e TAVARES (1997).

de estabilização destinou-se a deter a inflação e não a assegurar a estabilidade macroeconômica. A abertura da economia, a sobrevalorização cambial e os altos juros buscaram estabilizar os preços a qualquer custo e inviabilizaram as demais variáveis macroeconômicas (o nível de atividade, o consumo, o investimento, o balanço de pagamentos e outros).

Gráfico 4 - Comportamento Anual da Inflação no Brasil (%) - de 1994 a 2000⁵³



Fonte: Elaboração própria segundo dados do IBGE

(1) Inflação acumulada a partir da implantação do Plano Real.

Assim, embora o Plano Real se mostre eficiente no processo de redução das taxas de inflação (ver Gráfico 4), não se pode olhar os seus impactos tendo como simples consequência a queda da inflação. É fundamental compreender que juntamente com o referido plano de estabilização baseado na âncora cambial⁵⁴ há também uma “nova” proposta para a alteração do projeto de desenvolvimento e a integração da nação ao mundo globalizado.

⁵³ Aqui também se considera a inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Vale lembrar que a variação da inflação em 1994 considera a variação da inflação após a implantação do Plano Real que ocorreu em meados de 1994. Após a implantação do Plano Real a economia brasileira também foi abalada pela Crise do México (1995), Crise da Ásia (1998), Crise da Rússia e Crise do Real (1999), Crise da Argentina e Crise da Energia (2002) e também pelas Eleições (Nov/2002).

⁵⁴ Instrumento de política econômica utilizado para estabilizar o valor de uma moeda fixando-se seu valor na taxa cambial. Este foi o instrumento utilizado pela equipe econômica brasileira até 1999 quando US\$ 1 passou a valer R\$ 1,21, taxa definida para a conversão, com o objetivo de segurar a inflação.

1.2.2 - Alguns efeitos da Política Macroeconômica Brasileira pós Real

Para muitos analistas a política macroeconômica adotada a partir do Plano Real, embora de um lado tenha implicado um melhor controle da inflação, de outro, gerou situações difíceis de enfrentar, como a tendência ao desequilíbrio crescente no Balanço de Pagamentos, dificuldades em conter a evolução da dívida pública, crescente dependência do setor externo, crises enfrentadas em vários setores da indústria e um baixíssimo crescimento econômico com impactos negativos sobre o mercado de trabalho.

Na Tabela 2 é possível identificar alguns efeitos negativos do Plano Real, por exemplo, sobre o Balanço de Pagamentos. A opção de sobrevalorização do real frente ao dólar, que perdurou até início de 1999, promoveu uma crescente participação dos produtos importados no mercado nacional, com crescimento superior às exportações, provocando um quadro de subsequentes déficits na balança comercial a partir de 1995. Para além dos déficits na balança comercial, observam-se também crescentes déficits nas contas serviços e renda, e, conseqüentemente, no saldo das transações correntes, levando o governo a optar pela adoção de uma política de aumento nas taxas de juros com o objetivo de atrair os capitais estrangeiros e de buscar equilibrar as contas do Balanço de Pagamentos⁵⁵. Tal estratégia estimulou maiores taxas de rentabilidade nas aplicações financeiras em detrimento da atividade produtiva, ou seja, o aumento nos juros, juntamente com os níveis dos spreads bancários⁵⁶, dificultava a captação de recursos no sistema financeiro privado e conseqüentemente implicava dificuldades para as empresas rolarem as suas dívidas e também obterem recursos para investimentos de médio e longo prazo.

Tabela 2 - Evolução das Contas do Balanço de Pagamentos - Brasil, 1994 a 2000

	US\$milhões						
Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BALANÇA COMERCIAL - FOB	10.466	(3.352)	(5.554)	(6.753)	(6.575)	(1.199)	(698)
SERVIÇOS e RENDAS(LIQ.)	(14.743)	(18.594)	(20.483)	(25.522)	(28.300)	(25.825)	(25.048)
TRANSF.UNILATERAIS	2.588	3.974	2.900	1.823	1.458	1.689	1.521
SALDO CONTA CORRENTE	(1.689)	(17.972)	(23.137)	(30.452)	(33.416)	(25.335)	(24.225)
CAPITAIS AUTÔNOMOS	14.294	29.359	34.263	25.800	29.702	17.319	19.326
ERROS E OMISSÕES	334	2.093	(2.109)	(3.255)	(4.256)	194	2.637
SALDO B.P.	12.939	13.480	9.017	(7.907)	(7.970)	(7.822)	(2.262)

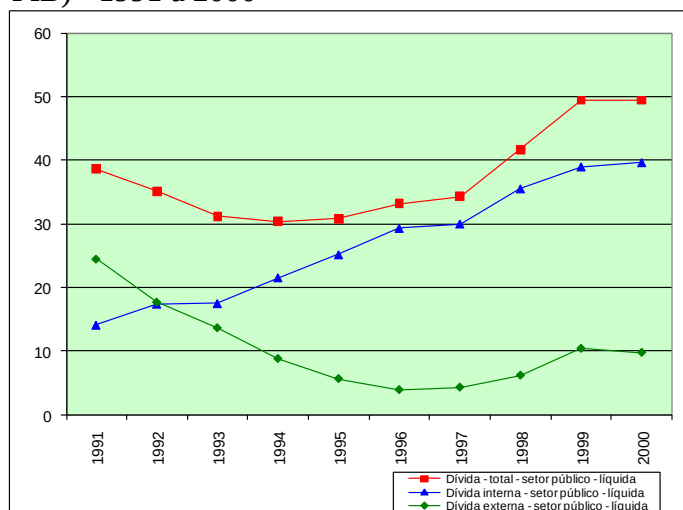
Fonte: Elaboração própria segundo dados do Boletim do Banco Central do Brasil

⁵⁵ Essa política de juros também tinha relação com a necessidade de giro da dívida pública interna, além de reduzir a liquidez e de controlar a inflação.

⁵⁶ O spread bancário é a diferença entre os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas e as taxas pagas pelos bancos aos investidores que depositam seu dinheiro em aplicações do banco.

O aumento da taxa de juros para sustentar a ancoragem cambial e controlar a inflação implicou também aumento da dívida pública e, conforme demonstrado no Gráfico 5, observa-se que no ano de 1991, antes do Plano Real, enquanto a relação dívida interna do setor público/PIB era de 14,13%, em 2000 ela atingiu o patamar de 39,66%. No que se refere a relação dívida total do setor público/PIB verifica-se que até 1994 a tendência era de decréscimo, tendo alcançado 30,4% do PIB neste ano. Neste mesmo ano, com a adoção do Plano Real a dívida total, mesmo com a queda da dívida externa, passou a crescer em um ritmo acelerado, representando aproximadamente, 50% do Produto Interno Bruto em 2000.

Gráfico 5 - Dívida Pública Líquida do Brasil (% do PIB) - 1991 a 2000



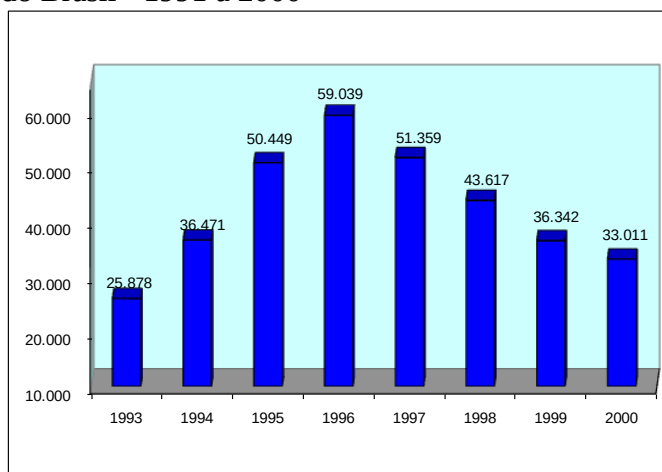
Fonte: Elaboração própria segundo dados do IPEA.

O sucesso da política macroeconômica adotada no Plano Real esteve refém da manutenção de altas taxas de juros para atrair os capitais internacionais e, assim, sustentar o sobrevalor da moeda nacional. Durante as crises cambiais internacionais o país enfrentou a inversão nos fluxos das reservas, e a opção foi aumentar ainda mais as taxas de juros para tentar reverter a situação. Na crise do México (1995), conforme demonstra o Gráfico 6, o país recupera os fluxos de capital internacional, mas a partir de 1997 com o novo ataque especulativo denominado “Crise da Ásia”, mesmo usando a opção de aumento dos juros, verifica-se um declínio das referidas reservas cambiais.

A partir da crise cambial provocada pela Rússia (1999) optou-se pelo fim do regime de câmbio fixo, provocando a desconfiança do mercado em relação à moeda nacional e mesmo em relação às suas políticas de defesa. Como consequência, observa-se uma fuga dos capitais

e queda nas reservas internacionais, ou seja, conforme demonstrado no Gráfico 6, depois dos ataques especulativos de 1995, 1997 e 1998 houve uma saída significativa de reservas, explicada principalmente pelas incertezas dos credores internacionais frente à capacidade do Brasil de saldar os seus compromissos. Assim, o aumento da taxa de juros como instrumento de combate aos ataques especulativos não se mostrou eficiente para contornar as crises, ademais implicar um agravamento da situação fiscal do país, com a elevação da dívida pública interna.

Gráfico 6 - Comportamento das Reservas Internacionais do Brasil - 1991 a 2000



Fonte: Elaboração própria segundo dados do Boletim do Banco Central do Brasil.
Obs: Valores referentes ao mês dezembro, expressos em US\$ milhões.

Diante dos fatos, verifica-se que o Plano Real, reconhecido por muitos dos seus defensores como um “novo projeto de desenvolvimento”⁵⁷, além de resgatar as idéias liberais, avança com o projeto iniciado no governo Collor, aproveitando o momento favorável decorrente da alta liquidez do mercado internacional e do sucesso do plano no combate da inflação. Nesse sentido, o “novo projeto de desenvolvimento” se revelou no aprofundamento do processo de privatização iniciada no governo Collor, na privatização e na alteração do papel e na forma de atuação do Estado, transferindo para o setor privado a tarefa de orientar o processo crescimento da economia (CARNEIRO, 2002; TAVARES, 1997 e LOPREATO, 2006c).

⁵⁷De acordo com Cano (1999), a nova concepção de desenvolvimento se baseava na implantação de dois principais conjuntos de medidas. A primeira seria a da estabilização macroeconômica cujo intuito era o de reduzir a inflação e controlar o déficit público. A segunda seriam as “reformas estruturais”, ou seja, a desregulamentação, a abertura da economia e as privatizações. Nesse sentido, tratava-se de uma nova concepção de desenvolvimento, marcadamente diferente da anterior.

O avanço da liberalização financeira iniciada no governo Collor também é outro elemento importante da implantação da chamada “nova estratégia de desenvolvimento”, ou seja, de acordo com Lopreato (2006c), a implantação do Plano Real marcou esse momento de alteração na estratégia de desenvolvimento de cunho neoliberal, ganhou consistência e avançou para além da estabilização.

Outro aspecto importante a ser observado na implantação do Plano Real foi o tratamento dado ao setor industrial. Com o processo de liberalização comercial e redução do papel do Estado na economia, passou-se a contestar aquela visão protetora do setor industrial, ao mesmo tempo em que se abandonava a idéia de uma política industrial que pudesse orientar as transformações decorrentes da reestruturação produtiva, deixando a critério do mercado o papel de ditar os rumos da modernização. (DANTAS, 1999)

De acordo com Lopreato (2006c), observa-se que a mudança realizada pelas reformas neoliberais não foi capaz de engendrar um novo ciclo de investimentos, dada a precária situação econômica externa e a incapacidade de se prover um setor líder capaz de assumir a primazia do processo de acumulação produtiva, em um cenário de ganhos financeiros elevados frente aos ganhos produtivos submetidos a um alto risco e dependentes do aporte dos agentes privados. Assim, a política de juros altos contribuiu para manter o caráter “rentista” da economia em detrimento da atividade produtiva. Na medida em que o Plano Real se sustentou pela combinação de juros altos e câmbio sobrevalorizado, o país foi se tornando cada vez mais vulnerável a ataques especulativos e o setor produtivo continuou sofrendo com as consequências desta combinação. Entende-se que a política de juros altos era incompatível com as prioridades internas de crescimento, geração de empregos, ajuste fiscal e estabilidade do sistema financeiro.

Seguindo o exemplo de outros governos latino-americanos, o governo Fernando Henrique Cardoso explicitou de modo inequívoco a sua ordem de prioridades no campo econômico: combate à inflação acima de tudo e ainda que à custa de juros elevados, câmbio sobrevalorizado, recessão ou crescimento medíocre e desemprego crescente (...). É preciso evitar que o sucesso inicial em termos de redução da inflação tenha efeito perverso de anestesiar o país, impedindo-o de reconhecer a natureza dos desafios que ainda tem pela frente para consolidar o processo de estabilização e abrir caminho para uma nova etapa de desenvolvimento sustentado. (BATISTA JR.,1996, p.162 e169)

Diante deste cenário verifica-se que a crise do *mundo do trabalho*⁵⁸, resultado das transformações vividas pelas economias mundiais, caracterizada pelo processo de

⁵⁸ Ver ANTUNES (1995a, 1996 e 1999); BALTAR (2003) e POCHMANN (1999).

reestruturação produtiva, atingiu as economias em escala internacional e, em países considerados retardatários e periféricos, como o Brasil, os efeitos tendem a ser maiores (BIANCARELI, 2004). Infelizmente, este cenário é agravado devido, principalmente, à adoção das políticas de cunho neoliberal que não possuem uma proposta para o enfrentamento das questões sociais em meio a um projeto maior de desenvolvimento sustentado. Por muitos anos, assistiu-se à reedição de um processo de crescimento através da dependência externa, ao mesmo tempo em que se abriu mão da “arbitragem de setores estratégicos”.

Observa-se que o projeto do governo FHC teve como propósito apenas as reformas políticas e econômicas, mais especificamente políticas de redesenho do Estado através das privatizações, controle do déficit público e reforma monetária⁵⁹. Segundo Lopreato (2006c), não houve uma concepção de desenvolvimento, dado que não se enfrentaram as questões sociais e econômicas, e a atração de capital se deu de forma desordenada, não se preocupando com a natureza do investimento, ou seja, para o autor, além da política não ser discricionária fazendo com que qualquer capital fosse bem vindo, também se abriu mão de arbitrar sobre as mudanças no padrão de acumulação.

Nesse contexto, observa-se que a opção de desenvolvimento vivenciada pela economia brasileira na década de 1990 gerou rebatimentos perversos sobre a atividade econômica interna fazendo com que muitas pressões econômicas e tecnológicas ocorridas internacionalmente passassem a ser aplicadas também nos setores econômicos internos. Aqui o setor industrial se destaca como setor atingido por estas transformações e mesmo sendo considerado de importância estratégica no desenvolvimento das economias, a partir dos anos de 1980, tem o seu padrão de investimento e a sua gestão comprometida. A postura dos governos frente ao setor, nas últimas décadas, se apresenta bastante diferente quando comparada com o padrão de desenvolvimento alcançado nos anos 70, cujo desempenho econômico e tecnológico contribuiu para a expansão e modernização do sistema econômico no país, impulsionado por uma política de formulação de estratégias de desenvolvimento para o setor.

Nesse sentido, a *crise financeira do Estado*, ao ser acompanhada de medidas para conter o déficit público, com impacto negativo sobre a gestão e o crescimento do setor industrial, comprometeu o desempenho e a capacidade do setor em diminuir o *gap* tecnológico frente aos países centrais. Portanto, o enfrentamento destas questões por parte do governo, seguindo a mesma tendência das economias latino americanas, foi o de estimular o

⁵⁹ Ver CARNEIRO (2002); BELLUZZO & ALMEIDA (2002) e SAES (s/d).

processo de reestruturação produtiva em meio à adoção de um modelo neoliberal, que conquista a hegemonia mundial. (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002)

Portanto, entender o processo de reestruturação produtiva na indústria, e mais especificamente no ABC, é verificar de forma concreta os impactos deste processo de reestruturação, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho. Para tanto, é necessário ter como pano de fundo o entendimento desse “modelo de desenvolvimento” adotado no Brasil a partir das últimas décadas, em que se abandona o chamado “projeto de desenvolvimento nacional sustentado”. Assim, na próxima seção pretende-se apreender os novos rumos do desenvolvimento e, posteriormente, discorrer sobre as mudanças adotadas no setor industrial e os seus impactos no mercado de trabalho. Toma-se como objeto concreto de estudo o ABC, tido como espaço de adoção de uma estratégia alternativa de desenvolvimento a partir da construção de arranjos sócio-produtivos formuladores de projetos que visam ao enfrentamento da crise, particularmente suas consequências sobre o emprego.

1.3 - O Enfoque Territorial como Estratégia de enfrentamento da Crise do Emprego

No sistema capitalista são notórias as dificuldades de se gerar e consolidar um processo mais justo de distribuição das riquezas, portanto, ao considerar tais desigualdades inerentes ao sistema, existem aqueles que defendem a superação do sistema como alternativa para o seu fim e aqueles que consideram a possibilidade de reformas no âmbito do sistema para a redução de tais diferenças. Para uns, a redução das desigualdades requer uma maior intervenção do Estado, enquanto que para outros a redução de tais diferenças só pode ocorrer pela via do mercado.

Assim, embora a busca pelo “desenvolvimento”⁶⁰ fosse para muitos um objetivo comum, verifica-se que a alternância entre os modelos adotados (liberalismo e intervenção estatal) fez parte da história do capitalismo, com suas respectivas consequências para a história da sociedade. Portanto, ao longo de várias décadas, principalmente nas economias periféricas, o complexo debate em torno dos temas crescimento e desenvolvimento econômico⁶¹ está presente nas discussões acadêmicas e políticas.

⁶⁰Entende-se que, embora o uso da palavra desenvolvimento seja recorrente nas várias linhas de pensamento, não se pode negar que há diferentes concepções aliadas a esse termo, por exemplo, para os adeptos à corrente liberal.

⁶¹ Ver FURTADO (1992); CARDOSO (1995) e CARNEIRO (2002).

Nesse contexto, a intervenção governamental via política econômica, com a finalidade de conduzir a economia para um “ponto de equilíbrio” ⁶² e pleno emprego, foi bastante defendida por Keynes, em 1936, quando da publicação da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. Keynes (1982) descartava completamente a idéia clássica de que a economia tenderia, automaticamente, para uma situação de pleno emprego.

A defesa de um papel interventor do Estado na economia, de acordo com Keynes, não poderia ser confundida com a simples substituição dos mercados privados pela ação do Estado na determinação dos investimentos. Essa defesa estaria relacionada à adoção de políticas econômicas dirigidas a aumentar o nível de demanda agregada de modo a criar um ambiente estável e seguro de estímulo aos empresários na realização de novos investimentos, uma vez que os níveis de emprego e a utilização da capacidade produtiva dependeriam da demanda agregada e, principalmente, das decisões de investimento dos empresários. O modelo keynesiano, segundo Oreiro e Paula (2007), tratava, portanto, de buscar um meio termo entre o liberalismo econômico e o intervencionismo estatal, partindo da premissa de que o mercado não se auto-regula, mas que o capitalismo, se bem administrado, poderia se tornar mais eficiente do que qualquer outro sistema alternativo para atingir os objetivos econômicos, ou seja, para Keynes, uma boa combinação entre iniciativa privada e ação do governo poderia explicar o sucesso do desenvolvimento de vários países.

Diferentemente do que apregoava a teoria keynesiana, a partir da última década do século XX o “novo modelo de desenvolvimento” apresenta um cunho neoliberal e vem acompanhado de uma série de eventos que levam à quebra de alguns princípios adotados na era fordista de produção em massa, caracterizada pela busca do pleno emprego e de níveis crescentes de consumo e renda. O rompimento do ciclo virtuoso de crescimento das economias vem acompanhado do abandono do capital produtivo enquanto força dinâmica protagonista, papel assumido pelas grandes finanças internacionais, responsável pela financeirização da riqueza global, ao mesmo tempo em que são acompanhadas pelas mudanças tecnológicas, novas formas de produção, gestão e organização industrial⁶³.

Portanto, a partir da década de 70, com o rompimento do ciclo de crescimento virtuoso do pós-guerra, para muitos se inaugura um novo padrão de acumulação em substituição ao modelo de produção padronizada e em massa. Desde então, passou-se a enfatizar as vantagens

⁶² Para Keynes (1982), o ponto de equilíbrio poderia ocorrer abaixo do uso da capacidade produtiva total.

⁶³ Ver CARNEIRO (1999); TAVARES (1992 e 1997); BRAGA (1996); CHESNAIS (1995; 1996 e 1997); SINGER (1998) e REIS (2002).

do desenvolvimento local⁶⁴ em um contexto de acumulação flexível. Observa-se que a crença no poder das forças de mercado fortalecia cada vez mais a perspectiva de deslocamento das orientações de projeto nacional para a maior ênfase nas propostas de desenvolvimento local.

[...] difundiu-se, em nível internacional, a idéia do surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento, associado ao processo de “globalização” e fundamentado numa nova forma de organização da economia e da sociedade – flexível e descentralizada [...] Contrastando com a visão hegemônica liberal, surgiram visões e experiências alternativas de desenvolvimento territorial local. Experiências que, mesmo reconhecendo a força desse processo liberalizante “global”, implementaram respostas específicas e intencionais valorizando as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios locais. (MENDONÇA e ORTEGA, 2005, p.02)

Várias são as experiências de arranjos produtivos adotadas como alternativa para a busca de um novo tipo de desenvolvimento econômico, sendo consideradas como experiências inovadoras de processo de reconversão. Pochmann (2004) ressalta que não se pode negar o reconhecimento de várias correntes teóricas sobre as experiências de desenvolvimento de algumas regiões dos países centrais que demonstraram ser possível a perspectiva de desenvolvimento local. Entretanto, de acordo com o autor, é necessário um contraponto com a realidade brasileira na tentativa de se evitar “uma idealização excessiva destes modelos e sua transposição mecânica à realidade nacional” (POCHMANN, 2004, p.47).

De acordo com Benko (2002), os primeiros trabalhos que se dedicaram à análise do desenvolvimento territorial ressaltando a relevância das relações sociais e da atmosfera que envolve os agentes econômicos foram os de Arnaldo Bagnasco, Giacomo Becattini, Carlo Trigilia e Sebastiano Brusco, que se baseavam na noção de distrito industrial⁶⁵ em três

⁶⁴ Segundo Benko (2002), “o desenvolvimento local apresenta-se menos como uma teoria do desenvolvimento da região que como um paradigma novo do desenvolvimento: desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado, desenvolvimento “por baixo”, opondo-se ao desenvolvimento “por cima”, que fundava as práticas anteriores [...] O desenvolvimento local é, antes de tudo, a flexibilidade opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território [...] A política de desenvolvimento local implica igualmente estratégias de financiamento e de formação, e passa pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira.” (BENKO, 2002, p.228)
Sobre esse tema ver também BECATTINI (1994); BAGNASCO (1999); ORTEGA (2008); AFFONSO (1999) e SOUZA (1996).

⁶⁵ O conceito de “distrito industrial”, desenvolvido em 1900 por Alfred Marshall, reaparece tendo em vista o modo de regulação e o paradigma tecnológico observados nesse meio produtivo. Assim, o distrito industrial passa a ser definido como “[...] uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico. No distrito, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como por exemplo, as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas” (BECATTINI, 1994, p. 20; LAZZERETTI, 2006, p. 61). Para Becattini (1999) a criação de um distrito industrial autêntico requer:

experiências típicas: as aglomerações tecnológicas (como o Vale do Silício), artesanais ou de pequenas e médias empresas (Terceira Itália) e as financeiras e de serviços (as grandes metrópoles). (BENKO, 2002, p.57)

Assim, na literatura especializada sobre o tema, pode-se listar uma série de estratégias bem-sucedidas de desenvolvimento local, por exemplo, a experiência japonesa da Toyota City; os centros especializados da região conhecida como Terceira Itália; os distritos industriais de alta tecnologia no Vale do Silício e o condado de Orange, na Califórnia nos Estados Unidos; e a região de Baden-Württemberg e a Bavária, no sul da Alemanha. Todavia, entre essas experiências, a mais difundida como referência para o desenvolvimento endógeno⁶⁶ recomendado pelos organismos multilaterais, particularmente o Banco Mundial, foi a região italiana da Emiglia Romagna, cuja capital é Bologna. Existem vários estudos como, por exemplo, a obra de Bagnasco (1977), que cunhou a expressão Terceira Itália para se referir a região do centro-norte italiano (Emiglia Romagna, Toscana, Marche, entre outras) e o norte- Oriental (Veneto e parte da Lombardia). Importante salientar que, além de servir de referência para vários estudos, essas experiências italianas serviram de inspiração para diversas estratégias de desenvolvimento local.

Apesar da importância da capacidade de coordenação dos atores sociais e do papel da governança⁶⁷ nessas regiões, de acordo com Pochmann (2004), não se pode negar que os mesmos não se encontram deslocados do contexto macroeconômico nacional que, com certeza, exerce importante determinação sobre as possibilidades de avanço ou retrocesso do

determinadas características sociais; fracionamento de fases produtivas (para que os processos produtivos sejam eficazes no distrito); escala de produção; laços do mercado local com o exterior (rede de relações estáveis) e sentimento de pertencimento (resolução dos conflitos intra e inter classes). Além disso, requer uma ‘imagem’ (marca); efervescência inovadora; mobilidade do trabalho e cooperação entre os membros do distrito (BECATTINI, 1999, p.47).

⁶⁶De acordo com Vázquez Barquero (1999), o conceito de desenvolvimento endógeno surge como uma alternativa de grande utilidade, tanto para que se possam analisar as mudanças em curso nas sociedades contemporâneas, quanto para que se possam tomar decisões que orientem as economias locais. Dessa forma, a perspectiva do desenvolvimento endógeno leva em conta, em suas análises, não apenas aquelas variáveis de cunho essencialmente econômico, mas busca resgatar também o papel das instituições e das relações sociais que se produzem dentro do território e que servem de base para as relações econômicas. Assim, “la teoría del desarrollo endógeno considera que en los procesos de desarrollo intervienen los actores económicos, sociales e institucionales que forman el entorno en el que se desarrolla la actividad productiva y, entre ellos, se forma un sistema de relaciones productivas, comerciales, tecnológicas, culturales e institucionales, cuya densidad y carácter innovador va a favorecer los procesos de crecimiento y cambio estructural”. (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999, p. 20)

⁶⁷ De acordo com Carvalho (2001), a compreensão das diferentes formas de governança é um fator chave dado que as diferenças nos modos de coordenação dos agentes sócio-econômicos influenciam significativamente nas possíveis respostas a mudanças, por exemplo, aquelas verificadas no cenário atual, bem como no desenvolvimento e competitividade do aglomerado de empresas e na sua relação com a região onde está inserido.

desenvolvimento local. No caso da experiência italiana⁶⁸, a literatura mostra que as redes de pequenas e médias empresas (PMEs) se desenvolveram em um ambiente macroeconômico favorável, ou seja, a economia contava com taxas de juros reais negativas, desvalorização cambial e importantes fluxos de investimento públicos voltados em parte para financiar o seguro-desemprego, contribuindo para a universalização da renda, além de políticas de incentivo às pequenas empresas que, embora não coordenadas, favoreceram o seu desenvolvimento.

Importante ainda, como destaca Putnam (2000), o papel da institucionalidade regional italiana e a existência dos bancos regionais, importantes para a emergência dos distritos industriais. Assim, é

[...] inegável comentar que essas possibilidades de desenvolvimento produtivo na região da Terceira Itália fizeram parte do contexto macroeconômico favorável ao fortalecimento das atividades econômicas, tendo a política macroeconômica exercido considerável influência positiva, por intermédio de medidas ativas nos campos fiscal, comercial, monetário, crédito e industrial. (POCHMANN, 2004, p.51)

Ainda segundo Pochmann (2004), também não se pode deixar de considerar a importância das lutas políticas e sociais travadas pela classe operária italiana levando à conquista de uma série de direitos, como por exemplo, a garantia da plena liberdade de negociação sindical, liberdade de greve e acordos coletivos nacionais e setoriais por meio de negociações tripartites. Lembra este autor que, diferentemente, no Brasil o processo de expansão capitalista se deu com o alijamento da classe operária na participação da construção das relações capital e trabalho. Ao contrário, os processos de conciliação tiveram resultados concentradores, autoritários e excludentes, gerando profundas diferenças de renda e afastamento das classes populares do poder. Portanto, entende-se que é necessária uma postura crítica na adoção de experiências semelhantes para não se cometer o erro de tentar uma transposição automática sem levar em conta o processo histórico de cada nação, região ou localidade. Aliás, o próprio Bagnasco (1999), um dos maiores estudiosos da experiência italiana, chama a atenção para a necessidade de se compreender que a referida experiência não é necessariamente replicável. Assim, é preciso reconhecer que

⁶⁸ Ver BAGNASCO (1977 e 1999); BECATTINI (1999); PIORE & SABEL (1984); COCCO, et al. (1999); STORPER (1997) e PUTMAN (2000).

São claras as limitações de modelos que pressupõem elevada autonomia de políticas de desenvolvimento local e que surgem como alternativa à crise de crescimento que tem afetado intensamente as economias periféricas. Justamente onde os problemas do desemprego e da exclusão social assumem proporções dramáticas. (POCHMANN, 2004, p. 279)

Um dos pontos centrais no debate sobre o desenvolvimento territorial/ local é a questão de como superar a cultura de “jogo de soma zero”, ou seja, de superar a percepção coletiva de um conjunto de atores públicos e privados de que o ganho de um representa necessariamente prejuízo para o outro (TAKAGI, 2004; BECATTINI, 2006). Muitos autores afirmam que a tendência quase natural de cair em uma armadilha de um jogo competitivo apresenta uma ameaça particularmente concreta nas regiões que fizeram a opção de busca do desenvolvimento pela via da concertação.

Diante desses limites, de acordo com Pochmann (2004), a opção seria criar relações institucionais com compromissos e responsabilidades mútuas entre os que participam do acordo, porém, afirma que ainda assim não se pode tomar o desenvolvimento local como “uma panacéia para resolver todos os problemas de âmbito municipal, nem tão pouco resulta exclusivamente das vontades que integram o espaço territorial da cidade e região” (POCHMANN, 2004, p. 286). Entretanto, estende-se que esta afirmação não pode implicar uma conduta de que não há nada o que fazer no plano municipal e regional. De acordo com esse autor, as instâncias criadas devem ser entendidas em sua dimensão política como instrumentos de gestão que, ao conseguirem unir diversos atores sociais em torno de um mesmo propósito, possibilitam a abertura de um espaço democrático de debate em torno das políticas públicas, viabilizando discussões e encaminhamentos de questões relacionadas ao desenvolvimento da região. Assim, apesar dos limites e desafios existentes nos espaços institucionais, no âmbito local e regional, principalmente em um contexto macroeconômico desfavorável, tais arranjos podem criar as condições para “retomar para si parte do controle do seu futuro, isto é, planejar em longo prazo o que o município quer ser mais adiante no tempo, e que não seja a reprodução do passado” (POCHMANN, 2004, p. 295).

No Brasil, no final dos anos de 1980, o Estado abandona a agenda do desenvolvimento e reduz de forma significativa o investimento direto na esfera produtiva, estimulando a lógica privada da localização. Assim, em um contexto de estagnação econômica o chamado modelo desenvolvimentista é inviabilizado, fazendo com que as experiências de desenvolvimento local se apresentem como alternativa, ou seja, as dificuldades de se construir um projeto nacional de desenvolvimento sustentável acabou fortalecendo a adoção de experiências de

arranjos produtivos locais, clusters, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais e outros⁶⁹. Dessa forma,

Os aspectos sócio-econômicos, institucionais e culturais; a governança; a capacidade inovativa; os princípios de organização e a qualidade dos encadeamentos produtivos internos e externos ao espaço industrial definiriam a formação de tipos diversos de sistemas produtivos locais. (DINIZ et al., 2004, p.24)

Segundo Ortega (2008), a carta constitucional de 1988, ao atender as reivindicações da sociedade no que tange a maior participação nas políticas públicas em um processo de maior democratização, propõe a descentralização da administração pública com a ampliação das responsabilidades de estados e municípios na formulação e gestão de políticas públicas. Assim, em um contexto de valorização dos espaços de concertação social, com a perspectiva de construção de projetos locais com vistas ao desenvolvimento, as experiências locais ganham importância, porém, de acordo com Ortega (2008), o aparente consenso em torno da descentralização permite verificar que

As transferências de responsabilidades não são acompanhadas de meios para a execução. Essa constatação fica evidente quando verificamos as participações dos recursos orçamentários das localidades em comparação com as disponibilidades das instâncias superiores (...). Dessa forma, mantêm-se, ou, mesmo, agravam-se as disparidades inter-regionais. (ORTEGA, 2008, p.16)

Como já tratado anteriormente, é a partir dos anos 90 que a situação do país se agrava quando, seguindo as determinações do Consenso de Washington, se assiste à adoção de políticas de corte neoliberal, assumindo a redução do papel do Estado como fator determinante para se buscar crescimento e desenvolvimento das economias.

De acordo com Ortega (2008), a desobrigação do Estado de manter suas ações intervencionistas contribuiu para a valorização do desenvolvimento local enquanto alternativa para o desenvolvimento, transferindo para as decisões locais, de maneira “autônoma e endógena”⁷⁰, a responsabilidade das ações. Nesse sentido, com a redução do papel do Estado na implantação de políticas econômicas de desenvolvimento nacional, verifica-se que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo não enfrentamento dos problemas sociais e pelo atraso estrutural, levando ao acúmulo de pesados passivos sociais e políticos, ou seja, com a

⁶⁹ Sobre essas experiências ver BECATTINI (2006), LAZZERETTI (2006) e BENKO (2002).

⁷⁰ Segundo Brandão (2007), o debate regional foi hegemonizado pelas interpretações oriundas da chamada “nova teoria do crescimento endógeno”, elaborada a partir dos artigos seminais de Romer (1986) e Lucas (1988). Afirma que os referidos autores, ao buscarem a endogeneização do processo técnico no modelo de Solow (1956), procuram ressaltar o papel dos investimentos em P&D e em capital humano, como explicação de não-tendência à convergência nas taxas de crescimento entre os espaços diferenciados.

adoção das políticas de corte neoliberal observa-se que a situação econômica e social do país se agravou.

1.4 - Síntese e Principais Conclusões

Com as transformações vivenciadas pela economia brasileira no final dos anos de 1980 e principalmente na década de 1990, em um contexto de reestruturação produtiva, de estagnação econômica e aceitação das determinações do Consenso de Washington, assiste-se à adoção de políticas de corte neoliberal, que possuem na redução do papel do Estado fator determinante para se buscarem crescimento e desenvolvimento das economias.

Nesse sentido, frente a um quadro de dificuldades, a adoção das políticas de desenvolvimento com base no enfoque territorial enquanto alternativa para a crise é resultado de uma conjunção de forças expressa, de um lado, pelas recomendações das agências multilaterais e também dos governos nacionais, e de outro, pelas reivindicações vindas de “baixo”, facilitado pela postura dos sindicatos e pela ampliação da organização da sociedade civil na luta contra a ditadura militar. Há que observar, nesse sentido, que as políticas recomendadas pelo Consenso de Washington pareciam encontrar respaldo nos movimentos sociais localistas quando os mesmos buscam maior participação na formulação e gestão das políticas públicas por meio de ações locais. Assim, identifica-se um aparente consenso em torno do papel a ser desempenhado pelo Estado e também em torno do desenvolvimento local quando se parte do princípio de que o desenvolvimento do território, de forma autônoma e endógena, a partir da construção de pactos territoriais em torno de objetivos comuns, poderia produzir experiências virtuosas de desenvolvimento. (ORTEGA, 2008)

Nesse sentido, frente a um quadro de dificuldades do Estado nas diversas esferas de governo para atuar nas políticas de desenvolvimento nacional, as iniciativas locais passariam a representar uma alternativa para a elaboração e implementação “democrática” de estratégias voltadas para o desenvolvimento local com a perspectiva de geração de emprego e renda. Portanto, observa-se que a possibilidade de estimular o desenvolvimento local surge como alternativa em momento de crise nacional.

No Brasil, mesmo com todas as dificuldades de âmbito conjuntural e estrutural enfrentadas ao longo das últimas décadas verifica-se que alguns arranjos se destacaram como uma possibilidade concreta para avançar no processo de democratização da gestão pública e

na busca alternativa para a crise, como exemplo, a criação das câmaras setoriais. Assim, entende-se que juntamente com o enfoque territorial, as ações de concertação no âmbito das câmaras setoriais fortaleceram a idéia de desenvolvimento local, respaldando os movimentos de concertação e os pactos territoriais, ou seja, a partir das experiências dos acordos setoriais, a crise vivenciada no Grande ABC estimulou a criação de um pacto territorial, envolvendo os sete governos municipais da região, por meio da criação de estruturas de governança regional com acordos de cooperação entre os mesmos.

Portanto, no capítulo seguinte, o propósito é reconstituir esse processo de concertação local enquanto alternativa de desenvolvimento buscada pelo Grande ABC para, posteriormente, avaliar a trajetória do emprego e da renda na região nos marcos dessa via de desenvolvimento.

CAPÍTULO 2

O PACTO TERRITORIAL COMO ALTERNATIVA DE ENFRENTAMENTO DA CRISE NO GRANDE ABC

O objetivo deste capítulo é demonstrar o processo de construção do arranjo sócio produtivo do Grande ABC e suas ações para enfrentar a crise da indústria, principalmente no que se refere às consequências sobre o mundo do trabalho. Para tanto, na primeira seção apresentam-se algumas informações sobre o Grande ABC Paulista para, posteriormente, em uma segunda seção, analisar o setor industrial do Grande ABC frente à estagnação da Economia Brasileira a partir dos anos de 1980. Já na terceira seção, o propósito é tratar do comportamento do mercado de trabalho na região frente a esse processo de estagnação e, finalmente, na quarta seção, analisa-se a construção de um pacto territorial construído naquele espaço de concertação social criado no âmbito do ABC, cujo objetivo era a criação de alternativas para o enfrentamento da crise da indústria na região e, na última seção, realiza-se uma síntese do referido capítulo.

2.1 - O Grande ABC Paulista

O Grande ABC faz parte da Região Metropolitana de São Paulo composto por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, portanto, a sigla usada para designar a região vem das três principais cidades que a compõem: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Ocasionalmente, a região também é referida como "ABCD", dada a inclusão do município de Diadema, um populoso e importante centro industrial.

Dentre os sete municípios que compõem o ABC verifica-se que cinco deles são banhados pela Represa Billings, à exceção dos municípios de Mauá e de São Caetano do Sul. Os sete municípios que compõem a região se localizam no sudeste da região metropolitana de São Paulo e, somados, perfazem uma área de aproximadamente 825 km², reunindo uma

população de 2.458.282 habitantes, conforme dados preliminares do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O município de São Bernardo do Campo possui a maior população residente que, de acordo com o IBGE, é de 746.718 habitantes em 2010, além de possuir a maior área da região (406 km²). Ainda conforme dados IBGE, o município de Santo André possui a maior população rotativa, com cerca de três milhões de pessoas que circulam na cidade todos os dias. A cidade de São Caetano do Sul é o município com a menor área territorial do Grande ABC, com 15,3 km². O município com a menor população residente, segundo dados do IBGE, é Rio Grande da Serra que contava, em 2010, com 41.273 habitantes⁷¹.

Além de ser o município com maior população residente e maior extensão territorial, o município de São Bernardo do Campo é o que possui o maior número de empregos industriais no ABC, principalmente na divisão de veículos automotores, produtos químicos, máquinas e equipamentos. Em seguida aparece o município de Diadema, principalmente na divisão de borracha e plástico, produtos de metal e máquinas e equipamentos. Enquanto isso o município de Santo André se destaca pela maior predominância da divisão de metalurgia básica, borracha e plástico e veículos automotores; e São Caetano do Sul, na produção de veículos automotores. Ainda que tenham menor participação de pessoal ocupado, porém importantes, são os municípios de Mauá (veículos automotores, produtos químicos e minerais não-metálicos) e Ribeirão Pires (produtos de metal e outras indústrias) (MATTEO e TAPIA, 2002).

De acordo com Klink e Lépre (2006), os sete municípios, ao apresentarem certa homogeneidade, fazem com que o Grande ABC possa ser caracterizado como uma região, se refletindo principalmente nas suas dimensões econômicas e político-administrativas. É considerada como uma região tradicionalmente industrial e com uma importante presença da grande indústria automobilística e química, ramos que desempenharam um papel crucial na fase pós-1950 no processo de industrialização brasileira. O destaque dado à indústria automobilística, incluindo o setor de autopeças e a indústria química, se justifica tanto por sua participação no valor adicionado⁷², como também pelo pessoal ocupado. De acordo com Matteo & Tapia (2002), a importância da indústria automobilística no território é constatada

⁷¹ Ainda de acordo com os dados preliminares do Censo Populacional de 2010 divulgados pelo IBGE a cidade de Santo André possui população residente de 654.354, Mauá, de 394.698, Diadema, de 370.184, Ribeirão Pires, de 104.508 e São Caetano, de 146.547.

⁷² O indicador de valor adicionado é uma proxy da efetividade da geração de riqueza por setor de atividade e seu cálculo leva em conta o faturamento descontado dos insumos utilizados.

quando se verifica no ano de 1996 que o seu valor adicionado no ABC correspondia a uma participação de aproximadamente 50% do valor adicionado total gerado pela indústria automobilística no estado. Além disso, os autores ressaltam ainda a expressiva participação da indústria química, cuja atividade econômica era responsável por mais de 15% do valor adicionado total e por 10% dos empregos na região.

Figura 1- Região Metropolitana de São Paulo com destaque para o Grande ABC Paulista



Fonte: <http://images.google.com.br>

Além disso, observa-se que a região tem uma tradição política⁷³ reconhecida como “berço do PT” possuindo também um elevado grau de participação social e uma forte organização sindical sendo seus sindicatos, inclusive, importantes articuladores para a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT⁷⁴. Destaca-se, assim, o protagonismo dos sindicatos do Grande ABC na fase de redemocratização das relações políticas e trabalhistas no país.

Há que se destacar, portanto, que instituições como os sindicatos (por exemplo, dos metalúrgicos e dos químicos), os meios de comunicação (como o Jornal Diário do Grande

⁷³Ver OLIVEIRA (1986) e KLINK E LÉPORE (2006).

⁷⁴O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980, sendo considerado o maior e um dos mais importantes partidos de esquerda da América do Sul. Não se pode deixar de reconhecer ainda sua atuação na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

ABC, a Revista Livre Mercado etc.) e as entidades da sociedade civil contam com elevada representatividade e ações que ultrapassam os limites deste ou daquele município. Nesse sentido, na mesma perspectiva de Haesbaert (2006), ao conformar certa identidade, os municípios do Grande ABC constituem um território, envolvendo aspectos econômicos, jurídicos, culturais, sociais etc. Portanto, não é apenas um espaço e ou uma dimensão material da realidade, nem guarda relação com as fronteiras definidas pelo Estado (HAESBAERT, 2006). De acordo com Abramovay (2007), os territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se reproduz, em seu interior, a interação social entre os diferentes atores e, então, devem ser entendidos como uma porção do espaço socialmente construído levando em consideração o histórico de inter-relações sociais e econômicas geograficamente localizadas. Dessa forma, argumenta-se que noção de territorialidade abarca questões que vão além da sua dotação de recursos naturais, mas considera o papel central que as instituições exercem sobre a dinâmica da economia e da sociedade local, bem como a importância de sua trajetória histórica, ou seja, as instituições locais são importantes e sua dinâmica é determinada pelo contexto social e pelo processo de desenvolvimento histórico do território (ABRAMOVAY, 2004).

Segundo Santos et al. (2001), a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) realizada pela Fundação Seade/Dieese em 1996 demonstra que, apesar de enfrentarem vários problemas comuns, os municípios que compõem o Grande ABC apresentam algumas características diferenciadas. As cidades de São Bernardo e Diadema despontavam como sendo os grandes produtores industriais da região. Conforme dados da tabela abaixo, a pesquisa também indica que, naquele ano, os dois municípios contavam com 2/3 do valor adicionado (VA) e do pessoal ocupado na indústria do ABC. Somados, os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, concentravam ainda 2/3 do VA e do pessoal ocupado nos estabelecimentos comerciais do ABC, conferindo ao município de Santo André grande destaque nos setores de comércio e construção civil. Na cidade de São Caetano o valor adicionado industrial é expressivo em função, principalmente, da produção da General Motors, além de concentrar, juntamente com São Bernardo, os serviços de informática da região fazendo com que os referidos municípios se tornassem responsáveis pela produção da tecnologia de ponta na região.

Tabela 3 - Distribuição do Valor Adicionado por setores no Grande ABC - 1996 (%)

Município	Indústria de Transform.	Comércio	Construção Civil	Serviços de Informática
São Bernardo	49,03	31,90	29,70	62,10
Diadema	18,00	15,20	15,80	1,30
Santo André	13,40	31,70	36,40	6,60
São Caetano	9,80	11,30	8,00	29,90
Mauá	6,30	7,70	5,90	0
Ribeirão Pires	2,90	2,10	4,20	0
Rio Gde. Serra	0,20	0,10	4,20	0
Total ABC	100	100	100	100

Fonte: Seade/ PAEP, 1996 apud Santos et al., 2001, p. 129

Os dados da pesquisa demonstram ainda que a cidade de Mauá, além de considerável participação do setor industrial, também tem como destaque o comércio no município. Já os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, ao se localizarem em áreas com proteção ambiental, tiveram a instalação de indústrias dificultada, privilegiando o turismo como fonte atrativa de desenvolvimento. (SANTOS et al., 2001)

É importante salientar que na década de 1950 a transformação industrial em São Paulo começou a ter uma mudança de perfil, passando-se de uma predominância das indústrias têxteis e alimentícias para ser destaque no ramo automobilístico. Juntamente com esse setor, outros tipos de indústria também se instalam na região como, por exemplo, o setor químico, impulsionado principalmente pelas iniciativas da Petrobrás. Segundo Santos et al. (2001), a indústria petroquímica ganha destaque principalmente com a instalação de algumas empresas multinacionais, como são os casos da Rhodia, da Union Carbide e da Basf. Assim, nas três décadas que se seguiram, o Grande ABC passou a ter uma posição destacada no setor industrial no País⁷⁵.

Marcada por ser o primeiro centro da indústria automobilística brasileira, o ABC paulista tem no setor a base de seu processo de industrialização. Além da instalação da americana General Motors do Brasil Ltda, localizada em São Caetano do Sul desde o final da década de 1920, verifica-se que o setor automobilístico se colocou presente nas sete cidades, com destaque para São Bernardo do Campo, que recebeu o maior número de montadoras. Entre os anos de 1950 e final da década de 1960 outras montadoras foram instaladas na região como: as americanas Willys Overland (instalada em 1954 e adquirida pela Ford do Brasil Ltda em 1969); as alemãs Mercedes-Benz do Brasil S.A. (1956) e a Volkswagen do Brasil Ltda (1957); a Simca do Brasil (instalada em 1958, comprada pela Chrysler em 1969, que por sua vez foi comprada pela Volkswagen em 1981); a Internacional Harvester (1959 e depois

⁷⁵ Ver, por exemplo, CONCEIÇÃO (2008); ARBIX (1996); CANO (1998a) e KLINK (2001).

vendida para a Chrysler em 1966); a sueca Scania Vabis (1962) e as japonesas Karmann-Ghia (1960) e a Toyota (1962). (ver CONCEIÇÃO, 2008)

Por sua localização estratégica (entre o Porto de Santos e o principal centro consumidor, que era a cidade de São Paulo), pela experiência anterior de empresários e trabalhadores com a atividade industrial (móveis, têxteis, cerâmica, metalurgia etc.), pela infraestrutura ferroviária e rodoviária já existente (a estrada de ferro São Paulo Railway Company já cortava o ABC desde o último quartel do século XIX e a Rodovia Anchieta que interligava São Bernardo do Campo e Santos desde 1947) e pelas grandes áreas verdes disponíveis a preços baixos - somados aos incentivos dos governos municipais (acesso a água, energia elétrica, esgoto, transporte etc.) -, a Região do ABC foi eleita pelas multinacionais da indústria automobilística para receber os investimentos em fábricas montadoras de veículos. No final de 1970, a região do ABC representava cerca de 80% da produção nacional de veículos. (CONCEIÇÃO, 2008, p. 72)

Juntamente com as montadoras, verificou-se na região e em outras cidades do estado o desenvolvimento de uma extensa rede industrial de autopeças e outros setores para atender as montadoras, entre elas a Cofap, Firestone, Pirelli, Metal Leve, Massey Perkins/ Maxion, entre outras (SANTOS et al., 2001). Nesse período, observa-se que o “pacto automobilístico” entre estados e multinacionais para a implantação da indústria automobilística no Brasil deixava espaço para as empresas de capital nacional à produção de autopeças. Nesse caso, a opção automobilística se fazia com base em um “pacto tripartite” que contava com a participação do Estado, do capital privado nacional e internacional. (LESSA, 1983)

Além da indústria automotiva, se destacou também na região a cadeia produtiva química e petroquímica, fornecedora de alguns insumos básicos para a indústria metal-mecânica. Segundo Conceição (2008), esta cadeia adquiriu tamanho peso na região que, juntamente com a indústria automobilística, passou a representar quase a metade do valor adicionado na economia da região.

Como consequência desse intenso processo de industrialização observa-se a emergência de um sólido movimento social e político com o fortalecimento e renovação do sindicalismo, culminando com a constituição da CUT, além da própria fundação do PT. Assim, ao contar com a presença de indústrias de grande porte, que requereu a contratação de grande número de trabalhadores, a região, além de atrair grande parcela de migrantes de diferentes pontos do país foi também o berço do novo sindicalismo no Brasil⁷⁶. Portanto, a

⁷⁶ De acordo com Camargo (2003), após o golpe militar, observa-se que o sindicato foi conduzido a novas formas de atuação com o fortalecimento da organização e mobilização dos trabalhadores. A prática sindical nascida com as greves de 1978 no ABC marca o cenário político brasileiro ao cobrar a ampliação de espaços para a representação dos interesses dos trabalhadores e por isto passa a ser conhecida como “Novo Sindicalismo”. Assim, nesse período, alguns autores dividem o movimento sindical em dois grupos: a) os sindicatos tradicionais regulados pela legislação e mantidos com as contribuições instituídas em lei (chamados

chegada de Lula à Presidência da República nas eleições de 2002 é a expressão mais evidente desse processo, sendo também acompanhada pela chegada do PT, nesse mesmo ano, ao segundo turno da eleição para o governo estadual em São Paulo, cujo resultado foi decisivamente influenciado pela presença de Luiz Marinho, principal liderança dos Metalúrgicos do ABC, como candidato a vice-governador. (BRESCIANI, 2004)

Segundo Alves (2000b), no decorrer dos anos 80, uma série de eventos de greves gerais por categorias e ainda greves por empresas, atingiram as mais diversas expressões da classe trabalhadora, e essa série de manifestações indicavam o espírito de luta e resistência operária e popular em favor da democracia política e social. Para o autor, assistia-se a uma “explosão do sindicalismo”, ou ainda, de um “novo sindicalismo”, que surgia e se desenvolvia a partir de um mundo do trabalho estruturado, resultado da expansão capitalista dos anos 60 e anos 70.

No final da década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, as transformações ocorridas no cenário nacional, impulsionadas pelo processo de reestruturação produtiva e implantação do modelo neoliberal, atingiram fortemente o Grande ABC quando a estratégia das empresas de racionalização da produção, via *produção enxuta*, acabaram por gerar efeitos perversos sobre o mercado de trabalho.

Assim, diante da realidade de estagnação da economia brasileira a partir dos anos 80 e principalmente pelas dificuldades de estabelecimento de políticas nacionais de desenvolvimento, o propósito nas duas seções seguintes é analisar as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial e pelo mercado de trabalho no ABC, reconhecido como o “maior parque industrial da América Latina” (CONCEIÇÃO, 2008), para posteriormente analisar as alternativas de concertação buscadas para o enfrentamento da crise.

sindicatos assistencialistas ou corporativistas) e; b) os sindicatos que priorizam as reivindicações dos trabalhadores e atuam para organizá-los no “chão da fábrica”, procurando se desvincular das imposições da legislação. A estrutura sindical corporativa, caracterizada pela unicidade sindical, arrecadação compulsória e monopólio da representação profissional, foi contestada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Havia uma discussão sobre outras formas de sustentação financeira a partir da participação mais efetiva dos trabalhadores sindicalizados dentro de uma perspectiva de que seria necessário acabar com a contribuição sindical que atrelava o sindicato ao Estado e romper com “*velho sindicalismo*” que estava caracterizado por um distanciamento das bases e pelo pouco empenho em relação aos interesses dos trabalhadores”. (SANTANA, 1998, p. 3)

Segundo Pochmann (1996a), “o termo *novo sindicalismo* passou a ser utilizado como expressão da atuação dos sindicatos identificados com lutas mais amplas, como o fim da ditadura militar, a ação contra as políticas recessivas, o combate ao arrocho salarial e o apelo à negociação coletiva e à greve” POCHMANN (1996a, p. 270). Maiores discussões sobre o tema “Novo Sindicalismo” ver também ANTUNES (1995b); SOARES (1998); ALVES (2000a); RODRIGUES (1995 e 1999); BOITO (1991, 1994 e 1996) e OLIVEIRA (1994).

2.2 - A Indústria do Grande ABC frente à estagnação da Economia Brasileira a partir de 1980

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro, no período entre os anos de 1930 e 1970, pode ser caracterizado pela concentração econômica na região Sudeste, principalmente em São Paulo. Em 1970 a região Sudeste respondia por 81% da produção industrial do país, e o estado de São Paulo detinha 58% do total nacional, tendo o ABC uma posição de destaque na dinâmica desse crescimento econômico. (CANO, 1998a)

Até o início dos anos 80 assiste-se no Brasil às políticas de desenvolvimento planejadas, administradas e financiadas de forma centralizada pelo governo federal, cabendo a ele o papel de orientar o modelo de substituição de importações com a perspectiva de promover o desenvolvimento por meio da criação e consolidação de uma estrutura produtiva nacional⁷⁷.

A partir dos anos 80, como já discutido anteriormente, a economia brasileira enfrenta uma de suas mais graves crises. Mais que isso, há um esgotamento do padrão de crescimento anterior decorrente de uma dificuldade de acesso ao fluxo de financiamento externo e da crise do setor público em razão da crise da dívida externa, que levou a economia a conviver com a estagnação e a aceleração inflacionária. Na década de 1980 o fracasso das tentativas de estabilização teve efeito de reforçar as incertezas e a instabilidade da economia, na medida em que os planos econômicos adotados não alcançavam os resultados desejados. (TAVARES e BELLUZZO, 1986; VELLOSO, 1988; BRESSER PEREIRA, 2003)

É importante salientar ainda que neste período, para além dos impactos gerados pelo cenário internacional, observa-se que a crise na indústria brasileira é agravada pelo esgotamento do padrão nacional de desenvolvimento sustentado pelo Estado. Este cenário se agrava quando se assiste no cenário nacional às dificuldades enfrentadas no que se refere às contas públicas, à dificuldade de acesso aos capitais no mercado internacional e à crescente perda de vantagens competitivas do país, implicando dificuldades crescentes do Estado no tocante ao cumprimento do papel de alavancador do crescimento econômico nacional⁷⁸.

Para os órgãos multilaterais, segundo as recomendações do Consenso de Washington, o fundamental era avançar nas reformas estruturais impostas pela nova dinâmica internacional, calcada na soberania dos mercados, fazendo com que o país e mais

⁷⁷ Ver CANO (1999); BRUM (1990); SINGER (1977); BRESSER PEREIRA (1985); TAVARES (1972) e BELLUZZO & COUTINHO (1982).

⁷⁸ Ver TAVARES (1998); FIORI (1992) e CARDOSO DE MELLO & NOVAIS (1998).

especificamente o Grande ABC, enquanto região com grande peso industrial, sofresse as consequências desta opção.

Assim, no início dos anos 1990, diante da abertura econômica e da estagnação do mercado interno, verifica-se uma situação de dificuldade em vários setores da indústria brasileira e também entre os trabalhadores, resultante do fracasso de estabilização do Governo Collor. Diante disso, a reação das empresas consistiu na implantação de um ajuste defensivo mais profundo que o dos anos 80, com impactos desastrosos para a indústria de transformação e para o emprego. Além da redução dos seus investimentos, muitas empresas passaram a discutir sobre a possibilidade de não permanência no país, como por exemplo, as do setor automobilístico. (CARVALHO, 1993; SALGADO, 1993; e CARDOSO A., 1995)

É importante destacar ainda que as mudanças nos paradigmas de produção e de reestruturação tecnológica e a condução das políticas econômicas por parte do governo federal, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, tiveram grandes impactos sobre o ABC, em especial no que se refere ao fechamento de unidades produtivas e ao aumento dos índices de desemprego como resultado do enxugamento do quadro de pessoal (ARBIX, 1996).

Segundo Brandão (2007), nos anos de 1980, com a gravidade da crise, observa-se que a estrutura industrial foi de alguma forma preservada devido aos mecanismos de defesa que, estando basicamente ancorados no Estado, não permitiram o sucateamento do parque produtivo, ao mesmo tempo em que as empresas promoveram, além do ajuste patrimonial, uma racionalização e um “enxugamento”. Segundo o referido autor, na década de 90 a situação foi bastante diferente quando se verificaram os impactos da crise avançando para a destruição de importantes elos das cadeias produtivas localizadas no país e para a regressão também no padrão de relacionamento com os mercados internacionais. Assim, ainda de acordo com este autor, como internamente muitas decisões estratégicas de preservação da estrutura produtiva não foram tomadas, nota-se que a economia brasileira se tornou extremamente sensível aos movimentos dos capitais internacionais⁷⁹.

Diante da forte recessão enfrentada na década de 1980, o resultado das políticas adotadas na década de 1990 evidencia os seus reflexos sobre o crescimento da economia fazendo com que o comportamento do PIB apresentasse ao longo dos anos retração e oscilação no seu crescimento. Mais do que uma crise conjuntural, o que se tem é o

⁷⁹Segundo Brandão (2007), “é necessário o reconhecimento de que somos uma nação periférica que gravita no círculo de influência da combalida economia do império americano e, ainda, que os fluxos financeiros, de tecnologia e de capitais estão direcionando para outras rotas”. (BRANDÃO, 2007, p.176)

esgotamento de um padrão de desenvolvimento. Os dados do Gráfico 1 mostram que a partir de 1980 a taxa de crescimento do PIB passa a ser bastante inferior (expansão média de 1,7% ao ano no período de 1981 a 1993) se comparada com o forte crescimento do PIB no período anterior⁸⁰. Já a partir de 1994, com a implantação do Plano Real, embora a taxa de crescimento médio tenha sido superior àquela registrada no período anterior, a economia brasileira se mantém com níveis de crescimento muito baixo quando comparados com a época auge do pós-guerra, registrando uma taxa média de crescimento de 2,42%, no período de 1994 a 2003.

Nesse sentido, a partir da década de 1980 verifica-se que os impactos das políticas adotadas juntamente com a adoção da reestruturação produtiva dos anos de 1990 são evidentes sobre a indústria de transformação e também sobre os demais setores da economia, ou seja, as medidas de controle inflacionário com sobrevalorização cambial ampliaram a competição com os importados. Por sua vez, a restrição ao crédito, a elevação das taxas de juros e a fragilidade dos mercados de capitais reduziram a competitividade dos produtos brasileiros e consequentemente contribuíram para explicar o baixo crescimento do PIB nesse período.

Segundo Gomes (2009), no Brasil os dados do valor adicionado (VA) demonstram que a participação da indústria de transformação apresenta queda nos primeiros anos da década de 90 e, mesmo apresentando alguma recuperação em anos isolados, não mantém o seu peso na estrutura produtiva do país. De acordo com esta autora, enquanto no final dos anos 1980 a participação da indústria no VA era de 25,6%, nos anos de 1990 e 2001 este valor cai para 22,7% e 21,5%, respectivamente. Portanto, verifica-se uma redução da participação relativa da indústria na economia e uma redução da sua capacidade de atuar como motor do crescimento sustentado nos anos de 1990.

Observa-se que na base da crise brasileira há dois processos: de um lado, o esgotamento do padrão de desenvolvimento industrial de substituição de importações e de outro, as transformações da economia mundial relacionadas com o surgimento de novas modalidades de produção industrial e com a mudança no rumo dos fluxos comerciais e financeiros. (TAVARES, 1997; CARNEIRO, 2002 e ARBIX, 1996)

O padrão de desenvolvimento nacional, pautado na substituição de importações, se apoiava no mercado interno, nas práticas protecionistas, nos investimentos públicos em infraestrutura e de longo prazo, nos subsídios e incentivos fiscais, nos investimentos e

⁸⁰ Ver o referido Gráfico na seção 1.2 do Capítulo 1.

financiamentos externos, o que contribuiu para que o parque industrial brasileiro, até o início dos anos de 1980, fosse construído a partir da reprodução do padrão internacional dominante. O seu amadurecimento interno coincide com o período de transformação em âmbito internacional e passa a evidenciar os limites econômicos e sociais deste velho padrão. Daí, a crise dos anos de 1980, que se prolonga na década de 1990, expressa a incapacidade interna de criar “uma estrutura produtiva com base no aprendizado e na capacidade tecnológica, vias dinâmicas de acesso ao mercado internacional” (ARBIX, 1996, p.42) ⁸¹.

Assim, no que se refere ao tratamento dado ao setor industrial, em meio às políticas estabelecidas pelo Plano Real, verifica-se a negação da visão protetora do setor industrial e até mesmo a existência de uma política industrial que pudesse orientar as transformações do momento, em uma perspectiva de deixar para o mercado a tarefa de ditar os rumos da modernização. Como consequência pode-se afirmar que os efeitos desta estratégia foram negativos para as regiões com maior grau de industrialização.

Nessa perspectiva, a abertura comercial sem planejamento e a sobrevalorização cambial expuseram as empresas nacionais, principalmente aquelas ligadas ao ramo industrial, à competitividade mundial, fazendo com que muitas fechassem as suas portas ou se reestruturassem em termos de produto, preço, qualidade e mão-de-obra por meio da redução de custos e enxugamento de pessoal. Portanto, como o Grande ABC havia assumido um papel de destaque no setor industrial do país, não se pode negar que as transformações vivenciadas em âmbito nacional ganharam destaque na região. Nesse sentido, muitos estudiosos chegaram a afirmar que a região, diante de um processo de abertura econômica, reestruturação produtiva e também de guerra fiscal⁸², estava registrando uma desaceleração econômica com grandes perdas na área industrial, tendo como consequência direta a perda de postos de trabalho e o aumento dos índices de desemprego na região. De acordo com Conceição (2008), os reflexos da crise podiam ser detectados quando se observava

[...] a existência de nada menos que 1,5 milhões de metros quadrados de galpões vazios na Região do ABC. Esses prédios e terrenos que antes foram fábricas têm sido com frequência ocupados por “excluídos” da sociedade – prostitutas, mendigos, drogados, menores infratores, entre outros -, o que simboliza com dureza a

⁸¹ Ver também BENKO (2002).

⁸² Entende-se por guerra fiscal a disputa entre os estados e municípios em conceder incentivos fiscais às empresas para atrair investimentos. Esta prática se dá via concessões de benefícios fiscais (renúncia fiscal e redução de impostos no âmbito do ICMS, imposto estadual que tributa a circulação de mercadorias e alguns serviços), financeiros (via crédito fácil e farto) e de infra-estrutura (construção de vias de acesso, pistas de testes, ligações ferroviárias, terminais portuários e doação de terrenos) para as empresas interessadas em investir ou transferir seus investimentos para o estado concesso do benefício. (ver SANTOS et al., 2001)

decadência de uma localidade antes tomada como “a terra das oportunidades”. [...] Outras vezes, nessas antigas áreas industriais, instala-se um shopping center ou um hipermercado, nos quais os salários representam de 30% a 50% dos valores pagos na antiga fábrica [...] Não são poucos os casos em que fábricas dão lugar a novas igrejas que admitem arquiteturas menos ortodoxas. (CONCEIÇÃO, 2008, p.26-27)

De acordo com Santos et al (2001), já no final da década de 80 e principalmente na década de 90, período mais crítico da reestruturação industrial no ABC, a crise na indústria na região era perceptível e se falava muito sobre o chamado “custo ABC”, entendido como o gasto maior que os empresários teriam por optar em produzir na região. Segundo Conceição (2008), a referida expressão era usada para designar o conjunto de “desvantagens” da produção e do investimento no ABC. Para tanto, afirma que alguns fatores eram levados em consideração na apuração deste custo, como por exemplo, o alto custo da mão-de-obra; as razões ligadas à chamada “agressividade” do sindicalismo existente na região; as altas taxas e impostos; os terrenos e aluguéis mais caros; o alto custo da infra-estrutura (o custo da água, da energia, do transporte etc.); o alto custo de vida; a decadência do Porto de Santos e; o problema das enchentes; entre outros.

Esse custo, juntamente com a adoção das “vantagens” oferecidas por outros estados e municípios em um contexto da guerra fiscal de certa forma servia como explicação para o processo de fechamento e transferência das unidades de produção na região. Não obstante, de acordo com Santos et al. (2001), considerando a importância das montadoras na estrutura industrial da região, verifica-se que o peso da mão-de-obra era relativamente pequeno no faturamento das mesmas (aproximadamente 6%) e, portanto, o custo do trabalho não seria fator determinante. Para aquele autor, o fator decisivo seriam os incentivos fiscais concedidos às empresas quando da decisão locacional, ou seja, com a guerra fiscal, inúmeros estados e municípios concederam incentivos para atrair as empresas e estes acabaram sendo mais atrativos do que estar perto do maior centro produtor e consumidor, que é a região metropolitana de São Paulo.

De acordo com os estudiosos entrevistados, no Grande ABC Paulista a guerra fiscal não foi adotada como estratégia de manter ou atrair as empresas. Para eles, um dos motivos dessa postura é que a maioria dos representantes do setor público da região era contrária ao uso desta política como estratégia de desenvolvimento e revitalização da região. Assim, foram adotadas outras estratégias de concertação, as quais serão objeto de análise na seção 2.4 deste capítulo.

Por outro lado, para Conceição (2008), a crise da indústria não poderia se reduzir à explicação do Custo ABC, ou seja,

O argumento do “custo ABC” não é adequado para a interpretação do processo de reestruturação na cadeia de produção automotiva. (...) Ao lado do fechamento de fábricas tradicionais de autopeças, verificou-se a vinda de grandes grupos fornecedores estrangeiros para a Região do ABC, por meio de compra de antigas empresas locais. (...) Em realidade, a cadeia de produção automotiva foi, na prática, toda reconstruída no país a partir da década de 1990. Essa reconstrução não guardou relação direta com os custos locais mais altos no ABC – ou mesmo da Grande São Paulo. Os motivos residiram na nova estratégia das montadoras para sua cadeia de suprimentos em todo o mundo. (...) De outro lado, essa estratégia das montadoras foi facilitada, no plano macroeconômico, pelas políticas governamentais que definiram novas “regras do jogo” para a cadeia de produção automotiva na década de 1990. (...) É a combinação entre os fatores micro e macroeconômicos - e não análises do “custo ABC” ou “evasão industrial” – que explicaria melhor o que aconteceu com a cadeia de produção automotiva na Região do ABC. (CONCEIÇÃO, 2008, p.37 - 38)

Nessa mesma perspectiva, conforme informações obtidas em entrevista realizada no dia 12/04/2010, KlinK afirma que

A análise do custo ABC para a crise do emprego é incompleta. Quando se compara o custo com a produtividade no ABC, a produtividade é maior, além de a região contar com uma mão de obra especializada, o que é um fator positivo na região. Celso Daniel combatia a tese do custo ABC. A crise é mais ampla; há uma crise do modelo; há o recuo das políticas compensatórias; há uma ausência de política nacional e regional e; há uma dificuldade de articulação. De fato as plantas ficaram obsoletas e com a abertura de mercado e taxa de câmbio valorizado há um estímulo às importações provocando uma concorrência com os produtos nacionais. Daí o plano real é dramático para a indústria. (KLINK em entrevista ao autor no dia 12/04/2010)

Segundo Santos et al. (2001), com a divulgação dos dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) realizada pela Fundação Seade em 1996, verificam-se resultados surpreendentes ao mostrar a manutenção da importância da região. Mesmo com a crise no setor industrial, segundo a pesquisa, a região continuava concentrando boa parte da indústria do estado e não vinha apresentando perda industrial em níveis alarmantes. Ao contrário, continuava recebendo investimentos e essa constatação gerou uma série de discussões a respeito da existência ou não de crise da indústria no ABC.

Para Santos et al. (2001), aqueles dados poderiam, de certa forma, refutar a idéia de que comércio e serviços estariam passando a predominar na região, em relação a alguns setores da indústria de transformação, em especial aqueles que estariam na base da industrialização do ABC (montagem de veículos, autopeças e indústria química).

Para tanto, ao considerar a importância do setor industrial enquanto setor estratégico para a efetivação das políticas de crescimento e desenvolvimento econômico, verifica-se que mesmo considerando o processo de mudança e crise no setor, segundo Santos et al. (2001), as informações contidas na Pesquisa sobre a Atividade Econômica Paulista (PAEP) apontaram para o fato de que o ABC Paulista continuava tendo a indústria como seu motor econômico, e

em seu grande complexo industrial o setor automobilístico continuava destacando-se. De acordo com o autor, na referida pesquisa a atividade de “fabricação e montagem de veículos automotores e reboques do setor automotivo” contava com a participação relativa de 40% do valor adicionado da indústria de transformação. Quando se considera também o setor de “produtos químicos”, o de “máquinas e equipamentos” e o setor de “artigos de borracha e plásticos”, a participação passa para 70% do valor adicionado industrial no ABC. Para o autor, portanto, isso demonstra que, mesmo com a crise, o setor industrial mantém grande peso econômico na região, com perda de apenas 1% de sua participação no PIB industrial brasileiro, saindo de 9% para 8%, nos períodos de 1980 e 1995. Nesse sentido, assume-se que a crise da indústria no ABC é identificada, principalmente, no interior das empresas, ou seja, na crise a indústria mantém sua importância, embora no seu interior vivencie um processo de mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva, as quais repercutem de forma negativa no mercado de trabalho.

Ao reconhecer a importância da indústria automobilística na região, cabe salientar, segundo Arbix (1996), que também neste setor os sinais da crise se apresentam a partir das mudanças na economia, nos anos de 1980 e início de 1990, provocando alterações em sua capacidade produtiva, em seu caráter competitivo e em sua inserção mundial. Como exemplo desta mudança, o autor afirma que o setor automobilístico, considerado o símbolo da indústria brasileira, em 1975 apresentava uma participação de 15,6% no PIB industrial e em 1990 passou a ter a sua participação reduzida para 8,1% ⁸³.

As empresas no Grande ABC e, mais particularmente, as da cadeia automobilística, passaram de maneira particularmente intensa por esses processos. Por um lado, implementaram com mais frequência certas medidas defensivas de reestruturação do parque industrial, como por exemplo, a desativação de linhas de produção, a redução de número de produtos e a ampliação de importações de insumos. Isso de fato repercutiu sobre o nível de emprego do setor na região. (KLINK, 2001, p.158)

Em entrevista realizada em 13/04/2010 com Jefferson José da Conceição, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, confirmou-se que, embora a indústria automobilística seja o destaque na dinâmica da região, há uma queda no peso da arrecadação e do emprego nesse setor. Para o entrevistado, o fato de o setor cumprir um papel fundamental e determinante na dinâmica da região faz com que as decisões positivas ou negativas do setor tenham impacto na região. Por isso aquele

⁸³ Sobre o processo de reestruturação produtiva no setor automobilístico ver também CARVALHO (1993); SALGADO (1993); GITAHY & BRESCIANI (1997) e CARDOSO A. (1995).

entrevistado afirma que “nos últimos anos quando o setor sinaliza com contratações isto repercute bem na região”.

Na economia mundial observa-se que a partir de 1983, após dez anos de crise, as principais economias industriais passam novamente a trilhar o caminho do crescimento, com impactos diretos sobre a indústria automobilística nos países centrais. Segundo Tavares (1992), essa recuperação não ocorre de forma harmoniosa, evidenciando o acirramento da concorrência entre as principais economias. Neste contexto, afirma a autora que os novos blocos econômicos despontam como potência exportadora em disputa com a liderança da economia americana, como por exemplo, a ascensão da Alemanha e dos blocos asiáticos, liderados pelo Japão. Assim, ainda segundo a autora, a perda da hegemonia tecnológica americana tem a contribuição do movimento ascendente e do papel que cumpre o Japão e os blocos asiáticos no desenvolvimento das novas tecnologias de informação, de inovações nos processos de trabalho e nos arranjos institucionais.

Nesse sentido, verifica-se a configuração de uma nova situação internacional com alterações no sistema industrial e tecnológico da economia capitalista, ou seja, a economia Japonesa e a dos NICS (Países Recentemente Industrializados) se apresentam à frente da economia européia e norte-americana, com implantação de processos produtivos diferenciados, com impactos diretos na indústria automobilística. Portanto, em se tratando desta indústria, tem-se que os automóveis japoneses se apresentavam pelo mundo afora em confronto competitivo com as grandes corporações americanas e européias.

Anteriormente o mundo havia acompanhado o avanço e o domínio dos automóveis europeus e americanos, cujo desenvolvimento permitiu a criação de grande vantagem competitiva no mercado internacional. De acordo com Arbix (1996), a Ford e a General Motors se espalharam pelo mundo com seus veículos, sua tecnologia e seu modo de produzir, fazendo com que as suas plantas se espalhassem pelo próprio país e em seguida fossem implantadas pelo mundo afora. Segundo o autor, em 1929 a GM instalava-se em 16 países e a Ford, em 21, tornando “o domínio americano praticamente absoluto até os anos 50 e 60 quando os fabricantes europeus, principalmente a Volkswagen, Renault e Fiat, alcançaram os padrões americanos” (ARBIX, 1996, p.13).

Verifica-se que a partir de 1980, com o desenvolvimento de novas técnicas e métodos de produção de automóveis, a economia japonesa passa a adquirir grande capacidade competitiva e supera as empresas ocidentais no que se refere à eficiência, qualidade e rendimento. Consequentemente, em confronto com o domínio americano e europeu no ramo

automobilístico, observa-se um estímulo na disseminação do chamado padrão japonês, utilizando métodos como: *Just-in-time*, *total quality control*, *total quality manufacturing*, *Kaizen* e outros. Nesse período o Japão passaria a ocupar o lugar dos Estados Unidos de maior produtor de autoveículos do mundo, com uma produção anual superior a 13 milhões de unidades no ano de 1990 (ver Tabela 4). Segundo Arbix (1996), nos anos 80 oito plantas americanas foram fechadas nos Estados Unidos ao mesmo tempo em que os japoneses abriram oito plantas nos Estados Unidos.

Tabela 4 - Produção de autoveículos nos maiores países produtores, 1977-1993

(milhão de veículos)									
Ano	Japão	EUA	Alemanha	França	Canadá	Coreia do Sul	Espanha	Reino Unido	Total
1977	8,5	12,7	4,1	3,5	1,7	0,1	1,1	1,7	40,9
1978	9,3	12,9	4,2	3,5	1,7	0,2	1,1	1,6	42,3
1979	9,6	11,5	4,2	3,6	1,6	0,2	1,1	1,5	41,5
1980	11	8	3,9	3,4	1,3	0,1	1,2	1,3	38,4
1981	11,2	7,9	4,1	3	1,3	0,1	1	1,2	37,5
1982	10,7	7	4,2	3,1	1,3	0,2	1,1	1,2	36,3
1983	11,1	9,2	4,2	3,3	1,5	0,2	1,3	1,3	39,7
1984	11,5	10,9	4	3,1	1,8	0,3	1,3	1,1	41,7
1985	12,3	11,6	4,5	3	1,9	0,4	1,4	1,3	44,3
1986	12,3	11,3	4,6	3,2	1,9	0,6	1,5	1,2	45,2
1987	12,2	10,9	4,6	3,5	1,6	1	1,7	1,4	45,7
1988	12,7	11,1	4,6	3,7	2	1,1	1,9	1,5	48,6
1989	13	10,8	4,9	3,9	1,9	1,1	2	1,6	49
1990	13,5	9,8	5	3,8	1,9	1,3	2,1	1,6	48,2
1991	13,2	8,8	5	3,6	1,9	1,5	2,1	1,5	46,5
1992	12,5	9,8	5,2	3,8	2	1,7	2,3	1,5	47,6
1993	11,2	10,9	4	3,2	2,2	2,1	1,8	1,6	48,4

Fonte: American Automobile Manufacturers Association; ANFAVEA apud ARBIX (1996, p. 49)

Essas transformações no setor automobilístico mundial afetam negativamente o setor brasileiro, ou seja, apesar da proteção estatal, verifica-se que a ascensão da indústria automobilística japonesa, juntamente com os efeitos do processo de reestruturação produtiva e da abertura econômica no governo Collor, gera impactos negativos no setor, tornando instável a situação das montadoras brasileiras. Assim, “no final dos anos de 1980, São Bernardo do Campo desequilibrava-se como Detroit (...). O setor expõe perdas equivalentes a US\$ 7.5 bilhões em 1991” (ARBIX, 1996, p.15).

Na década de 1980, a produção do setor automobilístico ficou estacionada em torno de um milhão de unidades por ano (Tabela 5), com retração do mercado, nos anos seguintes, devido ao fraco desempenho da economia de forma geral. A adoção das políticas do governo Collor aprofundaria ainda mais a crise do setor quando a abertura comercial, realizada de forma abrupta e sem cotas de importação (como feito em muitos países avançados), fez com

que as montadoras nacionais, que antes gozavam de mercado protegido, se deparassem com a competição do mercado internacional.

Tabela 5 - Produção Total de autoveículos segundo Vendas no mercado interno, Emprego e Produtividade - Brasil (1980-1992)

Ano	Produção Total (A)	Vendas no Mercado Interno	Emprego (C)	Produtividade (A/C)
1980	1.165.174	980.261	133.683	8,7
1981	780.883	580.725	103.992	7,5
1982	859.304	691.294	107.137	8,0
1983	896.462	727.732	101.087	8,9
1984	864.653	677.082	107.447	8,0
1985	966.708	763.180	122.217	7,9
1986	1.056.332	866.728	129.232	8,2
1987	920.071	580.085	113.474	8,1
1988	1.068.756	747.716	112.985	9,5
1989	1.013.253	761.625	118.369	8,6
1990	914.466	712.626	117.396	7,8
1991	960.044	770.754	109.428	8,8
1992	1.073.761	740.228	105.664	10,2

Fonte: Elaboração própria segundo dados da ANFAVEA apud ARBIX (1996) e SOARES (1998)

Diante da crise e também da disputa entre estados e municípios via guerra fiscal, assiste-se nos anos de 1990 uma intensificação da desconcentração da indústria automobilística no país, fazendo com que outras cidades e estados recebessem novas unidades industriais produtoras de veículos e componentes. Segundo Conceição (2008), entre 1990 e 2000, o número de marcas de montadoras de veículos no Brasil subiu de 12 para 18; as unidades de indústrias produtoras de automóveis e comerciais leves subiram de 11 para 20; as unidades produtoras de caminhões e ônibus passaram de 6 para 7; e as indústrias de componentes de propriedade das multinacionais produtoras de veículos passaram de 2 para 8 unidades. Afirma ainda aquele autor que essas novas unidades montadoras de veículos e fabricantes de autopeças eram bastante diferentes das plantas existentes no ABC, sendo mais automatizadas e terceirizadas, apresentando elevada produtividade (relação entre veículo e trabalhador). Exemplo disso foi a instalação da General Motors em Gravataí (RS), da Mercedes-Benz em Juiz de Fora (MG), da Honda em Sumaré (SP), da Toyota em Indaiatuba (SP), da Renault em São José dos Pinhais (PR) e também a Ford na Bahia⁸⁴.

⁸⁴ Segundo Conceição (2008), dos investimentos das montadoras de veículos em 16 novas unidades industriais no período, apenas um deles ocorreu no ABC (investimento da Land Rover, em 1998 para a produção de utilitários de luxo, que em 2005 deixou de produzir no Brasil, encerrando suas atividades em São Bernardo do Campo). Afirma ainda que na produção de componentes alguns investimentos ocorreram com vistas a cumprir contrato de fornecimentos para as fábricas instaladas na região.

Portanto, observa-se o agravamento da crise no setor automobilístico na região, nos anos 80 e início dos anos 90, com o “adiamento dos planos de automação, cortes nos investimentos e programas de demissão e de redução de níveis salariais” (ARBIX,1996, p.39). De outra parte, o baixo desempenho da economia brasileira contribuía ainda mais para o agravamento deste quadro, ou seja, “a perspectiva de fechamento de unidades produtivas inteiras seria sinalizada pela desativação da Ford Tratores em outubro de 1991(...) e pelo fim das atividades da Ford Motores em fevereiro de 1992” (ARBIX, 1996, p.39).

Assim, segundo os dados da Tabela 6, ao longo da década de 1980 e 1990 observa-se uma queda da participação relativa do Grande ABC Paulista no total da produção nacional de veículos.

Tabela 6 - Participação relativa da produção de veículos no Grande ABC no total da produção Nacional - 1980 a 1998

(em unid.Veículos)			
Ano	Produção Brasil (A)	Produção ABC (B)	Partic.(%) (B/A)
1975	930.235	803.785	86,40
1980	1.165.174	784.919	67,36
1981	780.883	-	-
1982	859.304	-	-
1983	896.462	-	-
1984	864.653	572.426	66,20
1985	966.708	630.159	65,19
1986	1.056.332	700.502	66,31
1987	920.071	530.681	57,68
1988	1.068.756	566.440	53,00
1989	1.013.253	594.305	58,65
1990	914.466	502.124	54,91
1991	960.044	426.293	44,40
1992	1.073.761	403.964	37,62
1993	1.390.871	486.611	34,99
1994	1.582.900	567.226	35,83
1995	1.629.008	594.206	36,48
1996	1.812.861	606.801	33,47
1997	2.069.703	641.856	31,01
1998	1.585.630	535.741	33,79

Fonte: Elaboração própria com base em SOARES (1998), ARBIX (1996) e CONCEIÇÃO (2008)

Uma das estratégias para o enfrentamento dessa situação foi a constituição de uma câmara setorial da indústria automobilística. Nessa câmara, pode-se dizer, ocorreu a construção de um pacto tripartite (governos estadual e federal, representantes da indústria e dos trabalhadores) em favor da produção e do emprego. Assim, de acordo com a Tabela 6, embora se observe uma queda da participação relativa da produção de veículos no ABC em relação à produção nacional, é importante ressaltar que os acordos firmados pela câmara

setorial automobilística entre os anos de 1991 e 1993 fizeram com que a produção nacional e da região passasse a contar com um aumento significativo na sua produção de veículos. Nesse período, enquanto a produção de veículos no ABC cresceu 14,15%, a produção nacional cresceu 44,88%.

A força do primeiro acordo começava a se manifestar, estancando a curva descendente do emprego, repondo as perdas, melhorando o nível dos salários e iniciando a recuperação nas vendas e da produção do setor automobilístico, em queda desde 1990. Com o segundo acordo, os ganhos salariais seriam mais nítidos. O nível do emprego em toda a cadeia produtiva chegaria até a aumentar, assim como a produção e as vendas, e o setor ampliaria sua participação no PIB industrial alcançando, em 1993 e 1994, o melhor desempenho da indústria, gerando condições favoráveis para uma reestruturação em profundidade. (ARBIX, 1996, p.24)

Diante desse cenário, na seção 2.4, ao tratar do pacto territorial como alternativa para a crise da indústria no ABC, o propósito será fazer também uma análise mais detalhada sobre a câmara setorial da indústria automobilística enquanto importante espaço negociação tripartite⁸⁵. Nesse sentido, entende-se que esses espaços de acordos setoriais cumpriram um importante papel de estímulo para a criação de várias outras instituições e acordos de cooperação entre os sete municípios que compõem a região, tema que será abordado na seção 2.4.

2.3 - O Mercado de Trabalho do ABC frente à estagnação da Economia Brasileira a partir de 1980

É importante ressaltar que mesmo diante de um quadro de mudanças na estrutura produtiva, considera-se que o peso da indústria no ABC, apesar de sua redução relativa, continua mantendo a sua importância. Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que, no final dos anos de 1980 e ao longo da década de 1990, o setor industrial tenha sofrido profundas transformações, com efeitos negativos sobre o mercado de trabalho. Nesse sentido,

Há sem dúvida uma crise no ABC, crise que é também da produção industrial, mas que é especialmente uma crise do emprego. E a crise no emprego não é exclusiva na região do ABC, embora assuma proporções mais assustadoras, devido a sua dependência histórica da indústria. (SANTOS et al., 2001, p.131 e 132)

⁸⁵Sobre esses acordos neocorporativistas ver, por exemplo, TAKAGI (2004), ARBIX (1996), BRESCIANI & BENITES FILHO (1995), OLIVEIRA (1993), SILVA (2002) e WERNECK (2003).

Portanto, na tentativa de caracterizar as transformações no mercado de trabalho nesse período utiliza-se de tabulações referenciadas na base de dados da RAIS/ MTE enquanto fonte principal de análise. Assim, conforme dados da Tabela 7, é possível observar que ao mesmo tempo em que a indústria reduzia a sua participação relativa na atividade econômica da região, o comércio e os serviços se destacavam como setores importantes. Os dados permitem concluir que no Grande ABC, além da queda da participação relativa dos estabelecimentos industriais, o destaque é dado principalmente para a significativa queda da participação relativa do emprego industrial no total das ocupações. Essa maior redução do emprego pode ser explicada pelo processo de reestruturação produtiva provocada pela adoção de inovações tecnológicas e/ou organizacionais, poupadoras de mão-de-obra. Assim, enquanto em 1989 o setor industrial contava com 60,54% do total das ocupações, em 1999 esta participação passa a ser de 39,85%. Diferente comportamento é identificado no comércio e nos serviços, que além de contar com o aumento da participação dos estabelecimentos também conta, neste mesmo período, com um aumento da participação relativa do emprego que sobe de 10,45% para 14,06% e de 24,45% para 43,13%, respectivamente.

Tabela 7 - Participação relativa dos Grandes Setores de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimentos e Emprego no Grande ABC Paulista, 1989 a 1999 (%)

Anos	Indústria		Const.Civil		Comércio		Serviços		Agropec.		Outr/Ign		Total	
	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego
1989	19,49	60,54	2,43	2,26	37,42	10,45	32,31	24,45	0,97	0,09	7,38	2,21	100	100
1990	19,56	55,89	2,29	2,08	37,22	10,98	31,11	24,88	0,75	0,09	9,07	6,09	100	100
1991	18,58	54,43	2,30	2,37	36,52	10,89	30,93	24,99	0,67	0,09	10,99	7,25	100	100
1992	18,06	52,70	2,19	2,47	36,07	10,22	30,86	26,10	0,74	0,13	12,08	8,37	100	100
1993	17,74	50,05	2,13	2,09	35,79	10,85	29,69	27,13	0,67	0,13	13,97	9,75	100	100
1994	18,74	53,76	2,98	2,76	39,87	11,89	33,97	28,61	0,19	0,77	4,26	2,21	100	100
1995	18,59	51,13	2,99	3,10	39,93	12,80	36,11	31,57	0,22	0,77	2,16	0,63	100	100
1996	17,97	48,27	2,97	2,89	39,90	13,40	38,37	34,63	0,15	0,68	0,64	0,14	100	100
1997	17,06	45,86	3,01	2,69	39,68	13,41	39,93	37,15	0,16	0,85	0,16	0,03	100	100
1998	16,59	41,31	2,94	2,69	39,52	14,13	40,77	41,13	0,16	0,74	0,01	0,00	100	100
1999	16,25	39,85	2,64	2,36	39,50	14,06	41,44	43,13	0,16	0,58	0,02	0,01	100	100

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Obs: ver valores absolutos no anexo

De certa forma, o fato de o setor serviços e o comércio passarem a contar com um aumento do número de emprego da mão-de-obra poderia, em parte, ser explicado pela reestruturação produtiva e pelo consequente processo de terceirização⁸⁶ de serviços decorrentes dos métodos adotados pela grande empresa de focalização no produto principal,

⁸⁶ Segundo Conceição (2008), no caso das montadoras de veículos instaladas no ABC, por exemplo, o processo de terceirização ocorreu principalmente nas atividades de manutenção, pintura, ferramentaria e montagem de peças.

fazendo com que parcela daqueles que antes tinham vínculo na indústria fosse readmitida nesses setores. Segundo pronunciamento de um economista do Dieese “em uma região industrializada como o ABC, essa rede de serviços se constitui, via de regra, em torno das atividades industriais” (SANTOS et al., 2001, p.125).

Por outro lado, de acordo com Conceição (2008), o crescimento dos serviços e do comércio também estaria atrelado a uma percepção dos empresários de que, apesar dos altos salários na região, os habitantes não contavam com uma oferta local de muitos serviços e comércio para atender a demanda. Afirma ainda que na década de 1990 a região passou a registrar um *boom* de investimentos nesta área, com a construção de shoppings, hipermercados e lojas de departamentos que, em alguns casos, instalaram-se em áreas que antes eram ocupadas por grandes indústrias⁸⁷.

Os dados da Tabela 37 (Anexo II) também permitem constatar que os setores de serviços e comércio, mesmo contando com um aumento dos postos de trabalho, não foram capazes de absorver a totalidade da mão-de-obra disponibilizada pela indústria⁸⁸, gerando um aumento significativo do desemprego na região. Assiste-se no período de 1989 a 1999, conforme dados da RAIS, ao fechamento de 173.737 postos de trabalho formais no setor industrial, significando uma redução de 52,33%, sendo compensada apenas em parte pelo aumento do emprego no comércio e nos serviços que, no mesmo período, foi de 6,92% e 40,20%, respectivamente. Neste mesmo período, enquanto a indústria perde 173.747 postos de trabalho, observa-se que no comércio e nos serviços se emprega apenas um total de 63.531 trabalhadores, fazendo com que os postos de trabalho gerados não fossem suficientes para compensar as perdas da indústria. Portanto, há de fato, uma queda do emprego formal total na região de 79,48%, quando se passa de 602.002 postos de trabalho, em 1989, para 478.497 em 1999, significando uma redução significativa de 123.505 postos de trabalho formais no período.

De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pela Fundação Seade/Dieese, no ano de 1999 a taxa de desemprego no ABC foi superior ao da capital ao alcançar 21,4% da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto a região

⁸⁷ Alguns exemplos como o ABC Plaza Shopping, inaugurado em 1997, que ocupou o espaço da antiga indústria Black & Decker em Santo André, sendo transferida para Uberaba-MG. Outro exemplo é a instalação do Wal-Mart em São Bernardo do Campo, instalado na antiga fábrica da Multibrás (ex Brastemp), que por sua vez foi transferida para Joinville - SC. Também tem a instalação do Carrefour, em São Bernardo Campo no ano de 1990, ocupando um terreno que antes pertencia à empresa Equipamentos Villares, transferida em 1980 para Araraquara - SP (ver CONCEIÇÃO, 2008).

⁸⁸ Segundo Klink (2001) “seria um engano inferir, a partir das taxas de crescimento acentuadas nos serviços profissionais no Grande ABC, que a região estaria se encaminhando para uma economia com um perfil de prestação de serviços e de terciário”. (KLINK, 2001, p.115)

metropolitana de São Paulo apresentava uma taxa de 17,5%, e a cidade de São Paulo, de 17,8%.

Segundo Pamplona (2001), os estudos realizados com base na PED (Seade/Dieese) revelaram que essa redução da ocupação industrial na região, além de produzir um aumento do desemprego, também gerou uma queda da qualidade do emprego. Por exemplo, afirma aquele autor que parte das ocupações geradas na década estava, em grande medida, ligadas ao setor de serviços, domésticos inclusive, de autônomos ou trabalhadores sem carteira assinada.

Para Pamplona (2001), essa crise no emprego industrial resultou em uma série de diagnósticos apressados que passaram a caracterizar o ABC como uma região “economicamente decadente”, “em vias de se desindustrializar” e “com perda contínua de importância econômica no cenário nacional”. Para o autor, entretanto, o equívoco desse diagnóstico estava em tomar a profunda crise no mercado de trabalho como um sinal de desarticulação definitiva da base econômica da região, quando muitos confundiam “transformação do tecido industrial” com “esvaziamento do tecido industrial”. De acordo com Pamplona (2001),

As pessoas estavam muito preocupadas com o fechamento de plantas industriais, mas o que tinha de fato grande relevância eram as mudanças que estavam ocorrendo dentro das plantas industriais em funcionamento. Isso foi especialmente válido para o ABC, onde os índices de deslocamento de fases do processo produtivo e/ou de linhas de produtos foram expressivamente superiores aos de outras regiões de São Paulo. No entanto, a região apresentou não só movimentos maiores de transferência (saída) como também de recepção (entrada). Muitos analistas não perceberam que quando as transferências são altas, mas as recepções também são, não há perda líquida de atividade industrial. Essa manutenção de atividade industrial (medida pela riqueza gerada e não pelo emprego) está claramente evidenciada nos dados de valor adicionado (VA) fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que revelam que ao longo dos anos 90 a indústria do Grande ABC manteve sua participação (cerca de 15%) no total do VA industrial paulista. (PAMPLONA, 2001)

Nessa mesma linha, em entrevista realizada com Klink constata-se que

A Região do ABC continua sendo industrial. A indústria continua sendo a atividade de destaque, mas o seu perfil mudou. Ou seja, não é mais verticalmente integrada, está mais enxuta e mais flexível. A indústria terceirizou os serviços da própria indústria e a cadeia produtiva está mais dispersa. Há um aumento do setor serviços e muito deste aumento é para atender a indústria dado que os serviços de apoio à produção dentro da planta sai. (KLINK, em entrevista realizada em 12/04/2010)

Há que se observar ainda que, além dos impactos gerados pelo processo de reestruturação das empresas, a política econômica adotada no início da década de 1990 impactou de forma negativa o emprego formal, principalmente aquele ligado à indústria de

transformação. A intensificação da concorrência intercapitalista, com abertura comercial e sobrevalorização cambial, levou as empresas industriais a um movimento de reestruturação na perspectiva de eliminar custos e enxugar pessoal, tendo como consequência, como já demonstrado anteriormente, a redução da participação do emprego industrial no conjunto da economia na região.

Assim, a redução do emprego formal, o aumento da taxa de desemprego na região e o processo de terceirização têm sido motivo de grande preocupação para o movimento sindical, que denuncia a precarização do trabalho, que pode ser constatada também em função da queda na renda do trabalho observado na região⁸⁹.

Na indústria, mesmo considerando que historicamente os salários são mais altos do que nos serviços e no comércio, verifica-se que mesmo assumindo a visão de vários estudiosos de que na região ambos os setores cresceram também em função da indústria, no bojo do seu processo de desverticalização e terceirização, não se pode negar que há um processo de precarização do trabalho pelo lado da renda. Segundo Santos et al. (2001), os setores de serviços e o comércio “não são capazes de absorver o contingente desempregado pelo setor industrial, além de pagar salários inferiores e estabelecer relações trabalhistas em muitos casos precárias” (SANTOS et al., 2001, p.170). Conforme dados apresentados na (Tabela 8), embora em todos os setores de atividade econômica no Grande ABC o rendimento médio dos trabalhadores no ano, medido em salários mínimos, tenha apresentado aumento entre os anos de 1989 e 1999, verifica-se que os trabalhadores desempregados da indústria que tiveram como opção o emprego no setor serviços e no comércio passaram a contar com rendimentos bastante inferiores, quando comparado com os rendimentos percebidos no setor industrial⁹⁰.

⁸⁹ Sobre a precarização do trabalho ver, por exemplo, ANTUNES (1996), BALTAR (2003), POCHMANN (2002 e 2003) e SABÓIA (2001).

⁹⁰ Sobre o tema rendimento assalariado ver POCHMANN & PRONI (1996).

Tabela 8 - Grande Setor de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimento, Emprego e Remuneração Média no ano, em salários mínimos, no Grande ABC Paulista - 1989 e 1999

Setores de Atividade	1989			1999		
	Estab	Emprego	Rem. Média	Estab	Emprego	Rem. Média
Indústria	4.233	364.448	6,99	4.793	190.701	9,31
Const.Civil	528	13.608	3,97	778	11.299	4,71
Comércio	8.127	62.912	3,24	11.654	67.266	4,29
Serviços	7.019	147.209	4,69	12.225	206.386	6,49
Agropecuária	211	549	2,55	46	2.796	-
Outr./Ign	1.603	13.276	6,21	7	49	3,46
Total	21.721	602.002	5,95	29.503	478.497	7,28

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

De acordo com Santos et al. (2001), pode-se afirmar que o comportamento dos rendimentos no setor industrial e também na região, se comparado com outras localidades, poderia estar atrelado ao fato de a região contar com uma mão-de-obra altamente qualificada e com vasta experiência nos setores químico e automobilístico, sendo isto vantagem em função da herança industrial construída no decorrer de várias décadas de industrialização. Além disso, não se pode deixar de considerar que o aumento dos rendimentos, em um contexto de crise, também poderia ser explicado pelo poder de barganha dos sindicatos na região.

Segundo Pochmann (2004), o aumento dos estabelecimentos no setor serviços e comércio se deu principalmente a partir de estabelecimentos de micro e pequeno porte, sendo possível considerar a hipótese de que parte dos trabalhadores demitidos pela indústria, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, tenha partido para a estruturação de seu próprio negócio. De outra parte, o autor afirma também que nesta condição se encontra parcela pequena de trabalhadores e que, na maioria dos casos, a hipótese é de que os desempregados da indústria que não conseguiram vínculo formal devem ter ingressado no mercado de trabalho informal, dado que o mercado de trabalho formal encolheu bastante nesse período.

Na Tabela 9 os dados também permitem identificar que as mudanças oriundas do processo de reestruturação produtiva e implantação do modelo neoliberal implicaram também mudança na estrutura produtiva da região. Além do fechamento de empresas de maior porte, verifica-se que o processo de reestruturação nas empresas também se utilizou da terceirização para baixar custos e enxugar o quadro de trabalhadores. Segundo Soares (1998), a terceirização, seguindo a lógica da reestruturação produtiva, avançou de forma significativa no ABC paulista.

Embora os dados da Tabela 9 mostrem um crescimento absoluto no total dos estabelecimentos industriais de 1989 a 1999, de acordo com Klink (2001) não se pode negar a crise na região e achar que a mesma foi menos dramática por este motivo. Também não se pode dizer que a queda deste número em alguns segmentos significa um processo de desindustrialização⁹¹ na região, mas sim um processo de reestruturação do sistema produtivo. Portanto, os dados permitem observar que, quando se analisam os estabelecimentos industriais por tamanho, percebe-se que o fechamento de um estabelecimento, de certa forma foi compensado pela abertura de outro, porém verifica-se que há uma mudança no perfil dos estabelecimentos, o que gerou impacto sobre o emprego quando se tem o fechamento da grande empresa sendo compensado pela abertura principalmente da micro empresa.

Tabela 9 - O Setor Industrial segundo tamanho⁹² e número de Estabelecimentos, Emprego e Remuneração Média no ano, em salários mínimos, no Grande ABC Paulista, 1989 e 1999

Tamanho	1989			1999			C/A (%)	D/B (%)
	Estabel.(A)	Empr. (B)	Rem.Média	Estabel.(C)	Empr.(D)	Rem.Média		
Zero	237	-	0	331	-	0	39,66	0,00
Até 4	1.148	2.577	2,30	1.576	3.560	3,70	37,28	38,15
De 5 A 9	670	4.488	2,73	861	5.820	4,39	28,51	29,68
De 10 A 19	594	8.378	3,34	816	11.454	4,79	37,37	36,72
Micro	2.649	15.443	2,99	3.584	20.834	4,49	35,30	34,91
De 20 A 49	601	18.915	4,11	624	19.604	5,33	3,83	3,64
De 50 A 99	386	27.416	4,72	274	19.612	6,76	-29,02	-28,47
Pequena	987	46.331	4,47	898	39.216	6,05	-9,02	-15,36
De 100 A 249	333	52.186	5,66	184	28.322	8,34	-44,74	-45,73
De 250 A 499	144	50.828	6,74	80	27.382	9,00	-44,44	-46,13
Média	477	103.014	6,19	264	55.704	8,66	-44,65	-45,93
De 500 A 999	70	47.701	7,66	32	22.318	10,63	-54,29	-53,21
1000 ou mais	50	151.959	8,50	15	52.629	13,76	-70,00	-65,37
Grande	120	199.660	8,30	47	74.947	12,83	-60,83	-62,46
TOTAL	4.233	364.448	6,99	4.793	190.701	9,31	13,23	-47,67

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

⁹¹ O conceito "clássico" de "desindustrialização" foi definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Posteriormente, Tregenna (2009) redefiniu de forma mais ampla o referido conceito como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB. Assim, baseados nesses conceitos, para Oreiro & Feijó (2010), a primeira observação importante a respeito do conceito ampliado de "desindustrialização" é que o mesmo é compatível com um crescimento (expressivo) da produção da indústria em termos físicos, ou seja, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia. (OREIRO & FEIJÓ, 2010)

⁹² De acordo com o SEBRAE, o critério de classificação do porte das empresas utiliza o critério por número de empregados do IBGE. No caso da Indústria classificam-se as empresas como: Micro: com até 19 empregados; Pequena: de 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados; Grande: mais de 500 empregados. No caso do Comércio e Serviços a classificação seria: Micro: até 9 empregados; Pequena: de 10 a 49 empregados; Média: de 50 a 99 empregados; Grande: mais de 100 empregados. É importante ressaltar que o presente critério não possui fundamentação para fins legais valendo o previsto na legislação do Simples (Lei 123 de 15 de dezembro de 2006) cuja classificação se dá pelo faturamento.

Nesse sentido, de acordo com os dados da Tabela 9 no período de 1989 a 1999, no Grande ABC observa-se uma queda expressiva dos estabelecimentos, com destaque para as empresas de médio e grande portes que apresentam queda de 44,65% e 60,83%, respectivamente.

A redução dos estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, juntamente com o aumento dos estabelecimentos das micro empresas, de certa forma guarda relação com a opção de fragmentação da grande empresa diante de um processo de desverticalização e terceirização, levando a uma transferência de etapas do processo produtivo e serviços, antes existentes nas grandes empresas, para as empresas de menor porte ou denominadas de terceiras.

Não obstante a importância do setor de micros, pequenas e médias indústrias em algumas cidades do Grande ABC, e mais particularmente em Diadema (PMD, 1996), não podemos perder de vista que, do ponto de vista da absorção de mão-de-obra e geração de valor adicionado, o Grande ABC ainda é caracterizado pelo papel preponderante da grande indústria. (KLINK, 2001, p. 123)

Entretanto, observa-se que os resultados destas mudanças sobre o emprego são evidenciados não só pelo novo modelo de produção determinado pela reestruturação, mas também aprofundados pelas políticas econômicas adotadas no país ao longo da década de 1990, que tiveram impactos destrutivos sobre o mercado de trabalho na região. Conforme dados da Tabela 9, além de se verificar uma redução significativa do emprego no setor industrial de 47,67%, significando um corte de 173.747 postos de trabalho industriais, observa-se que são as unidades de médio e grande portes as maiores responsáveis por esta significativa redução, embora em números absolutos continuem sendo responsáveis pela maior quantidade de emprego. Entretanto, pelo lado da renda, quando se afirma que parte dos trabalhadores, no processo de enxugamento da grande empresa, se deslocam da média e grande empresa para trabalhar na pequena e micro empresa, nota-se que os mesmos passam a contar com rendimentos inferiores. Como exemplo, verifica-se que as remunerações médias percebidas em 1999 pela média e grande empresa eram de 8,66 e 12,83 salários mínimos, respectivamente, e nas micro e pequenas empresas eram de 4,49 e 6,05 salários mínimos.

Ao analisar o comportamento do emprego por ramo de atividade econômica, conforme a Tabela 10, nota-se que a perda de emprego no setor industrial do Grande ABC foi mais expressiva em alguns setores típicos da região. Enquanto a perda total do emprego foi de 20,52% no período de 1989 e 1999, em alguns subsectores de atividade verifica-se, por exemplo, na indústria metalúrgica, uma perda de 51,37% do seu pessoal ocupado, na indústria

mecânica, de 66,05% dos postos de trabalho, na indústria de material de transportes (que inclui a indústria automobilística e a de autopeças), de 51,84% e na indústria química, de 33,75%.

Tabela 10- Subsetor de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimentos e Empregos no Grande ABC Paulista, 1989 a 1999

Subsetor	1989		1999		C/A (%)	D/B (%)
	Estabel.(A)	Empreg.(B)	Estabel.(C)	Empreg.(D)		
Extr mineral	26	494	9	70	-65,38	-85,83
Ind min nao met	229	13.631	188	6.130	-17,90	-55,03
Ind metalúrgica	734	52.701	1.032	25.627	40,60	-51,37
Ind mecânica	530	37.057	433	12.579	-18,30	-66,05
Ind Elet e comun	200	21.130	195	7.713	-2,50	-63,50
Ind Mat transp	177	117.935	203	56.799	14,69	-51,84
Ind Mad e mobil	405	9.983	348	5.312	-14,07	-46,79
Ind Papel e graf	265	8.485	379	7.380	43,02	-13,02
Ind Bor fum cour	398	22.709	237	11.274	-40,45	-50,35
Ind química	593	53.029	857	35.131	44,52	-33,75
Ind têxtil	397	17.641	355	8.532	-10,58	-51,64
Ind calçados	54	704	9	172	-83,33	-75,57
Ind Alim e beb	184	8.328	504	11.110	173,91	33,41
Ser util pub	41	621	44	2.872	7,32	362,48
Constr civil	528	13.608	778	11.299	47,35	-16,97
Com varej	7.366	51.200	10.588	57.124	43,74	11,57
Com atacad	761	11.712	1.066	10.142	40,08	-13,41
Inst financ	241	12.550	597	8.030	147,72	-36,02
Com Adm tec prof	2.143	30.231	4.459	63.994	108,07	111,68
Transp e comun	506	25.806	1.192	31.707	135,57	22,87
Serv Aloj comunic	3.179	37.608	3.406	35.486	7,14	-5,64
Serv Med odon vet	590	9.538	1.775	17.113	200,85	79,42
Ensino	304	4.880	749	15.497	146,38	217,56
Adm publica	56	26.596	47	34.559	-16,07	29,94
Agricultura	211	549	46	2.796	-78,20	409,29
Outr/ign	1.603	13.276	7	49	-99,56	-99,63
Total	21.721	602.002	29.503	478.497	35,83	-20,52

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Com relação ao perfil dos trabalhadores assalariados com vínculo formal no setor industrial na região percebe-se que as mudanças não são uniformes. Isto é, há um crescimento das ocupações de maior qualificação⁹³ e uma redução principalmente de postos de trabalho que exigiam menor qualificação/escolaridade, ou em tarefas de baixa complexidade. De acordo com a Tabela 11, há uma queda significativa do número de emprego para aqueles que apresentavam nenhuma escolaridade (analfabetos) ou que tinham uma formação escolar até a 8ª série incompleta. Para aqueles que tinham cursado a 8ª série ou outras séries superiores, observa-se que houve um aumento da participação relativa dos mesmos na ocupação total. De acordo com Pochmann (2004), pode-se afirmar que as empresas tenham substituído trabalhadores com menor escolaridade por outros com escolaridade mais elevada. Além disso, quando se relaciona a escolaridade com as remunerações percebidas, de acordo com a Tabela

⁹³ Ver LEITE & POSTHUMA (1996); POCHMANN (2006) e RODRIGUES (1997).

11, os dados reforçam o fato de remunerações superiores para aqueles que possuem um maior grau de escolaridade.

Tabela 11- Número de Empregados no setor Industrial segundo Escolaridade e Remuneração Média no ano, em salários mínimos no Grande ABC, 1989 e 1999.

Escolaridade	1989			1999		
	Emprego		Rem.Média	Emprego		Rem.Média
	Número	(%)		Número	(%)	
Analfabeto	10.319	2,83	5,85	1.554	0,81	4,40
4ªser Incomp	44.168	12,12	4,93	10.485	5,50	6,41
4ªser Comp	89.945	24,68	5,78	24.221	12,70	6,85
8ªser Incomp	77.597	21,29	5,17	30.269	15,87	6,64
8ªser Comp	47.929	13,15	6,38	41.032	21,52	7,45
2ºgr Incomp	28.393	7,79	6,98	19.192	10,06	7,05
2ºgr Comp	31.990	8,78	9,66	36.007	18,88	9,57
Sup Incomp	13.278	3,64	11,79	10.042	5,27	13,68
Sup Comp	19.256	5,28	19,40	17.897	9,38	22,94
Mestrado	-	-	-	-	-	-
Doutorado	-	-	-	-	-	-
Ignorado	1.573	0,43	3,85	2	0,00	2,56
Total	364.448	100	6,99	190.701	100	9,31

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Portanto, é possível concluir que o ajuste feito pelas empresas, particularmente na indústria, eliminou postos de menor qualificação. Por sua vez, é possível sustentar a hipótese de que parte desses empregados migrou para o setor serviços por meio do processo de terceirização. É possível também afirmar que a redução dos postos de trabalho de menor qualificação foi acompanhada pelo efeito positivo sobre a participação dos grupos ocupacionais de maior qualificação e que a busca pela maior escolaridade por parte dos trabalhadores pode ser explicada pela necessidade de manutenção do emprego em um momento de aumento da concorrência e da exigência dos empregadores no mercado de trabalho.

Considerando a empresa, não se pode negar que em meio a este processo de reestruturação produtiva e de abertura econômica, o aumento das importações contribuiu para criar dificuldades para as empresas menos competitivas, resistindo apenas aquelas que contavam com maior grau de competitividade⁹⁴. Portanto, a crise nos anos 1990 parece causar um deslocamento e fechamento de várias indústrias no país, com impactos mais evidentes em regiões como o Grande ABC, com características de grande centralidade da indústria desde os anos de 1950. Assim, na região a história de dificuldades enfrentadas nos anos 1980 se repete

⁹⁴ Ver COUTINHO & FERRAZ (1994).

na década de 1990, ou seja, os desarranjos e as fragilidades dos anos 1980 não foram superados, fazendo com que a crise se arrastasse na década seguinte.

Ainda sobre o processo de reestruturação produtiva no ABC, segundo Conceição (2008), é importante chamar atenção para os seus impactos nas cidades que compõem a região sem correr o risco de tratar as mesmas de forma homogênea. O autor cita importante entrevista com o prefeito Celso Daniel⁹⁵ no ano de 2001, cuja transcrição parcial merece registro:

Santo André tem uma situação peculiar na região porque sofreu pesado esvaziamento industrial. Isso não aconteceu como um todo na região, que se mantém dinâmica com parte da sua economia sustentada pela indústria, particularmente as grandes cadeias automotivas e petroquímica. Mantivemos [em Santo André] algumas empresas importantes, de porte e modernas tecnologicamente, mas perdemos muito da potência que acumulamos ao longo de todo o século XX. A despeito disso, começaram a se desenvolver em Santo André atividades do setor terciário, particularmente comerciais. Por isso a imagem pública de Santo André, particularmente para os andreenses, é contraditória. Ao mesmo tempo em que percebem Santo André como dinâmica, inclusive do ponto de vista econômico, mesmo com perdas industriais, os andreenses captam que o fato de não haver mais emprego industrial significa perda em termos de cidadania, ou seja, de direito ao trabalho de qualidade (...). Qual é a desvantagem de Santo André? O esvaziamento industrial muito maior que o de outros municípios. Mas isso pode se transformar em vantagem porque há uma percepção do problema antes que isso se consolide nos outros municípios e pode nos levar a constituir outro perfil econômico, sintonizado com os tempos que estamos vivendo. (Palavras de Celso Daniel em entrevista à revista “Livre Mercado” em abril de 2001 apud CONCEIÇÃO, 2008, p. 139)

Portanto, diante da realidade vivenciada pela região, em meio a um quadro de dificuldades no mercado de trabalho e de ausência de uma estratégia institucional para elaborar e coordenar uma política industrial, com a perspectiva de traçar novos rumos para o desenvolvimento nacional e da incapacidade do setor público e privado de gerarem postos de trabalho estáveis e regulamentados, era necessário pensar alternativas de inclusão dessa parcela da sociedade.

Algumas experiências nesse sentido surgiram como resultado de arranjos sócio-produtivos para minimizar os efeitos da crise do mundo do trabalho. Várias foram as experiências onde trabalhadores, em situação de desemprego, se organizaram em grupos comunitários, associações, cooperativas, pequenas e micro empresas (familiares ou não) em busca de alternativas de renda e de ampliação de controle sobre o próprio trabalho. Outras foram as experiências que envolveram governos locais, empresários e trabalhadores, como

⁹⁵ Celso Daniel foi eleito três vezes prefeito em Santo André (em 1988, 1996 e 2000). Teve seu terceiro mandato de prefeito iniciado em 2001, interrompido em janeiro de 2002, quando foi seqüestrado e assassinado com 51 anos de idade.

por exemplo, a experiência do Grande ABC⁹⁶, enquanto uma experiência de implantação de um pacto territorial por meio da criação de instituições de governança regional⁹⁷ que ora, neste trabalho de pesquisa, torna-se objeto de análise.

Portanto, diante da intensa reestruturação por que passou a indústria do ABC na década de 1990 com impactos negativos sobre o emprego, identifica-se que as iniciativas de cooperação entre os atores representaram uma resposta inovadora da região. Nessa perspectiva de busca de alternativas para o desenvolvimento, é importante verificar a trajetória do emprego e da renda após a implantação destes pactos e/ou estruturas de governança territoriais na reorientação do processo de crescimento econômico enquanto projeto mais amplo de inclusão social.

Para tanto, na próxima seção, apresentam-se algumas experiências de pactos territoriais implantados no ABC paulista, via consórcio intermunicipal e outras formas de governança, enquanto busca do desenvolvimento e alternativa para a crise da indústria e consequente crise do mercado de trabalho para, posteriormente, no capítulo 3, analisar a trajetória do emprego e renda na região frente a este processo.

2.4 - O Pacto Territorial como Alternativa para a Crise da Indústria no Grande ABC

O Grande ABC Paulista, importante polo industrial brasileiro, teve seu crescimento econômico sustentado principalmente pelo modelo de desenvolvimento adotado no país desde os anos de 1950, sendo intensificado principalmente no governo JK, por meio do Plano de Metas⁹⁸. O esgotamento deste modelo de desenvolvimento, explicado pela crise econômica enfrentada pelo país a partir dos anos de 1980 gera impactos evidentes sobre a região.

⁹⁶ Aqui, como já dito anteriormente, considera-se a região do grande ABC como um espaço territorial seguindo a visão mais ampla de Haesbaert (2006) de que a definição desse espaço envolve aspectos jurídicos, culturais, sociais etc. Portanto, não é um espaço, nem uma dimensão material da realidade, quando não necessariamente guarda relação com as fronteiras definidas pelo Estado.

⁹⁷ Para Reis (2002), “as instituições estão incrustadas na dinâmica do capitalismo contemporâneo, visto que esta é feita de interações, vida coletiva, ações e contextualidades. Mas as instituições são tanto um resultado como um instrumento disponível para estruturar os processos futuros. Elas formam-se para reduzir a incerteza que existe nas trocas; são minimizadoras dos custos de transação; são meios pelos quais se superam as falhas de mercado; em suma, as instituições oferecem os mecanismos pelos quais os indivíduos podem transcender dilemas sociais. Dotam-nos, portanto, de capacidades e comportamentos organizacionais, possibilitam-lhes interações cooperativas e eficiência adaptativa. De tudo isso, resulta a noção de que as economias, na sua diversidade, comportam vários mecanismos de coordenação (alternativos ou complementares), não se limitando, por isso, a estarem sujeitas à regra única do mercado, como mecanismo exclusivo e total”. (REIS, 2002, p.119)

⁹⁸ Ver LESSA (1983).

Observa-se que o crescimento dos municípios que compõem o ABC, como em várias cidades brasileiras, também ocorreu de forma desordenada, conseguindo, de um lado atender às exigências para permitir a instalação de um grande parque industrial e, de outro lado, não consegue proporcionar condições de vida satisfatórias para a população local. Assim, além dos problemas estruturais de seus municípios, a crise econômica no final dos anos de 1980 agravou ainda mais a situação. A queda da atividade econômica, causadora de forte desemprego, também afeta a arrecadação pública estadual e municipal. Portanto, nessas condições, a busca pela concertação social viabilizará a construção de um pacto territorial, emergindo como alternativa para o enfrentamento da crise, principalmente no setor industrial.

Nesse sentido, em meio a um contexto de intensa reestruturação produtiva industrial, com fechamento de grandes fábricas e consequente eliminação de significativa parcela dos empregos, os atores locais buscaram cooperação, na perspectiva de amenizar os efeitos negativos da crise. Segundo Klink e Lépore (2006), como resposta à crise, foi a partir da década de 1990 que cresceu no Grande ABC Paulista a consciência da necessidade de uma articulação territorial cooperativa, explicada parcialmente pela percepção da profundidade do impacto das transformações econômicas sobre a região e a profundidade da crise econômica.

Nessa direção, Bresciani (2004) afirma que a questão do desenvolvimento do Grande ABC, principalmente em meados dos anos de 1990, foi favorecida a partir da posse da nova safra de prefeitos filiados ao PT nas eleições municipais em 1988, com destaque para Celso Daniel, em Santo André, para Maurício Soares, em São Bernardo do Campo e José Augusto da Silva, em Diadema⁹⁹, com a liderança política do primeiro. É a partir desse momento que se institucionaliza o atual sistema de governança territorial do Grande ABC, com destaque para o Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico.

É importante destacar, segundo Bresciani (2004), o papel decisivo de Celso Daniel na formulação e implantação dessa nova estrutura institucional de governança a partir do final dos anos 80. Em muitos textos de autoria de Celso Daniel, muitos dos quais publicados postumamente, a questão da presença sindical surge como um dos elementos de análise no âmbito do desenvolvimento local. De acordo com Celso Daniel, o movimento sindical é

⁹⁹ Os referidos prefeitos tiveram decisivo apoio do movimento sindical vinculado à CUT nos municípios e tinham como vice-prefeitos pessoas oriundas do sindicato dos metalúrgicos na região. No caso do prefeito Maurício Soares é importante enfatizar o seu papel de destaque ao longo de sua carreira profissional de militância política como advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema durante os anos de 1980. Posteriormente, ele se desligaria do PT e seria novamente eleito em 1997 e 2000, agora ligado ao PSB. (ver BRESCIANI, 2004)

considerado como um “relevante patrimônio regional - possivelmente a mais acabada versão de protagonismo local com versátil presença nos âmbitos nacional e internacional” (BRESCIANI, 2004, p.12). Assim, segundo Conceição (2008), o prefeito de Santo André, além de ter uma elevada capacidade de articulação política, com sólida formação teórica na temática do regionalismo (era engenheiro e professor de economia da Fundação Getúlio Vargas - FGV), acreditava que o desenvolvimento econômico e social não deveria passar exclusivamente pela pauta nacional, mas também pelo plano local e regional¹⁰⁰.

A partir da liderança articuladora de Celso Daniel nos anos 1990 emerge uma nova institucionalidade no Grande ABC Paulista com o objetivo de buscar soluções para os problemas econômicos e sociais gerados pelas mudanças na estrutura produtiva da região e pela crise enfrentada pelo país. Nessa perspectiva, assiste-se, no âmbito do ABC, à criação de estruturas de governança, conforme apresentação nos subitens seguintes.

Entretanto, antes de apresentar essas estruturas é importante ressaltar que na análise desses espaços de governança utiliza-se o aporte neocorporativista para explicar o funcionamento desses fóruns e das relações estabelecidas entre os atores na formulação de políticas. Considera-se que estes espaços são criados utilizando a lógica institucionalista, possibilitando diagnósticos e projetos consensuados na realização da gestão. Isso ocorre por meio de ações coletivas e não por ação individual, ainda que sejam conduzidas pelas “cúpulas” dirigentes de organizações representativas. Assume-se, dessa maneira, que a pactuação construída naqueles espaços de concertação social, como é o caso do Consórcio do Grande ABC, é guiado por objetivos comuns e, apesar de não desconsiderar os conflitos, reconhece-se que nem sempre os mesmos são “abertos”, dado que nesse momento o racional é considerar que o enfrentamento (estabelecimento de conflitos abertos) pode levar a resultados piores¹⁰¹.

2.4.1 - O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

A criação de uma nova estrutura institucional de governança como iniciativa de concertação com vistas ao desenvolvimento local e embrião das futuras experiências de

¹⁰⁰ Na visão de Vicente Paulo da Silva, em entrevista realizada em 13/04/2010 o entusiasmo com os acordos no âmbito da câmara setorial do setor automobilístico levou, principalmente o Prefeito Celso Daniel, a liderar o movimento de pactuação regional.

¹⁰¹ Sobre o tema, ver TAKAGI (2004), ORTEGA (2005) ou, ainda, PUTNAM (2000), particularmente em seu capítulo 6.

constituição de consórcios intermunicipais, o **Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings**, mais conhecido como **Consórcio Intermunicipal do Grande ABC**, foi concebido em dezembro de 1990, tendo Celso Daniel como o seu primeiro presidente. O objetivo do Consórcio era a articulação entre os executivos municipais das sete cidades da região¹⁰², tratando de diversos assuntos como, por exemplo, a questão da infraestrutura urbana, o desenvolvimento econômico e os temas ambientais. Inicialmente a prioridade foi dada à gestão ambiental¹⁰³, para posteriormente ser tratada a elaboração e a gestão de Planos Regionais para o Desenvolvimento Integrado do Grande ABC (KLINK e LÈPORE, 2006). Para tanto, o Consórcio estruturava-se por meio de uma organização administrativa formada por um Conselho Deliberativo ou Conselho de Municípios (órgão de instância máxima) composto pelos prefeitos das sete cidades; um Conselho Fiscal formado por membros indicados pelas câmaras de vereadores de cada cidade; um Conselho Consultivo, constituído por membros da sociedade civil; e uma Secretaria Executiva. A presidência do Consórcio passou a ser exercida por um dos prefeitos dos municípios associados, eleito para o mandato de um ano. Os recursos financeiros do Consórcio eram constituídos por cotas de contribuição anual dos municípios integrantes, em percentual proporcional à receita de cada um¹⁰⁴.

Atualmente, o Conselho de Municípios é composto pelos prefeitos das seguintes cidades: Ribeirão Pires¹⁰⁵, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Rio Grande da Serra e São Caetano do Sul.

A adesão dos municípios ao Consórcio deu-se de forma voluntária e contou com a autorização do legislativo de cada município. Com a presença dos prefeitos o consórcio passou a constituir-se em um espaço de interlocução entre os municípios, operando de forma embrionária como uma instância executiva (BRESCIANI, 2004). De acordo com esse autor, à medida que o mesmo inexistia oficialmente no sistema federativo brasileiro, dificulta e amplia

¹⁰²Incluem os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. De acordo com Bresciani (2004), o território ocupado por esses municípios foi progressivamente subdividido por diversas emancipações ao longo do século XX, tendo sido anteriormente uma unidade municipal, inicialmente sob o nome de Santo André da Borda do Campo.

¹⁰³ Aqui a prioridade deveria ser dada ao gerenciamento e à destinação dos dejetos sólidos das sete cidades. Em entrevista, Roberto Anacleto, Coordenador de Projetos da Agência de Desenvolvimento Econômico, afirma que “antes de 1990, em Mauá, a prefeitura recusava receber o lixo. Assim, a questão do lixo deu o *start* e depois foi a questão das bacias hidrográficas” (ANACLETO, em entrevista realizada em 12/04/2010).

¹⁰⁴ De acordo com a notícia veiculada no site do Consórcio, em 08/03/2010, a nova gestão do consórcio assume com a incumbência de alterar a personalidade jurídica do mesmo, transformando-o em um consórcio de natureza pública.

¹⁰⁵ Na gestão 2010 o Consórcio foi presidido pelo Prefeito de Ribeirão Pires e a vice presidência assumida pelo Prefeito de Diadema.

os entraves à evolução do próprio consórcio. Entretanto, há que se observar que a instância intermunicipal, apesar da legislação recente reconhecendo a sua existência¹⁰⁶, ainda encontra dificuldades em função da sua pouca tradição.

Ao tratar das estruturas de governança no âmbito do ABC enquanto busca de alternativa para a crise enfrentada pela região, não se pode negar que a questão do emprego esteve no centro da agenda não só do movimento sindical, como também das instituições regionais criadas no ABC e na agenda do governo federal. As causas centrais dos problemas enfrentados pelo setor industrial, particularmente a questão do desemprego, estavam intimamente vinculadas à recessão econômica enfrentada pelo país, já na década de 80, e também as inovações tecnológicas e organizacionais advindas do processo de reestruturação produtiva, fazendo com que o desemprego tivesse, além de um caráter conjuntural, também um caráter estrutural. Assim, não diferente do resto do país, as consequências de todo este processo provocaram mudanças significativas na indústria do ABC paulista, conforme dados demonstrados na seção anterior¹⁰⁷, que evidenciaram a precarização do trabalho, devido principalmente ao alto índice de desemprego.

Diante deste cenário, a partir de 1991, durante o governo Collor, mediante as dificuldades enfrentadas pelo governo para dirigir a economia, frente aos reflexos da adoção do modelo neoliberal e à reestruturação do setor produtivo, as câmaras setoriais começaram a ser propostas como espaço de negociação tripartite¹⁰⁸, buscando viabilizar diferentes estratégias para o enfrentamento dos problemas gerados a partir da reestruturação do setor industrial.

Portanto, diante das dificuldades de superar a crise no setor industrial e particularmente no setor automobilístico, em dezembro de 1991 se constituiu a **Câmara**

¹⁰⁶ Diante do entendimento de que os consórcios públicos eram meros pactos de cooperação, de natureza precária e sem personalidade jurídica, tal como os convênios, os entes federativos passaram a reivindicar que os consórcios tivessem tratamento jurídico mais adequado. Assim, por meio da Emenda Constitucional n. 19, de 1998, foi alterada a redação do art. 241 da Constituição Federal, que passou a prever expressamente os consórcios públicos e os convênios de cooperação. Apesar da mudança no art. 241, continuou a prática de se criarem consórcios públicos como associações civis que não cumpriam com os preceitos de direito público. Portanto, somente com a Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, regulamentada pelo decreto 6.017 de 2007, há uma inovação na lei dos consórcios, e os mesmos passam a possuir personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

¹⁰⁷ Ver a discussão feita na seção 2.3 deste capítulo.

¹⁰⁸ Embora se possa dizer que no país há uma tradição de pactuação, nota-se que diferentemente do pacto tripartite (capital internacional, capital nacional e Estado) para a implantação da indústria automobilística no Brasil, o novo pacto tripartite agora, além de contar com a presença do capital e do Estado, conta também com a presença dos trabalhadores.

Setorial da Indústria Automobilística Brasileira¹⁰⁹ enquanto espaço de *negociação tripartite* com a presença da representação dos empresários, dos governos estadual e federal e dos trabalhadores, com destaque para a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Seu propósito era buscar alternativas para a crise do setor provocada pela abertura comercial, promovida pelo governo Collor¹¹⁰, e a reorientação da política industrial¹¹¹. Portanto, ao contar com a participação e a perspectiva de acordo entre estado, capital e trabalho, a câmara tinha o compromisso de buscar reverter a tendência declinante da produção e das vendas na indústria automobilística e de recuperar a competitividade do setor.

É certo que não se pode creditar à câmara todos os méritos pela retomada da indústria automobilística. Mas, sem dúvida alguma, qualquer avaliação minimamente criteriosa torna-se suspeita se forem subestimadas suas decisões. (ARBIX, 1996, p.18)

De acordo com Takagi (2004), as câmaras setoriais estavam amparadas pela lei nº 8.178, passando a constar no artigo nº 23 a composição das mesmas com representantes do Ministério da Economia, dos empregadores e dos trabalhadores dos respectivos setores produtivos ou das entidades sindicais nacionais. Assim, quando o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva (Vicentino), foi convidado pelo governo para participar da câmara, o mesmo apresentou um documento intitulado “Câmara setorial da indústria automobilística: é essencial recuperar o poder aquisitivo e o nível de emprego”¹¹². Em entrevista, Vicente de Paula Silva, hoje deputado federal, fez um breve relato sobre este momento de criação da câmara setorial automobilística¹¹³.

¹⁰⁹ A institucionalização da referida câmara contou com os estímulos da Secretaria de Economia do Ministério da Fazenda, coordenada na época por Dorothea Werneck, profissional com experiência para o cargo por ter sido ex-ministra do Trabalho e com trânsito fácil no meio sindical.

¹¹⁰ A Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), divulgada em junho de 1990, tinha como proposta a busca da modernização e reestruturação da indústria nacional pela via da sua exposição à concorrência internacional, ao fortalecimento do comércio exterior, ao fim das barreiras não tarifárias e das restrições aos investimentos estrangeiros, à desregulamentação da economia, o apoio à capacitação tecnológica e a privatização das empresas estatais.

¹¹¹ Sobre o tema política industrial ver maiores informações em SUZIGAN (1992); TAVARES & FIORI (1993); BATISTA (1993) e SALM, SABOIA & CARVALHO (1996).

¹¹² Segundo Arbix (1996), o sindicalista Vicente Paulo da Silva, contrariando às posições defendidas pela maior parte do sindicalismo cutista, decidiu integrar-se à câmara setorial. Afirma também que, do lado empresarial, a ascensão de Luiz Adelar Scheuer à presidência da ANFAVEA deu maior flexibilidade à entidade.

¹¹³ Ver também OLIVEIRA (1993).

No início dos anos de 1990, houve uma ameaça de fechamento da unidade industrial da Ford no ABC¹¹⁴. Havia grande preocupação por parte dos sindicatos, empresários e prefeitura com a decisão da empresa, por ser a mesma uma poderosa multinacional e pelo contingente de trabalhadores envolvidos. Assim, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, eu na presidência, fomos aos EUA numa comissão falar com a direção da Ford para buscar reverter a decisão. Mas a preocupação lá era com os problemas deles, ou seja, a informação é que havia também rumores sobre o fechamento de toda a Ford no Brasil, ao mesmo tempo em que chegava informações sobre as dificuldades enfrentadas em Detroit, que ora enfrentava o mesmo problema do desemprego como no Brasil. Fomos recebidos, mas a decisão não foi alterada. A partir daí, o sindicato consegue articular uma negociação, envolvendo os governos federal e estadual, e as representações empresariais e sindicais, a respeito da reestruturação da indústria automobilística no Brasil, por meio da Câmara Setorial Automotiva entre os anos de 1991 e 1993. Para gerar emprego tinha que aumentar as vendas e daí tinha que baixar os preços. O pacto era para fazer com que as empresas reduzissem a margem de lucro e, de outra parte, os trabalhadores se comprometiam em adiar a campanha salarial por três meses (mas não abria mão do aumento do salário) e o governo reduziria o IPI para aumentar as vendas. O acordo da câmara foi feito em 1992 e feito o acordo houve aumento das vendas mesmo com a crise. (Vicente de Paula Silva em entrevista realizada em 13/04/2010)

Nesse período, já eram evidentes os impactos negativos das medidas econômicas adotadas no governo Collor. As medidas econômicas de fim das barreiras não tarifárias e redução de tarifas alfandegárias, a privatização de indústrias de base com mudança nas regras comerciais, o aumento do custo de insumos básicos fornecidos pelo Estado e a eliminação de incentivos fiscais e subsídios, impactaram negativamente a indústria, em particular a indústria automobilística, até então amparada pelas políticas protecionistas. Isto fez com que o setor automobilístico do ABC enfrentasse fortes crises em função dos rumos da economia, com dificuldades no mercado de trabalho, provocadas pelo fechamento de plantas e consequentes demissões e aumento do desemprego¹¹⁵.

Portanto, a perspectiva de liberalização dos mercados como estimulador da competitividade econômica provocou impactos negativos em vários setores industriais. A liberalização das importações¹¹⁶ eliminava as barreiras não tarifárias, juntamente com a decisão de suspender ou eliminar a maioria dos incentivos fiscais e subsídios. Assim, quando os acordos da câmara passaram a estar voltados para uma saída da crise do setor, verifica-se uma

¹¹⁴ O fechamento da divisão de motores da Ford de São Bernardo do Campo ocorreria em fevereiro de 1992 com a demissão de 700 funcionários (ver ARBIX, 1996). Nesse sentido, de acordo com Conceição (2008), no início dos anos de 1990 o fechamento da fábrica Ford Tratores no ABC pode ser tomada como um marco na história da Câmara Setorial no Brasil.

¹¹⁵ Segundo dados do Dieese, o mês de fevereiro de 1991 contabilizou um total de 129.998 trabalhadores empregados na base metalúrgica do ABC, contra 150.072 antes do Plano Collor I. Isto é, de fevereiro de 1990 a fevereiro de 1991, o nível de emprego havia registrado uma queda de 14%, ou seja, 20.074 postos de trabalho, correspondente a uma média mensal de 1.700 demissões (ARBIX, 1996, p. 68). Ainda, segundo esse autor, no relatório da ONU sobre as transnacionais no Brasil o índice era de 20,1% de demissões no período de 1990 e 1991.

¹¹⁶ Medida Provisória nº 158, de março de 1990.

mudança nas relações de trabalho quando se passa a contar com a participação dos trabalhadores nas negociações das câmaras setoriais.

Muitas sindicalistas criticaram tal participação, mas de outra parte, também havia manifestações favoráveis à participação dos trabalhadores nesses acordos, apontando a inovação dessa ação que ora contava com a participação dos trabalhadores nas negociações. De acordo com Vicentinho (em entrevista realizada no dia 13/04/2010), muitos entendiam que a participação de representantes dos trabalhadores nas negociações da câmara era considerada como uma possibilidade de transformação da relação capital-trabalho, quando o pacto realizado entre as partes em conflito era baseado na construção de alternativa consensuada para o setor e “não destruição do adversário”. Seguindo esta linha de pensamento e mesmo diante de muitas reações negativas da ala mais radical da CUT, observa-se que a diretoria do sindicato seguiu em frente com sua participação na câmara. Assim, de acordo com Dagnino (2002), “o conflito e a tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham - e com que centralidade o fazem - as partes envolvidas” (DAGNINO, 2002, p.280).

Importante observar que a proposta de participação dos trabalhadores em espaços de concertação, como são as Câmaras Setoriais, tem o objetivo de busca de um resultado de “somatório diferente de zero”, ou seja, uma articulação em que todos ganham. Evidentemente, que não se ganha tudo o que se gostaria, nem se distribui equitativamente esses ganhos, porém, em um momento de crise como aquele, parte significativa do movimento sindical avaliava que sua participação nesses espaços de concertação representava a garantia do emprego frente à perspectiva de desemprego.

Assim, no Brasil o arranjo tripartite, constituído no âmbito das câmaras setoriais, criava um novo espaço de negociação entre os atores e era considerado inédito não só pelo seu formato, mas também pelo conteúdo das negociações efetivadas. Segundo Conceição (2008), é importante ressaltar os acordos referentes à queda de preços dos veículos, em 1992 e 1993, resultado da queda das alíquotas de impostos federais e estaduais e da redução das margens de lucro ao longo da cadeia produtiva. Para esse autor os acordos de curto prazo também estabeleciam correção mensal dos salários e manutenção do nível de emprego e, em 1993, foi além ao fixar metas crescentes de produção e emprego.

Por parte dos sindicatos, especialmente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, símbolo de sindicalismo combativo e reivindicativo (berço do sindicalismo cutista e do PT), aderir a câmara significava

Passar para o segundo plano uma orientação conflitiva e colocar em primeiro lugar a busca do consenso fundado na idéia de que a defesa da indústria automobilística era algo que interessava não somente às empresas e ao governo, mas também aos trabalhadores do setor. (ARBIX, 1996, p.12)

Segundo Arbix (1996), as negociações foram possíveis porque se estabeleceu uma relação mínima de *confiança* entre os participantes, definiu-se uma agenda clara de discussão, os participantes possuíam legitimidade de seus representados, e houve disposição de se chegar a um *consenso*, sem a busca da destruição do outro. Todavia, há que se destacar, conforme ressalta esse autor, que o conflito não desapareceu¹¹⁷; estavam presentes e, portanto, sua permanência era importante para que o arranjo tivesse êxito em seus objetivos.

Para Trigilia (2003), a existência de laços estreitos de cooperação entre atores privados e públicos leva a políticas de desenvolvimento local mais eficazes. Assim, tem-se um processo de incrustação (enraizamento)¹¹⁸ em que a origem social dos mercados deve ser reconhecida. Nesse sentido, de acordo com Marques (2003), o jogo econômico exerce uma influência menor na sobrevivência organizacional das empresas e as relações sociais, portanto, assumem um papel de destaque. Assim, aspectos como as relações de interação e confiança devem ser considerados na análise da dinâmica produtiva.

Nas entrevistas realizadas com atores sociais importantes desse processo no âmbito do ABC constata-se que havia concordância de que, os trabalhadores, frente ao desemprego e fragilizados na suas estratégias de mobilização, poderiam visualizar resultados positivos maiores na concertação do que no enfrentamento. Assim,

Podemos dizer que a câmara apenas colocou os conflitos na mesa, reordenando-os por meio da negociação, legitimando o direito de cada grupo de intervir na nova comunidade constituída. (ARBIX, 1996, p.26)

Muitos autores identificaram várias dificuldades de convivência com *tolerância* nas mesas de negociação e outros assinalam a importância do *aprendizado* nesse processo. Nessa perspectiva, entende-se que no nascimento das câmaras setoriais os sindicatos aceitavam pactuar com os empresários, ao mesmo tempo em que os empresários faziam concessões e aceitavam opiniões de trabalhadores em assuntos mais amplos. Segundo Arbix (1996), ainda

¹¹⁷ De acordo com Brandão (2007), é importante reconhecer que o pacto territorial é constituído em uma situação de conflitos que na maioria das vezes não são abertos. Portanto, na visão do autor os arranjos não eliminam os conflitos.

¹¹⁸ A tese da incrustação, retomada por Granovetter (1985) da obra de Polanyi (2000), significa considerar que o conjunto de relações sociais mantidas por um ator social contribui fundamentalmente para a sua conformação e que as ações, fenômenos e instituições econômicas apenas são relevantes se compreendidos dentro de um quadro de relações sociais relevantes. (MARQUES, 2003, p.4)

que o governo federal tomasse a iniciativa e propusesse a negociação, se apresentou como “igual” na mesa de negociação, fazendo com que as decisões na Câmara do setor automotivo fossem realizadas a partir de discussão e de acordos consensuais entre os participantes. Assim, a constituição da câmara enquanto um arranjo no setor automotivo ocorreu devido à existência de uma compreensão mínima sobre a necessidade de buscar solução em parceria diante da crise do setor e pela existência de *representatividade* e *legitimidade* dos seus representantes, juntamente com a aceitação do estado em dividir a prerrogativa de elaboração de uma política para o setor. Assim, vale lembrar que o posterior enfraquecimento das câmaras setoriais¹¹⁹, os sindicatos, juntamente com os atores públicos e sociedade civil continuaram a buscar ampliação de sua luta. Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção de um pacto territorial na região iniciado com a criação do Consórcio Intermunicipal foi de certa forma estimulado pelas experiências dos acordos setoriais e abriu caminho para a criação de várias outras instituições e acordos de cooperação entre os sete municípios que compõem a região (ARBIX, 1996).

De acordo com Conceição (2008),

A experiência da Câmara Setorial no Brasil parece mostrar, uma vez mais, a atualidade da obra de Karl Polanyi (1994), escrita na década de 1940 do século XX. Com efeito, a participação da sociedade em eficazes processos regulatórios da economia corrobora a proposição de Polanyi de que o mercado deve se “enraizar” na sociedade, isto é, o mercado deve ser estruturado conforme acordos e definições políticas estabelecidos pela própria sociedade. Isso significa romper com a lógica liberal “satânica” da mercantilização da sociedade (“*instead of economy being embedded in social relations, social relations are embedded in the economy system*”). Trata-se, pois, de questionar a crença na infalibilidade do mercado, ou seja, de que ele deve funcionar de modo autônomo e automático. Para Polanyi é preciso eivar com os elementos da política os mecanismos do mercado. Ou seja, é preciso criar algo como uma “economia social de mercado”.¹²⁰ (CONCEIÇÃO, 2008, p.116)

Há que se observar, portanto, uma mudança de comportamento do movimento sindical frente ao processo de reestruturação produtiva e consequente crise no mercado de trabalho.

¹¹⁹ Como resultado dos acordos da Câmara Setorial verifica-se o aumento da produção nacional de veículos passando de 960.044 veículos em 1991 para 1.390.871 no final de 1993 (ver Tabela 11); aumento no faturamento das empresas fabricantes de autopeças passando de US\$ 9,8 bilhões para US\$ 13,2 bilhões; e também o aumento do emprego nas montadoras em cerca de 1.000 postos novos de trabalho e 5.000 nas empresas fabricantes de autopeças. Porém, em 1993, na gestão do ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, tendo como secretário executivo Gustavo Franco, grande crítico das câmaras setoriais, a referida câmara foi desativada. Além disso, entende-se que a câmara também foi desativada porque suas metas e contrapartidas negociadas não eram compatíveis com o modelo econômico adotado pelo Plano Real, fundado em uma economia aberta, no aumento da carga tributária e no baixo estímulo das políticas industriais (ver Conceição, 2008).

¹²⁰ Essa perspectiva foi incorporada pelos cientistas sociais fundadores da Nova Sociologia Econômica. Exemplo disso são as obras de GRANOVETTER (1985); MARQUES (2003); FLIGSTEIN (2003); DI MAGGIO (2003); SWERDBERG (2003), dentre outros.

De acordo com Soares (1998), este processo de reestruturação, ao gerar impactos negativos sobre o mercado de trabalho evidenciado pelo aumento do desemprego, levou o movimento sindical a adotar uma postura defensiva e mais negociadora, de caráter mais “setorialista, negocial e de concertação”¹²¹. O que se verifica, portanto, é a passagem de um sindicalismo conflitivo e de confrontação para um sindicalismo de caráter mais “propositivo e afirmativo, de negociação, institucional e contratualista”. Como exemplo, destaca-se o processo de negociação e os acordos no âmbito das câmaras setoriais¹²² nos anos de 1990 com destaque para a câmara setorial do setor automobilístico.

O desemprego tem levado a uma postura defensiva dos sindicatos de envolvimento negociado (...) uma nova forma de negociar o consenso e o consentimento dentro de um processo de flexibilização não apenas da produção, mas mais ainda, dos direitos dos trabalhadores (...) a flexibilização das relações de trabalho e das novas formas de negociação são entendidas como sendo resultado da crise nos anos 80 e 90. (SOARES, 1998, p.99)

Segundo Soares (1998), no interior da CUT a discussão sobre esta nova forma de atuação do sindicalismo brasileiro redundou em um debate que partia da premissa de que o sindicalismo estaria caindo no neocorporativismo setorial, marcado pelo sindicalismo de concertação. Assim, havia uma indicação de que o sindicalismo tinha uma atuação de caráter social-democrata, que concebia os acordos setoriais como uma saída tática para a crise. Por fim, havia o reconhecimento de mudança na postura sindical imposta pelas transformações no mundo do trabalho, mas ainda assim o movimento sindical continuava tendo uma perspectiva de autonomia política, de classe, de unidade e solidariedade entre os trabalhadores.

Como resultado desse debate saiu vencedora a posição de que o sindicato deveria usar como tática a negociação¹²³, na tentativa de buscar minimizar os impactos da crise, porém Antunes (1996) critica esta postura assumida pelo “novo sindicalismo”, afirmando ser uma prática neocorporativista que legitima a precarização dos salários e do trabalho por meio dos acordos.

Cabe ressaltar que essa postura assumida pelo sindicalismo do ABC naquele momento, acabou criando condições mais favoráveis para a construção do pacto territorial. Muitas foram as críticas a essa estratégia do movimento sindical do ABC que, desde o final

¹²¹ Sobre esse assunto, ver ALVES (2000a); RODRIGUES (1999); BOITO (1994 e 1996) e ANTUNES (1995b).

¹²² A respeito das Câmaras setoriais ver CARDOSO & COMIN (1993); COUTINHO & FERRAZ (1994); DINIZ E. (1993); FRANCO (1992); GUIMARÃES (1994a e 1994b) e OLIVEIRA (1993).

¹²³ “As posturas corporativistas, “concertacionistas”, de negociação consensuada, de parceria, não estão presentes apenas no sindicalismo brasileiro, mas em toda sua extensão no sindicalismo europeu, de caráter sócio-democrata, nos Estados Unidos, no Japão etc.” (SOARES, 1998, p. 236).

dos anos 70 e durante os anos 80, constituiu-se no centro das lutas dos trabalhadores contra o modelo ditador de arrocho salarial. Como resultado dessa postura, em que o sindicato se apresentava mais combativo, tem-se a construção da Central Única dos Trabalhadores - CUT e a fundação do Partido dos Trabalhadores - PT. No final dos anos 80 e principalmente no início dos anos 90, este movimento sindical, em face da crise econômica, estabelece novas formas de enfrentamento para a superação das dificuldades dos trabalhadores.

Segundo Alves (2000a), a partir dos anos 90 a crise do sindicalismo brasileiro assumiria diversas formas¹²⁴. Para esse autor, o “novo sindicalismo” de classe organizado no país, a partir de um mundo do trabalho estruturado (e integrado), principalmente na indústria e nos serviços, se modifica com as mudanças e a precarização vivenciada pelo mundo do trabalho. De acordo com Rodrigues (1995) e Oliveira (1993), prevalece cada vez mais, principalmente no interior da CUT, uma prática sindical neocorporativista que tende a debilitar a perspectiva de classe que caracterizou a luta política e sindical nos anos 80.

Nesse sentido, a crise enfrentada pela economia brasileira no início dos anos de 1990 oriunda do processo de reestruturação produtiva, da abertura econômica e das dificuldades do estado em continuar alavancando o processo de desenvolvimento econômico, parecia impor mudanças na tática e estratégia dos sindicatos. De forma semelhante ao comportamento de muitos sindicatos europeus, a postura *neocorporativista*¹²⁵ foi aqui também assumida.

Assim, a constituição das câmaras setoriais¹²⁶ pode ser denominada como um modelo “mesocorporativismo” ou “corporativismo setorial”, evidenciando uma forma no qual capital e trabalho em uma atividade econômica se apresentavam “como parceiros autônomos e formalmente iguais com os representantes das autoridades governamentais” (ARBIX, 1996, p.11). Para esse autor a câmara foi caracterizada como um arranjo neocorporativista na medida em que era construída como um mecanismo democrático de intermediação de interesses, de concertação e de implementação de políticas, distinto dos mecanismos corporativos tradicionais do Estado brasileiro, cuja forma básica de arranjo tripartite contava com a participação de representantes do Estado, do capital e do trabalho (ARBIX, 1996, p.30).

Nesse sentido, de acordo com Takagi (2004),

¹²⁴Ver também RODRIGUES (1995), OLIVEIRA (1994) e BOITO (1991).

¹²⁵Para uma revisão sobre o tema consultar, por exemplo, KELLER (1994); TAVARES de ALMEIDA (1996); ORTEGA (1998 e 2005) e TAKAGI (2004).

¹²⁶A primeira câmara a se instalar foi a câmara setorial de brinquedos em junho de 1991. Maiores informações sobre o tema ver CARDOSO & COMIN (1993); COUTINHO & FERRAZ (1994); GUIMARÃES (1994a); OLIVEIRA (1993) e FRANCO (1992).

A abordagem do neocorporativismo busca interpretar as relações políticas que emergem na sociedade capitalista moderna, em que as decisões políticas e econômicas não são tomadas a partir do livre jogo das forças de mercado nem das relações ditadas de forma impositiva pelo Estado. Essas decisões envolvem, cada vez mais, relações de concertação entre grupos de interesses e o Estado. Segundo Schmitter (1989), essa análise insere-se na linha teórica da economia política denominada de institucionalismo. (TAKAGI, 2004, p. 100)

De acordo com Ortega (2005), em uma concepção ampla do neocorporativismo há uma tendência da sociedade civil de se estruturar em organizações formais (corporações) por meio da articulação em cúpulas representativas. Em outras palavras, de acordo com o autor “a sociedade tende a se organizar em corporações, cujas cúpulas passam a ser responsáveis pelo processo de intermediação social” (ORTEGA, 2005, p.34). Nesse sentido, para além das câmaras setoriais, entende-se que todo o movimento de “concertação” e “articulação” regional no âmbito do Grande ABC, iniciado com a formação do Consórcio Intermunicipal¹²⁷, pode ser entendido como sendo uma prática neocorporativista.

Ainda segundo Ortega (2005), o corporativismo acabou por ser revisitado (e revisado) e a partir disso se elaborou uma versão ampla da abordagem corporativista, configurando o novo formato da relação entre o Estado e a sociedade civil. Portanto, de forma resumida, o que diferencia o velho do novo corporativismo é o fato de que o velho corporativismo implicava unicidade sindical, arrecadação e filiação compulsória, vertical e atrelada ao Estado. Já o neocorporativismo se caracteriza pela liberdade de organização sindical, não atrelamento compulsório ao Estado, pelo rompimento com a legislação sindical corporativa, incluindo a arrecadação compulsória, pela priorização da organização dos trabalhadores no interior da fábrica, pela expansão de suas bases de participação, pelas condições de escolha dos representantes de forma mais democrática e pela condução de lutas em defesa de direitos sociais e políticos (CAMARGO, 2003).

Segundo Camargo (2003), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) foi precursor dessas mudanças no perfil e nas ações das instituições sindicais brasileiras e, dado o seu histórico de enfrentamento às repressões da ditadura nos anos de 1960 e 1970, o referido sindicato passou a ser conhecido como fundador do "novo sindicalismo" no Brasil, que tem como marco o final dos anos 70 com o retorno das greves da categoria.

Entretanto, segundo Arbix (1996), as câmaras setoriais não fizeram desaparecer o conflito entre capital e trabalho. Na visão do sindicato dos metalúrgicos do ABC a política de

¹²⁷Na visão de Vicente Paulo da Silva foi o entusiasmo com os acordos no âmbito da câmara setorial do setor automobilístico que levou principalmente o Prefeito Celso Daniel a defender a criação da câmara regional e as demais instituições regionais.

concertação foi a via encontrada para possibilitar, naquele momento, maior poder de barganha se comparada com a estratégia de confronto e enfrentamento direto.

Nesse sentido, no capítulo seguinte, a tentativa será a de demonstrar a hipótese de que os acordos não foram capazes de barrar a precarização do trabalho e o desemprego, ou seja, os acordos de concertação firmados na região podem ter amenizado o problema, mas a questão do desemprego e da precarização do trabalho continuou grave na região.

De acordo com João Cayres (Secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM), em entrevista realizada em 14/04/2010, o movimento de concertação no Grande ABC apresenta uma tendência cíclica, influenciada principalmente pela alternância de poder e liderança daqueles que compõem a cúpula representativa na região, situação constatada quando se verifica que tal movimento de “concertação” e “articulação” regional sofreu um período de estagnação, devido à derrota dos candidatos à sucessão de Celso Daniel e Maurício Soares, prefeitos de Santo André e São Bernardo do Campo, respectivamente. Nessa mesma linha de argumentação, Bresciani (2004) também afirma que no período de 1993 a 1996, com a eleição de políticos considerados mais conservadores nessas cidades, o consórcio perde força, dado que os prefeitos eleitos priorizaram a forma de gestão individual¹²⁸. No entanto, afirma que frente à continuidade dos processos de desestruturação e reestruturação industrial, afetando gravemente a situação econômica e social dos municípios da região principalmente o agravamento do desemprego, algumas iniciativas relevantes foram tomadas pela própria comunidade civil, buscando alternativas para o enfrentamento dos problemas específicos da região.

Nessa perspectiva, em 1994 surge o movimento **“Vote no Grande ABC”**, com o objetivo de “sensibilizar e conclamar a população do Grande ABC a aumentar a sua representação política na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, votando nos candidatos da região”¹²⁹. Como resultado desse movimento foram eleitos 13 deputados (5 deputados federais e 8 deputados estaduais) com base política na região, inaugurando a formação das chamadas bancadas do Grande ABC, que passaram a cumprir papel importante na defesa dos interesses da região.

No início de 1995, de acordo com Bresciani (2004), o referido movimento se transforma no **Fórum da Cidadania do Grande ABC**, contando com mais de 100 entidades representativas da sociedade civil da região (associações de empresas, sindicatos de trabalhadores, movimentos ecológicos e grupos ambientais, entre outros), cuja perspectiva era

¹²⁸ Ver também o Diário do ABC (1999).

¹²⁹ Ver FÓRUM da Cidadania do Grande ABC (2000).

promover os direitos de cidadania e apoiar as ações de desenvolvimento sustentado no território. Segundo o autor, dentre as 100 entidades constitutivas do referido fórum, o movimento sindical mostrou o maior peso na sua formação, com a presença da CUT Regional ABC, dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, Químicos e Bancários do ABC, dentre outros¹³⁰. Para Conceição (2008), o problema é que este fórum não se constituiu em um espaço de negociação com capacidade de articulação entre os atores que possibilitasse maior intervenção junto aos governos e empresas para a resolução dos problemas enfrentados na crise. Constituiu-se, assim, em um instrumento incompleto de negociação, na medida em que trabalhava no âmbito dos formadores de opinião e não conseguia envolver os tomadores de decisão.

2.4.2 - A Câmara Regional do Grande ABC

De acordo com Daniel (2001), em janeiro de 1997, com a eleição dos novos sete prefeitos da região¹³¹, verifica-se um passo decisivo em direção à reinternalização da dimensão regional na agenda dos governos locais. Assim, segundo aquele autor, o primeiro passo compreendeu a retomada e revitalização do Consórcio Intermunicipal e em seguida, o representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, os sete prefeitos da região e as lideranças do "Fórum da Cidadania" elaboraram, consensualmente, o estatuto de funcionamento da **Câmara Regional do Grande ABC**, sendo a mesma criada e aprovada oficialmente no dia 12 de março de 1997, uma tentativa de fortalecer a coesão intermunicipal para reagir à crise econômica. Segundo Conceição (2008), este espaço de negociação abarcou a função do Fórum da Cidadania de aglutinação da sociedade civil e foi além ao introduzir a negociação entre os atores sociais. Para o autor, este foi um espaço diferente do Consórcio e do Fórum porque buscava integrar os atores públicos e a sociedade civil em um mesmo espaço de discussão.

No âmbito da Câmara o objetivo era aglutinar forças governamentais e da sociedade civil organizada para a concepção e implantação de ações regionais que promovessem, de modo integrado, o desenvolvimento econômico e social da região. A Câmara Regional do

¹³⁰ Segundo Bresciani (2004), merece destaque também o Sindicato dos Engenheiros, das Secretárias, dos Médicos, dos Rodoviários, dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliária, e das Costureiras.

¹³¹ O quadro partidário ficou assim constituído: Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Diadema e Rio Grande da Serra (PT); São Bernardo do Campo (PPS); e São Caetano do Sul (PTB).

Grande ABC contava com a participação do Governo Federal, do Governo do Estado de São Paulo¹³², das Prefeituras dos Municípios do Grande ABC, dos Parlamentares da Região (nos três níveis), do Fórum da Cidadania do Grande ABC, das Entidades Empresariais (em especial os Ciesp's locais e associações comerciais), e Entidades de Trabalhadores (principalmente os sindicatos), tendo esses uma participação decisiva na formação da Câmara¹³³.

De acordo com Arbix (2001a), a Câmara Regional ao recolocar a questão da construção de espaços públicos com capacidade de aglutinar diferentes interesses, é vista como o mecanismo agregador de interesses e definidor de linhas estratégicas mais importantes da região. Portanto, afirma que entre as instituições de concertação criadas na região, as discussões, a elaboração de políticas e a implementação de decisões são comandadas pela Câmara, cuja atuação tem como ponto de partida

Considerar que diferentes agentes, sem abrir mão de seus interesses ou, mais propriamente, partindo desses e de suas visões específicas sobre a realidade, sensibilizados por uma situação que pode afetá-los negativamente, sejam capazes de discutir, elaborar e colocar em prática ações coletivas baseadas na cooperação mútua. (DANIEL & SOMEKH, 1999)

Segundo Santos et al. (2001), a iniciativa da Câmara Regional guarda semelhança com a experiência da câmara setorial automotiva desenvolvida entre os anos de 1991 e 1993, particularmente no que se refere ao esforço de construir novas oportunidades econômicas sobre bases mais democráticas que, embora estivesse permeado de conflitos, abriu a possibilidade de negociação e de resultados positivos para o país. Entretanto, o autor reconhece que no âmbito da Câmara havia uma perspectiva mais ampla de objetivos, expressa na tentativa de construir um projeto de desenvolvimento com base em um pacto territorial, buscando um processo de concertação social.

Desde sua criação, a Câmara Regional conseguiu aprovar mais de 50 chamados acordos regionais, como resultado do referido processo de planejamento estratégico regional nas áreas temáticas de desenvolvimento econômico, social e urbanístico. Foram aprovados a implementação de um conjunto de obras para macrodrenagem, programas de crianças de rua, alfabetização de jovens e adultos e macroprogramas de infra-estrutura (sistema viário, coletor tronco), entre outros acordos regionais. [...]

¹³² Neste período, a participação do governo do Estado de São Paulo, na pessoa do governador Mário Covas, tinha como antecedente o apoio das entidades da região, principalmente dos sindicatos, na sua eleição em 1994 (Bresciani, 2004).

¹³³ Os trabalhadores estavam representados pelos sindicatos mais importantes, com destaque para os metalúrgicos, químicos e bancários do ABC. Ver Daniel (2001) e também a publicação “Rumos do ABC”, editada pelos Metalúrgicos do ABC, em 1995.

ao avaliarmos o arranjo institucional no Grande ABC, vale ressaltar que nem todos os acordos saem com a mesma facilidade do papel. (KLINK e LÈPORE, 2006)

Nessa perspectiva e com a criação das estruturas de governança regionais verifica-se que as ações regionais no âmbito do ABC passaram a ser orientadas pelo planejamento territorial, com destaque para as seguintes áreas de atuação: Orçamento Estadual (reunindo a bancada parlamentar da Região), Incentivos Fiscais, Saneamento e Meio Ambiente, Logística e Sistema Viário, Turismo, Habitação, Desenvolvimento e Qualidade de Vida Urbana, Segurança Pública, Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde Pública, Apoio à Criança, ao Adolescente, a Portadores de Deficiência e Defesa da Mulher (ver Minuta do PLANTEQ ABC, 2004).

A formação profissional ganhou importância enquanto alternativa de inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho. Para tanto, vários projetos foram criados no plano territorial de qualificação, denominado de Programa Regional de Qualificação do Grande ABC - PLANTEQ ABC. O fortalecimento da educação básica apareceu, em primeiro plano, com ênfase na melhoria da educação e no aumento do grau de escolaridade de jovens e adultos. De acordo com o diagnóstico realizado na região, este programa voltado para a educação, se justificava na medida em que, com o levantamento realizado pelo Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES), denominado “Pesquisa sócio-econômica, setembro/2002”, mais de 50% da população da região, com mais de 18 anos, não havia completado o Ensino Médio.

Assim, a avaliação dos gestores de políticas públicas no âmbito da câmara considerava que qualquer desenvolvimento de política pública com a pretensão de buscar o desenvolvimento social da região não poderia ignorar esta informação, dado que o mesmo poderia ter implicações intrínsecas junto às necessidades do mercado de trabalho.

2.4.3 - A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC

Em outubro de 1998 com a ampliação das discussões temáticas no âmbito da Câmara Regional foi constituída a **Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC**, sendo a terceira das novas instituições regionais, com o propósito de aperfeiçoar os trabalhos da Câmara no que se refere à promoção do desenvolvimento econômico sustentável no território. A Agência, enquanto instância vinculada à Câmara, foi instituída como uma Organização não-governamental, sem fins lucrativos, tendo como principal papel dar suporte institucional

aos trabalhos e acordos da Câmara. Como seus associados estariam aqueles que garantiam o seu custeio, ou seja, 49% financiados pelas instituições públicas, como os associados do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, representando as sete prefeituras da região, e 51% pelo setor privado que incluem as empresas que compõem o Polo Petroquímico, as principais Instituições de Ensino Superior regionais, as Associações Comerciais e Industriais da região e os Sindicatos de Trabalhadores filiados à CUT¹³⁴. Essas entidades estão representadas no Conselho Diretor, instância máxima de deliberação. A gestão executiva é conduzida por um Diretor Presidente, eleito pelo Conselho Diretor entre seus membros, para um mandato de 2 anos.

É importante ressaltar que por meio da atuação da Câmara e da Agência alguns obstáculos para a obtenção de recursos foram facilitados. Até a regulamentação da Lei nº. 11.107/ 2005, pelo decreto 6.017/2007, havia uma restrição para as ações dos consórcios de forma geral, pelo fato de os mesmos se constituírem como instituições de direito privado e, portanto, com limitações de buscar empréstimos junto a organismos internacionais de fomento e de receber recursos diretamente do governo federal. Antes dessa lei a União somente podia transferir recursos para os governos estaduais e municipais, também para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OCIPs, com a limitação de repasse para os “espaços” intermunicipais. Assim, a partir da nova Lei os consórcios passaram a ter natureza autárquica (interfederal/ administração indireta) de direito público, se submetendo à lei de licitação, normas e sendo auditado pelo tribunal de contas, com a possibilidade de buscar recursos internos e externos.

Segundo consta na Minuta do PLANTEQ ABC (2004), a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC foi originada de um acordo estabelecido na Câmara Regional para funcionar como braço executivo desse fórum nas ações relacionadas à reconversão econômica da região. Neste sentido, consta na referida minuta que a criação desta Agência foi considerada como prioridade da Câmara no seminário geral das entidades em julho de 1997. A missão fundamental da Agência seria produzir e disseminar informações sócio-econômicas sobre a região; conduzir as ações de marketing regional, divulgando amplamente as potencialidades da região; desenvolver atividades de apoio e fomento às atividades empresariais, com ênfase nas micros, pequenas e médias empresas, por meio da

¹³⁴Na relação dos sindicatos que formaram o grupo original de entidades fundadoras da Agência, encontramos os Metalúrgicos do ABC, Químicos do ABC, Bancários do ABC, Costureiras do Grande ABC, Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de São Bernardo do Campo e Diadema. Verifica-se que os Químicos e Metalúrgicos do ABC têm se revezado na diretoria da Agência, como titulares e suplentes representando as entidades sindicais associadas (KLINK e LÊPORE, 2006).

captação e do repasse de recursos para financiamento de projetos prioritários ao desenvolvimento da região; implementar um plano de formação profissional juntamente com a criação do observatório do emprego; e implementar políticas de controle ambiental e de proteção das bacias hidrográficas da região.

De acordo com Mirtes Gisolfi, Assessora Jurídica do Consórcio Intermunicipal do ABC, em entrevista realizada em 12/04/2010, as instituições criadas na região são parceiras e com atribuições diferentes. Enquanto o Consórcio foi criado para o planejamento e execução de políticas públicas, a Agência tinha inicialmente como papel principal fomentar as micros, pequenas e médias empresas.

Nesse sentido, segundo Roberto Anacleto, Coordenador de Projetos da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, em entrevista realizada em 12/04/2010, a Agência era uma instituição mista de direito privado civil, sem fins econômicos lucrativos, sendo considerada o braço do desenvolvimento econômico do Consórcio. Para tanto, afirma que enquanto o Consórcio ficava responsável pelas questões referentes às políticas públicas, como educação, saúde, macrodrenagem e segurança, as ações da Agência ficavam principalmente voltadas para a área empresarial com o foco nas micro, pequenas e médias empresas. Também destacou na entrevista que a Agência tratava-se de uma instituição de fomento e apoio às cadeias produtivas, estabelecendo parcerias com o BNDES, SEBRAE, Banco Mundial, BID, FINEP para a captação e intermediação de financiamento. Com a intermediação da Agência foi instalada no ABC uma representação do BNDES com o objetivo de fomentar a micro, pequena e média empresa no sentido de fortalecer e gerar emprego e renda.

Ainda de acordo com Roberto Anacleto, além das várias ações citadas, em 2004 criou-se mais um eixo da Agência que seria trabalho e qualificação profissional, ou seja, mediante as transformações produtivas que estavam ocorrendo, havia o entendimento de que o Grande ABC só poderia continuar sendo atrativo para as grandes empresas se a região apostasse na promoção de uma verdadeira revolução tecnológica, com o objetivo de fortalecer suas cadeias produtivas de bens e serviços, desenvolvendo um centro tecnológico de pesquisa e desenvolvimento baseado na produção e no trabalho qualificado. Ao mesmo tempo, acreditava-se que também era necessário que a região apresentasse boas condições no que se refere à qualidade de vida e ao meio ambiente¹³⁵.

De acordo com Klink e Lépure (2006), a Agência se colocou como referência nacional e serviu de inspiração para montagem de outros projetos de desenvolvimento territorial e local

¹³⁵ Ver publicação “Rumos do ABC”, editada pelos Metalúrgicos do ABC, em 1995.

no país. Além disso, de acordo com os autores, a Agência conseguiu avanços na disponibilização de informações e publicação de vários estudos sobre a economia regional, contribuindo para auxiliar no planejamento e projetos intermunicipais. Afirmam os autores que nesses projetos incluiu-se a busca de uma rede de parcerias com o setor público e privado para a implantação de programas de fomento a micro e pequenas empresas, em parceria com as secretarias de desenvolvimento econômico das cidades, protagonizando um conjunto de incubadoras de empresas (de base mista e tecnológica), que visava ao fortalecimento da base tecnológica e empresarial das micro e pequenas empresas da região.

Nas entrevistas realizadas, identificou-se que uma das grandes fragilidades da Agência era a sua capacidade financeira, fazendo com que os projetos fossem relativamente pequenos e dependentes de recursos humanos e financeiros dos sócios, por exemplo, das prefeituras, o que afetava a autonomia e a efetividade da instituição¹³⁶. Na realidade, “a instituição ainda estaria presa a um ciclo vicioso, ou seja, a agência não teria projetos, pois não teria recursos, e não teria recursos porque não teria projetos” (KLINK e LÊPORE, 2006).

A criação das instituições regionais diante da realidade vivenciada pela região era resultado de um entendimento de que a participação organizada da sociedade era fundamental nos processos decisórios e, portanto, era necessária a constituição de espaços que permitissem tal participação, como por exemplo, a criação da Câmara Regional, da Agência, do Banco do Povo, do Orçamento Participativo e outras formas de concertação¹³⁷.

É importante ressaltar que a questão econômica esteve, desde o início, como ponto principal nos debates e na criação das novas estruturas institucionais do Grande ABC. Assim, de acordo com Bresciani (2004), se no Consórcio e na Câmara os interesses e os grupos temáticos eram mais abrangentes¹³⁸, refletindo uma diversidade de questões inerentes ao planejamento regional do Grande ABC, na Agência a questão do “desenvolvimento econômico estava na própria essência de sua constituição”. A crise econômica vivenciada pela região e o consequente desemprego constituíram uma das preocupações centrais dessas instituições, visto que qualquer discussão sobre planos de desenvolvimento perpassava pela

¹³⁶ Segundo Roberto Anacleto, quando perguntado sobre as fragilidades financeiras da Agência Regional, o mesmo considerava que um dos problemas era o recurso para custeio da Agência. Afirma que “para projetos o recurso era mais fácil, o problema era bancar braços para trabalhar. Muitas vezes foi necessário frear alguns projetos porque não se tinha equipe suficiente na Agência para trabalhar no projeto” (ANACLETO, em entrevista realizada em 12/04/2010).

¹³⁷ Uma ampla abordagem sobre o conceito de desenvolvimento econômico local e a configuração de agências regionais de desenvolvimento encontra-se em ALBUQUERQUE (2001).

¹³⁸ No caso da Câmara de Desenvolvimento Regional, sua estrutura inicial é composta por apenas 4 grandes grupos temáticos: Desenvolvimento Econômico e Emprego, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Temas Administrativo-Financeiros. (cf. Boletim da Câmara Regional do ABC, 2000, p.14)

discussão do emprego e da renda. Assim, de acordo com Santos et al. (2001), a experiência desses espaços de governança foi de aprender na prática e com seus limites, como criar um modelo de crescimento e desenvolvimento para a região, em uma perspectiva de possibilitar o desenvolvimento local.

Nesse sentido, segundo Bresciani (2004), também vale ressaltar que quando se tratou da atuação sindical junto às instituições regionais, o destaque era dado principalmente às entidades cutistas. Para ele, os sindicatos mostraram um relevante papel de liderança no processo de “reconfiguração” institucional no Grande ABC, sendo exercida de modo direto pelas entidades na formação e amadurecimento da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico, bem como de modo indireto, pela sua influência junto aos executivos municipais e da câmara de vereadores.

Resumidamente, segundo Santos et al (2001), na construção deste sistema de governança regional criado no ABC destacam-se alguns fatos que a priori contribuíram para a sua formação. Cita as mudanças institucionais a partir da nova Constituição em 1988 que concede maior autonomia aos municípios por meio da descentralização das ações; o sentimento de que a região passava por uma crise industrial com consequências negativas para o emprego; a extinta câmara do setor automotivo, cujo modo de negociação tripartite seria absorvido pelas outras instâncias criadas na região; e a formação na região de um bloco governista de centro-esquerda, em 1989 e 1997, com abertura para tratar as questões locais de forma coletiva.

Com relação à nova Constituição observa-se que a mesma avançou na descentralização e democratização da gestão urbana e, conforme afirma Klink e Lépore (2006), talvez seja uma das cartas magnas que proporcionou um maior grau de autonomia para os governos locais. Anteriormente, os municípios estavam subordinados ao governo federal, cabendo-lhes apenas a administração dos bens públicos. As decisões de distribuição e aplicação dos recursos, a formulação de programas sociais, os projetos de desenvolvimento e outros passavam obrigatoriamente pela instância federal ou estadual, cabendo às prefeituras pouca autonomia. Portanto, com a nova Constituição, os municípios passam a contar com uma ampliação da sua participação na receita fiscal, mas de outra parte assumem também as responsabilidades das políticas sociais e promoção de políticas de desenvolvimento, antes delegadas ao governo federal ou estadual. Assim, verifica-se que a descentralização tributária concedeu maior autonomia decisória ao governo municipal, mas como já foi afirmado anteriormente, isto ocorreu com certa limitação econômica. Segundo Santos et al. (2001),

observa-se que esta maior autonomia de certa forma levou à maior participação da sociedade na discussão sobre os problemas e soluções locais, modificando o relacionamento entre poder público e sociedade, fazendo com que as decisões não precisassem necessariamente vir de cima para baixo.

Portanto, de acordo com Ortega (2008), o aparente consenso construído em torno da descentralização político-administrativa, propiciado pela hegemonia neoliberal; o fim da guerra fria e a reivindicação da sociedade civil pela democracia possibilitaram um ambiente favorável para a construção desses arranjos socioprodutivos locais, enquanto alternativa de superação da crise e de adoção de políticas de desenvolvimento.

Como já foi explicado, é importante salientar que, de acordo com Ortega (2008), embora se amplie a participação da sociedade civil na tomada de decisão, a transferência de responsabilidades para os estados e municípios não é acompanhada de transferências de recursos financeiros para a execução das responsabilidades assumidas.

Nesse sentido, o autor afirma que

O enfoque territorial não pode ser tomado como panacéia, pois não podemos ignorar as assimetrias de poder nos territórios, assentadas em velhas e novas oligarquias, e nos conflitos inter e intraclasses; nem esquecer que as políticas de descentralização, ao implicarem mudanças nas relações de poder, provocam conflitos que tencionam o aparato público nas relações entre as diferentes instâncias de governo. (ORTEGA, 2008, p. 43)

De qualquer forma, toda essa trajetória de cooperação, gestão e capacidade de governança no Grande ABC¹³⁹, principalmente a partir da crise na década de 1990 por meio de parcerias e articulação entre os atores locais, considerando as afirmações de Ortega (2008), teria sido facilitada pela existência de uma elevada “atmosfera aglutinadora de forças em favor do desenvolvimento territorial” que, de acordo com Putnam (2000), seria a explicação fundamental para o chamado desenvolvimento endógeno. Tanto para Putnam (2000) como para Bagnasco (1999), o referido desenvolvimento dependeria das particularidades sociais, culturais e organizativas de cada sociedade local, ou seja, do “capital social”¹⁴⁰ existente na região ou território.

¹³⁹ Para Ortega (2008), “as redes de relações sociais continuadas estão na base de contratos entre as organizações, grupos, empresas e instituições. E, para a manutenção dessas relações, a **confiança** é um dos atributos mais importantes a ser destacado, porque ela permite que se alcance a **cooperação**, tão importante para os arranjos socioprodutivos territoriais, na busca da elaboração de seus pactos territoriais, em que, poder, estrutura, cultura e análise histórica comparativa são eixos que os sociólogos desejam acrescentar às concepções tradicionais do mercado e às idéias de equilíbrio”. (ORTEGA, 2008, p.69)

¹⁴⁰ Sobre esse assunto, ver PUTNAM (2000) e MOYANO ESTRADA (1999).

Segundo Putnam (2000), o capital social “diz respeito às características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000, p.177). Nesse sentido, para o autor, o desenvolvimento local levaria em conta a participação da sociedade no processo de cooperação na medida em que se tem o fortalecimento de laços, aproximação e colaboração entre os atores. Portanto, ao contar com uma sociedade civil organizada, cujo exemplo maior é seu sindicalismo que viabiliza uma importante mobilização dos trabalhadores, observa-se que o Grande ABC Paulista construiu durante décadas uma “alta densidade institucional”, o que permitiria Bagnasco (1999) e Putnam (2000) denominar de uma situação de elevado “capital social” ¹⁴¹, possibilitado pelo acúmulo de experiências e tendo no movimento sindical uma importante sustentação.

O que chama a atenção na experiência do sindicalismo do ABC é justamente a capacidade que vem demonstrando, ao longo dos últimos 20 anos, de exercer sua criatividade e sua capacidade de luta, de dar saltos, de inventar novos caminhos, exatamente quando a situação parece ter chegado a um ponto de estrangulamento. Em cada um desses momentos, sem abandonar nunca seu esforço no sentido de aprofundar os processos de negociação no interior das empresas, ao mesmo tempo, o sindicalismo do ABC tenta projetar sua ação para os novos espaços e novos temas, assim como sua capacidade de interlocução com novos atores. (ABRAMO apud SANTOS et al., 2001, p.196)

De acordo com Leite (2000), no caso do ABC observa-se que é marcante a sua característica de alta densidade institucional, em uma região que possui uma sociedade civil com um alto índice de organização, resultado de um longo processo de constituição social dos atores que acompanham a sua industrialização, tendo o sindicato dos metalúrgicos desempenhado um papel central nesse processo, estando na vanguarda das lutas travadas pela sociedade nesse período.

Nesse sentido, segundo Abramo e Leite (1998), a resposta que a região vem dando à crise foi vista como inovadora e promissora e se apóia na significativa densidade institucional que caracteriza a região, ou seja, para os autores

O capital social acumulado na região é resultado de um complexo processo de constituição de atores e de espaços de interlocução e negociação que teve lugar na região nos últimos 20 anos e se expressa na presença de sindicatos organizados, representativos e com importante experiência negociadora; de empresas e gerências que também desenvolveram, ao longo do tempo, uma capacidade negociadora superior à média existente no país; e de governos municipais comprometidos com

¹⁴¹ Moyano Estrada (1999), além de chamar a atenção para o caráter polissêmico do conceito de capital social, recomenda ainda que não se deve considerar o capital social como uma panacéia para o desenvolvimento.

processos e programas inovadores de gestão em várias áreas. (ABRAMO & LEITE, 1998, p.16)

De acordo com Santos et al. (2001), a avaliação do potencial e do alcance destas institucionalidades criadas na região permite que algumas conclusões sejam expressadas. Para tanto, concluem os autores que: a) as novas instâncias criadas no âmbito do Grande ABC, particularmente o Consórcio e a Câmara Regional, como reação à crise, vêm se afirmando de forma positiva na busca do desenvolvimento endógeno; b) as atividades implementadas por estas novas instâncias oferecem vantagens às cidades associadas e constituem-se como alternativa às estratégias da “guerra fiscal”; c) a falta de recursos financeiros para levar à frente as atividades da região, por exemplo, o programa trabalho e renda, ainda mantém os municípios dependentes da ajuda do governo estadual e federal; d) tais iniciativas são inovadoras frente à realidade de uma economia que durante muito tempo abandonou suas estratégias de desenvolvimento; e) o fato de articular as várias organizações públicas e privadas representativas da sociedade faz com que tais experiências possam se tornar um passo importante na concretização da democratização do Estado. Assim, de acordo com os autores, o desafio maior está em construir uma estrutura institucional que consiga permitir a participação de todos nas decisões da região e

Este é um trabalho que demanda cooperação, recursos financeiros, aprendizagem e tempo para que essas instâncias adquiram maturidade e a confiança necessárias para o desenvolvimento das suas diversas ações. (SANTOS et al., 2001, p.166)

Também segundo Conceição (2008), sem desconsiderar as dificuldades enfrentadas para implantação de todos os acordos regionais, “é possível extrair avanços e aprendizados das experiências na área das relações entre os atores sociais, reestruturação industrial, região e políticas públicas” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 193). No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas com pessoas representativas na região, vários são os depoimentos que vão destacar que os espaços de gestão multipartites, como é o caso da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento, parecem depender dos ciclos políticos e do poder e representatividade das lideranças políticas da região. “A cada eleição, esses espaços podem ser fortalecidos ou enfraquecidos dependendo do Executivo dos municípios, do Executivo estadual e do Executivo federal eleitos” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 229).¹⁴²

¹⁴²Em entrevista, o autor também demonstra uma preocupação com o não envolvimento das empresas multinacionais nesse processo, dado que as mesmas se constituem como líderes das principais cadeias produtivas no ABC, assunto que será tratado no capítulo 5.

2.5 - Síntese e Principais Conclusões

As transformações vivenciadas no âmbito nacional no final da década de 1980 e na década de 1990 ganharam também destaque na região do Grande ABC. Como resultado do processo de reestruturação e das políticas econômicas adotadas nesse período observam-se também na região os impactos negativos sobre o emprego formal, principalmente aquele ligado à indústria de transformação.

Na indústria, além da redução expressiva dos postos de trabalho, também se verifica uma redução dos estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte juntamente com o aumento dos estabelecimentos das micro empresas, que de certa forma guarda relação com a opção de fragmentação da grande empresa em meio a um processo de desverticalização e terceirização. Assim, o fato de o setor serviços e o comércio passarem a contar um aumento do número de emprego da mão-de-obra poderia, em parte, ser explicado pela reestruturação produtiva e pelo consequente processo de terceirização de serviços, decorrente dos métodos adotados pela grande empresa de focalização no produto principal.

Além disso, com relação à redução dos postos de trabalho, verifica-se que o ajuste feito pelas empresas, particularmente na indústria, eliminou postos de menor qualificação.

Nesse sentido, assume-se que a crise da indústria no ABC é identificada principalmente no interior das empresas. Na crise a indústria mantém sua importância, embora no seu interior vivencie um processo de mudanças, advindas do processo de reestruturação produtiva, que repercutem de forma negativa no mercado de trabalho.

Estimulados pelas experiências das Câmaras Setoriais, os atores locais buscaram novas formas de concertação local pela via do pacto tripartite na perspectiva de amenizar os efeitos negativos da crise. Portanto, foi a partir da década de 1990 que cresceu no Grande ABC Paulista a consciência da necessidade de uma articulação territorial cooperativa, explicada principalmente pela percepção da profundidade do impacto das transformações econômicas sobre a região e o tamanho da crise econômica e social. Como resultado desse momento se assiste no ABC à constituição de instituições que passam a caracterizar o atual sistema de governança territorial, com destaque para o Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico. Isso ocorre na forma neocorporativista e não por ação individual, na medida em que esses espaços de governança constituem participação e condução da “cúpula”.

Nesse sentido, frente a um quadro de dificuldades, a adoção das políticas de desenvolvimento com base no enfoque territorial enquanto alternativa para a crise é resultado de uma conjunção de forças expressa, de um lado, pelas recomendações das agências multilaterais e também dos governos nacionais, e de outro, pelas reivindicações vindas de “baixo”, facilitado pela postura dos sindicatos. Portanto, não se pode negar que a questão do emprego, além de estar no centro da agenda do movimento sindical e do governo federal, também passou a estar na agenda das instituições regionais criadas.

Assim, diante da crise do emprego havia uma importância delegada às instituições regionais criadas no âmbito do ABC, em meio a um processo de pactuação territorial, cujo objetivo era buscar o enfrentamento da crise e pensar alternativas de desenvolvimento para a região. Entretanto, frente aos dados analisados ao longo da década de 1990, observa-se uma queda expressiva no estoque total de trabalhadores formais, especialmente aqueles ligados ao setor industrial, demonstrando o impacto negativo do ajuste assumido pelo setor industrial no processo de reestruturação produtiva, e da própria crise enfrentada pela economia brasileira ao longo dos anos de 1990.

Nesse contexto, considera-se necessária uma análise sobre a capacidade do território, aqui especificamente do território do Grande ABC na indução do desenvolvimento endógeno, principalmente no que se refere à possibilidade de modificar a trajetória do emprego e da renda, frente a um processo de mudanças globais. Para tanto, no capítulo seguinte, o propósito é analisar o perfil e a mobilidade espacial e setorial dos trabalhadores desligados da indústria do ABC na década de 1990, com a perspectiva de verificar a trajetória do emprego e da renda a partir da implantação dos acordos intermunicipais. Assim, se torna importante verificar se há ou não um processo de reabsorção dos trabalhadores desligados na crise, e se em um contexto de baixo crescimento econômico as ações de concertação foram suficientes para promover significativas mudanças na trajetória do mercado de trabalho da região.

CAPÍTULO 3

O PERFIL E A MOBILIDADE SETORIAL E ESPACIAL DOS TRABALHADORES DESLIGADOS DA INDÚSTRIA DO ABC PAULISTA NA DÉCADA DE 1990

Diante do reconhecimento da grave crise do emprego industrial, particularmente no território do ABC, este capítulo tem como objetivo fazer uma análise sobre a mobilidade ou processo de migração setorial e espacial dos trabalhadores formais desligados da indústria do Grande ABC Paulista, na década de 1990, com a perspectiva de verificar a trajetória do emprego e da renda. Aliado a isso, busca-se também verificar o perfil desses trabalhadores no período do seu desligamento e do seu retorno ao mercado de trabalho formal. Além disso, busca-se quantificar e qualificar setorial e espacialmente os deslocamentos resultantes dos ajustes empreendidos pela indústria do ABC Paulista, acompanhando a mobilidade e o perfil dos trabalhadores desligados ao longo da década.

Nessa perspectiva, pretende-se, ainda, avaliar qual a capacidade de reabsorção no mercado de trabalho formal dos trabalhadores desligados pela indústria no ABC para, posteriormente, verificar se em um contexto de baixo crescimento econômico, as novas formas de concertação local enquanto alternativa para a crise da indústria e da consequente crise do mercado de trabalho contribuíram para promover significativas mudanças na trajetória do emprego e da renda na região.

Cabe ressaltar que para compreender esse processo de mobilidade dos trabalhadores desligados da indústria do Grande ABC Paulista e, posteriormente, no capítulo 4, a trajetória do emprego e da renda na região a partir dos acordos intermunicipais, é importante considerar, como já esclarecido anteriormente, que o reflexo imediato da reestruturação empreendida pelas empresas, especialmente as de maior porte, tem implicações no aumento do desemprego. Portanto, ao analisar os dados referentes à mobilidade dos trabalhadores desligados da indústria pretende-se avaliar a magnitude dos efeitos da reestruturação sobre o emprego e caracterizar o perfil desses trabalhadores por meio da análise da escolaridade, da faixa etária, do sexo e da sua remuneração.

Para essa análise é importante chamar a atenção para alguns aspectos metodológicos. Nesse estudo utiliza-se a base de dados da RAISMIGRA no período de 1990 a 2001, fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que possibilita o acompanhamento do processo de mobilidade dos trabalhadores demitidos do mercado de trabalho formal de um setor para outro, ou mesmo entre localidades diferentes. É importante considerar que o processo de mobilidade dos trabalhadores verificado por meio das informações da RAISMIGRA não implica, necessariamente, que houve mudança de residência intra ou intermunicipal, que seria o conceito demográfico de migração populacional. Portanto, cabe ressaltar que o termo mobilidade aqui utilizado compreende os movimentos intersetores econômicos (da Indústria para a Agricultura, o Comércio, o Serviços e a Construção Civil) e entre os estados da federação brasileira.

De acordo com o MTE, essa base de dados é derivada dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e visa ao acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela base RAIS convencional.

A base de dados RAISMIGRA conta com dois modelos: o modelo "PAINEL", que permite verificar a posição do trabalhador ao longo do tempo e possibilita os estudos de mobilidade do indivíduo no mercado de trabalho; e o modelo "VÍNCULO", que informa a relação de emprego formal estabelecida entre um estabelecimento e um trabalhador e permite realizar estudos de duração (tempo de emprego e desemprego) e reinserção¹⁴³. Assim, em função dos objetivos propostos neste trabalho, optou-se pelo uso do modelo "PAINEL", ou seja, pela obtenção dos dados referentes à mobilidade (espacial e setorial) dos trabalhadores desligados (trabalhadores demitidos ou com vínculo de trabalho encerrado no ano) do setor industrial do Grande ABC Paulista nos anos de 1990, 1992, 1996 e 1998 (anos de referência dos desligamentos) e também informações referentes ao perfil e remuneração média dos trabalhadores no período do desligamento e do retorno ao mercado de trabalho.

Conforme os dados da Tabela 12, a utilização daqueles quatro anos referenciais para estudar os trabalhadores desligados da indústria do ABC foi definida por serem períodos propícios à identificação de uma redução mais significativa no estoque desses trabalhadores ao longo da década de 1990. Foi no decorrer dessa década que o Grande ABC enfrentou uma grande crise no mundo do trabalho, principalmente no setor industrial, e os anos de 1990,

¹⁴³ Ver maiores informações sobre as bases de dados nos Folhetos e Manuais distribuídos pelo MTE ou no site do próprio Ministério (www.mte.gov.br).

1992, 1996 e 1998 se destacam como períodos de maior queda absoluta do estoque de emprego formal na região, evidenciando o reflexo da crise, conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12 - Comportamento do emprego formal na Indústria do ABC nos anos de 1990

Ano	Estoque Emprego	Var.Relativa (%)	Var. Absoluta
1989	364.448	-	-
1990	294.767	-19,12	-69.681
1991	282.444	-4,18	-12.323
1992	257.415	-8,86	-25.029
1993	233.973	-9,11	-23.442
1994	276.612	18,22	42.639
1995	258.531	-6,54	-18.081
1996	233.627	-9,63	-24.904
1997	223.538	-4,32	-10.089
1998	194.455	-13,01	-29.083
1999	190.701	-1,93	-3.754

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Nesse sentido, o propósito aqui é analisar a migração setorial e espacial e o perfil do estoque de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal na indústria do ABC, avaliando seu perfil socioeconômico no ano do desligamento e, posteriormente, seus deslocamentos e o seu perfil nos anos de retorno ao mercado de trabalho.

Para os anos do desligamento, na perspectiva de captar a saída dos trabalhadores do mercado de trabalho, tabulam-se as informações para todos os municípios que constituem o ABC paulista. Nos anos seguintes ao ano do desligamento, nos quais se busca captar o retorno para o mercado de trabalho formal, além de tabular as informações para os municípios que constituem o ABC, o mapeamento também abrange os locais de retorno, especificamente os estados que compõem a federação. Nesse momento, a análise procura identificar a capacidade do mercado de absorver os desligados e a mobilidade setorial e espacial dos retornados ao mercado de trabalho. Para a viabilidade deste trabalho, consideram-se os retornados como as pessoas recontratadas no mercado de trabalho, pelo menos em algum momento do período em análise, refazendo seu vínculo empregatício pela via formal.

3.1 - Os Trabalhadores Desligados da Indústria do Grande ABC na década de 1990

A abertura da economia brasileira expôs o setor industrial à maior competição internacional que, por sua vez, estimulou um processo de reestruturação do setor com significativas alterações na estrutura produtiva e organizacional das empresas¹⁴⁴. De certa forma, tais mudanças foram, em parte, responsáveis pela redução do número de empregados e pelo aumento da produtividade no setor. Além disso, também o baixo crescimento econômico do país ao longo dos anos de 1990 acabou contribuindo para o agravamento da crise do emprego na indústria. Nesse sentido, a questão do desemprego no país passou a ser vista como um dos problemas socioeconômicos mais discutidos, especialmente a expressiva redução do emprego na indústria brasileira.

Assim, não se pode negar que o Grande ABC tenha enfrentado um processo de perda industrial, não sendo, de acordo com Santos et al. (2001), um processo de desindustrialização, mas uma crise identificada como sendo uma crise do emprego. Na visão desses autores, o setor industrial, embora enfrentasse queda no número de estabelecimentos e no emprego, continuava sendo determinante para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, diante dessa crise há que se reconhecer a importância delegada às instituições criadas no âmbito do ABC, em um processo de pactuação territorial, cujo objetivo era enfrentar a crise por meio de alternativas de desenvolvimento para a região.

Assiste-se, portanto, ao longo daquela década à queda expressiva do estoque total de trabalhadores formais, especialmente aqueles ligados ao setor industrial. De acordo com os dados da RAIS, em 1989 o estoque total de trabalhadores formais em todos os setores da economia do ABC era de 602.002, e em 1999 este número cai para 478.497, implicando uma queda de 20,52%. No caso do setor industrial a queda foi mais acentuada (47,67%), dado que o estoque de emprego no setor passa de 364.448 postos de trabalho em 1989 para 190.701 em 1999 (ver Tabela 12). Daí, as afirmações de que a crise na indústria foi mais intensa e, portanto, merece análise específica.

Nesse contexto, pode-se notar que o ajuste assumido pelo setor industrial para o enfrentamento da crise redundou em um aumento do desligamento de trabalhadores do setor, comportamento mais intenso em alguns anos da década de 1990. Portanto, ao se analisar mais detidamente o comportamento do emprego nos anos de 1990, 1992, 1996 e 1998, período em que ocorreram as maiores reduções no estoque de trabalhadores da indústria do ABC, é

¹⁴⁴ Ver, por exemplo, COUTINHO & FERRAZ (1994); DANTAS (1999); TAVARES & FIORI (1993); SUZIGAN (1992) e ANTUNES (1996).

possível compreender algumas especificidades. Nesse sentido, considera-se importante avaliar primeiramente o perfil destes trabalhadores para, posteriormente, avaliar a mobilidade e as condições de seu retorno ao mercado de trabalho.

De acordo com a Tabela 13, é possível identificar o total dos trabalhadores desligados da indústria do ABC nos anos de 1990, 1992, 1996 e 1998 segundo o sexo e também a sua remuneração média percebida no ano do desligamento. Observa-se que no início da década, período mais agudo da crise, a quantidade de trabalhadores desligados é maior, se comparado com os outros períodos, e a remuneração média percebida era inferior.

Ao analisar os desligados segundo o sexo verifica-se que há um aumento da participação relativa dos desligados do sexo masculino no período analisado, ou seja, enquanto em 1990 do total de desligados 71,94% eram trabalhadores do sexo masculino, tem-se que em 1998 este percentual passa para 77,35% e, em contrapartida, a participação relativa das mulheres é caracterizada por taxas decrescentes (28,06% em 1990 e 22,65% em 1998). Com relação à remuneração dos trabalhadores desligados da indústria no ABC é possível também constatar que as mulheres normalmente percebem remunerações inferiores. De acordo com a Tabela 13, identifica-se que a remuneração média em salários mínimos das mulheres no ano do desligamento é bastante inferior à remuneração percebida pelos homens, contribuindo para tornar a remuneração média do total dos desligados inferior à remuneração dos trabalhadores do sexo masculino.

Tabela 13 - Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, sexo e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)

Ano	Masculino		Feminino		Total	
	Deslig.(%)	Rem.Média	Deslig.(%)	Rem.Média	Deslig.(=100)	Rem.Média
1990	71,94	7,85	28,06	4,72	88.590	6,97
1992	72,83	8,15	27,17	4,60	50.833	7,19
1996	74,27	10,46	25,73	5,85	55.297	9,28
1998	77,35	10,87	22,65	6,71	49.063	9,92

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/ MTE

Quando se analisam os trabalhadores desligados da indústria do ABC segundo município e remuneração média no ano, em salários mínimos, observa-se que alguns municípios se destacaram pela maior participação relativa no total desses desligamentos. Conforme dados da Tabela 14, nos quatro anos analisados o setor industrial dos municípios de Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo foi responsável pelo maior número de

trabalhadores desligados do ABC. De certo forma, este dado se justifica pelo grande peso de tais municípios na composição do parque industrial da região.

Com relação à remuneração média, em salários mínimos no ano, percebida pelos trabalhadores no ano do desligamento, observa-se que, embora as remunerações sejam bastante heterogêneas quando se leva em conta cada município, não se pode negar que o processo de enxugamento das empresas, com a perspectiva de redução de custo, levou a uma tendência de desligamento dos trabalhadores com remunerações mais elevadas ao longo do período analisado. Portanto, conforme a Tabela 14, este fato pode ser constatado quando se verifica que no ano de 1990 a remuneração média total percebida pelos trabalhadores desligados era de 6,97 s.m. (salários mínimos) e em 1998 esta média passa a ser de 9,92 s.m..

Tabela 14- Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC segundo ano do desligamento, município e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)

Municípios	Ano do Desligamento							
	1990		1992		1996		1998	
	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média
Diadema	26,96	6,00	26,05	5,83	25,55	7,81	26,17	8,11
Maúá	5,65	7,64	6,24	7,05	7,51	10,19	7,32	8,45
Ribeirão Pires	4,05	6,05	4,16	6,37	5,54	8,22	3,75	9,07
Rio Grande da Serra	0,31	5,73	0,41	7,32	0,26	5,20	0,48	10,04
Santo André	20,73	7,58	19,19	7,34	15,45	8,95	13,95	9,25
São Bernardo do Campo	32,15	7,40	34,73	8,29	35,88	10,73	39,67	11,73
São Caetano do Sul	10,15	7,03	9,22	7,01	9,81	8,29	8,67	9,83
TOTAL	100	6,97	100	7,19	100	9,28	100	9,92

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

De acordo com a Tabela 15, também é possível avaliar o porte das empresas industriais do ABC que mais contribuíram para esse processo de desligamento dos trabalhadores ao longo da década de 1990. Os dados mostram que os desligamentos ocorreram de forma mais expressiva nas empresas de maior porte (média e grande empresa), cujo percentual de desligamentos variou entre 27,38% a 33,08% nas empresas de maior porte e entre 11,99% a 23,32% nas empresas de menor porte. Além disso, também se observa que nas empresas de maior porte os trabalhadores desligados contavam com remunerações superiores (entre 7,12 s.m. a 15,11 s.m.) se comparadas com as empresas de menor porte (micro e pequena), dado que nelas a remuneração média em salários mínimos variava entre 4,04 s.m. a 7,16 s.m, no período analisado, ou seja, os dados evidenciam que os trabalhadores vinculados às empresas de maior porte e com remunerações mais elevadas teriam sido os mais atingidos nesse processo de desligamento do mercado de trabalho.

Tabela 15- Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, tamanho do estabelecimento e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)

Tamanho	Ano do Desligamento							
	1990		1992		1996		1998	
	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média
Zero	1,43	6,28	2,41	4,90	3,32	9,77	2,97	7,61
Até 4	2,29	4,25	5,17	3,64	3,29	4,98	3,48	5,57
De 5 A 9	3,72	3,72	3,68	3,53	4,16	5,57	4,31	5,38
De 10 A 19	4,56	4,38	5,64	4,38	8,05	7,10	8,07	5,97
Micro	11,99	4,38	16,90	4,04	18,83	6,86	18,84	6,02
De 20 A 49	10,38	4,68	11,94	4,32	10,26	5,97	11,59	6,84
De 50 A 99	11,57	5,30	11,38	5,17	9,67	7,24	10,97	7,49
Pequena	21,96	5,01	23,32	4,73	19,93	6,59	22,56	7,16
De 100 A 249	17,56	6,22	17,73	6,46	17,68	8,79	16,09	9,22
De 250 A 499	15,41	8,15	14,08	8,39	13,34	10,22	14,10	9,94
Média	32,97	7,12	31,80	7,31	31,02	9,41	30,19	9,55
De 500 A 999	12,09	8,46	9,66	8,65	13,43	10,01	6,33	11,38
1000 ou mais	20,99	9,43	18,31	12,23	16,79	14,35	22,08	16,18
Grande	33,08	9,08	27,98	11,00	30,22	12,42	28,41	15,11
TOTAL	100	6,97	100	7,19	100	9,28	100	9,92

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Outra análise importante consiste em avaliar o perfil dos desligados da indústria do ABC segundo a faixa etária e a remuneração média no período analisado. Para tanto, a Tabela 16 permite constatar que principalmente os trabalhadores na faixa etária dita mais produtiva (18 a 49 anos) foram os mais afetados nesse processo de desligamento. Nota-se que nos anos de 1990 e 1992 a faixa etária mais atingida é aquela em que os trabalhadores tinham entre 18 e 39 anos, e nos anos de 1996 e 1998 também a faixa etária de 40 a 49 anos se torna expressiva se comparada com o total dos desligados. Ao relacionar a faixa etária e a remuneração média dos desligados percebe-se que a maioria dos desligados, além de estar em uma faixa etária intermediária, também percebia remunerações médias intermediárias quando comparadas com a remuneração média das demais faixas etárias analisadas.

Tabela 16- Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, faixa etária e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1998)

Faixa Etária	Ano do Desligamento							
	1990		1992		1996		1998	
	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média
10 a 14	0,23	2,24	0,07	2,12	0,04	2,95	0,00	2,30
15 a 17	5,73	2,57	4,33	2,24	1,98	3,51	1,30	3,28
18 a 24	31,46	4,68	26,78	4,24	23,80	4,73	21,37	5,07
25 a 29	20,20	6,70	18,41	6,06	17,55	6,86	16,26	6,90
30 a 39	24,96	8,45	25,92	8,04	26,56	9,72	25,28	9,37
40 a 49	11,19	10,56	15,16	10,96	20,30	13,92	21,70	14,13
50 a 64	5,18	11,95	8,14	12,30	9,16	15,35	13,40	16,10
65 ou mais	0,47	12,03	0,75	9,33	0,55	10,77	0,65	12,75
Ignorados	0,59	4,75	0,44	5,70	0,06	3,94	0,03	5,62
TOTAL	100	6,97	100	7,19	100	9,28	100	9,92

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Finalmente, na análise do perfil desses trabalhadores desligados, também é importante sua identificação segundo a escolaridade. Segundo a Tabela 17, nos anos de 1990, 1992, 1996 e 1998 os trabalhadores desligados da indústria do ABC com o 5º Ano Completo/Fundamental até o Fundamental Completo contavam com maior participação relativa, representando, respectivamente, 63,37%, 63,90%, 61,01% e 59,99% do total de trabalhadores com esta escolaridade.

Tabela 17 - Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC segundo ano do desligamento, escolaridade e remuneração média, no ano, em salários mínimos (1990/1998)

Escolaridade	Ano do Desligamento							
	1990		1992		1996		1998	
	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média	Deslig.	Rem.Média
Analfabeto	2,55	5,16	1,90	3,62	1,57	5,61	1,17	5,97
Até 5º Ano Incomp.	12,99	5,67	9,86	4,01	9,53	7,81	6,92	8,19
5º Ano Comp./Fund.	24,79	5,94	24,27	6,10	20,44	8,22	18,73	9,47
Do 6º ao 9º Ano/Fund.	25,74	5,65	24,69	5,37	22,54	7,32	19,19	7,43
Fund. Comp.	13,84	6,88	14,94	6,76	18,03	7,95	22,06	8,85
Médio Incomp.	7,76	7,66	8,38	7,28	9,59	8,20	9,89	8,49
Médio Compl.	6,66	10,68	7,17	11,12	10,71	11,66	13,86	11,57
Superior Incomp.	2,45	13,59	2,71	13,73	2,99	16,14	3,45	16,17
Superior Comp.	2,65	21,22	3,40	21,29	4,39	26,22	4,68	24,16
Ignorado	0,56	4,22	2,68	15,02	0,22	4,75	0,04	4,44
TOTAL	100	6,97	100	7,19	100	9,28	100	9,92

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Assim, observam-se os extremos, posto que os desligamentos ocorreram principalmente na faixa etária dita mais produtiva, seguida daqueles que apresentavam uma baixa escolaridade.

3.2 - A Mobilidade Setorial e Espacial dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC Paulista que retornaram ao Mercado de Trabalho

O objetivo desta seção será analisar a mobilidade espacial e setorial dos trabalhadores formais desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho com vínculo formal nos períodos seguintes ao do desligamento. Assim, o aspecto fundamental a ser apreendido nesta análise é o questionamento sobre a eficácia das ações desenvolvidas pela Câmara, Consórcio e Agência na reinserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, ainda que migrando para outros setores da economia.

Nos anos seguintes ao do desligamento, em que se busca captar o retorno para o mercado de trabalho formal, tabulam-se informações para todos os municípios que constituem o ABC paulista e buscam-se os resultados dos retornos para os Estados da Federação e para os setores econômicos com maior participação na mobilidade desses trabalhadores.

Nesse sentido, diante das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira nos anos de 1990, há um questionamento sobre o ritmo e a capacidade de absorção dos trabalhadores desligados, nesse período, ou seja, os trabalhadores desligados (demitidos) nos anos de 1990, 1992, 1996 e 1998 teriam sido readmitidos ou grande parte deles não conseguiu estabelecer novos contratos de trabalho e partiram para a informalidade? Se foram reabsorvidos no mercado de trabalho formal, ficaram na própria região onde trabalhavam, no próprio setor industrial, ou foram buscar emprego em outros estados da federação ou em outros setores econômicos? Estas são algumas das questões a serem consideradas a partir dos resultados e dados apresentados a seguir.

Para tanto, quando se analisa o número de trabalhadores desligados da indústria em 1990, 1992, 1996 e 1998¹⁴⁵ que retornaram ao mercado de trabalho nos anos seguintes ao ano do desligamento (1991-2001), verifica-se que, embora o percentual de retornados seja muito baixo se comparado com os desligamentos, é importante notar que no ano seguinte ao

¹⁴⁵ Conforme dados obtidos junto à base de dados RAIS, em 1990, 1992, 1996 e 1998, o setor industrial do ABC contava com 294.767, 257.415, 233.627 e 194.455 empregados formais, respectivamente.

desligamento o retorno ocorre de forma mais expressiva, variando entre 47% e 35%. Conforme Tabela 18, do total dos desligados em 1990 (88.590), 41.523 retornaram ao mercado de trabalho formal no ano seguinte, significando que o número de retornados representou 46,87% dos desligados, passando este percentual para aproximadamente 62% quando se consideram os três anos seguintes ao desligamento. Nos outros anos (1992, 1996 e 1998), embora o número de desligados fosse menor, observa-se que o percentual de retornados no ano seguinte também foi inferior e com tendência declinante (42,39%, 37,11% e 34,50%, respectivamente). Nesse sentido, os resultados demonstram que o mesmo mercado que expulsa o trabalhador não possibilita a sua reabsorção na mesma proporção e também mantém grande parte dos trabalhadores desligados deste mercado por um período superior a um ano, o que retrata uma das características do mercado de trabalho nesse período, que é o aumento do tempo de desemprego.

Tabela 18 - Participação dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho formal (1990/2001)

Ano deslig.	Desligados		Ano retorno	Desligados que Retornaram		% B/A	% E/F
	Total.(A)	Rem. (F)		Total.(B)	Rem. (E)		
1990	88.590	6,97	1991	41.523	4,86	46,87	69,66
			1992	7.988	4,05	9,02	58,09
			1993	5.613	3,79	6,34	54,38
1992	50.833	7,19	1993	21.549	4,44	42,39	61,70
			1994	6.806	4,75	13,39	66,13
			1995	3.498	4,48	6,88	62,38
1996	55.297	9,28	1997	20.521	5,72	37,11	61,72
			1998	5.509	4,53	9,96	48,88
			1999	3.098	4,22	5,60	45,53
1998	49.063	9,92	1999	16.927	6,51	34,50	65,64
			2000	6.594	4,25	13,44	42,82
			2001	3.149	3,67	6,42	36,99

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/ MTE

Por outro lado, a chamada precarização do mundo do trabalho¹⁴⁶, também na região do ABC, além de poder ser analisada pelo lado do tempo de desemprego no mercado de trabalho formal, também pode ser analisada pelo lado da renda quando se compara a remuneração

¹⁴⁶De acordo com Mattoso (1995), a precarização do trabalho manifesta-se tanto pela elevação do desemprego aberto quanto através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da expansão de formas alternativas de trabalho – consideradas atípicas frente ao padrão assalariado. Nesse sentido, a mensuração da referida precarização considera algumas dimensões como: as condições de inserção ocupacional (marcada pela rotatividade da mão-de-obra e piora nas condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho), o desemprego e os rendimentos do trabalho.

Para maiores informações sobre o tema ver, por exemplo, MATOSSO (1995); POCHMANN & AMORIN (2003); POCHMANN (1999) e DIEESE (2001).

média no ano, em salários mínimos (s.m.), recebida pelos trabalhadores no período do desligamento em relação à remuneração média no ano do retorno. Na Tabela 18, a tendência verificada foi de recebimento de remunerações inferiores quando do retorno ao mercado de trabalho se comparada com aquelas recebidas no período do desligamento. Em 1990, os trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho, contavam com uma remuneração média de 6,97 s.m. no ano do desligamento enquanto nos anos de retorno (1991-1993) as mesmas variaram entre 4,86 s.m. e 3,79 s.m., perfazendo uma remuneração média total de 4,23 s.m. e, portanto, tendo uma queda de 39,31%. Nos outros anos a mesma tendência foi observada e isto acabou por evidenciar que houve uma queda nos rendimentos quando do retorno ao mercado de trabalho. Assim, no ano de 1992, segundo dados da Tabela 18, os desligados que retornaram ao mercado de trabalho no ano de 1993 contavam com uma remuneração média de 7,19 salários mínimos, sofrendo uma redução de 38,29% quando retornaram ao mercado de trabalho (1993), dado que o valor da mesma passou para apenas 4,44 salários mínimos. No período posterior, o comportamento da remuneração é semelhante, ou seja, os trabalhadores que foram desligados em 1996 e retornaram ao mercado de trabalho em 1997 recebiam, em média, uma remuneração de 9,28 salários mínimos no ano do desligamento e passaram a receber uma remuneração média de 5,72 salários mínimos quando do retorno em 1997, implicando uma redução 38,28% na remuneração. Finalmente, para aqueles que foram desligados em 1998 e retornaram em 1999, a remuneração média no desligamento era de 9,92 s.m. e no ano de retorno passou a ser de 6,51 s.m., perfazendo uma queda de 34,36%.

Na Tabela 19, além de ser possível quantificar os trabalhadores que retornaram ao mercado de trabalho nos primeiros anos pós desligamento, também é possível quantificar aqueles que não conseguiram retornar até o terceiro ano pós desligamento, demonstrando que uma parcela significativa dos trabalhadores contabiliza um período de exclusão do mercado de trabalho formal bastante alto e com tendência crescente ao longo da década. Assim, dos desligados em 1990 tem-se que 37,78% não retornam nos primeiros três anos pós desligamento (até 1993) enquanto no ano de 1998 observa-se que do total dos desligados um percentual maior (45,68%) não retornam nos primeiros 3 anos depois do desligamento (2001).

Tabela 19 - Participação dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ou não ao mercado de trabalho formal (1990/2001)

Ano deslig.	Total Deslig.(A)	Deslig. que Retornaram		Desligados que não Retornaram		% B/A	% C/A
		Período	Total (B)	Período	Total (C)		
1990	88.590	De 1991 a 1993	55.124	Até 1993	33.466	62,22	37,78
1992	50.833	De 1993 a 1995	31.853	Até 1995	18.980	62,66	37,34
1996	55.297	De 1997 a 1999	29.128	Até 1999	26.169	52,68	47,32
1998	49.063	De 1999 a 2001	26.670	Até 2001	22.393	54,36	45,64

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Os dados permitem observar que mesmo considerando as dificuldades do mercado de trabalho de absorver mais rapidamente os trabalhadores desligados, não se pode negar que o retorno se dá de forma mais expressiva no ano seguinte ao do desligamento. Portanto, para efeito deste estudo, a opção será focar principalmente nesse contingente de retornados, na perspectiva de analisar a mobilidade setorial e espacial e o perfil dos trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho.

Quanto à mobilidade intersetorial dos trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho, segundo os resultados apresentados na Tabela 20, o setor agropecuário confirmou-se como o destino setorial de menor participação na recontração desses desligados, além de contar com a pior remuneração média obtida pelos retornados (1,86 a 3,29 s.m.), entre os anos de 1991 e 2001, enquanto no ano do desligamento este mesmo trabalhador percebia uma remuneração média entre 6,97 e 9,92 s.m.. Entretanto, pode-se afirmar que pelo lado do trabalhador com perfil industrial e que ora demanda emprego, a área agrícola seria a sua última opção de trabalho, preferindo se realocar no espaço urbano, em áreas afins ao que executava em empregos anteriores.

Tabela 20 - Migração intersetorial dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho formal (1990/2001)

Setores de Atividade	Deslig.90 c/ Retor.91		Deslig.92 c/ Retor.93		Deslig.96 c/ Retor.97		Deslig.98 c/ Retor.99	
	Total	Rem. 91	Total	Rem.93	Total	Rem.97	Total	Rem.99
Indústria	59,13	5,47	59,37	4,94	50,13	6,27	49,05	9,01
Const.Civil	4,37	3,90	3,46	3,18	4,27	4,66	3,93	3,84
Comércio	9,38	3,49	8,25	3,28	10,90	4,38	10,76	4,02
Serviços	21,01	4,04	21,42	3,79	34,13	5,52	35,68	4,20
Agropecuária	0,32	2,47	0,29	1,86	0,55	3,29	0,56	2,57
Outr./Ign	5,80	4,60	7,22	4,20	0,01	1,19	0,01	2,24
Total	100	4,86	100	4,44	100	5,72	100	6,51

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Ainda de acordo com a Tabela 20, verifica-se que o setor industrial e o setor serviços, em todos os anos apontados, se destacam pela maior participação relativa na absorção desses trabalhadores desligados da indústria, independente da localização espacial desses setores. Os dados mostram que do total de desligados na indústria do ABC em 1990 que retornaram ao mercado de trabalho formal em 1991, observa-se que 59,13% retornaram para o próprio setor industrial, 21,01% para o setor serviços, 9,38% para o comércio e 4,37% para a construção civil. Dentre os trabalhadores desligados da indústria no ano de 1992 que retornaram ao mercado de trabalho em 1993, nota-se que a indústria permanece como setor mais atrativo com 59,37% dos retornados, em segundo lugar o setor serviços com 21,42% e, posteriormente, o comércio e a construção civil com 8,25% e 3,46%, respectivamente. A mesma tendência apontada se mantém para os retornos tanto no ano de 1997 como também no ano de 1999.

Embora o próprio setor industrial seja o destaque no que se refere à absorção desses desligados, é importante ressaltar o papel do setor serviços na absorção de parcela importante desses trabalhadores. Quando da análise dos ramos de atividades que compõem o setor de serviços que mais empregam os trabalhadores oriundos da indústria, é possível inferir que parcela significativa das atividades absorvedoras de mão-de-obra esteja ligada à própria indústria. Portanto, a hipótese a ser considerada é que uma parcela importante dos empregos gerados no setor de serviços estaria vinculada a um processo de externalização de atividades por parte das empresas industriais, em especial, as empresas de grande porte.

Mesmo considerando o papel da própria indústria na absorção dos trabalhadores desligados, não se pode negar a baixa capacidade do mercado de trabalho formal na absorção desses trabalhadores desligados (Tabela 19). Somado a isso observa-se também a vigência de rendimentos menores daqueles trabalhadores que retornam ao mercado de trabalho, demonstrando um quadro de ampliação da precarização do trabalho, que embora se coloque nessa realidade específica, parece estar vinculada a uma realidade mais geral de precarização do mundo de trabalho, conforme já argumentado anteriormente.

Nesse sentido, os dados apresentados na Tabela 20 permitem uma análise mais detalhada dessa situação ao possibilitar a mensuração do comportamento das remunerações médias dos trabalhadores quando do processo de migração intersetorial. Embora a avaliação referente à remuneração média demonstre que obtiveram menores perdas aqueles trabalhadores que foram recontratados no setor de serviços e principalmente no próprio setor industrial (rendimento médio variando entre 3,79 e 5,52 s.m. e entre 4,94 e 9,01 s.m.,

respectivamente), apenas na indústria os rendimentos foram superiores à média geral dos retornados. Entretanto, em todos os casos, incluindo o setor industrial, as remunerações recebidas no retorno ficaram abaixo da remuneração média recebidas no período do desligamento. Assim, os dados sugerem que as perdas de renda não foram maiores devido à influência de um pequeno fôlego de crescimento econômico gerado entre os anos 1993-1995 e de alguma forma também pela estabilidade de preços a partir do Plano Real¹⁴⁷.

Ao analisar os dados sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho formal no ano seguinte ao de desligamento, segundo Estado da federação e remuneração média, é possível avaliar se a trajetória empreendida por estes trabalhadores foi ou não de sucesso quando considerada a remuneração média que os trabalhadores passaram a receber nos locais de retorno.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 21, verifica-se que do total dos trabalhadores desligados que retornaram ao mercado de trabalho formal no ano seguinte ao do desligamento, mais de 95% retornaram com vínculo formal de trabalho no mesmo estado de origem em que foram desligados (São Paulo). Entretanto, quando se analisa a trajetória da maioria dos trabalhadores retornados segundo remuneração média, não se pode afirmar que a trajetória empreendida pela totalidade destes trabalhadores tenha sido uma trajetória de sucesso, ou seja, enquanto a remuneração média em salários mínimos destes trabalhadores no período do seu desligamento era de 6,97 a 9,92 s.m. (Tabela 13), os dados relacionados na Tabela 21 demonstram que as remunerações médias da maioria dos trabalhadores no período do retorno foram normalmente inferiores.

Assim, tem-se que os trabalhadores que retornaram ao mercado formal de trabalho no ano seguinte ao do desligamento, independente do local de retorno, obtiveram em média uma remuneração média variando entre 4,44 s.m. a 6,51 s.m.. Mesmo considerando ser pequena a parcela de trabalhadores que retornou ao mercado de trabalho em outros estados do País, alguns deles se destacaram como locais onde os trabalhadores obtiveram remunerações médias superiores à média geral no ano do retorno. Segundo dados da Tabela 21, no ano de 1991 o destaque é para os estados Amazonas, Pará, e Mato Grosso, considerados os estados onde os trabalhadores obtiveram as menores perdas. Em 1993 se destaca apenas o estado do Rio de Janeiro. Com relação aos retornados no ano de 1997, identifica-se uma maior quantidade de estados que se apresentaram como locais onde os trabalhadores obtiveram uma remuneração média no retorno, superior à média geral, quais sejam: o estado do Espírito

¹⁴⁷ Ver CAMARGOS BORGES et al. (2004).

Santo, do Rio de Janeiro, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e do Distrito Federal. Apesar de uma pequena parcela dos trabalhadores ter se deslocado da sua área geográfica de origem e alguns terem recebido remunerações superiores à média total do retorno, pode-se afirmar que a trajetória espacial desses trabalhadores se mostrou precarizada, não podendo ser considerada uma trajetória de sucesso em decorrência de as remunerações médias no retorno serem inferiores (com exceção apenas para o estado do Rio Grande do Sul em 1997) às remunerações recebidas no ano do desligamento (ver Tabela 13).

Tabela 21 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho segundo Estados da Federação e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)

Estado	Deslig.90 c/ Retor.91		Deslig.92 c/ Retor.93		Deslig.96 c/ Retor.97		Deslig.98 c/ Retor.99	
	Total	Rem. 91	Total	Rem.93	Total	Rem.97	Total	Rem.99
RO	0,02	3,59	0,01	2,28	0,02	2,47	0,01	1,23
AC	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
AM	0,06	5,40	0,00	0	0,04	7,89	0,03	5,29
RR	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0
PA	0,04	5,25	0,00	0	0,02	5,65	0,03	4,22
AP	0,00	0	0,00	0	0,01	1,60	0,00	0
TO	0,00	0	0,00	0	0,01	3,73	0,02	2,60
MA	0,05	1,75	0,06	1,23	0,02	1,83	0,05	5,68
PI	0,08	1,42	0,08	1,19	0,11	1,90	0,08	1,44
CE	0,26	2,53	0,13	2,56	0,22	1,93	0,19	1,98
RN	0,04	2,51	0,04	1,01	0,04	3,46	0,05	1,57
PB	0,09	1,69	0,02	1,40	0,11	1,90	0,06	2,29
PE	0,49	2,25	0,26	2,19	0,25	2,39	0,29	3,54
AL	0,09	1,93	0,04	1,49	0,06	1,47	0,05	1,38
SE	0,06	2,15	0,04	1,95	0,04	2,35	0,02	2,86
BA	0,34	4,30	0,17	2,55	0,23	3,20	0,30	2,24
MG	0,81	3,40	0,64	3,39	1,05	5,11	0,98	3,67
ES	0,06	2,22	0,05	1,61	0,13	8,56	0,27	3,26
RJ	0,53	3,95	0,43	4,75	0,43	7,57	0,51	4,53
SP	95,61	4,93	96,59	4,48	96,29	5,74	95,79	6,63
PR	0,46	4,04	0,52	3,34	0,51	7,44	0,77	5,51
SC	0,09	3,15	0,10	4,35	0,09	8,26	0,14	5,87
RS	0,08	4,17	0,07	3,50	0,12	12,20	0,09	6,13
MS	0,07	3,37	0,09	2,35	0,01	2,41	0,05	1,89
MT	0,02	5,99	0,05	2,49	0,05	5,80	0,09	2,94
GO	0,06	3,41	0,05	3,77	0,06	2,59	0,06	2,94
DF	0,12	2,74	0,07	2,97	0,07	5,85	0,06	5,81
IGNORADO	0,46	3,55	0,48	3,32	0,00	0	0,01	2,43
TOTAL (%)	100	4,86	100	4,44	100	5,72	100	6,51
TOTAL	41.523	4,86	21.549	4,44	20.521	5,72	16.927	6,51

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/ MTE

Diante desse processo de deslocamento espacial e setorial dos trabalhadores é importante ressaltar que nos estudos sobre o processo migratório existem várias abordagens teóricas que procuram explicar as razões que levam a população a se deslocar de uma área para outra. De acordo com Camargos Borges et al. (2006), em quase todos os estudos o que se verifica é que depois de não encontrarem trabalho no seu lugar de origem, as pessoas tendem a se deslocar em direção às áreas que demonstram existir melhores condições de vida e maiores oportunidades de trabalho.

Em uma perspectiva espacial e também intrasetorial verifica-se que os dados constantes na Tabela 22 permitem obter informações sobre os trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho para o próprio setor industrial, segundo estado da federação e remuneração média. Para tanto, nota-se que aproximadamente 50% do total dos trabalhadores que retornaram ao mercado de trabalho, no ano seguinte ao desligamento, reativaram seu vínculo junto ao setor industrial e os demais foram reabsorvidos, por outros setores econômicos, principalmente o setor de serviços. Além disso, observa-se que além do setor industrial ter a maior participação na absorção de grande parcela desses trabalhadores, os mesmos mantiveram seu vínculo na indústria do seu estado de origem (São Paulo). Entretanto, no que se refere à remuneração média desses trabalhadores, mais uma vez é importante chamar a atenção para o fato de que a mesma se mostrou superior à média da remuneração dos demais retornados quando a opção de retorno se deu para o setor industrial, embora tenha sido inferior à remuneração média no ano do desligamento, denotando novamente que em termos da renda o retorno se dá de forma precarizada.

Tabela 22 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no setor industrial segundo Estados da Federação e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)

Estado	Deslig.90 c/ Retor.91		Deslig.92 c/ Retor.93		Deslig.96 c/ Retor.97		Deslig.98 c/ Retor.99	
	Total	Rem. 91	Total	Rem.93	Total	Rem.97	Total	Rem.99
RO	0,01	1,26	0,01	1,16	0,02	1,66	0,01	1,23
AC	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
AM	0,07	5,31	0,00	0	0,08	8,58	0,01	4,87
RR	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
PA	0,02	9,54	0,00	0	0,03	6,88	0,01	1,75
AP	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TO	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
MA	0,01	2,09	0,02	1,45	0,01	1,40	0,00	0
PI	0,03	2,25	0,02	1,26	0,02	1,00	0,04	1,72
CE	0,13	1,80	0,09	2,29	0,17	2,10	0,19	2,42
RN	0,02	2,52	0,01	0	0,06	4,19	0,05	1,84
PB	0,07	1,94	0,02	2,45	0,08	1,77	0,06	3,05
PE	0,25	2,23	0,15	2,44	0,15	2,63	0,17	7,00
AL	0,04	1,75	0,03	1,56	0,07	1,11	0,04	1,30
SE	0,02	2,15	0,02	1,85	0,03	3,75	0,00	0
BA	0,11	6,05	0,05	6,56	0,05	5,65	0,12	2,60
MG	0,48	4,27	0,30	4,29	0,85	7,60	0,71	4,62
ES	0,04	2,26	0,01	3,44	0,10	6,17	0,12	7,83
RJ	0,22	5,21	0,13	4,92	0,32	12,78	0,24	7,57
SP	97,89	5,51	98,54	4,96	97,25	6,23	97,15	9,10
PR	0,29	4,52	0,39	3,90	0,42	9,44	0,72	8,32
SC	0,07	3,08	0,06	6,81	0,11	10,78	0,10	8,31
RS	0,08	4,80	0,02	3,07	0,15	15,56	0,08	9,30
MS	0,03	2,89	0,03	2,54	0,01	3,14	0,02	1,97
MT	0,02	2,62	0,02	4,22	0,03	8,93	0,08	3,36
GO	0,05	4,49	0,04	4,86	0,02	2,13	0,06	2,62
DF	0,02	4,16	0,03	3,64	0,01	16,62	0,01	6,28
IGNORADO	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL (%)	100	5,47	100	4,94	100	6,27	100	9,01
TOTAL	24.551	5,47	12.793	4,94	10.288	6,27	8.303	9,01

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Também é possível observar que poucos são os estados onde os vínculos de trabalho tiveram remunerações superiores à média geral de retorno (ver os destaques na tabela), e menos ainda, são aqueles que se destacaram como locais cuja remuneração foi superior à média recebida no ano do desligamento.

3.3 - O Perfil dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC Paulista que retornaram ao Mercado de Trabalho

O objetivo desta seção é analisar o perfil dos trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte ao ano do desligamento, segundo o sexo, faixa etária e escolaridade. No que se refere à escolaridade busca-se compreender se, em meio a um ambiente mais exigente do mercado de trabalho, com demandas maiores por pessoas mais capacitadas, os trabalhadores que foram readmitidos no mercado de trabalho contaram com remunerações superiores às que recebiam antes, ou seus rendimentos médios caíram.

Segundo dados constantes na Tabela 23, ao analisar esses trabalhadores segundo o sexo e a remuneração média em salários mínimos, verifica-se que há uma pequena queda relativa da participação feminina na ocupação de postos de trabalho no período do retorno, passando de aproximadamente 23,78% no período de 1990-1991 para 20,23% no período de 1998-1999. Além da queda relativa da participação feminina quando do retorno ao mercado de trabalho, observa-se que o referido retorno também é acompanhado por maior precarização do trabalho feminino. As mulheres, além de perceberem remunerações inferiores a remuneração dos homens no ano do desligamento e no ano de retorno também contam com a queda dessa remuneração média quando do retorno ao mercado de trabalho. No ano de retorno em 1991, enquanto os homens recebiam uma remuneração média de 5,28 salários mínimos, as mulheres recebiam apenas 3,52 s.m., sendo esse valor também inferior à remuneração média percebida pelas mesmas no ano do seu desligamento, que era de 4,72 s.m.. Nos outros anos, conforme demonstrado na Tabela abaixo, o mesmo comportamento é observado.

Tabela 23 - Participação dos Trabalhadores Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho formal segundo sexo e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/2001)

Período	Masculino			Feminino			Total		
	Retorn.	Rem.Média no Deslig.	Rem.Média no retorno	Retorn.	Rem.Média no Deslig.	Rem.Média no retorno	Retorn.	Rem.Média no Deslig.	Rem.Média no retorno
Desli.1990 c/ Retor.1991	31.647	7,85	5,28	9.876	4,72	3,52	41.523	6,97	4,86
Desli.1992 c/ Retor.1993	16.530	8,15	4,80	5.019	4,60	3,24	21.549	7,19	4,44
Desli.1996 c/ Retor.1997	15.827	10,46	6,11	4.694	5,85	4,44	20.521	9,28	5,72
Desli.1998 c/ Retor.1999	13.503	10,87	7,08	3.424	6,71	4,28	16.927	9,92	6,51

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Quando se relaciona estes trabalhadores desligados da indústria do ABC, que retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte, segundo faixa etária e remuneração média em salários mínimos, é possível verificar ao longo dos anos estudados que há certa dificuldade de reabsorção dos trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho formal. Portanto, segundo dados da Tabela 24, observa-se uma queda relativa da participação dos trabalhadores jovens na faixa etária de até 24 anos, que retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte ao desligamento. Como consequência tem-se um aumento da participação relativa dos trabalhadores nas faixas etárias com idade superior a esta, com destaque para a faixa etária entre 30 a 49 anos, demonstrando que a reabsorção foi apenas de uma parcela daqueles trabalhadores que foram mais afetados nesse processo de desligamento, ou seja, a faixa etária entre 18 a 49 anos (ver Tabela 16).

Referente à remuneração média percebida pelos trabalhadores neste mesmo período nota-se que o processo de precarização no tocante à renda, também pode ser evidenciado. Nos períodos analisados destaca-se que as remunerações médias percebidas pelos trabalhadores no ano do retorno são na maioria inferiores às remunerações médias do ano do desligamento, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 24 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho segundo faixa etária e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)

Faixa Etária	Deslig.90 c/ Retor.91		Deslig.92 c/ Retor.93		Deslig.96 c/ Retor.97		Deslig.98 c/ Retor.99	
	Total	Rem. 91	Total	Rem.93	Total	Rem.97	Total	Rem.99
10 A 14	0,01	1,89	0,02	2,65	0,01	14,34	0	0
15 A 17	2,64	2,29	1,22	1,82	0,47	2,34	0,21	2,42
18 A 24	31,84	3,68	27,46	3,27	26,55	3,82	23,88	3,49
25 A 29	22,85	4,80	22,33	4,19	22,04	4,89	21,56	4,17
30 A 39	27,62	5,71	30,57	5,12	32,06	6,52	30,83	5,31
40 A 49	11,24	6,41	14,46	5,60	15,16	7,79	16,43	9,67
50 A 64	3,10	6,45	3,55	5,44	3,50	9,63	6,86	22,26
65 OU MAIS	0,15	6,35	0,08	3,14	0,10	10,19	0,22	10,64
IGNORADO	0,54	3,79	0,30	3,59	0,11	2,98	0	0
TOTAL	100	4,86	100	4,44	100	5,72	100	6,51

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Quanto à escolaridade dos trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte ao desligamento, observa-se uma tendência de aumento da exigência de maior escolaridade no retorno ao longo dos anos estudados, ou seja, de acordo com a Tabela 25, nota-se que há uma queda na participação

relativa dos retornados com baixa escolaridade, identificados como aqueles sem escolaridade ou que contavam com até o 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Como consequência, identifica-se um aumento da participação relativa dos retornados com maior escolaridade ou que tinham o ensino médio ou mais, tornando possível a hipótese de que as empresas tenham substituído trabalhadores com menor escolaridade por outros com escolaridade mais elevada, facilitado pela grande oferta de mão-de-obra e pela possibilidade de contratação destes por salários menores. É importante salientar que a busca por maior escolaridade por parte do trabalhador pode ser explicada pelas transformações no processo de trabalho e pela necessidade de manter o emprego em um momento em que há um aumento da concorrência no mercado de trabalho devido à incapacidade de criar postos de trabalho compatível com a oferta.

Tabela 25 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho segundo escolaridade e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)

Escolaridade	Deslig.90 c/ Retor.91		Deslig.92 c/ Retor.93		Deslig.96 c/ Retor.97		Deslig.98 c/ Retor.99	
	Total	Rem. 91	Total	Rem.93	Total	Rem.97	Total	Rem.99
Analfabeto	2,59	3,99	2,35	2,87	1,35	4,29	0,95	3,62
Até 5º Ano Incomp.	13,29	3,57	9,82	3,06	6,24	3,81	4,50	3,90
5º Ano Comp./Fund.	23,46	4,19	21,22	3,60	13,52	4,12	11,75	5,20
6º ao 9º Ano/Fund.	23,70	4,10	23,63	3,69	18,64	4,20	15,32	3,93
Fund. Comp.	15,98	4,88	18,33	4,52	24,69	4,83	24,20	5,24
Médio Incomp.	7,66	5,28	8,65	4,59	9,68	4,82	10,18	4,80
Médio Compl.	7,42	6,62	9,03	5,92	16,34	6,33	23,45	6,91
Superior Incomp.	2,31	9,32	2,57	8,17	3,49	9,66	3,88	12,45
Superior Comp.	2,61	15,18	3,43	11,91	6,00	17,60	5,77	21,36
Ignorado	0,97	3,55	0,96	5,58	0,03	2,50	0,00	0,00
TOTAL	100	4,86	100	4,44	100	5,72	100	6,51

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Diante desse contexto, também não se pode negar o papel fundamental desenvolvido pelas estruturas de governança regional no âmbito do pacto territorial e no aumento da escolaridade dos trabalhadores na medida em que a formação profissional era apontada como alternativa de inclusão no mercado de trabalho. Vários projetos foram criados no plano territorial com a perspectiva de qualificação, no denominado Programa Regional de Qualificação do Grande ABC - PLANTEQ ABC. Os acordos assinados pelos membros da Câmara Regional tinham como perspectiva o fortalecimento da educação básica com ênfase na melhoria da educação e no aumento do grau de escolaridade de jovens e adultos. Como exemplo de projetos executados nessa direção, cita-se o “Projeto Alquimia” como importante

iniciativa da Câmara no que tange à qualificação e requalificação profissional; o Projeto “Mova” que se destinava à alfabetização de jovens e adultos com a perspectiva de erradicar o analfabetismo; e também a criação da Universidade Federal do Grande ABC (UFABC) com o objetivo de contribuir para a transformação da região no que se refere ao desenvolvimento de novas tecnologias, modelos de desenvolvimento mais amplo e formação da mão-de-obra na região. (SANTOS et al., 2001 e KLINK, em entrevista realizada em 12/04/2010)

Quanto à renda, embora os dados reforcem a idéia de remunerações superiores para aqueles que possuíam um maior grau de escolaridade, volta-se a afirmar que as remunerações médias no retorno ao mercado de trabalho foram normalmente inferiores àsquelas recebidas quando do desligamento.

De acordo com Pochmann (2004), esses resultados podem ser explicados, em parte, pelo ajuste feito pelas empresas, sobretudo na indústria, que eliminou postos de menor qualificação, fazendo com que parte tenha migrado para o setor de serviços com o processo de terceirização, que por sua vez pode ter contribuído para atenuar a queda do emprego menos especializado. De outra parte, ainda de acordo com esse autor, identifica-se que a redução dos postos de trabalho de menor qualificação tem efeito positivo sobre a participação dos demais grupos ocupacionais, na medida em que se observa maior participação dos trabalhadores com maior escolaridade.

3.4 - Os Trabalhadores Desligados da Indústria no ABC que retornaram ao Mercado de Trabalho para o próprio ABC Paulista

Nesta seção, pretende-se quantificar e qualificar os trabalhadores desligados da indústria do Grande ABC que retornaram ao mercado de trabalho para a própria região de origem (o ABC). Nesse sentido, cabe reafirmar que a maioria dos trabalhadores que retornou ao mercado de trabalho formal, aproximadamente 95%, manteve vínculo no estado de São Paulo, local em que as remunerações médias dos retornados, independente do setor de atividade, se apresentaram inferiores quando comparadas com aquela recebida no período do desligamento.

Quanto aos retornados que foram reabsorvidos pelo mercado no ano seguinte ao ano do desligamento no próprio ABC, a Tabela 26 permite identificar que estes representam aproximadamente 65% do total de retornados. Além disso, em uma análise intersetorial, os

dados mostram que, além da maioria dos desligados reativar seu vínculo de trabalho na própria região de origem seguindo a mesma tendência dos retornados de forma geral, foram, na sua maioria, também recontratados pelo próprio setor industrial (67,62% em 1991, 67,51% em 1992, 56,99% em 1996 e 57,23% em 1999). O setor serviços e o comércio aparecem como sendo, depois da indústria, os setores com maior participação na absorção destes trabalhadores na região, com destaque para os serviços (16,73% em 1991, 18,01% em 1992, 31,23% em 1996 e 32,32% em 1999).

Tabela 26 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no próprio ABC segundo setor de atividade e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)

Setores de Atividade	Deslig.90 c/ Retor.91			Deslig.92 c/ Retor.93			Deslig.96 c/ Retor.97			Deslig.98 c/ Retor.99		
	Total	%	Rem. 91	Total	%	Rem.93	Total	%	Rem.97	Total	%	Rem.99
Indústria	18.257	67,62	5,37	9.564	67,51	4,67	7.466	56,99	5,83	6.353	57,23	9,61
Const.Civil	457	1,69	4,20	158	1,12	3,26	244	1,86	4,39	166	1,50	4,10
Comércio	2.453	9,08	3,20	1.034	7,30	2,80	1.260	9,62	3,81	974	8,77	3,42
Serviços	4.517	16,73	3,90	2.551	18,01	3,79	4.091	31,23	5,92	3.588	32,32	3,86
Agropecuária	12	0,04	4,36	2	0,01	1,98	40	0,31	4,75	20	0,18	3,54
Outr./Ign	1.305	4,83	4,53	857	6,05	4,11	0	0,00	0	0	0,00	0
Total Retorn.ABC	27.001	100	4,87	14.166	100	4,33	13.101	100	5,64	11.101	100	7,12
Total Geral Retorn.	41.523		4,86	21.549		4,44	20.521		5,72	16.927		6,51

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/ MTE

Ao considerar a remuneração média do total de trabalhadores no ano do desligamento em relação à remuneração média dos retornados para o ABC, observa-se que houve uma queda das mesmas quando do retorno ao mercado de trabalho. Contudo, tiveram menores perdas aqueles trabalhadores que retornaram para a região no ano de 1991 e 1999, quando comparado com a remuneração média do total dos retornados, ou seja, enquanto o total geral de retornados contava ano do retorno com uma remuneração média no de 4,86 s.m. em 1991 e 6,51s.m. em 1999, os trabalhadores que retornaram para o ABC nestes anos contavam com uma remuneração de 4,87 s.m. e 7,12 s.m., respectivamente. De outra parte, sabe-se que é necessário se ater ao fato de que o número de trabalhadores desligados da indústria que retornam ao mercado de trabalho com vínculo nos setores agropecuário, comércio e construção civil, é bastante inferior. Isso ocorre principalmente quando comparado com a quantidade de trabalhadores que retornaram para o setor industrial e setor de serviços, posto que se observa que o comportamento das remunerações no retorno para estes setores na região não segue a mesma tendência do total dos retornados, que era a de obter menores perdas quando o retorno se dava para a indústria e o setor serviços, em todos os anos analisados. Verifica-se que isto ocorre apenas nos anos de 1993 e 1997. Nos outros anos de retorno (1991

e 1999), além da indústria, o destaque recai para o setor agropecuário e para a construção civil, cuja remuneração foi de 4,36 s.m. e 4,10 s.m., respectivamente. Assim, pode-se afirmar que em relação aos rendimentos, em termos relativos, embora em alguns setores a precarização do trabalho tenha sido menor, não se pode negar que em geral os trabalhadores que retornaram também para o ABC contaram com piores condições de trabalho, independente do setor de atividade. Este fato é constatado quando se verifica que também na região as remunerações no ano do retorno foram inferiores às remunerações no ano do desligamento (ver Tabela 18).

A base de dados RAISMIGRA também permite uma avaliação sobre a migração intra-setorial dos trabalhadores desligados da indústria do ABC, o que permite detectar a transferência dos trabalhadores que retornaram para a própria indústria segundo o porte das empresas. De acordo com a Tabela 27, os dados indicam que do total de trabalhadores desligados da indústria do ABC em 1990, 1992, 1996 e 1998 que retornaram para a região do ABC, a maioria retornou para o próprio setor industrial no ano seguinte, mas o retorno ocorreu de forma expressiva para os segmentos de estabelecimentos de menor porte (micro, pequena e média empresas), significando que nos anos de retorno, mais de 70% dos trabalhadores passaram a ser reabsorvidos nesses segmentos, com destaque para o ano de 1997 cujo percentual chegou a 86,99%. Nesses segmentos, cabe ainda ressaltar que ao longo do período, principalmente na micro e pequena empresa, a participação na absorção de parcela dos trabalhadores desligados no ano anterior foi crescente, passando de 38,62% em 1991 para 45,21% em 1999¹⁴⁸.

Como já foi afirmado anteriormente, no período de retorno ao mercado de trabalho o processo de migração dos trabalhadores para empresas de menor porte também pode ser considerado um elemento indicativo do avanço do processo de externalização de atividades, quando as empresas passam a desvincular-se de atividades consideradas não essenciais para a produção principal, fazendo com que as empresas de menor porte se tornem as principais responsáveis por assumir a “terceirização”.

¹⁴⁸ É necessário considerar que parte das empresas tenha mudado de faixa de tamanho durante o período analisado em função de demissão de trabalhadores. Entretanto, entende-se que essa ocorrência não é significativa para mudar o sentido da análise, dado que as faixas utilizadas como referência são bastante amplas.

Tabela 27 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho para o setor industrial no Grande ABC segundo tamanho do estabelecimento e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)

Tamanho	Deslig.90 c/ Retor.91			Deslig.92 c/ Retor.93			Deslig.96 c/ Retor.97			Deslig.98 c/ Retor.99		
	Total	%	Rem. 91	Total	%	Rem.93	Total	%	Rem.97	Total	%	Rem.99
Zero	62	0,34	4,83	28	0,29	2,28	24	0,32	4,80	153	2,41	10,40
Até 4	893	4,89	3,64	277	2,90	2,71	213	2,85	4,72	184	2,90	3,60
De 5 A 9	545	2,99	3,30	279	2,92	3,10	356	4,77	4,42	260	4,09	4,35
De 10 A 19	956	5,24	4,03	608	6,36	3,71	1.106	14,81	4,56	611	9,62	4,26
Micro	2.456	13,45	3,75	1.192	12,46	3,30	1.699	22,76	4,56	1.208	19,01	4,96
De 20 A 49	2.242	12,28	4,21	1.491	15,59	4,04	1.010	13,53	4,92	965	15,19	5,03
De 50 A 99	2.353	12,89	4,76	1.367	14,29	4,10	1.143	15,31	5,19	699	11,00	5,17
Pequena	4.595	25,17	4,49	2.858	29,88	4,07	2.153	28,84	5,06	1.664	26,19	5,09
De 100 A 249	3.302	18,09	5,39	1.971	20,61	4,76	1.635	21,90	6,69	887	13,96	5,49
De 250 A 499	2.822	15,46	5,28	1.412	14,76	5,11	1.008	13,50	6,88	835	13,14	5,91
Média	6.124	33,54	5,34	3.383	35,37	4,90	2.643	35,40	6,76	1.722	27,11	5,69
De 500 A 999	2.169	11,88	8,02	1.196	12,51	5,29	485	6,50	5,81	527	8,30	9,97
1000 ou mais	2.913	15,96	6,20	935	9,78	6,65	486	6,51	8,71	1.232	19,39	25,61
Grande	5.082	27,84	6,98	2.131	22,28	5,89	971	13,01	7,26	1.759	27,69	20,92
TOTAL	18.257	100	5,37	9.564	100	4,67	7.466	100	5,83	6.353	100	9,61
Total Retorn.ABC	27.001		4,87	14.166		4,33	13.101		5,64	11.101		7,12

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Este avanço do processo de externalização de atividades, com consequente aumento da participação das empresas de pequeno porte na geração de empregos, torna necessária a avaliação das condições de retorno ao mercado de trabalho, principalmente pelo lado da renda, vigentes nesse novo modelo de organização da produção marcado por uma significativa migração inter e intra-setorial.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 27, observa-se que o processo de externalização de atividades por parte das empresas ao transferir grande parte das suas atividades para empresas de menor porte, contribui para a precarização do trabalho, dado que nestas empresas vigoram piores condições de trabalho em termos, principalmente, de remunerações. Embora os dados permitam verificar que a remuneração intra-setorial (trabalhadores desligados da indústria que retornaram ao mercado de trabalho para a própria indústria) no ABC seja superior às remunerações dos trabalhadores que retornaram para a própria região, independente do setor de atividade, para outras regiões e para o setor industrial de forma geral, não se pode negar que todos os trabalhadores perceberam remunerações menores quando comparadas com a remuneração média no período do desligamento. A exceção é dada apenas para os 27,69% que retornaram para a grande indústria no ABC no ano de 1999, cuja remuneração no desligamento era de 15,11 s.m. e no retorno em 1999 passou a ser de 20,92 s.m..

Além de se constatar uma queda geral das remunerações médias quando do retorno ao mercado de trabalho (em 1991, 1993, 1997 e 1999) nesse mesmo tamanho de estabelecimento

(ver Tabela 15 e 27), também se verifica que a remuneração média nas empresas de pequeno porte é inferior no ano do retorno, se comparado com a média total geral da remuneração no mesmo período. Assim, a remuneração média dos trabalhadores desligados da indústria do ABC em 1990 na indústria de pequeno porte (micro e pequena) era de 4,38 e 5,01 s.m. no ano do desligamento e quando retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte (1991), para a própria indústria do ABC, passaram a receber uma remuneração média inferior de 3,75 e 4,49 s.m., respectivamente. Além disso, as referidas remunerações também ficaram abaixo da remuneração média total geral do retorno (5,37 s.m.) e muito abaixo da média das remunerações dos segmentos de médio e grande porte (5,34 s.m. na média empresa e 6,98 s.m. na grande empresa). Quando se observam as remunerações médias dos desligados e retornados para a indústria no ABC ainda nas empresas de pequeno porte nos anos de 1993, 1997 e 1999, a tendência é semelhante, dado que a remuneração percebida no período do retorno é normalmente inferior à do ano do desligamento, à média geral das remunerações e às médias de remuneração vigentes nas médias e grandes empresas.

Na Tabela 28 é possível identificar a participação relativa dos municípios do ABC na absorção dos trabalhadores no período do retorno dos desligados da indústria do ABC ao mercado de trabalho, independente do setor de atividade econômica. Conforme dados abaixo, verifica-se que o destaque é dado aos municípios de Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, que se apresentam como locais que tiveram a maior participação relativa na absorção dos trabalhadores retornados para o mercado de trabalho.

Tabela 28 - Trabalhadores formais Desligados da Indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no próprio ABC segundo município e remuneração média no ano, em salários mínimos (1990/1999)

Municípios	Deslig.90 c/ Retor.91		Deslig.92 c/ Retor.93		Deslig.96 c/ Retor.97		Deslig.98 c/ Retor.99	
	Total	Rem. 91	Total	Rem.93	Total	Rem.97	Total	Rem.99
Diadema	27,20	4,94	29,19	4,38	24,30	5,54	22,21	4,53
Maúia	5,67	5,00	4,98	4,22	9,48	6,79	7,56	7,68
Ribeirão Pires	3,53	4,35	4,98	4,34	2,81	4,72	2,72	5,04
Rio Grande da Serra	0,27	5,08	0,29	3,84	0,28	6,61	0,26	3,94
Santo André	22,87	4,97	23,63	4,25	21,67	6,11	22,02	4,45
São Bernardo do Campo	31,35	4,87	27,69	4,50	31,22	5,34	37,18	11,00
São Caetano do Sul	9,11	4,46	9,23	3,90	10,24	4,89	8,05	3,91
TOTAL	100	4,87	100	4,33	100	5,64	100	7,12

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAISMIGRA/MTE

Assim, pode-se afirmar que ao comparar os dados constantes na seção 3.1 (Tabela 14) com os dados da Tabela 28, nota-se que os municípios que contavam com o maior número de desligados da indústria também são os mesmos que oferecem as maiores condições para o retorno, embora as vagas oferecidas para o retorno não sejam suficientes para absorver a totalidade dos desligados.

Com relação às remunerações médias percebidas no retorno ao mercado de trabalho, embora sejam inferiores àquelas percebidas no ano do desligamento, tiveram menores perdas os trabalhadores que retornaram em 1991 e 1997 para Mauá e Rio Grande da Serra, em 1993 para Diadema e São Bernardo do Campo e em 1999 para Mauá e São Bernardo do Campo, cujas remunerações médias foram superiores à média geral da totalidade dos retornados. Em 1991 e 1997 o município de Ribeirão Pires, entre os demais que compõem o ABC, foi o município que contou com a pior remuneração média no ano do retorno, o mesmo ocorrendo com os municípios de Rio Grande da Serra em 1993 e com o município de São Caetano do Sul em 1999.

3.5 - Síntese e Principais Conclusões

Diante da crise, com impacto severo sobre o emprego, ganham importância as instituições regionais criadas no âmbito do ABC. Por meio da pactuação territorial pretendia-se enfrentar a crise apontando-se alternativas de desenvolvimento para a região. Considerando-se os dados analisados na década de 1990, pode-se concluir que o mercado de trabalho no ABC, principalmente no setor industrial, foi significativamente afetado pelo ajuste assumido pelo setor industrial no processo de reestruturação produtiva, agravado pela crise enfrentada pela economia brasileira.

Portanto, se verifica uma queda expressiva no estoque total dos trabalhadores formais na região, especialmente aqueles ligados ao setor industrial, sendo que os anos de 1990, 1992, 1996 e 1998 se destacam como períodos de maior queda absoluta. Nesse processo, algumas observações são importantes: há um aumento da participação relativa dos trabalhadores do sexo masculino, cuja remuneração normalmente se apresentava superior à remuneração dos trabalhadores do sexo feminino; os desligamentos ocorreram de forma expressiva nas empresas de maior porte, cuja remuneração era superior quando comparada com as empresas de menor porte; os desligamentos ocorreram principalmente na faixa etária dita mais

produtiva e; também foram excluídos do mercado de trabalho principalmente aqueles que apresentavam uma baixa escolaridade. Por fim, cabe destacar que os municípios de Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo foram responsáveis pelo maior número de trabalhadores desligados do ABC, justificado pelo grande peso desses municípios na composição do parque industrial da região.

Nesse sentido, quando se faz uma reflexão sobre a capacidade do território, aqui especificamente do território do Grande ABC, em uma perspectiva de desenvolvimento endógeno, principalmente no que se refere à possibilidade de modificar a trajetória do emprego e da renda, frente a um processo de mudanças globais, algumas questões merecem destaque, pois demonstram as dificuldades para o seu enfrentamento.

Ao analisar a mobilidade setorial e espacial dos trabalhadores desligados da indústria do ABC nos anos de 1990 que retornaram ao mercado de trabalho nos anos seguintes ao ano do desligamento, observa-se que o mesmo mercado de trabalho que expulsa o trabalhador não possibilita a sua reabsorção na mesma proporção, mantendo grande parte dos trabalhadores desligados por um período superior a um ano, retratando uma das suas características nesse período, o aumento do tempo de desemprego.

Em uma análise setorial, embora os dados demonstrem a baixa capacidade do mercado de trabalho formal na absorção desses trabalhadores desligados, não se pode negar que o setor industrial se destaca na reabsorção de parcela dos trabalhadores retornados, principalmente nos estabelecimentos de menor porte. De outra parte, mesmo considerando que o papel do setor serviços seja também importante, é possível inferir que parcela significativa das atividades absorvedoras da mão-de-obra nesse setor esteja ligada à própria indústria em meio a um processo de externalização de atividades por parte das empresas industriais. Somado a isso, observa-se também uma tendência de remunerações menores quando do retorno ao mercado de trabalho, demonstrando um quadro de precarização do trabalho que, além de ser considerado pelo espaço temporal de desemprego, é também visto pelo lado da renda.

Quanto à mobilidade espacial dos trabalhadores verifica-se que a maioria deles retorna ao mercado de trabalho para o seu estado de origem (São Paulo), principalmente para a própria região de origem (o ABC), sendo, em sua maioria, também recontratados pelo próprio setor industrial. No que se refere aos rendimentos, mesmo que alguns estados se destaquem por apresentar remunerações superiores quando comparados com o estado de origem, a trajetória desses trabalhadores não é vista como de sucesso em decorrência de as

remunerações médias no retorno serem normalmente inferiores às recebidas no ano do desligamento.

No que se refere ao perfil dos trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte ao do desligamento, algumas características podem ser observadas: há uma maior precarização do trabalho feminino quando as mulheres, além de perceberem remunerações inferiores à remuneração dos homens no ano do desligamento e no ano de retorno, também contam com a queda dessa remuneração média quando do retorno ao mercado de trabalho; há uma dificuldade de reabsorção dos trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho formal; as remunerações médias percebidas pelos trabalhadores no ano do retorno são na maioria inferiores às remunerações médias do ano do desligamento; há uma queda na participação relativa dos retornados que contavam com baixa escolaridade e como consequência identifica-se um aumento da participação relativa dos retornados com maior escolaridade.

É importante salientar ainda que a busca por maior escolaridade por parte dos trabalhadores pode ser explicada pelas transformações no processo de trabalho e pela necessidade de manter o emprego. Também não se pode negar o papel fundamental desenvolvido pelas estruturas de governança regional no âmbito do pacto territorial, no aumento da escolaridade dos trabalhadores na medida em que a formação profissional era apontada como alternativa de sua inclusão no mercado de trabalho. Vários projetos foram criados no plano territorial com a perspectiva de qualificação e os acordos assinados pelos membros da Câmara Regional tinham como perspectiva o fortalecimento da educação básica, com ênfase na melhoria da educação e no aumento do grau de escolaridade de jovens e adultos.

Quanto à renda, embora os dados reforcem a idéia de remunerações superiores para aqueles que possuíam um maior grau de escolaridade, volta-se a afirmar que as remunerações médias no retorno ao mercado de trabalho foram normalmente inferiores às recebidas quando do desligamento.

Diante desse quadro, não se pode negar que as dificuldades enfrentadas pelo ABC no que se refere à crise do emprego, especialmente industrial ao longo da década de 1990, demonstra que as instituições criadas na perspectiva de buscar alternativas para a crise não conseguem romper com as dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho, embora, na visão do sindicato dos metalúrgicos do ABC, a política de concertação tenha sido a via encontrada para possibilitar maior barganha se comparada com a estratégia de confronto e

enfrentamento direto. Assim, de acordo com o material pesquisado e com as entrevistas realizadas, pode-se afirmar que a inexistência das instâncias criadas no âmbito do ABC, das iniciativas e das mobilizações locais, certamente os impactos da crise seriam mais dramáticos.

Portanto, um aspecto fundamental a ser apreendido nesta análise é que as ações desenvolvidas pelas estruturas de governança criadas no ABC confirmam a hipótese de que os acordos intermunicipais não foram eficazes na reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e muito menos se apresentaram como alternativa capaz de solucionar a crise do emprego. De qualquer forma, embora se entenda que as instituições criadas possam ter cumprido o papel de amenizar a situação enfrentada, acredita-se que o problema do emprego e da precarização do trabalho continuou grave na região, mesmo em um contexto de mudança de trajetória do mercado de trabalho a partir de 1999.

Assim, no capítulo seguinte, além de verificar a tese sobre a capacidade do território do ABC na indução endógena do desenvolvimento, dedica-se a observar se o movimento de recuperação das ocupações e do emprego no setor industrial brasileiro, principalmente a partir de 1999, apontado por vários estudiosos, como Pochmann (2006), Baltar & Moretto (2006), Dedecca e Rosandiski (2006) e Santos (2006), é visível também no âmbito do Grande ABC Paulista e, por sua vez, busca-se também identificar a relação dessa recuperação com as mudanças provocadas pelo processo de pactuação intermunicipal e pela atuação das estruturas de governança na região.

CAPÍTULO 4

A TRAJETÓRIA DO EMPREGO E DA RENDA NA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA A PARTIR DE 1999

Nesse capítulo pretende-se verificar a tese sobre capacidade do território, mais especificamente o território do Grande ABC, na indução endógena do desenvolvimento, principalmente no que se refere à possibilidade de modificar a trajetória do emprego e da renda frente a um processo de mudanças nacionais e globais. Portanto, essa análise dedica-se a observar se o movimento de recuperação da ocupação e do emprego no setor industrial brasileiro, principalmente a partir de 1999, conforme apontam vários estudiosos¹⁴⁹, é visível também no âmbito do Grande ABC Paulista e se, por sua vez, essas mudanças foram provocadas pelo processo de pactuação intermunicipal e pela atuação das estruturas de governança na região.

Nesse período houve uma consolidação das estruturas de governança criadas no âmbito do ABC¹⁵⁰, decorrente da criação da terceira instituição nesse processo de concertação por meio da criação Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC em outubro de 1998, sendo o primeiro e um dos mais importantes passos dados pela Câmara Regional do ABC.

Para a realização da análise proposta neste capítulo utiliza-se da base de dados da RAIS/MTE com o objetivo de apreender a trajetória do mercado de trabalho e o perfil dos trabalhadores a partir de 1999 à luz do pacto territorial de concertação no Grande ABC. Portanto, pretende-se verificar se há ou não um processo de recuperação das ocupações no ABC e se, em um contexto de baixo crescimento econômico, as ações de concertação enquanto alternativa para a crise da indústria e da consequente crise no mercado de trabalho foram suficientes para promover significativa mudança na trajetória do emprego na região. Importante ressaltar que, enquanto no capítulo anterior a análise era dedicada a avaliar o perfil dos trabalhadores desligados e retornados ao mercado de trabalho na década de 1990, neste

¹⁴⁹ Ver principalmente POCHMANN (2006); BALTAR & MORETTO (2006); DEDECCA e ROSANDISKI (2006) e SANTOS (2006).

¹⁵⁰ A criação do Consórcio Intermunicipal ocorre em dezembro de 1990; a Câmara Regional, em março de 1997 e a Agência de Desenvolvimento Econômico, em outubro de 1998.

capítulo a perspectiva é considerar a totalidade dos trabalhadores formais que estão inseridos no mercado de trabalho.

No âmbito do território do ABC percebe-se que havia uma importância delegada às estruturas de governança criadas, cujo objetivo era realizar o enfrentamento da crise e pensar alternativas de desenvolvimento diante de um cenário de queda expressiva do estoque total de trabalhadores formais, especialmente aqueles ligados ao setor industrial, como resultado do ajuste assumido pelo setor ao longo da década de 1990. De acordo com os dados da RAIS (ver Tabelas 8 e 9 no capítulo 2), no período entre 1989 e 1999 identificou-se uma queda mais acentuada dos empregos industriais (47,67%) quando comparada com a queda do estoque total de trabalhadores formais (20,52%) em todos os setores da economia do ABC. Assim, mesmo observando por parte do setor de serviços e comércio uma compensação parcial da queda do emprego no setor industrial, verifica-se que a crise na indústria foi intensa e, portanto, merecedora de estudo específico.

Para tanto, nas seções seguintes o propósito é verificar se a recuperação do mercado de trabalho, principalmente a partir de 1999, ocorre também no ABC Paulista, qual a dimensão desse processo e, em um contexto de baixo crescimento econômico, a mesma foi suficiente para promover significativa melhoria na estrutura ocupacional, de rendimentos e de condições de trabalho. Nesse sentido, a análise proposta deve considerar o contexto de adoção da perspectiva de desenvolvimento territorial via consórcio intermunicipal e demais estruturas de governança criadas no ABC para apreender as suas implicações no mercado de trabalho na região.

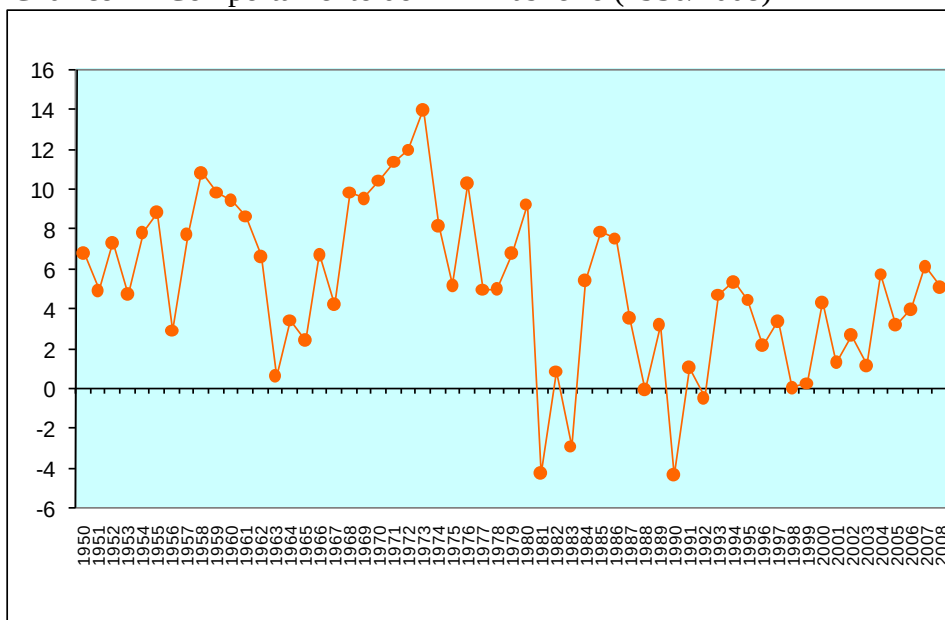
4.1 - O contexto da Economia e do Mercado de Trabalho Industrial no ABC pós 1999

É importante ressaltar que as análises que tratam da estruturação do mercado de trabalho nas décadas anteriores à de 1990 enfatizam que o emprego industrial teve uma participação importante nesse processo. Nesse período, observa-se que a maior parte desse emprego era formalizado e estava associado principalmente ao crescimento da grande empresa. Portanto, no final dos anos de 1980 e principalmente na década de 1990, como já tratado em capítulos anteriores, esse quadro se modifica quando o setor industrial passa a ter um desempenho negativo quanto à geração de empregos e à qualidade das ocupações em

função do processo de reestruturação produtiva e das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira.

Entretanto, como já foi citado anteriormente, após 1999 vários são os estudos apontando que nos últimos anos, embora a economia ainda apresente um baixo ritmo de crescimento econômico médio (ver Gráfico 7), os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil parecem demonstrar interrupção na sua trajetória de queda. Para muitos analistas¹⁵¹ mesmo em um contexto de baixo crescimento econômico, alguns fatores contribuíram para esse movimento de recuperação da ocupação e do emprego no setor industrial brasileiro. Dentre esses fatores destaca-se a redução das taxas de juros e a melhoria das condições de crédito interno, que estimularam o investimento na produção em geral; o processo de desvalorização cambial, que possibilitou às empresas um novo patamar de financiamento; e a expansão do comércio mundial com consequente ampliação das exportações brasileiras. É importante reafirmar, de acordo com o Gráfico 7, que as reformas econômicas empreendidas no País na década de 1990 não possibilitaram a retomada sustentada do crescimento econômico, mas ao contrário, houve grande oscilação nas taxas de crescimento nesse período, fazendo com que a variação acumulada do PIB fosse apenas de 17,27% no período de 1990 a 1999, distante das taxas de crescimento do PIB apresentadas em décadas anteriores.

Gráfico 7 - Comportamento do PIB Brasileiro (1950/2008)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

¹⁵¹ Ver principalmente POCHMANN (2006); BALTAR & MORETTO (2006); DEDECCA e ROSANDISKI (2006) e SANTOS (2006).

Já nos anos 2000, embora as taxas de crescimento da economia ainda oscilem, a mesma passa a apresentar crescimento positivo. A variação acumulada das taxas de crescimento do PIB no período de 2000 a 2008 passa a ser de 38,69%.

Esse comportamento positivo do produto também pode ser identificado na economia do ABC. Nos últimos anos, de acordo com dados do IBGE sobre o PIB dos municípios do País, mais especificamente no período que vai de 2003 a 2007, nota-se que a economia do Grande ABC apresentou crescimento do seu produto interno de 53,8%, enquanto a economia brasileira cresceu 21,66%. Os dados também demonstram que a referida expansão do produto do ABC (de R\$ 41,4 bilhões para R\$ 63,7 bilhões) deveu-se a um cenário econômico favorável, com crescimento da indústria e, principalmente, da indústria automotiva. (ver Diário do ABC de 18/12/2009)

De acordo com os dados do Quadro 1, observa-se que o comportamento positivo do PIB nos municípios do Grande ABC, em função do cenário econômico nacional favorável, foi acompanhado, de forma geral, pelo crescimento do PIB de outras localidades do País. Portanto, quando comparados os maiores PIB do Brasil com o PIB do Grande ABC, verifica-se que o crescimento percentual do PIB no ABC entre os anos de 2003 e 2007 se mostra superior ao PIB das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e, em termos absolutos, superior ao PIB de Belo Horizonte.

Quadro 1- Comportamento do PIB nos municípios do ABC e nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (2003-2007)

PIB do Grande ABC (em milhões R\$)						Crescimento
Cidade	2003	2004	2005	2006	2007	2003 vs. 2007 (%)
Santo André	10.030	11.423	11.272	11.674	13.387	33,47
São Bernardo do Campo	15.836	17.899	18.329	20.566	25.533	61,23
São Caetano do Sul	5.116	6.140	8.076	9.378	9.047	76,84
Diadema	5.144	5.960	7.249	7.747	8.652	68,20
Mauá	4.244	4.711	4.772	5.099	5.393	27,07
Ribeirão Pires	866	1.024	1.137	1.270	1.355	56,47
Rio Grande da Serra	166	221	246	290	310	86,75
Total	41.402	47.378	51.081	56.024	63.677	53,80
Comparação 5 maiores PIBs Brasil						
São Paulo	209.555	225.170	261.455	282.892	319.994	52,70
Rio de Janeiro	95.751	112.674	117.771	128.026	139.559	45,75
Brasília	63.104	70.724	80.526	89.628	99.945	58,38
Grande ABC	41.402	47.378	51.081	56.024	63.677	53,80
Belo Horizonte	23.297	27.323	28.951	32.473	38.209	64,01

Fonte: Diário do ABC e IBGE

Dentre os municípios que compõem o ABC verifica-se que o município de São Bernardo, importante polo automotivo, tem papel de destaque, ou seja, seu PIB elevado está associado ao fato de reunir fábricas de grandes montadoras como a Volkswagen, a Ford, a Scania, a Daimler-Chrysler e a Toyota. Conforme dados do IBGE, o PIB do município de São Bernardo ficou em R\$ 25,5 bilhões em 2007, ocupando a 12ª posição no ranking nacional e a quarta posição no Estado, perdendo apenas para a Capital São Paulo, Guarulhos e Campinas. Além disso, ao comparar os valores de 2003 com os de 2007, nota-se que São Bernardo teve uma ascensão de 61% no PIB, superior ao crescimento do ABC. Na sequência destacam-se os municípios de Santo André e depois São Caetano em termos de valores do PIB. (ver Diário do ABC de 18/12/2009)

Segundo o levantamento do IBGE, o ABC conseguiu se fortalecer nos últimos anos em função, principalmente, da indústria automotiva e de outros ramos que constituem essa cadeia produtiva. Os dados mostram que a cidade de São Bernardo, por si só, respondia por cerca de 1,2% do valor adicionado bruto do país em 2003, e esse percentual subiu para 1,4% em 2007 e, nesse ano, o setor de veículos paulista cresceu 6,7%.

Apesar do reconhecimento da importância do setor automobilístico na composição do sistema produtivo da região, não se pode ignorar que a onda de novos investimentos na indústria automobilística nacional esteja ocorrendo em outras regiões do país, como nos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Minas Gerais. Em entrevistas realizadas no ABC, embora se considere que há uma dispersão desses novos investimentos, os dados mostram que as montadoras também voltaram a investir no ABC, ou seja, houve uma inflexão dos investimentos na região nos anos 90 quando as montadoras passaram a investir em outros estados e, nos últimos anos, parte dos investimentos realizados no setor foi também para o ABC.¹⁵²

De acordo com João Cayres, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/ CUT, em entrevista realizada em 14/04/2010, a indústria automobilística ainda mantém o seu papel de destaque na região. Reconhece o entrevistado que houve certa mudança no setor quando se observa que a região deixa de ser um polo apenas de automóveis para se tornar um polo também de caminhões. Ao mesmo tempo chama a atenção para a participação do emprego no setor devendo-se considerar não só os empregos diretos nas montadoras, mas também aqueles vinculados aos terceiros (logística, segurança, escritórios e outros). Nesse sentido, com o crescimento do PIB nacional e principalmente da

¹⁵² Ver OLMOS (1995) e PAMPLONA (2001).

região os números mostram que já no final dos anos de 1990 há certa reversão do cenário vivido pelas sete cidades da região no que se refere ao fechamento de postos de trabalho, principalmente na indústria.

Cabe ressaltar, entretanto, que há no Grande ABC uma condição diferente de outras regiões. Essa diferença advém de suas vantagens competitivas, suas relações de trabalho fundadas em um sindicalismo forte, sua experiência acumulada, sua inserção internacional e também a sua experiência de criação de instituições com a perspectiva de buscar o desenvolvimento local. (PAMPLONA, 2001)

O Brasil, de acordo com Pochmann (2006), mesmo apresentando um ritmo de crescimento médio anual bem inferior ao verificado no conjunto da economia mundial, mostra um comportamento geral do mercado de trabalho com sinais de interrupção na trajetória de queda, depois de vinte anos de forte contenção do nível de ocupação industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho. Para o autor, as novas ocupações geradas entre os anos de 1999 e 2004¹⁵³ parecem ter vínculo com a dinâmica do comércio externo devido aos efeitos da desvalorização da moeda nacional que resultou na ampliação do saldo da balança comercial, inclusive, ainda que a economia fosse acompanhada de uma baixa expansão do produto nacional.

Nesta mesma linha de argumentação, segundo Dedecca e Rosandiski (2006), refuta-se, inclusive, um dos pilares da tese da “inempregabilidade” defendida pelo Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que argumentava sobre a inevitabilidade do enxugamento brusco da ocupação industrial pela modernização tecnológica da economia globalizada. Os autores afirmam que a recuperação do emprego no setor industrial se realizou em um contexto de uma respeitável capacidade da indústria para exportar e, portanto, a capacidade competitiva da indústria passou a gerar novas oportunidades de emprego. Os autores verificam ainda que essa evolução das ocupações também é marcada pelo aumento da formalização do trabalho quando observam que segundo dados da PNAD, entre 1995 e 1998, no total das ocupações geradas no Brasil, 19,3% eram empregados com carteira assinada e, no período de 2002 a 2004, este número passa para 69,1%.

Portanto, de acordo com Gomes (2009), pós 1999, a oscilação do crescimento do PIB gerou impacto positivo sobre o emprego formalizado na indústria. De acordo com a autora, no período anterior o maior crescimento econômico parece não refletir aumento da ocupação, mas agora, pós 1999,

¹⁵³ Embora em 2004 se observe uma tendência de queda da taxa de desemprego, entende-se que ela ainda continua sendo muito alta.

Esse novo comportamento do emprego/ocupação frente ao produto pode estar relacionado com o esgotamento do processo de modernização empreendido nos anos 90 [...] a fábrica já estava “enxuta” e qualquer variação na produção refletia-se em aumento do emprego. (GOMES, 2009, p.123)

De acordo com Pochmann (2004), antes de 1999 todo o processo de reestruturação mais intensa no âmbito das empresas ao implicar redução da participação do setor industrial na composição estrutural do emprego e do PIB parece não implicar um processo de desindustrialização, dado que, de acordo com o autor “o avanço de parte dos serviços (da parte constituída pelos serviços vinculados à produção) deveu-se inclusive à importância mantida pelo setor industrial” (POCHMANN, 2004, p.110). Contudo, mesmo assim, observa-se que na década de 1990 há um processo significativo de redução dos estabelecimentos industriais (ver Tabela 1 no Capítulo 1), implicando um movimento também de redução significativa de postos de trabalho formais.

4.2 - A trajetória do Emprego e a Renda na Indústria do Grande ABC Paulista pós 1999

Para compreender a modificação da trajetória do emprego e da renda a partir de 1999 é importante analisar o comportamento dessas variáveis considerando a crise no período anterior. Conforme dados da Tabela 29, entre os anos 1989 e 1999, de forma geral, verificou-se que a diminuição do emprego foi muito mais grave no estado de São Paulo, mais especificamente no ABC. Nesse período, enquanto no Brasil a totalidade do emprego em toda a estrutura produtiva teve uma pequena variação positiva (2,06%), passando de 24.486.568 para 24.993.265, no estado de São Paulo e no ABC registra-se queda, respectivamente de 7,26% e 20,52%. Assim, de acordo com a Tabela 29, em São Paulo a estrutura produtiva em 1989 contava com 8.233.290 empregos e em 1999 passou a contar com apenas 7.635.406 empregos. No ABC, ao apresentar um percentual de queda superior, identifica-se que de 602.002 postos de trabalho em 1989, passou-se para 478.497 em 1999. O fato de a queda do emprego se apresentar de forma mais expressiva e grave no ABC quando comparado com o Brasil e o estado de São Paulo, pode ser justificado em grande parte pelo maior peso do setor industrial na região, tido como o setor mais atingido pelo processo de reestruturação e consequente enxugamento do emprego por parte das empresas. Nesse período, verifica-se uma queda na participação relativa do emprego na indústria e uma ampliação da participação do comércio e dos serviços na geração de empregos. O destaque é que no ABC esta queda na

participação da indústria se apresenta de forma mais expressiva quando o percentual de participação do emprego industrial passa de 60,54% em 1989 para 39,85% em 1999 enquanto em São Paulo este mesmo percentual passa de 35,70% para 24,30% e no Brasil, de 27,02% para 20,06%.

No Brasil, de acordo com dados da RAIS, entre os anos de 1989 a 1999 foram gerados, em torno de 506.697 empregos no total da sua estrutura produtiva; por outro lado, cerca de 1.600.000 postos de trabalho foram fechados na indústria (queda de 24,20%), evidenciando que as novas vagas foram criadas nos demais setores produtivos, principalmente no comércio e nos serviços, porém o setor serviços, apesar de ocupar atualmente papel importante na ocupação da mão-de-obra, não foi capaz de absorver a mão-de-obra descartada da indústria (ver Tabela 29).

No ABC, entre os anos de 1989 e 1999, os dados mostram que houve uma redução de 123.505 postos de trabalho no total da estrutura produtiva, efetivando uma queda de 20,52%, enquanto na indústria foram fechados 173.747 postos de trabalho (redução de 47,67%), demonstrando em termos relativos, a maior gravidade da crise do emprego industrial na região.

Tabela 29 - Comportamento do emprego e da remuneração média no ano, em salários mínimos, segundo setores de atividade econômica - Brasil, São Paulo e ABC (1989/2008)

Setores de Atividade	1989			1999			2008		
	Emprego	%	Rem.Média	Emprego	%	Rem.Média	Emprego	%	Rem.Média
Brasil									
Indústria	6.615.804	27,02	4,86	5.014.367	20,06	5,34	7.891.146	20,01	3,53
Const.Civil	1.077.220	4,40	3,21	1.047.891	4,19	3,91	1.914.596	4,85	2,70
Comércio	3.164.968	12,93	2,73	3.937.911	15,76	3,25	7.324.108	18,57	2,13
Serviços	11.957.812	48,83	4,90	13.955.693	55,84	5,86	20.891.553	52,97	3,78
Agropecuária	385.953	1,58	2,13	1.035.374	4,14	2,37	1.420.100	3,60	1,80
Outr./Ign	1.284.811	5,25	3,55	2029	0,01	6,97	63	0,00	1,37
Total (%)	24.486.568	100	4,42	24.993.265	100	5,12	39.441.566	100	3,30
São Paulo									
Indústria	2.939.366	35,70	5,65	1.855.580	24,30	7,04	2.747.968	23,46	4,43
Const.Civil	364.377	4,43	3,87	289.465	3,79	4,84	514.364	4,39	3,17
Comércio	1.037.423	12,60	3,18	1.212.465	15,88	4,26	2.226.858	19,01	2,72
Serviços	3.431.907	41,68	5,23	3.976.453	52,08	7,12	5.848.809	49,93	4,13
Agropecuária	136.503	1,66	2,41	300.946	3,94	2,69	375.160	3,20	2,03
Outr./Ign	323.714	3,93	4,46	497	0,01	8,12	4	0,00	3,64
Total	8.233.290	100	4,98	7.635.406	100	6,39	11.713.163	100	3,82
ABC									
Indústria	364.448	60,54	6,99	190.701	39,85	9,31	260.133	35,47	5,87
Const.Civil	13.608	2,26	3,97	11.299	2,36	4,71	30.594	4,17	3,31
Comércio	62.912	10,45	3,24	67.266	14,06	4,29	123.616	16,85	2,63
Serviços	147.209	24,45	4,69	206.386	43,13	6,49	318.956	43,49	3,36
Agropecuária	549	0,09	2,55	2.796	0,58	9,92	167	0,02	1,85
Outr./Ign	13.276	2,21	6,21	49	0,01	3,46	0	-	0,00
Total	602.002	100	5,95	478.497	100	7,28	733.466	100	4,12

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/MTE

Com relação à remuneração média recebida pelos trabalhadores observa-se ao longo do período analisado uma tendência aparentemente contraditória, fazendo com que as perdas muitas vezes fossem maiores ou menores a depender, por exemplo, da organização sindical dos trabalhadores.

De acordo com a Tabela 29, a redução dos postos de trabalho até 1999 é acompanhada por um aumento na remuneração média de forma geral em todas as localidades analisadas. A partir de 1999 a mudança positiva na trajetória do emprego, de forma contrária, é acompanhada por uma significativa queda em todas as remunerações médias, independente da localidade, fazendo com que as melhorias salariais obtidas no período anterior não fossem sustentadas. No caso do ABC, de forma particular, a remuneração média em geral apresenta queda mais expressiva quando, em 1999, passa de 7,28 salários mínimos para 4,12 s.m. em 2008, evidenciando uma queda de 43,40%, enquanto no Brasil a queda é de 35,49% e no estado de São Paulo, de 40,12%. Em se tratando da indústria do ABC, embora a remuneração média dos trabalhadores seja superior à média geral, fato que pode ser justificado pelo poder de barganha dos sindicatos na região¹⁵⁴, nota-se que a sua queda entre os anos de 1999 e 2008 foi maior do que a queda das remunerações da indústria brasileira, quando em 1999 o valor pago de 9,31 s.m. passa a ser de 5,87 s.m em 2008, perfazendo uma queda percentual de 36,93%. Nesse sentido, embora a organização sindical e as instituições regionais cumpram papel importante na busca de alternativas para os problemas enfrentados no mercado de trabalho na região, a hipótese é que a queda das remunerações é mais acentuada devido ao reflexo de uma crise que aqui se apresenta também de forma mais acentuada, principalmente pelo seu caráter poupador de mão-de-obra.

Na Tabela 30 relacionam-se os dados sobre a variação anual do emprego apenas no setor industrial na tentativa de facilitar a análise da sua trajetória. Portanto, é possível

¹⁵⁴ É importante também considerar os efeitos dos acordos realizados pela Câmara do Setor Automobilístico no período de 1991 a 1993, referente ao emprego e salários. No primeiro acordo constava, dentre outros itens, a manutenção do nível de emprego e a correção mensal dos salários pela variação média dos índices da FIPE e Dieese até junho de 1992. No segundo acordo, realizado em fevereiro de 1993 (Governo Itamar), os ganhos eram considerados maiores quando se acordavam os reajustes automáticos de salário com base na inflação anterior além de ter como meta a criação de postos de trabalho. Segundo Arbix (1996), os principais compromissos assumidos em relação aos trabalhadores eram de aumento dos postos de trabalho, contrato coletivo e aumento dos salários. Nesse sentido, o autor afirma que embora nesse período os impactos sobre a geração de empregos tenham pouco resultado, não se deve ignorar o fato de que ao considerar os efeitos da reestruturação produtiva no mundo com relação ao desemprego, esses resultados adquirem significado. “Os dados do Dieese indicam claramente que a queda do nível de emprego no setor automotivo vem sendo mais lenta e menos acentuada do que em outros setores” (ARBIX, 1996, p.145). De outra parte, os dados também parecem mostrar que os acordos conseguem, por um dado momento, manter níveis de salários superiores, se comparados com outros setores da economia.

visualizar que o cenário descrito para o período entre 1989 e 1999 se modifica a partir de 1999. Os dados sugerem que a trajetória do emprego no setor industrial é marcada por movimentos distintos, fazendo com que o período pós 1999 não possa ser tratado de forma linear, na medida em que a condução da política econômica adotada e as várias crises econômicas (Crise da Rússia, Crise do Real, Crise da Argentina, Crise da Energia, por exemplo) tiveram reflexos no comportamento da atividade econômica do país e, por consequência, também no ABC.

Tabela 30 - Comportamento do emprego na Indústria no Brasil, em São Paulo e no ABC (1989- 2008)

Ano	Brasil		São Paulo		ABC	
	Emprego	Var.%	Emprego	Var.%	Emprego	Var.%
1.989	6.615.804	-	2.939.349	-	364.448	-
1.990	5.918.642	-10,54	2.595.011	-11,71	294.767	-19,12
1.991	5.549.680	-6,23	2.429.174	-6,39	282.444	-4,18
1.992	5.146.368	-7,27	2.202.493	-9,33	257.415	-8,86
1.993	5.197.399	0,99	2.218.005	0,70	233.973	-9,11
1.994	5.611.995	7,98	2.353.444	6,11	276.612	18,22
1.995	5.397.270	-3,83	2.201.319	-6,46	258.531	-6,54
1.996	5.283.043	-2,12	2.098.230	-4,68	233.627	-9,63
1.997	5.141.186	-2,69	1.998.320	-4,76	223.538	-4,32
1.998	4.893.230	-4,82	1.844.373	-7,70	194.455	-13,01
1.999	5.014.367	2,48	1.855.580	0,61	190.701	-1,93
2.000	5.285.321	5,40	1.934.567	4,26	196.508	3,05
2.001	5.390.932	2,00	1.939.378	0,25	197.111	0,31
2.002	5.642.941	4,67	1.973.231	1,75	195.323	-0,91
2.003	5.798.033	2,75	2.018.872	2,31	196.907	0,81
2.004	6.395.084	10,30	2.211.227	9,53	220.109	11,78
2.005	6.623.012	3,56	2.292.927	3,69	227.927	3,55
2.006	7.122.536	7,54	2.472.378	7,83	237.063	4,01
2.007	7.632.278	7,16	2.652.780	7,30	251.458	6,07
2.008	7.891.146	3,39	2.747.968	3,59	260.133	3,45

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Nesse contexto, por meio dos dados expressos na Tabela 30, é possível identificar a mudança de trajetória do emprego industrial a partir de 1999 e, embora ainda bastante tímida, há uma predominância de variações positivas a partir desse ano. Entre os anos de 1999 e 2008, apesar de se identificar uma trajetória positiva no emprego, a realidade observada na economia brasileira não é replicada para o estado de São Paulo e muito menos para o ABC. No tocante ao Brasil, nesse período os dados mostram que a variação positiva do estoque de emprego na economia e de forma particular, no setor industrial, apresentou um significativo crescimento para além da reposição das vagas eliminadas na crise, fazendo com que no período de 1999 a 2008, com os novos postos de trabalho formais criados na indústria

(1.972.504), o estoque total de empregos no setor superasse de forma expressiva os números registrados em 1989.

No estado de São Paulo e no ABC verifica-se o mesmo comportamento no que se refere ao estoque de emprego na economia (ver Tabela 29), entretanto no setor industrial a realidade se apresenta de forma diferente quanto à recuperação do emprego, principalmente no ABC¹⁵⁵. Entre os anos de 1999 e 2008, mesmo verificando um comportamento positivo do mercado de trabalho, nota-se que os postos de trabalho criados até o ano de 2008 foram insuficientes para repor as vagas eliminadas, fazendo com que a crise do emprego no setor industrial ainda seja uma questão importante na composição da agenda econômica, principalmente no ABC.

É nesse sentido que, mesmo reconhecendo a importância do pacto territorial no ABC, criando as instâncias regionais de concertação com a perspectiva de buscar alternativas para a crise, especialmente do emprego, observa-se que há limites no âmbito local.

De acordo com a Tabela 30, no período de 1999 a 2008 nota-se que tanto no estado de São Paulo como no ABC o crescimento do emprego formal na indústria (48,09% e 36,41%, respectivamente), além de ser inferior ao crescimento do País (57,37%), não consegue atingir em 2008 os mesmos patamares dos empregos registrados em 1989, não diminuindo, portanto, a perda da participação relativa desse setor no processo de geração de empregos. Em 1989 a indústria do ABC contava com 364.448 postos de trabalho formais e, mesmo crescendo a partir de 1999, chega a contar com apenas 260.133 postos em 2008, significando que 104.315 postos de trabalho continuam eliminados no setor. Em São Paulo, embora em menor proporção, 191.381 postos de trabalho também continuam eliminados até 2008.

Após anos de queda do emprego iniciada nos anos 1980, esse movimento de crescimento do emprego industrial a partir de 1999, mesmo não atingindo os patamares verificados antes da crise, pode ser também confirmado pelas informações obtidas junto à Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC a partir de dados da Fundação Seade e de certa forma, segundo Pamplona (2002), são comemorados pela região. De acordo com esse autor, para a Agência de Desenvolvimento Econômico o indicador revela que o ABC ainda conta com uma vitalidade econômica e não deixou de gerar riqueza, contrariando a idéia geral de que a região teria perdido o seu poder econômico com o aumento do desemprego e a saída de algumas empresas.

¹⁵⁵ Ver MOREIRA (2002)

Muita gente vê fotos de galpões industriais vazios nos jornais do ABC e se assusta, achando que a região está perdendo [...] Num universo de 3 mil indústrias, mesmo que haja cerca de 40 galpões vazios nos últimos meses, é pouco mais de 1% do total; será que nenhuma outra indústria veio para a região no mesmo período? (PAMPLONA, 2002)

Este fato, de alguma forma, pode ser explicado pela ampliação da área de localização industrial cuja expansão da produção de setores tradicionais no ABC se deu para além das fronteiras de São Paulo, considerado como núcleo dinâmico do país. De acordo com Pochmann (2004), houve distintas estratégias adotadas como a desconcentração produtiva com deslocamento de plantas e outras adotando a dispersão da produção com ampliação do raio de localização, e outros se reconcentrando¹⁵⁶. Nesse sentido, conclui aquele pesquisador que o termo desindustrialização não se aplica à situação vivida na região, podendo-se observar um amplo processo de reconversão industrial, inclusive.

Este movimento ocorreu principalmente na indústria automobilística, impulsionado por fortes incentivos e benefícios fiscais e monetários oferecidos por alguns estados e por novas tecnologias, que possibilitaram plantas menores. Contudo não houve deslocamento (fechamento de unidades produtivas em determinado local e transferência da produção para outra região) ou fechamento de plantas - com exceção do encerramento da produção da Gurgel e de uma antiga planta da Ford localizada na capital paulista -, sendo também realizados fortes investimentos também no ESP, onde as empresas mantiveram seus centros de gestão. (POCHMANN, 2004, p. 115)

Em meio a esse debate sobre a desconcentração industrial, os dados mostram que a concentração industrial ainda é muito grande na região metropolitana de São Paulo e que mesmo que o movimento de desconcentração ocorra, ele é lento e as indústrias tendem a se instalar em regiões próximas à Grande São Paulo¹⁵⁷. A Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - PAEP 2001 realizada pela Fundação Seade não registrou intensa atividade econômica, justificado de alguma forma pela obrigatoriedade de diminuição de consumo de energia elétrica, conhecida como crise do “apagão”. Nesse sentido, a comparação dos dados de 2001 com os registrados em 1996 pelas pesquisas devem considerar o fato de que as mesmas ocorrem em dois momentos bem diferentes, sendo o ano de 1996 considerado como um ano de intensa atividade econômica e o ano de 2001 como um período de certa contração nas atividades. Ainda assim, na pesquisa de 2001 os dados continuam mostrando que, apesar do avanço do setor terciário em todas as regiões do Estado, a indústria ainda cumpre um papel

¹⁵⁶ Sobre o processo de desconcentração industrial ver CANO (2006 e 2008), DINIZ, C. (1993) e NEGRI (1996).

¹⁵⁷ Ver Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) ano base 1996 e ano base 2001, ambas desenvolvidas pela Fundação Seade.

fundamental e se destaca como sendo a maior responsável pela adição de valor na economia paulista, apresentando um valor adicionado maior que a soma dos setores comércio e de serviços. Por outro lado, não se pode negar que há uma dificuldade da indústria paulista de conseguir acrescentar novos postos de trabalho, ou seja, os dados demonstram que o total de pessoal ocupado neste setor diminuiu.

No caso da indústria automobilística verifica-se uma desconcentração de novas plantas que optaram por se localizar fora do estado de São Paulo, fazendo um movimento distinto das demais indústrias e também diferente do movimento assistido nos anos 50 de concentração em São Paulo. Nos anos 1990, com intensificação a partir da implantação do Plano Real, o movimento de abertura econômica para o capital externo criou condições favoráveis para os investimentos estrangeiros e importações, contribuindo para a ampliação dos investimentos das montadoras. Portanto, este movimento das montadoras, ao se desenvolver para fora do seu centro tradicional, foi impulsionado pelo aumento dos investimentos diretos externos (IDE) no Brasil, para muitos explicado pela busca por menores custos trabalhistas, por um movimento sindical menos agressivo, aprimoramento da infra-estrutura em outros estados e também pela “guerra fiscal”. Nesse contexto os novos investimentos, ao serem disputados por estados e municípios, acabam sendo beneficiados pelos incentivos concedidos às indústrias automobilísticas, como renúncia fiscal, redução de impostos, crédito fácil e farto, obras de infra-estrutura (construção de vias de acesso, pistas de testes, ligações ferroviárias, terminais portuários etc.) e doação de terrenos. (SANTOS et al., 2001)

Até recentemente, à exceção da Fiat em Betim (MG), quase toda a produção brasileira estava localizada na Região Metropolitana de São Paulo e no Vale do Paraíba (SP). Nessa nova fase, dos US\$ 4,3 bilhões já investidos, apenas 3,5% destinaram-se à RMSP (correspondente à fábrica da Land Rover) e 16,6% ao estado de São Paulo (Land Rover, Honda, Toyota e Volkswagen-motores). Os estados com maiores investimentos foram o Paraná, com 47,7% (Chrysler, Renault, Volvo e Volkswagen/Audi) e Minas Gerais com 24,5% (Fiat e Mercedes-Benz). (SANTOS et al., 2001, p.24)

Segundo Arbix (1996), a chamada guerra fiscal estabelecida entre os estados é considerada um dos elementos fundamentais e muitas vezes decisivo na determinação do processo de decisão locacional das empresas e consequente desconcentração espacial da indústria automobilística. Além disso, de acordo com Santos et al. (2001), outros fatores também são considerados para esta mudança de opção das montadoras para outras regiões: 1 - os problemas de infra-estrutura na região da Grande São Paulo; 2 - os custos logísticos

decorrentes da industrialização desordenada da região; 3 - o custo da mão-de-obra e; 4 - as pressões trabalhistas decorrentes da atuação e organização do movimento sindical.

Além disso, alguns estudos¹⁵⁸ mostram que a desconcentração dos novos investimentos no setor automobilístico atingiu principalmente o ABC, que desde 1950 foi considerada a região com maior participação na alocação dessa indústria no Brasil. Segundo dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - PAEP (1996), esse processo ocorre principalmente para os estados do Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia. Entretanto, o estado de São Paulo, mesmo com as alterações provocadas pela guerra fiscal na indústria automobilística, ainda continua mostrando capacidade para atração de novos investimentos e boa “performance industrial”. A guerra fiscal acabou provocando uma alteração nas escolhas de locação desta indústria e, portanto, o movimento observado na indústria automobilística, distinto das demais indústrias, pode ser explicado em grande medida pela guerra fiscal.

Ainda segundo os dados do PAEP (1996 e 2001), embora nos últimos anos o setor de serviços tenha passado a ocupar uma posição importante na economia do ABC, não se pode negar que o poder da indústria na geração de riqueza continue vital. A mudança verificada é que a indústria fica cada vez mais dependente de segmentos altamente tecnológicos em permanente desenvolvimento e dependentes de mão-de-obra qualificada, embora a participação relativa do trabalho seja menor diante dos custos financeiros com royalties, pesquisa e desenvolvimento, marketing, automação e outros. Observando-se a renda, mesmo considerando a queda nas remunerações médias nos últimos anos, é nesse setor que as relações são menos precárias na medida em que as remunerações são normalmente superiores à dos demais setores da economia.

Outro fato que chama a atenção para a continuidade da importância do setor industrial é que o processo de terceirização, também no ABC, aparece ligado à reestruturação e à forma do desenvolvimento buscado pelo setor industrial. Assim, ao considerar que a região ainda se mantém como uma das principais regiões industriais do país, não se pode confundir o problema do desemprego industrial com a diminuição da importância da indústria. De outra parte, também não se pode negar que a abertura da economia, a concorrência dos produtos importados e a guerra fiscal tenham promovido retração da estrutura física e redução da participação do setor. Os dados do Censo Industrial de 1985 (IBGE) e das pesquisas PAEP (1996 e 2001) mostram que a participação da indústria paulista no Valor da Transformação

¹⁵⁸Ver, por exemplo, ARBIX (2001a), PACHECO (1996), CONCEIÇÃO (2008), POCHMANN (2004) e PAMPLONA (2002).

Industrial (VTI) do Brasil ficou praticamente estável entre os anos de 1985 e 1996, ou seja, 48% em 1985 e 49,5% em 1996. Contudo, quando se trata de analisar o pessoal ocupado na indústria verifica-se que realmente o problema de fundo é a queda ou pequeno crescimento do pessoal ocupado nesse setor. O emprego de fato sofreu o maior impacto negativo de uma recessão prolongada do processo de reestruturação na estrutura produtiva e da inserção internacional baseada na estabilidade cambial e internacionalização da economia.

Portanto, no ABC, apesar de os dados mostrarem que a questão do desemprego no setor industrial tenha se apresentado de forma mais grave, de acordo com estudiosos dessa região, a indústria, mesmo com todos os problemas, continuou tendo um papel central na dinâmica e na geração de riqueza na região, ao mesmo tempo em que a região também continua tendo a sua importância na estrutura industrial do estado de São Paulo e do país. Assim, quando se considera que o problema da região não é um problema de desindustrialização, mas um problema de redução na capacidade de geração de emprego na indústria¹⁵⁹, tornam-se necessárias políticas que, além de buscarem a melhoria de condições para garantir a competitividade das empresas, também deveriam adotar ações que melhorem as perspectivas de geração de emprego e renda. É nesse sentido que as ações intermunicipais pactuadas no âmbito do território do ABC ganham importância e merecem análise específica a ser tratada de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

4.3 - A participação dos Municípios do ABC na composição do Emprego e da Renda no Setor Industrial pós 1999

Quando se trata de analisar a participação e a importância do setor industrial no ABC é necessário também uma visão por município, na perspectiva de criar posteriormente uma caracterização mais geral. Para tanto, de acordo com os dados da Tabela 31, em 1989 os municípios que compõem o ABC contavam com, aproximadamente, 50% a 75% dos seus trabalhadores ligados ao setor industrial. Entretanto, embora este percentual se modifique nos anos seguintes, com redução do peso da indústria na geração de empregos na região, não se

¹⁵⁹ Aqui se considera a contribuição de Oreiro & Feijó (2010) assumindo que uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia. Nesse caso, entende-se que no ABC, apesar de a indústria reduzir a sua capacidade de geração de emprego, ela ainda cumpre um papel fundamental e se destaca como sendo a maior responsável pela adição de valor na economia paulista, apresentando um valor adicionado maior que a soma dos setores comércio e de serviços.

pode negar que este setor ainda continua tendo significativa participação e importância na geração de riqueza e emprego na região, conforme dados relacionados para o ano de 2008.

Mesmo considerando que o emprego cresce, a partir de 1999, de acordo com a Tabela 31, verifica-se que na maioria dos municípios a participação relativa do emprego na indústria é decrescente nos anos de 1999 e 2008, com exceção apenas dos municípios de Rio Grande da Serra e São Caetano. De outra parte, verifica-se que alguns municípios continuam sendo destaque no que se refere à maior participação do emprego no setor industrial, como por exemplo, os municípios de Diadema, Mauá e São Bernardo do Campo, que em 2008 contavam com 57,39%, 45,68% e 37,93%, respectivamente, dos seus trabalhadores formais com vínculo ativo no setor industrial. Nesse sentido, também Pamplona (2002) considera que não se pode falar que houve desindustrialização na região se esses patamares de participação relativa do emprego no setor, mesmo não atingindo os níveis de 1989, se apresentam tão significativos nos municípios que compõem a região.

Tabela 31 - Participação relativa do emprego na atividade econômica dos municípios do ABC segundo remuneração média e setor de atividade econômica (1989/2008)

Setor de Atividade	1989																Total	
	Diadema		Mauá		Ribeirão Pires		Rio Grande		Santo André		São Bernardo		São Caetano					
	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.		
Indústria	75,65	5,64	58,52	7,84	63,84	5,43	70,07	6,28	45,12	7,83	67,41	7,35	49,32	6,94	60,54	6,99		
Const.Civil	1,17	3,87	1,60	2,87	1,19	3,76	2,84	3,34	4,46	4,09	1,36	4,49	2,65	3,16	2,26	3,97		
Comércio	7,50	3,59	13,06	3,28	10,66	2,59	6,91	2,12	15,36	3,17	7,71	3,33	11,94	3,04	10,45	3,24		
Serviços	13,09	4,65	25,57	4,18	22,23	3,53	19,01	5,34	31,24	4,48	22,46	5,09	32,91	4,62	24,45	4,69		
Agropecuária	0,28	2,42	0,05	1,06	0,06	1,45	0,00	0,00	0,07	4,28	0,04	1,68	0,06	1,95	0,09	2,55		
Outr./Ign	2,31	5,00	1,21	3,29	2,03	9,68	1,17	4,47	3,75	7,65	1,02	4,95	3,12	5,26	2,21	6,21		
Total	100	5,32	100	6,17	100	4,77	100	5,71	100	5,89	100	6,46	100	5,56	100	5,95		
1999																		
Indústria	62,30	6,88	46,98	8,90	45,49	6,51	23,59	6,93	23,23	8,60	48,11	11,10	20,08	8,78	39,85	9,31		
Const.Civil	1,53	6,00	1,77	3,46	2,06	3,99	10,12	3,84	2,90	4,66	1,99	4,75	3,40	4,62	2,36	4,71		
Comércio	11,52	4,31	17,00	4,49	16,11	3,58	19,79	3,00	19,91	3,91	11,22	4,44	12,63	4,93	14,06	4,29		
Serviços	23,77	6,84	29,92	6,51	36,05	5,29	46,43	4,44	53,39	5,91	38,63	6,71	63,83	6,96	43,13	6,49		
Agropecuária	0,87	7,91	4,33	11,18	0,27	2,18	0,07	4,93	0,57	10,22	0,03	3,09	0,06	5,40	0,58	9,92		
Outr./Ign	0,00	0,00	0,00	1,00	0,02	2,69	0,00	0,00	0,00	2,36	0,02	3,63	0,00	0,00	0,01	3,46		
Total	100	6,57	100	7,43	100	5,53	100	4,68	100	6,12	100	8,52	100	6,99	100	7,28		
2008																		
Indústria	57,39	4,17	45,68	4,69	38,51	3,66	43,31	3,97	22,30	4,85	37,93	7,60	23,53	6,64	35,47	5,87		
Const.Civil	2,93	3,29	4,99	3,13	2,93	2,25	11,48	2,61	4,69	3,53	2,73	3,06	7,61	3,49	4,17	3,31		
Comércio	14,94	2,70	20,07	2,49	17,27	2,11	12,42	1,84	20,91	2,42	15,20	2,63	14,47	3,29	16,85	2,63		
Serviços	24,73	3,54	29,20	3,04	41,19	2,61	32,59	2,44	52,07	3,39	44,12	3,73	54,38	2,72	43,49	3,36		
Agropecuária	0,00	2,17	0,05	1,56	0,09	1,48	0,20	1,30	0,03	1,54	0,02	2,24	0,00	4,18	0,02	1,85		
Total	100	3,77	100	3,69	100	2,92	100	3,04	100	3,52	100	5,01	100	3,78	100	4,12		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE

Portanto, ainda que decrescente, a participação relativa do emprego industrial é significativa, e os dados mostram que o processo de retomada do crescimento do emprego no setor industrial na região, em meio a um processo de consolidação de políticas e iniciativas para criação e manutenção dos postos de trabalho, não aponta para recuperação dos patamares registrados no final da década de 1980 e início da década de 1990. No período entre 1999 a

2008, mesmo recuperando parte desses postos (69.432), passando de 190.701 para 260.133 empregos, nota-se que ainda há uma diferença negativa de 104.305 empregos que não foram recuperados até o final do ano de 2008.

Assim, embora a ocupação no setor industrial total passe por uma reversão da sua trajetória de queda a partir de 1999, verifica-se que no ABC o fato de essa mudança ocorrer de forma tímida e não apontar para a recuperação dos postos de trabalho eliminados na crise indica que as políticas de reabsorção desses trabalhadores devem ser pensadas para além do setor industrial. A adoção de um novo padrão tecnológico e organizacional poupador de mão-de-obra, derivado da reestruturação produtiva, indica uma necessidade de as instituições criadas na região, tendo como objetivo pensar alternativas para a crise, de buscarem alternativas para além da indústria, na perspectiva de reduzir o tempo de desemprego.

De acordo com a Tabela 32, quando se avalia o peso do município na composição do emprego industrial, o destaque é dado para os municípios de Diadema, Santo André e São Bernardo que, ao longo dos anos analisados, se apresentam como locais de maior concentração de estabelecimentos e emprego industriais. Os dados retratam que, independente da recuperação do mercado de trabalho na região, os efeitos do desemprego dos anos 1990 ainda estão presentes, principalmente nesses municípios, na medida em que o peso do emprego na indústria é maior e, portanto, os efeitos do desemprego também se evidenciam em maiores proporções.

Tabela 32 - Estabelecimento e emprego na Indústria segundo os municípios do ABC (1989/2008)

Municípios	1989				1999				2008			
	Estab.	%	Emprego	%	Estab.	%	Emprego	%	Estab.	%	Emprego	%
Diadema	1.182	27,92	77.887	21,37	1.244	25,95	42.666	22,37	1.575	25,65	59.006	22,68
Mauá	259	6,12	19.828	5,44	398	8,30	15.620	8,19	721	11,74	26.723	10,27
Ribeirão Pires	179	4,23	11.338	3,11	212	4,42	5.971	3,13	239	3,89	8.667	3,33
Rio Grande da Serra	17	0,40	1.552	0,43	16	0,33	317	0,17	20	0,33	1.301	0,50
Santo André	921	21,76	66.309	18,19	1.044	21,78	25.837	13,55	1.337	21,77	38.883	14,95
São Bernardo do Campo	1.152	27,21	150.717	41,35	1.293	26,98	85.606	44,89	1.594	25,96	99.938	38,42
São Caetano	523	12,36	36.817	10,10	586	12,23	14.684	7,70	655	10,67	25.615	9,85
Total	4.233	100	364.448	100	4.793	100	190.701	100	6.141	100	260.133	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE

Ao analisar o comportamento do emprego formal na indústria, principalmente pós 1999, segundo tamanho do estabelecimento, pode-se notar que enquanto em 1989 a maioria dos empregos industriais estava vinculada à indústria de grande porte (54,78%), a partir da crise essa tendência se modifica fazendo com que o desemprego industrial ocorresse de forma mais expressiva nessas empresas quando a sua participação no emprego industrial cai para

39,30%, em 1999, aumentando, conseqüentemente, a participação das empresas de menor porte (Tabela 33). Mesmo com o aumento dos postos de trabalho na indústria, a partir de 1999 a tendência se mantém, fazendo com que em 2008 a participação da indústria tanto de médio como de grande porte fosse reduzida, passando de 29,21% para 28,54% e de 39,30% para 38,41%, respectivamente.

Tabela 33 - Comportamento do emprego formal na Indústria do ABC segundo tamanho do estabelecimento (1989/2008)

Tamanho	1989			1999			2008		
	Empr.	%	Rem.	Empr.	%	Rem.	Empr.	%	Rem.
Até 4	2577	0,71	2,30	3560	1,87	3,70	4028	1,55	2,38
De 5 A 9	4488	1,23	2,73	5820	3,05	4,39	7492	2,88	2,63
De 10 A 19	8378	2,30	3,34	11454	6,01	4,79	15966	6,14	2,97
Micro	15443	4,24	2,99	20834	10,92	4,49	27486	10,57	2,79
De 20 A 49	18915	5,19	4,11	19604	10,28	5,33	28313	10,88	3,27
De 50 A 99	27416	7,52	4,72	19612	10,28	6,76	30159	11,59	3,75
Pequena	46331	12,71	4,47	39216	20,56	6,05	58472	22,48	3,51
De 100 A 249	52186	14,32	5,66	28322	14,85	8,34	38451	14,78	4,71
De 250 A 499	50828	13,95	6,74	27382	14,36	9,00	35800	13,76	5,26
Média	103014	28,27	6,19	55704	29,21	8,66	74251	28,54	4,98
De 500 A 999	47701	13,09	7,66	22318	11,70	10,63	30763	11,83	5,82
1000 ou mais	151959	41,70	8,50	52629	27,60	13,76	69161	26,59	10,06
Grande	199660	54,78	8,30	74947	39,30	12,83	99924	38,41	8,76
TOTAL	364448	100	6,99	190701	100	9,31	260133	100	5,87

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE

Nesse sentido há que se reconhecer que esse movimento dos trabalhadores em direção as empresas de pequeno porte está relacionado a ações da Agência de Desenvolvimento Econômico na região, que desde sua criação em 1998 desenvolve ações de apoio e fomento às atividades empresariais com ênfase nas micros, pequenas e médias empresas, por exemplo, captando e repassando recursos para financiamento de projetos prioritários ao desenvolvimento da região em que aquelas empresas são privilegiadas.

Entretanto, os dados mostram que a tendência de avanço do processo de externalização de atividades por parte das grandes empresas, evidenciado também a partir de 1999, contribui para a precarização do mercado de trabalho na medida em que nestas empresas vigoram piores condições de trabalho em termos, principalmente, de remunerações¹⁶⁰. A partir de 1999 o aumento dos postos de trabalho na indústria do ABC, de modo especial nas micro e pequenas empresas, foi acompanhado por uma queda generalizada das remunerações, atingindo em menor proporção os trabalhadores com vínculo na grande empresa e que, além de contarem com remunerações superiores se comparadas com as empresas de menor porte, tiveram uma queda de apenas 31,74% passando de uma

¹⁶⁰ Ver ALMEIDA (2007), BOAVENTURA (2007), CARELLI (2007) e CHAHAD (2002).

remuneração de 12,83 s.m. para 8,76 s.m.. Já os trabalhadores das empresas de menor porte tiveram maior perda na medida em que se observa uma queda nas remunerações de 37,81%, 41,88% e 42,56% na micro, pequena e média empresa, fazendo com que as remunerações passassem de 4,49 s.m., 6,05 s.m. e 8,66 s.m., em 1999, para 2,79 s.m., 3,51s.m. e 4,98 salários mínimos em 2008, respectivamente.

Além disso, o processo de terceirização de parte das atividades industriais para empresas de serviços é acompanhado por um processo de eliminação de postos de trabalho que possuem relações formais, com carteira assinada e bem-remunerados, o que contribui para que as ocupações criadas no setor de serviços, por sua vez, tenham um vínculo quase sempre precário e, além de serem caracterizadas por salários mais baixos que na indústria, são criados proporcionalmente menos postos de trabalho. (MATTEO & TAPIA, 2002)

De forma particular, quando se trata de analisar o padrão de remuneração do trabalho no país verifica-se que na década de 1990, principalmente a partir da estabilização de preços advinda do Plano Real, houve uma mudança nesse padrão. Nesse sentido, contribui para isso a mudança na política salarial que fixava os reajustes de salários em um ambiente inflacionário, passando a adotar uma política de remuneração que ora era fixada a partir das negociações coletivas, ora simplesmente determinada pelas empresas, ou seja, com o processo de estabilização dos preços, apenas o salário mínimo continuou a ser objeto de política salarial enquanto limite mínimo de remuneração.

No caso dos trabalhadores que dependem das negociações coletivas para definir os reajustes de salários e demais componentes da remuneração, como é o caso da maioria daqueles ligados à indústria no ABC, a década de 1990 foi marcada por dificuldades. Muitos estudiosos¹⁶¹ sobre o tema apontam que neste período o empresariado adotou uma postura *ofensiva* após 1990 em relação às negociações coletivas, caracterizada pela descentralização do processo de negociação segundo segmento econômico e categoria profissional. Assim, a flexibilidade acabou por determinar um movimento de regressão de conquistas obtidas nas décadas anteriores, principalmente entre as categorias mais combativas que haviam conquistado direitos à frente dos garantidos constitucionalmente, haja vista que a mudança positiva do emprego vem acompanhada de queda relativa no valor das remunerações.

No que se refere aos sindicatos, na sua maioria, a postura adotada foi de *defensiva*¹⁶², buscando preservar o emprego, o poder de compra dos salários e manter os direitos e conquistas. Daí, muitos são os indicadores que mostram os sinais de enfraquecimento por

¹⁶¹ Ver, por exemplo, SOARES (1998) e MANUS (2001).

¹⁶² Ver, por exemplo, ALVES (2000a), ANTUNES (1995b) e RODRIGUES (1995 e 1999).

parte das organizações dos trabalhadores, como por exemplo, a queda do número de greves e a busca da mediação dos conflitos.

Portanto, segundo dados relacionados na Tabela 34, entre os anos de 1999 e 2008 há indicação de que a indústria no ABC, no âmbito de uma nova estrutura produtiva, gera emprego de pior qualidade quando há um aumento da participação dos ocupados em faixa de remuneração inferiores, passando de 16,55% para 41,31% os trabalhadores na faixa de até 3 s.m., ao mesmo tempo em que cai a participação daqueles que percebem rendimentos mais elevados (de 83% para 56,82% com rendimentos acima de 3 s.m.). Assim, os dados expostos na Tabela 34 sinalizam a maior concentração de trabalhadores nas faixas de rendimentos inferiores, demonstrando que de certa forma este dado guarda relação com o tipo de ocupação gerada no período, ora relacionados com o processo de terceirização, inclusive.

Tabela 34 - Distribuição dos trabalhadores da Indústria do ABC por faixa de rendimentos em salários mínimos (1999/2008)

Faixa de Rem.	1989	1999	2008
	% Empr.	% Empr.	% Empr.
Até 1,00	0,47	0,17	0,33
1,01 a 2,00	9,30	1,53	19,78
2,01 a 3,00	14,53	14,86	21,20
Até 3,00	24,31	16,55	41,31
3,01 a 5,00	21,02	22,56	20,90
5,01 a 10,00	33,87	28,38	20,06
10,01 a 20,00	14,98	23,03	11,96
Mais de 20,00	4,07	9,06	3,89
3,01 e Mais	73,93	83,03	56,82
Ignorado	1,76	0,42	1,87
TOTAL	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/ MTE

De acordo com o estudo realizado pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT (2006), os trabalhadores das empresas terceirizadas tinham dificuldades de melhorar seus ganhos do trabalho principalmente pelo pouco poder de barganha que havia nos sindicatos que os representavam. Segundo Gomes (2009), mesmo tendo a sua importância no mercado de trabalho, principalmente a partir da reestruturação produtiva, os dados não permitem inferir a quantidade de trabalhadores envolvidos nessas atividades tidas como terceirizadas.

Conforme dados da Tabela 35 também é possível uma análise do desempenho do emprego e da renda por subsetor de atividade econômica na indústria do Grande ABC Paulista e, portanto, é possível notar que a recuperação do emprego na região pós 1999 não se

manifestou de forma homogênea em todos os subsetores da indústria. Como já foi dito anteriormente, a década de 1990, na perspectiva do trabalho, foi pontuada por uma trajetória de grandes dificuldades expressas pela queda do emprego formal em todos os subsetores da indústria, perfazendo uma queda de mais de 50% do emprego na maior parte dos subsetores, com destaque para a indústria mecânica, de material elétrico e comunicações e de calçados, que apresentaram uma queda no emprego de 66,05%, 63,50% e 75,57%, respectivamente. No que se refere às remunerações nesse período supõe-se que na maioria dos subsetores o papel do sindicato combativo na região tenha sido importante no seu comportamento positivo, em direção oposta à do emprego.

Já no período pós 1999, especialmente entre os anos de 1999-2008, a trajetória de recuperação do emprego no ABC ocorreu basicamente em todos os subsetores da indústria, com exceção apenas da indústria de calçados. Então, não se pode sugerir uma tendência única para todos os subsetores, dado que a partir de 1999 a economia também foi marcada por alguns períodos de dificuldades¹⁶³ que acabou impondo novamente algumas restrições ao ciclo de crescimento da economia. Na perspectiva do mercado do emprego industrial, nota-se que o mesmo, de acordo com a Tabela 35, parece responder positivamente ao crescimento do PIB nacional, principalmente os subsetores ligados à indústria mecânica, à indústria de borracha, fumo e couro e à indústria de alimentos e bebidas. Quanto à remuneração, no período de 1999-2008, perdem mais os subsetores ligados à indústria de papel e gráfica, à indústria de borracha, fumo e couro e à indústria de alimentos e bebidas, quando as remunerações médias caem 50,42%, 48,09% e 48,67%, respectivamente.

Tabela 35 - Comportamento do emprego e da renda nos Subsetores da Indústria do ABC (1989/2008)

Subsetor	1989		1999		2008		1989-1999		1999-2008	
	Empreg.	Rem.	Empreg.	Rem.	Empreg.	Rem.	Empreg.(%)	Rem.(%)	Empreg.(%)	Rem.(%)
Ind min nao met	13.631	4,73	6.130	5,56	6.931	3,96	-55,03	17,41	13,07	-28,70
Ind metalúrgica	52.701	6,54	25.627	7,28	37.947	4,23	-51,37	11,31	48,07	-41,85
Ind mecânica	37.057	7,65	12.579	9,86	21.085	5,73	-66,05	28,94	67,62	-41,86
Ind Elet e comun	21.130	6,11	7.713	7,80	9.812	4,77	-63,50	27,57	27,21	-38,82
Ind Mat transp	117.935	8,35	56.799	13,46	72.819	9,71	-51,84	61,29	28,20	-27,88
Ind Mad e mobil	9.983	3,10	5.312	4,19	7.767	2,88	-46,79	35,23	46,22	-31,28
Ind Papel e graf	8.485	5,79	7.380	7,49	10.417	3,71	-13,02	29,47	41,15	-50,42
Ind Bor fum cour	22.709	5,61	11.274	9,05	18.626	4,70	-50,35	61,27	65,21	-48,09
Ind química	53.029	7,52	35.131	8,74	40.753	5,24	-33,75	16,22	16,00	-40,10
Ind têxtil	17.641	5,42	8.532	4,73	10.034	2,77	-51,64	-12,64	17,60	-41,37
Ind calçados	704	2,05	172	2,74	165	1,96	-75,57	33,66	-4,07	-28,64
Ind Alim e beb	8.328	3,87	11.110	5,40	19.096	2,77	33,41	39,48	71,88	-48,67

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/ MTE

¹⁶³ Impactada, por exemplo, pela queda nas Bolsas de Valores em 2007 e pela crise Imobiliária Americana (crise subprime) em 2008.

Quando se trata de analisar o perfil dos trabalhadores a questão da escolaridade se apresenta como fundamental nessa análise na medida em que, nos últimos anos, a exigência de maior grau de escolaridade se tornou cada vez mais um parâmetro importante no processo de seleção e admissão nas empresas¹⁶⁴. Para tanto, ao analisar a indústria do ABC, segundo os dados da Tabela 36, observa-se uma queda na participação dos empregados com baixa escolaridade (até o fundamental completo) no total dos empregados e consequentemente tem-se um aumento da participação dos trabalhadores com maior escolaridade. Em 1989, 74,07% dos ocupados contavam com o ensino fundamental completo e no ano de 1999 e 2008 este percentual cai para 56,40% e 27,60%, respectivamente. A queda se deu principalmente em favor dos empregados com ensino médio (completo ou incompleto), fazendo com que a participação desses trabalhadores passasse de 16,56% em 1989 para 28,95% em 1999 e 54,60% em 2008. Cresce também a participação dos trabalhadores com ensino superior e com pós graduação (mestrado e doutorado), ou seja, de 8,93% em 1989 passou-se a contar com 14,65% em 1999 e 17,80% em 2008. Para além do esforço de maior escolarização por parte dos projetos implantados na região, entende-se que a elevação da escolaridade também tem relação com o acréscimo nos anos de estudo da população de forma geral, na maior exigência quanto à definição dos critérios de seleção por parte das empresas e também com a redução do emprego na indústria, que tendeu a preservar os mais escolarizados¹⁶⁵.

No que se refere aos projetos visando a maior escolarização dos trabalhadores no ABC cabe salientar que os mesmos estavam relacionados com as políticas de educação desenvolvidas pelas ações de concertação no âmbito do pacto territorial. Os acordos assinados pelos membros da Câmara Regional tinham como perspectiva o fortalecimento da educação básica dos trabalhadores com ênfase na melhoria da educação e no aumento do grau da escolaridade dos jovens e adultos. Como exemplo de projetos executados nessa direção, cita-se o “Projeto Alquimia” como importante iniciativa da Câmara no que tange à qualificação e requalificação profissional; o Projeto “Mova” que se destinava à alfabetização de jovens e adultos com a perspectiva de erradicar o analfabetismo; e também a criação da Universidade Federal do Grande ABC (UFABC) com o objetivo de contribuir para a transformação da região com o desenvolvimento de novas tecnologias, modelos de desenvolvimento mais amplo e formação da mão-de-obra na região. (SANTOS et al., 2001 e KLINK, em entrevista realizada em 12/04/2010).

¹⁶⁴ Ver PAMPLONA (2002).

¹⁶⁵ Ver GOMES (2009), SABÓIA (2001), LEITE & POSTHUMA (1996) e ROSANDISKI (2002).

Mesmo observando a maior escolarização dos trabalhadores, os dados da Tabela 36 indicam que a estrutura produtiva da indústria no ABC gera emprego de pior qualidade quando se verifica que a maior qualificação exigida não é acompanhada por uma remuneração maior. Assim, no período de 1989 a 2008, assiste-se a uma significativa queda generalizada das remunerações, variando entre 22,34% a 62,82%.

Tabela 36 - Os trabalhadores da Indústria do ABC segundo escolaridade e remuneração média no ano, em salários mínimos (1989 - 2008)

Escolaridade	1989			1999			2008			B/A (%)	C/A (%)
	Emprego		Rem.(A)	Emprego		Rem.(B)	Emprego		Rem.(C)		
	Número	(%)		Número	(%)		Número	(%)			
Analfabeto	10319	2,83	5,85	1554	0,81	4,40	735	0,28	2,17	-24,71	-62,82
4ºser Incomp	44168	12,12	4,93	10485	5,50	6,41	5.413	2,08	3,66	29,96	-25,85
4ºser Comp	89945	24,68	5,78	24221	12,70	6,85	11.055	4,25	4,14	18,54	-28,30
8ºser Incomp	77597	21,29	5,17	30269	15,87	6,64	18.825	7,24	4,01	28,47	-22,34
8ºser Comp	47929	13,15	6,38	41032	21,52	7,45	35.773	13,75	4,55	16,76	-28,67
Até Fund. Comp.	269958	74,07	5,62	107561	56,40	6,35	71801	27,60	3,71	12,97	-34,04
2ºgr Incomp	28393	7,79	6,98	19192	10,06	7,05	21.434	8,24	3,91	1,08	-43,99
2ºgr Comp	31990	8,78	9,66	36007	18,88	9,57	120.596	46,36	4,67	-0,98	-51,67
Médio	60383	16,57	8,32	55199	28,95	8,31	142.030	54,60	4,29	-0,12	-48,45
Sup Incomp	13278	3,64	11,79	10042	5,27	13,68	13.097	5,03	8,06	16,03	-31,62
Sup Comp	19256	5,28	19,40	17897	9,38	22,94	32.907	12,65	14,08	18,26	-27,39
Mestrado	0	0	0	0	0	0	252	0,10	16,20	0	0
Doutorado	0	0	0	0	0	0	46	0,018	16,98	0	0
Superior e Pós	32534	8,93	7,80	27939	14,65	9,16	46302	17,80	13,83	17,42	77,40
Ignorado	1573	0,43	3,85	2	0,00	2,56	0	0	0	-33,67	-100
Total	364448	100	6,99	190701	100	9,31	260.133	100	5,87	33,09	-16,07

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/ MTE

De acordo com Gomes (2009), em muitas contratações observa-se que os níveis mais elevados de escolaridade são incompatíveis com as atividades executadas por muitos trabalhadores, ou seja, muitas vezes trabalhadores com maior escolaridade são contratados para a execução de funções que poderiam ser executadas por trabalhadores com menor nível de escolaridade.

4.4 - Síntese e Principais Conclusões

A partir de 1999, diferente do período anterior, embora a economia ainda apresente um baixo ritmo de crescimento econômico médio, os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil demonstram certa interrupção na sua trajetória de queda, sendo possível identificar um movimento de recuperação da ocupação e do emprego no setor industrial brasileiro, visível também no âmbito do Grande ABC Paulista. Pode-se afirmar que esse período coincide com a consolidação das estruturas de governança criadas no âmbito do ABC decorrente da criação

da Agência de Desenvolvimento Econômico ABC em outubro de 1998, sendo a terceira instituição criada nesse processo de concertação.

Nesse período, diferente do anterior, embora a economia ainda apresente um baixo ritmo de crescimento econômico, os dados sobre o mercado demonstram que também no ABC há um movimento de recuperação das ocupações e do emprego no setor industrial. De certa forma este comportamento parece guardar relação com o esgotamento do processo de modernização empreendido nos anos de 1990, quando a fábrica já “enxuta” permite que qualquer variação na produção passe a redundar em aumento de postos de trabalho.

Entretanto, entre os anos de 1999 e 2008 verifica-se que a realidade da economia brasileira parece não ser replicada para o estado de São Paulo e muito menos para o ABC. Com relação ao Brasil, nesse período os dados mostram que a variação positiva do estoque de emprego na economia, de forma particular no setor industrial, apresentou um significativo crescimento para além da reposição das vagas eliminadas na crise. Em se tratando do estado de São Paulo e do ABC, o processo de retomada do crescimento do estoque emprego no setor industrial, embora também tenha um comportamento positivo no que se refere ao estoque de emprego na economia, a realidade se apresenta de forma diferente. Verifica-se que em meio a um processo de consolidação de políticas e iniciativas para criação e manutenção dos postos de trabalho, o crescimento do emprego formal, principalmente no ABC, não foi suficiente para repor as vagas eliminadas na crise e, portanto, não consegue atingir em 2008 os patamares dos empregos registrados no final da década de 1980 e início da década de 1990. Assim, mesmo reconhecendo a importância do pacto territorial no ABC criando as instâncias regionais de concertação com a perspectiva de buscar alternativas para a crise, especialmente do emprego industrial, observa-se que há limites no âmbito local ao mesmo tempo em que obriga a manutenção desse tema como uma questão importante na composição da agenda econômica desse território.

Nesse sentido, o enxugamento realizado pelo setor industrial e a evidência da adoção de um novo padrão tecnológico e organizacional poupador de mão-de-obra derivado da reestruturação produtiva apontam para a necessidade de pensar alternativas para além da indústria na perspectiva de reduzir o tempo de desemprego.

Com relação ao comportamento da remuneração média no ano em salários mínimos, segundo setores de atividade econômica no Brasil, em São Paulo e no ABC observa-se que até 1999 a redução dos postos de trabalho era acompanhada por um aumento na remuneração média dos trabalhadores de forma geral em todas as localidades analisadas. A partir de 1999 a

mudança positiva na trajetória do emprego, de forma contrária, é acompanhada por uma significativa queda em todas as remunerações médias, independente da localidade, sendo mais expressiva para os trabalhadores do ABC. Nesse sentido, embora a organização sindical e as instituições regionais cumpram papel importante na busca de alternativas para os problemas enfrentados no mercado de trabalho na região, a hipótese é que a queda das remunerações é mais acentuada devido ao reflexo de uma crise que aqui no ABC se apresenta também de forma mais acentuada, principalmente pelo seu caráter poupador de mão-de-obra.

Ao analisar o comportamento do emprego formal na indústria, principalmente pós 1999 segundo tamanho do estabelecimento, nota-se que o aumento dos postos de trabalho na indústria do ABC ocorreu de modo especial nas micro e pequenas empresas enquanto tendência de avanço do processo de externalização de atividades por parte das grandes empresas, contribuindo para a precarização do mercado de trabalho na medida em que nessas empresas vigoram piores condições de trabalho em termos, principalmente, de remunerações. Assim, os dados mostram que o movimento para as empresas de menor porte foi acompanhado por uma queda generalizada das remunerações e que nas grandes empresas as remunerações continuavam bastante superiores.

Nesse sentido, reconhece-se que o movimento dos trabalhadores em direção as empresas de pequeno porte está relacionado também com o papel da Agência de Desenvolvimento Econômico na região. Desde a sua criação a Agência desenvolve atividades de apoio e fomento às atividades empresariais, com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas por meio da captação e do repasse de recursos para financiamento de projetos prioritários ao desenvolvimento da região.

Com relação à escolaridade, verifica-se uma queda na participação dos empregados com baixa escolaridade no total dos empregados, permitindo também salientar que a maior escolarização dos trabalhadores no ABC esta relacionada com as políticas de educação desenvolvidas pelas ações de concertação no âmbito do pacto territorial. Mesmo observando a maior escolarização dos trabalhadores, os dados indicam que a estrutura produtiva da indústria no ABC gera emprego de pior qualidade quando se verifica que a maior qualificação exigida não é acompanhada por uma remuneração maior.

Entretanto no ABC, mesmo com todas as dificuldades enfrentados pelo setor industrial na região, principalmente no que se refere à questão do desemprego, os dados analisados indicam que o setor industrial ainda continuou tendo um papel central na dinâmica e na geração de riqueza e emprego na região, ao mesmo tempo em que também continuava tendo a

sua importância na estrutura industrial do estado de São Paulo e do país. Portanto, a questão central da indústria não estava na ausência de ganhos de competitividade, e, conseqüentemente, de crescimento econômico, mas na sua incapacidade de gerar empregos, sobretudo os de qualidade. Dessa forma, entende-se que o problema da região não era um problema de desindustrialização, mas um problema de redução na capacidade de geração de emprego na indústria, tornando-se necessárias políticas que, além de buscar a melhoria de condições para garantir a competitividades das empresas, também deveriam ter como propósito a reabsorção dos trabalhadores para além do setor industrial. É nesse sentido que as ações intermunicipais pactuadas no âmbito do território do ABC mantêm a sua importância e merecem análise específica, sendo tratadas de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

AS POSSIBILIDADES E AS DIFICULDADES DO PROCESSO DE CONCERTAÇÃO TERRITORIAL NO ABC

Embora as iniciativas de concertação com vistas ao desenvolvimento territorial ainda estejam em processo de consolidação na região do ABC, há uma tentativa de demonstrar a capacidade dessa iniciativa no enfrentamento da crise do emprego e na construção de alternativas para a conformação de um processo de desenvolvimento territorial, com impactos positivos sobre as formas de inclusão e geração de emprego e renda, principalmente em um contexto de baixo crescimento econômico. Assim, além de verificar se estas formas de ações concertadas pela via do Consórcio Intermunicipal, Câmara e Agência foram eficazes, também é importante observar se essas ações são fortalecidas ou não em um contexto de mudança da trajetória do mercado de trabalho, com destaque para o aumento dos níveis de ocupação no setor industrial, principalmente a partir de 1999.

De acordo com Daniel (1997), principal liderança da Câmara Regional do ABC, ao tratar da sua criação em um dos seus artigos, o intitulado “Uma aposta no ABC”, ressaltou a efervescência do ambiente propositivo e disposto ao consenso no âmbito da região. Para ele, a disposição dos atores para conduzir uma estratégia local com a perspectiva de reduzir custos e elevar os benefícios econômicos, quando bem sucedida, poderia aumentar a competitividade da região e permitir a construção de um ambiente empreendedor, de inclusão social e de melhoria na qualidade de vida.

Assim, depois de mais de uma década de implantação dessas experiências de concertação no Grande ABC Paulista, é preciso compreender a institucionalidade desse processo pela via das ações concretas encaminhadas pelas estruturas de governança ao mesmo tempo em que é necessário apontar, para além das possibilidades, também as dificuldades encontradas por esses novos arranjos.

Portanto, na primeira seção deste capítulo o objetivo é analisar a institucionalidade do ABC e suas ações e, posteriormente, apontar alguns limites e potencialidades desse processo de concertação na região.

5.1 - A Institucionalidade do ABC e suas ações

Um aspecto central na discussão sobre o local ou sobre os processos de concertação territorial é a compreensão de que a viabilidade desse processo de certa forma guarda uma dependência de como se encaminham as questões mais gerais no país, como principalmente a questão do planejamento e do desenvolvimento. Embora se considere que os projetos de desenvolvimento local sejam importantes, os dados parecem evidenciar a hipótese de que a superação da crise do mundo do trabalho requer um projeto nacional, com participação ativa do Estado na promoção do crescimento econômico sustentável.

Portanto, no caso do ABC é importante chamar a atenção para o fato de que o enfrentamento dos problemas vividos na década de 1980 e principalmente na década de 1990, de forma alternativa pela via da institucionalização do pacto territorial em uma perspectiva de desenvolvimento local, tem sua estruturação concluída no ano de 1998 com a criação da Agência de Desenvolvimento do ABC¹⁶⁶. Assim, observa-se que a primeira etapa de todo o processo de construção de uma alternativa pactuada no ABC com a criação de estruturas de governança, ocorre ao longo da década de 1990 em função do ciclo econômico brasileiro que se mostrava em crise, como resultado do processo de reestruturação produtiva e adoção do modelo neoliberal, agravado pelo esgotamento do padrão nacional de desenvolvimento. Esse pacto territorial no ABC foi favorecido pela posse dos novos prefeitos filiados ao PT nas eleições municipais de 1988, com destaque para Celso Daniel em Santo André, para Mauricio Soares, em São Bernardo do Campo e José Augusto Silva em Diadema, com a liderança política do primeiro.

Cabe registrar que as ações concertadas territoriais no ABC sofreram descontinuidade quando a região conviveu em vários momentos com o esvaziamento das instituições criadas. Para Leite (2000), em muitos casos isso ocorria devido à postura assumida por aqueles que ocupavam os espaços de poder, como é o caso dos prefeitos, no período de 1993 a 1996, que não se mostravam dispostos a investir na experiência e no pacto adotado. Entretanto, muitos afirmam¹⁶⁷ que foi apenas em 2001, após dez anos de avanços na criação dessa estrutura regional, começada com iniciativa dos prefeitos locais, principalmente com o prefeito Celso Daniel, que a eleições de novos prefeitos com compromisso regional promovem mudanças na região, juntamente com o Estado dando maior atenção à região e à câmara. Assim, nota-se

¹⁶⁶ A criação do Consórcio Intermunicipal ocorre em dezembro de 1990; a Câmara Regional em março de 1997 e a Agência de Desenvolvimento Econômico em outubro de 1998.

¹⁶⁷ Ver, por exemplo, BRESCIANI (2004).

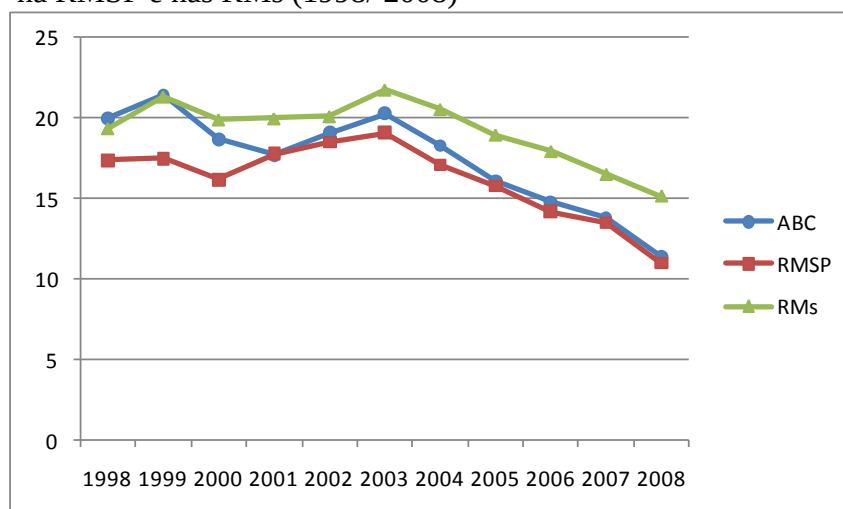
que o momento de “retomada” do pacto ocorre em um momento em que o país e o ABC, inclusive, passou a acompanhar uma trajetória positiva do mercado de trabalho, com início identificado no ano de 1999.

De acordo com João Cayres, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, em entrevista realizada no dia 14/04/2010, nos anos 80 muitos falavam que o ABC se tornaria uma Detroit, mas o ABC conseguiu se “reinventar” e o papel das instituições locais foi fundamental. Segundo o entrevistado, com a crise do emprego os sindicatos tinham dificuldades para pensar alternativas, sendo necessária a parceria com as empresas e o setor público. Para ele, a maior contribuição para pensar alternativa para a crise e propor parcerias entre os municípios contou, de um lado, inicialmente com o maior peso da prefeitura de Santo André na figura do Prefeito Celso Daniel (eleito em 1988 e com posse em 1989) e, de outro lado, com o sindicato enquanto protagonista desse movimento de construção do processo de concertação na região. Além disso, João Cayres chama atenção para o fato de que a situação política definia a condução das instituições e, para tanto, precisava e dependia das lideranças políticas, juntamente com o sindicato, que cumpria um importante papel nesse processo. Nesse sentido, afirma que “Celso Daniel era um visionário e agora com Marinho na prefeitura se retoma o debate, ao mesmo tempo em que o mesmo se firma como liderança, buscando nova movimentação na região”¹⁶⁸ (João Cayres, em entrevista no dia 14/04/2010).

Nos capítulos anteriores, os dados da RAIS/ MTE e do PAEP (1996 e 2001) mostravam que, embora o setor industrial tivesse um grande peso na região, foi este setor o maior responsável pela crise do emprego e a partir de 1999 mesmo a economia sinalizando com a recuperação do emprego industrial, nota-se que no ABC, de forma mais grave, a questão do desemprego ainda é considerada preocupante. É nesse sentido que a partir de 1998 uma das ações do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC foi estabelecer uma parceria com a Fundação Seade para realização de pesquisa específica sobre o desemprego no ABC e assim, a denominada Pesquisa de Emprego e Desemprego do ABC (PED/ ABC) passou a ser um instrumento de análise da situação econômica e social da região. Portanto, de acordo com o Gráfico 8, é possível perceber que, apesar de o índice de desemprego na região ser decrescente e inferior ao registrado para as regiões metropolitanas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre) e o Distrito Federal, conforme dados apurados pelo IBGE, o mesmo continua acima do índice registrado para a região metropolitana de São Paulo, conforme dados do Seade/Dieese.

¹⁶⁸ Luiz Marinho foi eleito prefeito de São Bernardo do Campo em 2008.

Gráfico 8 - Comportamento das taxas de desemprego no ABC, na RMSP e nas RMs (1998/ 2008)



Fonte: Seade Dieese e IBGE

Além disso, e apesar da recuperação do emprego no setor industrial no ABC, os dados apresentados mostram que a recuperação do emprego industrial na região se dá em um ritmo inferior ao estado e ao país, levando a hipótese de que o comportamento do desemprego na região tem, de certa forma, uma dependência com o comportamento do setor industrial na medida em que ele na crise tende a aumentar (ver Tabela 30). Os dados apresentados no capítulo anterior evidenciam que nos últimos anos a indústria criou novos postos de trabalho, mas não conseguiu recuperar a totalidade dos empregos destruídos com a crise, fazendo com que o crescimento do setor ocorresse poupando mão-de-obra.

Portanto, na década de 1990, diante da crise vivenciada pela economia brasileira e, particularmente pela região do ABC, muitas ações concertadas foram adotadas com o foco voltado principalmente para a questão do emprego, ou seja, com as altas taxas de desemprego identificadas na região os atores ligados às instituições regionais passaram a criar, por meio da Câmara Regional do Grande ABC, projetos com a finalidade de buscar a geração de emprego e renda. Assim, de acordo com as entrevistas realizadas com pessoas ligadas à Câmara e ao Consórcio do ABC, algumas ações se tornaram concretas como, por exemplo, a iniciativa do Sindicato dos Químicos do ABC na implantação do Projeto Alquimia, com o objetivo de qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores empregados na indústria de transformação de materiais plásticos e desempregados em geral, que moravam ou trabalhavam exclusivamente no ABC. Para o ingresso nesse projeto a exigência era de que os alunos deveriam ter mais de 16 anos e no mínimo a 4ª série do ensino fundamental. Embora o referido projeto fosse parte das ações da Câmara, o mesmo foi coordenado pelo Sindicato dos

Químicos do ABC e contava com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob a orientação e aprovação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo.

De acordo com os Informativos do ABC, outra iniciativa mais abrangente foi a criação de uma Central de Trabalho e Renda, criada e coordenada pela CUT em parceria com a Prefeitura de Santo André, a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo (SERT) e os sindicatos filiados à CUT do ABC, sendo uma iniciativa custeada com recursos do FAT e com o apoio do Ministério do Trabalho, com posto fixo em Santo André. A Central atende os trabalhadores em busca de emprego e renda da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, sendo a maioria do Grande ABC. Além da intermediação e realocação de mão-de-obra, também conta com o serviço de qualificação do trabalhador, fornecendo cursos de qualificação para estimular o trabalhador a tornar-se micro empresário ou autônomo, preparando-o para o desenvolvimento de cooperativas enquanto solução mais concreta de geração de emprego e renda diante da crise do emprego.

Além das iniciativas citadas acima, de acordo com Santos et al. (2001), muitos outros acordos foram assinados entre os membros da Câmara Regional e alguns foram executados e se tornaram realizações concretas¹⁶⁹, conforme descrito a seguir:

1 - A criação da Lei 9472/96 - a legislação estadual de proteção ambiental impedia o desenvolvimento de qualquer atividade econômica em áreas de mananciais. O empenho dos municípios possibilitou modificação da mesma por meio da Lei 9472/96, o que permitiu a continuidade da proteção dos mananciais, mas com o desenvolvimento de atividades econômicas que não gerassem prejuízo ambiental, por exemplo, as empresas de informática e microeletrônica.

2 - A macrodrenagem - a construção de reservatórios de água, chamados “piscinões”, foram criados com o objetivo de ajudar no combate as enchentes que acarretavam prejuízos a população.

3 - O sistema viário - execução de obras no sistema viário da região (sistema Anchieta/ Imigrantes em São Bernardo do Campo, a rodovia Índio Tibiriçá e a Avenida dos Estados) foram tratadas com o objetivo de melhorar o acesso à região. O maior projeto viário seria o Anel Viário (Rodoanel) que interliga as principais rodovias do país, passando ao redor da região metropolitana.

¹⁶⁹ Ver também KLINK (2001) e CONCEIÇÃO (2008).

4 - A (Re) qualificação profissional - O “Projeto Alquimia” se destaca como importante iniciativa da câmara no que tange à qualificação e requalificação profissional. Ao utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tinha como objetivo promover cursos para trabalhadores do ramo químico/ petroquímico e também para aqueles que já tinham trabalhado e que ora se encontravam desempregados, com finalidade de realocação. Neste projeto havia também a inclusão de outro dedicado a requalificação de trabalhadores autônomos da construção civil¹⁷⁰.

5 - O Projeto “Mova” - identificado como movimento de alfabetização de jovens e adultos tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo na região do Grande ABC.

6 - Criança Prioridade 1 - Este era um projeto de cunho social que visava a trabalhar com os menores de rua que viviam em situação de risco.

7 - Construção de hospitais - Hospital Estadual de Diadema e o Hospital Regional de Clínica em Santo André.

8 - O Planejamento Estratégico Regional¹⁷¹ - em uma perspectiva de seguir via reconversão econômica e urbana, foi elaborado um planejamento estratégico em 1997, que elegeu algumas ações prioritárias a serem encaminhadas pelo conjunto dos municípios.

9 - A criação da Agência de Desenvolvimento Econômico - para o autor, foi o primeiro e um dos mais importantes passos da Câmara Regional, não concorrendo com a mesma, dado que o seu papel era de fomento e apoio às empresas e aos negócios do ABC¹⁷².

Segundo Conceição (2008), além dos investimentos em obras de infra-estrutura na malha viária e no sistema de macrodrenagem destacam-se também a instalação da Universidade Federal do Grande ABC (UFABC) e a ampliação do Polo Petroquímico como resultados também importantes desse processo de cooperação regional.

No que se refere à criação da Universidade Federal do ABC¹⁷³, em entrevista no dia 12/04/2010 o Profº Klink¹⁷⁴, atualmente professor dessa Universidade, afirma que a sua

¹⁷⁰ Para Rafael Marques, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SMABC -, em entrevista realizada em 13/04/2010, o aumento da escolaridade média dos trabalhadores da região se deve às iniciativas dos sindicatos e das empresas. Segundo Rafael, “o ambiente de escolarização pegou dentro da fábrica e a demanda dos sindicatos para a escolarização era forte. Também houve a participação do SENAI. Era pauta no Consórcio o modelo de escolarização e o sindicato desenhava o modelo. Agora com o Petrobrás e o pré sal, o curso de profissionalização do SENAI interage para formar a mão-de-obra necessária. O jovem é o ponto. Entende-se que os cursos devem ser voltados para este público e a meta é ter uma central pública do emprego, com intermediação e acompanhamento do empregado, na perspectiva de avançar com os resultados.” (RAFAEL MARQUES, em entrevista realizada no dia 13/04/2010).

¹⁷¹ Ver também REIS (2005).

¹⁷² Sobre os planos e ações concretas da Agência de Desenvolvimento Regional do ABC ver maiores detalhes em SANTOS et al.(2001, p.185)

¹⁷³ Segundo Klink, em entrevista realizada em 12/04/2010, a Universidade Federal do ABC é criada em 2005, passando os cursos a funcionarem a partir de 2006.

criação foi resultado de uma política da Câmara e considerado um resultado concreto do pacto regional. Para ele, um dos objetivos da Câmara era a criação de uma universidade pública na região com a perspectiva de contribuir para a transformação da região criando novas tecnologias, modelos de desenvolvimento mais amplos e qualificação da mão-de-obra. Segundo o entrevistado, havia o entendimento de que a região contava com um déficit na formação de engenheiros e, portanto, a Universidade, por meio do Centro de Tecnologia, iniciava as suas atividades com a criação do bacharelado em Ciência da Tecnologia, dado que havia certo simbolismo na entrada de cursos das engenharias no ABC. Além disso, na visão do entrevistado, outro objetivo da Câmara era propiciar uma discussão sobre a qualidade de vida na região, incluindo o debate sobre o meio ambiente, em meio a um entendimento de que a escala regional era importante.

Segundo o vice presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SMABC em São Bernardo do Campo (Sr.Rafael Marques), em entrevista no dia 13/04/2010, ao avaliar as ações concretas da Câmara Regional para a geração de emprego e renda, afirma que as ações desenvolvidas por meio dos acordos efetivados no âmbito da Câmara Regional, como por exemplo, o Projeto Alquimia e o Projeto Mova (de alfabetização) em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foram ações que melhoraram a capacitação dos trabalhadores. Afirma ainda que na década de 1990 muitas empresas adotaram o projeto de educação dentro das fábricas, cuja responsabilidade pela formação do 1º grau completo caberia à grande empresa e o sindicato ficaria com a tarefa de alfabetização (Projeto Mova). Para Rafael, “essa discussão já era feita no âmbito do Consórcio em um esforço regional para melhorar o nível de escolaridade dos empregados, enquanto ação defensiva para preservar o emprego” (Rafael Marques, em entrevista realizada no dia 13/04/2010).

Para João Cayres, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), em entrevista realizada no dia 14/04/2010, considera também como ação concreta para a geração de emprego e renda na região a iniciativa da Agência na criação do Polo de Cosméticos em Diadema que, além de ser discutido no âmbito da Agência, contou também com a participação efetiva do sindicato. Embora reconheça a importância das escolas técnicas, dos projetos de formação educacional dentro da fábrica e daqueles desenvolvidos pelos sindicatos na perspectiva de manutenção do emprego e também de realocação do trabalhador no mercado de trabalho, afirma que houve muitos investimentos em cursos de

¹⁷⁴ Além de ser professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) também é Coordenador do Núcleo de Ciências, Sociedade e Tecnologia da Instituição.

informática, porém pecou pela ausência de um mapeamento de outras necessidades. Para ele, “faltou política de Estado, ficou centrado” (João Cayres, em entrevista no dia 14/04/2010).

5.2 - Possibilidades e dificuldades do Processo de Concertação no ABC

Depois de mais de uma década de implantação dessas experiências de concertação no Grande ABC Paulista é preciso apontar, para além das possibilidades, também as dificuldades desses novos arranjos.

Inicialmente é necessário compreender que os desafios estabelecidos pela reestruturação produtiva foram bastante destrutivos para o mercado de trabalho principalmente no setor industrial e, embora a partir de 1999 no território do ABC a recuperação do mercado de trabalho tenha ocorrido, percebe-se que as estratégias que priorizaram o enfrentamento das questões sociais foram limitadas. Tal limitação é constatada quando se verifica que a recuperação do mercado de trabalho não consegue incorporar a população desempregada e mantém grande parcela precariamente ocupada, dando sinais de dependência de políticas econômicas mais gerais, capazes de garantir crescimento econômico sustentável.

Os dados analisados nos capítulos anteriores mostram que do final da década de 1980 até a criação da Agência em 1998, sendo a última instituição a compor a complexa institucionalidade de concertação territorial na região, o Grande ABC conviveu com grandes dificuldades para o enfrentamento da questão do emprego industrial. Isso demonstra estar correta a hipótese inicial de que as ações concertadas pelo desenvolvimento no ABC paulista com vistas ao enfrentamento da crise na década de 1990, podem ter amenizado o desemprego, mas não foram suficientes para mudar, de forma significativa, a estrutura das ocupações. Além disso, os dados analisados também confirmam a hipótese de que a mudança na trajetória do mercado de trabalho, com recuperação a partir de 1999, não ocorre de forma homogênea no Brasil e não consegue dar uma resposta adequada ao problema do desemprego, mais especificamente no Grande ABC, cuja trajetória demonstra que o comportamento do desemprego industrial ainda se mantém grave na região. Assim, a mudança na trajetória do emprego, ao ocorrer de forma tímida e não apontar para a recuperação dos postos de trabalho eliminados na crise, indica que as políticas de reabsorção desses trabalhadores não foram suficientes para promover melhorias de inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho e

para mostrar a necessidade de se proporem alternativas estruturadas para além do setor industrial.

Portanto, o desafio parece não estar nos riscos advindos de um processo de desindustrialização no ABC, mas sim em conseguir construir políticas inovadoras, voltadas não só para a criação de condições sistêmicas favoráveis à competitividade das empresas, mas principalmente para estimular a criação de empregos que no mínimo possam reaver os postos de trabalhos eliminados, mesmo que isso ocorra para além do setor industrial. Para tanto, o desafio passa também pela decisão de “escolha entre submeter-se passivamente às pressões da economia mundial ou engajar-se ativamente para tirar benefícios da globalização”. (MATTEO & TAPIA, 2002). No caso da região, parece que a escolha foi da segunda opção, buscando alternativas concretas de inclusão dos trabalhadores, conforme ações citadas na seção anterior.

Nesse sentido, embora entenda-se que tais políticas de geração de emprego e renda na região foram e continuam sendo iniciativas importantes na redução do desemprego, elas esbarram nos seus limites efetivos de poder e de ações regionais frente às ações estaduais, nacional e global e às condições macroeconômicas impostas pela política interna e internacional em meio a um mundo globalizado.

Nesse contexto, e apesar das limitações das alternativas de desenvolvimento territorial, não se pode deixar de concordar com aqueles que trabalham com a perspectiva de que, diante da crise, o território não poderia ficar à espera das mudanças no plano macro para depois pensar as questões locais, ou seja, naquele momento seria importante aproveitar algumas oportunidades para o enfrentamento das questões resultantes da crise. Nesse sentido, concorda-se também com aqueles autores¹⁷⁵ que assumem a postura de que não se trata aqui, no ABC, de reproduzir modelos de forma automática como aqueles ocorridos no “Vale do Silício” ou na “Terceira Itália”. Contudo, o fato de se tomarem estes modelos como referência pode, de certa forma, contribuir para se alcançarem resultados importantes.

Cabe salientar que muitos autores se manifestam contrários à linha da concertação social e, portanto, defendem a continuidade da luta pela via da construção de outra sociedade enquanto solução para a crise. Segundo Soares (1998),

No caso do Brasil, a saída para a crise não pode se limitar ao recuo e ao defensivismo político das organizações de massa dos trabalhadores. O PT e a CUT, se pretendem continuar sendo referência para o movimento sindical deverão retomar o embate de classe e a perspectiva socialista. Para quem busca uma saída alternativa

¹⁷⁵Ver ORTEGA (2008), BAGNASCO (1999), POCHMANN (2004) e BECATTINI (1999).

à crise, o caminho mais indicado não pode ser o da “concertação social”, da parceria, ou da via institucional a qualquer custo. Neste caso, a organização e mobilização dos trabalhadores contra a exploração e a opressão capitalista, bem como a luta pela independência política dos explorados, ainda são o melhor caminho. (SOARES, 1998, p. 256)

De forma menos radical, mas contrário à via da concertação enquanto alternativa para a busca do desenvolvimento sustentável, Brandão (2007) afirma que vários autores, em concordância com a teoria do capital social, a partir do trabalho de Putnam (2000) acabam abandonando qualquer perspectiva de existência de luta de classes sociais ao enfatizar as relações estabelecidas pela “comunidade cívica”. Afirma que ao considerar o perfil virtuoso desse chamado “tecido socioproductivo” localizado, tudo passaria a depender da cooperação comunitária, da “eficiência coletiva” e dos fatores endógenos ao entorno territorial por meio de uma “atmosfera sinérgica”. Portanto, questiona o fato de tudo depender da virtuosidade microeconômica quando pouco ou nenhum papel é dado para os fatores “exógenos” e “macroeconômicos” como, por exemplo, a variação do câmbio, dos juros, do fisco e outras.

Nessa perspectiva observa-se que, embora se tenha um reconhecimento da importância das iniciativas locais no âmbito do ABC, principalmente enquanto mobilização coletiva em busca de soluções cooperadas, não se pode desconsiderar a situação macroeconômica interna e externa, enquanto variável importante, ou seja,

Seria ingênuo vislumbrar no curto prazo que um cenário californiano virtuoso - mesmo se orquestrado por novas e promissoras instituições e por lideranças locais protagonistas - pudesse, com facilidade, alavancar a região rumo a uma trajetória de desenvolvimento local. A região está marcada pelas fragilidades que configuram o próprio modelo de desenvolvimento brasileiro. Na ausência de reformas supra-regionais que pudessem vir a fortalecer o arcabouço institucional financeiro de apoio para as iniciativas regionais - tal como ocorreu nas bem-sucedidas experiências de algumas cidades-regiões européias - o laboratório do novo regionalismo à maneira do ABC correria o grande risco de ficar refém das forças centrífugas da economia mundial. (KLINK, 2001, p.204)

De acordo com o autor, na Europa o pacto foi diferente. O Estado Nação pactuou e criou fundos regionais na construção do mercado comum e, portanto, o pacto envolveu as múltiplas escalas mobilizadas. Afirma que no ABC foi diferente, “não se teve acesso à esfera federal e, ao contrário, houve um desmonte das câmaras setoriais e a indústria de autopeças foi varrida do mapa” (KLINK, em entrevista realizada no dia 12/04/2010). Mesmo nessas condições reconhece que a perspectiva de não existência dessas instâncias criadas no âmbito do ABC, das iniciativas e mobilizações locais, certamente os impactos da crise seriam mais dramáticos. Nesse sentido, “não se pode afirmar que a articulação regional foi a responsável

pela saída da crise pós 1999, mas sem ela o impacto negativo teria sido maior”. (KLINK em entrevista realizada em 12/04/2010)

Nessa perspectiva, de acordo com LEITE (2000), é fundamental destacar algumas questões importantes sobre o modelo de pactuação adotado no ABC:

1- Além da substituição da noção de desenvolvimento exógeno pela de desenvolvimento endógeno¹⁷⁶, a Câmara Regional se inspira no conceito de região ou território, inovando a forma de fazer política ao evidenciar o interesse local em consonância com o regional;

2 - A Câmara se apóia na constituição de uma vontade coletiva regional¹⁷⁷ que, conforme explicita um de seus principais idealizadores, ela envolve um salto de qualidade indispensável para o enfrentamento dos problemas do território, expresso na criação de um arranjo institucional que é resultado de uma coalizão ampla que se integra, em um mesmo espaço os poderes públicos, privados e a sociedade civil local (DANIEL, 1996). Para Leite (2000), esse salto de qualidade pressupõe uma nova visão de fazer política por meio de uma democracia participativa¹⁷⁸, quando reconhece a importância da participação dos agentes sociais nas decisões políticas e torna essas decisões não mais exclusivas do poder local e/ou do poder nacional centralizado, mas são negociadas e consensuadas entre poder público e os vários atores da sociedade civil;

3 - Ao propor a participação da sociedade civil na constituição de um espaço público, a Câmara Regional do ABC propõe uma nova relação entre o público e o privado, mas fundada na negociação e na “responsabilidade social” dos vários atores para com a região;

4 – Finalmente, segundo Leite (2000), em concordância com as afirmações de Celso Daniel (1997), a Câmara fundou um novo modelo de governança regional que à semelhança de novas tendências mundiais está apoiada na formação de redes de caráter horizontal, ao invés de basear-se na tomada de decisões a partir de hierarquias verticais, ou seja, nasce

¹⁷⁶O aspecto endógeno refere-se ao fato de o desenvolvimento ser determinado por atores internos à região, sejam eles empresas, organizações, sindicatos ou outras instituições.

¹⁷⁷ Entende-se como vontade coletiva regional na medida em que esse espaço de negociação, além de abarcar a função do Fórum da Cidadania de aglutinação da sociedade civil, também incluiu os atores públicos. Assim, além de contar com a participação das forças governamentais (governo federal, estadual, parlamentares, prefeitos) também contava com a participação das entidades empresariais e de trabalhadores.

¹⁷⁸ A democracia participativa seria entendida aqui como uma prática que não reduz o papel democrático apenas ao voto, mas também estendendo a democracia para o esfera da decisão, ou seja, advoga-se que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que são orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social. Um exemplo de democracia participativa é o Orçamento Participativo no qual o destino de parte dos recursos públicos é submetido à consulta pública, através de reuniões comunitárias abertas aos cidadãos.

inspirada nas diversas iniciativas de agentes locais, como os governos locais e comunidades da região.

De acordo com Camargo (2003), apesar da avaliação positiva entre os atores da região e também entre os pesquisadores sobre a experiência de pactuação no ABC, é preciso também chamar atenção para o fato de que nem todos os participantes locais se envolveram no debate regional, prejudicando o avanço de muitos acordos. Afirma que o setor empresarial, por exemplo, não se envolveu de forma institucionalizada.

As representações das CIESPs locais não participaram de forma confiável e estável, e se somou à redução da atuação dos setores comerciais e industriais locais, representados por suas associações (ACIs). Por atuarem no nível municipal e não possuírem estrutura organizacional regional, as associações industriais e comerciais geraram certa fragmentação e sobreposição das políticas. (CAMARGO, 2003, p.189)

Segundo Jefferson José da Conceição, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo - SP, em entrevista realizada no dia 13/04/2010, as novas formas de governança criadas na região nascem da crise e cumprem um papel importante de superar a estrutura brasileira municipalista. Para ele, o pacto territorial na região ao partir do pressuposto de que havia problemas comuns entre os municípios e de que as cadeias produtivas eram integradas, permitiu que as instâncias pudessem expressar seu anseio de diálogo e cooperação. Entretanto, afirma que “as instâncias são reflexos, resultado e não mentoras” dessa forma de articulação e, portanto, se tornam “um instrumento a mais, mas a centralidade é do sindicato. [...] Os movimentos sociais são mais importantes”. De outra parte, também afirma que há, entre os atores regionais certa convergência quanto às potencialidades geradas pela criação de espaços regionais de *governance* baseados na cooperação, ainda que apresentem limitações em razão também da ausência de apoio institucional por parte de vários atores locais. Observa-se que o pacto do emprego normalmente ocorre dentro da fábrica, mas o problema é que as grandes empresas consideradas importantes nesse processo são enrijecidas pelas matrizes, dificultando muito as negociações e os acordos de manutenção dos postos de trabalho. Entretanto, para os sindicalistas, os empresários e os representantes do poder público há uma concordância quanto ao importante papel das multinacionais na estrutura produtiva da região e a necessidade do envolvimento de seus representantes nesses espaços de cooperação. Contudo, segundo Conceição (2008), os atores locais reconhecem que pelo fato de os centros de decisões dessas empresas localizarem-se fora da região e até mesmo do país há, dessa

maneira, uma dificuldade de sua participação na formulação, negociação e execução de políticas de desenvolvimento local.

Também segundo Leite (2000), fica evidente que a Câmara enfrenta vários problemas como, por exemplo, o baixo envolvimento das montadoras nas negociações locais, o que se reflete no fraco desempenho do Grupo de Trabalho (GT) do setor automotivo. Afirma que na avaliação de quase todos os atores, entretanto, a principal conquista do pacto na região não está nas propostas que, embora importantes, já se concretizaram ou que podem vir a ser realizadas, mas na criação de um sentimento regional em uma concepção coletiva de lidar com as questões que só podem ser abordadas e equacionadas regionalmente e cuja resolução passa pelo envolvimento dos diferentes atores sociais. Constitui-se (fortalece) um sentimento de pertencimento, fundamental para a constituição/ construção de um território.

Embora essa visão não seja assumida por todos os protagonistas com a mesma intensidade e o nível de envolvimento com a experiência seja diferente, inclusive quando se considera as várias prefeituras, há, sem dúvida, uma convicção entre os atores de que o sentimento regional vem se tornando mais sólido, assim como vem se solidificando a compreensão de que a participação dos agentes sociais, a negociação de consensos e a busca de parcerias são caminhos sem os quais as soluções se tornam muito difíceis. (LEITE, 2000, p.39)

Outra questão importante abordada nas entrevistas com os atores sociais do ABC, ao tratarem as dificuldades e possibilidades dessa experiência local e a geração de emprego e renda pela via das ações concertadas foi a questão das escalas. Para Jeroen Klink, embora importante, as iniciativas locais têm limites claros frente aos processos globais. Assim, entende que a política regional deveria ser inserida na escala nacional e regional e, portanto, a potencialidade da escala local não poderia ser uma tentativa meramente passiva. Para ele há potencialidade no processo de concertação desde que se consiga “superar o localismo e perceber a região enquanto escala política, trabalhando as limitações estruturais, fazendo negociação, tendo olhar coletivo para os bens públicos regionais e inserindo o pacto na suas múltiplas escalas” (KLINK, em entrevista realizada em 12/04/2010). Portanto, também na mesma linha concluída por Harvey (2000), pode-se afirmar que o território é ao mesmo tempo aberto e fechado.

Seguindo essa análise, também Jefferson José da Conceição, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, em entrevista realizada no dia 13/04/2010¹ afirma que as ações podem ser localizadas, mas é necessário ter um “olhar no país”. Para ele há uma “densidade institucional” no ABC, e a região cumpre um papel importante na economia política do país. “Ela elegeu um presidente e fez um discurso

para além da região” e, nessa perspectiva considera que em relação ao ABC o ator “protagonista é o sindicato e o mesmo trabalha com a perspectiva de um projeto nacional” e, para tanto, “a estrutura cooperativa está enraizada e abriga projeto para a região, porque aqui é a base”. No seu entendimento o projeto local cumpre papel importante, mas não se pode deixar de ter projeto nacional, dado que no localismo a tendência pode ser de “guerra entre as cidades”. Afirma que “houve pressão para um olhar só local” e, portanto, questiona: “Mas como? Qual o local? A região é alvo de fluxos internacionais e daí não se pode pensar que a região se isola”. Para ele, a leitura tem que ser mais ampla e se deve pensar como o pacto pode ter iniciativas para além do mercado.

Diante desses depoimentos, referindo-se ao ABC, embora a questão do emprego e da renda ainda continue merecendo atenção específica, é importante salientar que a participação do setor privado, das prefeituras e da organização da sociedade civil em organismos como a o Consórcio Intermunicipal, a Agência de Desenvolvimento Econômico e a Câmara Regional tem sido significativa na medida em que desencadeou um grau de confiança entre atores públicos e privados e um maior comprometimento na viabilização de um processo de planejamento regional. (KLINK e LÈPORE, 2006)

Há o reconhecimento de que as ações de concertação no ABC (algumas listados no capítulo anterior) conseguem pactuar conflitos para além da crise, principalmente em torno dos bens públicos como, por exemplo, a questão da saúde, da educação, do sistema de mobilidade e resíduos sólidos, e outros. De acordo com Klink, em entrevista realizada no dia 12/04/2010, embora a Universidade do ABC seja resultado desse pacto e mesmo considerando importante o papel da mesma enquanto suporte para as ações de concertação regional, percebe-se que há limites quando se verificam aspectos sistêmicos de articulação entre a universidade e os tecidos produtivos no que se refere ao pacto tecnológico em cuja ação a região pouco consegue interferir. Segundo Klink, “o que há de real nesse processo são as várias instâncias regionais e o consenso entre as mesmas que os acordos são importantes e, portanto, quando é para buscar recursos como, por exemplo, para o polo petroquímico, a região se articula e aí desaparece o conflito pelo interesse comum” (entrevista realizada no dia 12/04/2010).

Outra limitação importante no processo de concertação é a disponibilidade de recursos financeiros para execução das ações planejadas no âmbito das instâncias regionais. De acordo com Ortega (2008), a Constituição de 1988, ao propor a descentralização da administração pública com a ampliação das responsabilidades de estados e municípios na formulação e

gestão de políticas públicas, cria um aparente consenso em torno da descentralização de recursos, ao mesmo tempo em que as transferências de responsabilidades não são acompanhadas de meios para a sua execução. Nesse sentido, segundo Jefferson José da Conceição, a dificuldade é que “no ambiente federativo não se reconhece a instituição. Diferente da Europa onde se tem fundos regionais e o mercado comum banca a instância supra nacional.” (Jefferson José da Conceição, em entrevista realizada em 13/04/2010)

De acordo com Klink e Lépure (2006), embora o arranjo construído no ABC se proponha a estabelecer ações determinadas de “baixo para cima”, com a participação dos atores locais na busca de uma governança regional na elaboração e implantação de projetos de interesse comum, é possível detectar que uma das principais fragilidades desse modelo está na ausência de um respaldo institucional no âmbito da federação brasileira. Por um lado, segundo os autores, observa-se que a informalidade proporcionou a possibilidade de avançar na criação de projetos e acordos voltados para a solução de problemas que os municípios tinham em comum. Por outro lado, afirmam que a ausência de um respaldo institucional fez com que não houvesse nenhuma garantia de que os compromissos e os recursos financeiros necessários para a implantação dos acordos fossem atendidos. Cita-se, por exemplo, que vários dos acordos na área de infra-estrutura, estavam sob a responsabilidade da esfera estadual, não saíram do papel em função da ausência de repasse de recursos, ou seja, muitos dos projetos territoriais discutidos no âmbito do ABC enfrentaram dificuldades frente à ausência de um arcabouço financeiro e institucional que pudesse dar conta da sua viabilização. Nesse sentido, era possível verificar que havia um avanço no modelo endógeno no que se refere a uma visão estratégica de futuro, na elaboração e formulação participativa de projetos de interesse comum, em meio a uma perspectiva de governança regional. Contudo, segundo Klink e Lépure (2006), o fato de não se ter um respaldo institucional impediu o avanço no padrão de financiamento dos projetos propostos pelo novo arranjo, indispensáveis para alavancar a implantação dos projetos estratégicos. “Trata-se de um sistema que consegue proporcionar consensos com institucionalidades frágeis” (KLINK e LÉPURE, 2006).

Nessa perspectiva há um reconhecimento de que Agência Regional precisava ser reforçada, mas verifica-se que o dinheiro do ABC não passa pelas instâncias regionais, ou seja, as instâncias regionais avançam no planejamento das ações de interesse comum, mas na execução, a agenda de “conquistas é modesta”, ou seja, “em torno de 50% dos recursos para a execução de projetos os recursos eram externos (por exemplo, do BID) enquanto a avaliação é

que a região deveria disponibilizar mais recursos internos dado que é uma região rica” (Klink em entrevista realizada em 12/04/2010).

De outra parte não se pode desconsiderar outra questão importante no que se refere à capacidade do setor público municipal de disponibilizar recursos suficientes para mudar a realidade local. Segundo Pochmann (2004), a maioria dos municípios, além de enfrentarem um problema comum que é o endividamento público submetido a altas taxas de juros, também se depararam com o ajuste fiscal do governo federal, elevando a carga tributária¹⁷⁹ sem obrigatoriedade de repasse para as federações, transferindo o ônus do ajuste para os estados e municípios, cujos orçamentos já eram escassos e submetidos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Portanto, concorda-se com o autor quando o mesmo afirma que na busca de alternativa e soluções locais não se pode deixar de ressaltar que há limites no espaço municipal de governo. Assim,

Ainda que o governo municipal priorize uma determinada política de inclusão social local, se à mesma não estiver associada a uma política macroeconômica mais ampla, dificulta a possibilidade de crescimento sustentado com inclusão social. (POCHMANN, 2004, p.112)

De acordo com Rolnik & Somekh (2000), os acordos assinados no âmbito da Câmara são resultado de uma correlação de forças entre poder público, empresários, sindicatos e demais organizações da sociedade civil que, embora deixem evidências sobre os conflitos existentes, acabam encontrando formas de construir um certo consenso à medida que há um processo de cooperação na região em meio a um processo de governança territorial. Afirmam que não se pode negar que, apesar de muitos avanços desse pacto territorial, há por parte das várias instituições criadas uma consciência de que há ainda muitos problemas a serem superados. Para os autores, entende-se que seria necessária a criação de uma entidade federativa capaz de possibilitar a articulação municipal na captação e distribuição dos recursos financeiros. Para tanto, consideram que isto requer não apenas uma nova institucionalidade, mas também seu reconhecimento no interior do Pacto Federativo. Também afirmam esses autores que seria necessário formular uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional efetiva e com recursos definidos, dado o fato de haver uma informalidade na relação da Câmara Regional com os governos estadual e federal, ou seja, não há uma garantia de implantação dos acordos assinados e assim os mesmos ficam

¹⁷⁹ A carga tributária no país em 1990 era de 23,71%, em 2001 passou para 34,1% do PIB nacional e em 2008 foi de 36,54% do PIB nacional.

suscetíveis às gestões políticas, podendo sofrer descontinuidade. (ROLNIK & SOMEKH, 2000)

Nesse sentido, há também uma percepção entre os estudiosos do assunto de que nesse processo endógeno de aprendizagem¹⁸⁰ entre atores públicos e privados voltados para a construção de ações concertadas em prol do desenvolvimento territorial/ local é necessário avançar para a institucionalização de forma mais ampla, na perspectiva de se buscar uma sustentabilidade socioeconômica para as ações propostas. Assim,

Uma das grandes dificuldades do sistema ainda embrionário de governança regional no ABC Paulista é que sua legitimidade política precisa se reforçar e complementar com a legitimidade funcional em termos da capacidade de equacionar problemas metropolitanos relacionados com a infra-estrutura urbana, meio ambiente e qualidade de vida das suas populações e empresas. (KLINK e LÊPORE, 2006)

Mesmo diante das dificuldades de institucionalização dos recursos financeiros é importante citar que alguns acordos que precisavam de recursos foram viabilizados, como por exemplo, a questão dos reservatórios de contenção (os piscinões), o coletor tronco e o hospital regional e outros, que reuniram investimentos dos governos federal, estadual etc. Mas nem todos os acordos dependiam diretamente de recursos financeiros, como é o caso da criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que ora cumpre um papel na região de coordenação dos projetos de revitalização regional¹⁸¹, tais como os Arranjos Produtivos Locais (como Plásticos, Metalmecânico e outros); as Incubadoras de Empresas¹⁸², por exemplo, a Incubadora de Empresas de São Bernardo do Campo - IESBeC , a Incubadora de Empresas Barão de Mauá - IEBM , a Incubadora Tecnológica de Santo André - INCTEC; o projeto do Centro de Informação e Apoio à Tecnologia do Plástico - CIAP que foi desenvolvido para atender às necessidades das médias, pequenas e microempresas do setor de plásticos por meio da transmissão de informações e conhecimentos para possibilitar a

¹⁸⁰ De acordo com Reis (2002), “a economia do conhecimento e da aprendizagem é, portanto, um dos primeiros fatores de localização - um dos recursos do território - e, desse modo, uma das restrições principais que se interpõem às formas de mobilidade. Porque a questão principal do conhecimento reside na sua “apropriação” e “armazenagem” e não apenas na sua circulação através das redes materiais (DELAPIERRE, 1995, p.23). São, portanto, os processos de aprendizagem que fundam os territórios produtivos e servem de base à sua densidade” (REIS, 2002, p.126).

¹⁸¹ Ver maiores informações sobre os projetos no site da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC: <http://www.agenciagabc.com.br/grandeabc0709br/agenciagabc/index.php?id=79>. Acessado em 08/09/2010.

¹⁸² A IESBeC é o resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, SEBRAE e a Indústria de Móveis da cidade. A IEBM, criada em 2001, trata-se de incubadora sem foco de especialização, e a gestão tem sido feita pela parceria entre SEBRAE-SP, Prefeitura Municipal de Mauá e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. A Inctec, criada em 2002, localizada em Santo André, começou com 7 empresas incubadas e hoje conta com 13 cujas atividades tiveram como resultado a elaboração de quatro registros de softwares, quatro comprovações de propriedade intelectual e um pedido de patente internacional. (ver maiores informações no site da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC)

resolução de problemas produtivos e tecnológicos, entre outros; e por fim, a articulação para a expansão do polo petroquímico do Grande ABC, envolvendo sindicatos, setor privado, parlamentares e poder público, dentre outros. Observa-se que alguns acordos sofreram descontinuidade, mesmo tendo recursos, e outros que não dependiam de recursos, mas de articulação política, também não aconteceram como era o caso da unificação das alíquotas de ISS e as leis de incentivos seletivos, ambos discutidos no âmbito dos sete municípios da região, que por falta de consenso entre os governos não saiu do papel. (LÉPORE, KLINK & BRESCIANI, 2006)

Diante desse cenário, há uma compreensão de que a atuação da Câmara e da Agência enquanto reivindicação expressa na “Carta do ABC” em 2003¹⁸³ para a regulamentação da Lei nº. 11.107/ 2005, pelo decreto 6.017/2007, alguns obstáculos para a obtenção de recursos poderiam ser mais facilitados. Assim, até a regulamentação dessa Lei havia uma restrição para as ações dos consórcios de forma geral pelo fato de os mesmos se constituírem como instituições de direito privado e, portanto, com limitações para buscar empréstimos junto a organismos internacionais de fomento e de receber recursos diretamente do governo federal. Antes dessa lei os recursos só podiam ser buscados internamente e a União somente podia transferir recursos para os governos estaduais e municipais, além das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OCIPs, com a limitação de repasse para os “espaços” intermunicipais. Assim, a partir da nova Lei os consórcios passaram a ter natureza autárquica (interfederal/ administração indireta) de direito público, se submetendo à lei de licitação e normas, sendo auditado pelo tribunal de contas e com a possibilidade de buscar recursos internos e externos.

Assim, com a abertura dada pela nova lei, de acordo com Mirtes Gisolfi, Assessora Jurídica do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em entrevista realizada em 12/04/2010, a partir de 08/02/2010 o Consórcio do ABC se tornou uma instituição de direito público, fazendo com que na lei orçamentária dos municípios os mesmos passassem a ter uma rubrica para o Consórcio. Os municípios passaram a ser obrigados a prever verbas para o Consórcio, dado que o mesmo passou a pertencer à estrutura administrativa dos municípios, criando assim uma expectativa de maior facilidade de recursos para o fortalecimento das estruturas de governança regional na execução dos projetos.

¹⁸³ A “Carta do ABC” foi elaborada por prefeitos e empresários do ABC, trazendo um balanço das reivindicações apresentadas pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, sendo entregue ao governo federal em 2003.

Embora se tenha um reconhecimento de que essas estruturas de governança atuam para além das questões estritamente econômicas, não se pode negar que na crise da década de 1990 esse foi o foco central, principalmente no que se refere à crise do emprego. Portanto, ao considerar a recuperação do mercado de trabalho a partir de 1999, outra questão importante a ser analisada se refere ao possível impacto das ações regionais sobre esse comportamento do mercado de trabalho e às mudanças no mercado de trabalho provocando ou não o enfraquecimento destas novas formas de governança criadas no âmbito do ABC. De acordo com Klink (em entrevista realizada em 12/04/2010), há o reconhecimento de que a primeira fase da articulação e mobilização teve foco na crise. Afirmar que a recuperação poderia até enfraquecer o processo de pactuação territorial, mas observa-se nos últimos anos uma articulação incluindo outras questões como a criação da Universidade do ABC, do polo petroquímico, busca de captação e recursos para a região, que de certa forma acabam por refletir na questão do emprego. Na sua percepção, a captação de recursos para os projetos regionais passa a exigir cada vez mais um processo mais refinado de montagem de projetos, mas o pacto novamente evidencia que não há o desaparecimento do conflito, mas ao contrário, ele permanece aberto, por exemplo, quando se observa a luta individual de município para “levar o polo tecnológico para o seu quintal”. Afirmar que quando isso ocorre há exigência de uma articulação regional além da crise, dado que nesse momento o conflito se evidencia. Nesse caso, pode-se citar como exemplo, a iniciativa da cidade de Santo André na feitura de um projeto em paralelo fora das instâncias intermunicipais para a montagem do polo petroquímico no município, além de várias outras iniciativas que demonstram estarem os municípios também caminhando em paralelo com ações não compartilhadas.

Acredita-se que na recuperação da economia o objetivo passa a ser de um maior planejamento das ações, fato que não se apresenta contra o projeto local. Entretanto, de acordo com Klink, em entrevista realizada em 12/04/2010 entende-se que na medida em que o projeto parece trabalhar com a competição e a colaboração ao mesmo tempo há possibilidade de se fazer uma disputa saudável como, por exemplo, a disputa do polo petroquímico.

Também, de acordo com Mirtes Gisolfi, Assessora Jurídica do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em entrevista realizada em 12/04/2010, a recuperação do mercado trabalho em 1999 não provoca enfraquecimento dessas novas estruturas de governança, principalmente quando se analisa o processo de regulamentação dos consórcios por meio da Lei 11.107/2005, regulamentada pelo decreto 6.017/2007. Ao passar a ter

natureza autárquica (interfederal/ administração indireta) de direito público há o entendimento de que as estruturas de governança na região passam a ser fortalecidas.

Para Jefferson José da Conceição, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, na crise há uma maior aproximação dos municípios quando os problemas obrigam as partes a buscarem soluções e, no período de crescimento, pode ocorrer um movimento cíclico. Na sua visão a mudança de trajetória do emprego a partir de 1999 levou a uma mudança de pauta com tendência a se modificar, dependendo do ciclo econômico (Jefferson, em entrevista realizada em 13/04/2010). Na mesma linha, João Cayres, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/ CUT, afirma que o funcionamento das instituições no ABC, além de estar ligado a um movimento cíclico da economia, depende também do movimento da política, “depende da liderança, de quem está no poder e com Marinho na prefeitura de São Bernardo do Campo, junto com o Prefeito de Diadema e Mauá o peso melhora” (João Cayres, entrevista realizada em 13/04/2010).

Entre 2000 e 2005, segundo Conceição (2008), o quadro econômico e social da região apresentou indicadores mais positivos, fruto também, por exemplo, do surgimento de novos arranjos locais, como o caso do Polo de Plásticos e de Cosméticos de Diadema, considerado pelo autor como um caso bem sucedido de estratégias de constituição de arranjo produtivo local, ou cluster¹⁸⁴, com base em processos de cooperação entre atores regionais. Ainda segundo esse autor, em 2006 o polo contava com cerca de 110 estabelecimentos, a maioria de pequeno porte, empregando aproximadamente 8 mil trabalhadores diretos e 3 mil indiretos em empresa como a Pierre Alexander, Di Larouffe, Davene e outras. Portanto, segundo Conceição (2008), não se pode negar que alguns fatores contribuíram para que o ambiente econômico e social da região fosse menos desfavorável no início da primeira década do século XXI como: a recuperação do crescimento econômico internacional e seu reflexo positivo na economia brasileira; o estabelecimento de novas regras de funcionamento do comércio exterior; a retomada da expansão da produção nacional da indústria automobilística que de acordo com os dados da ANFAVEA, passou de 1,6 milhões de veículos em 1999 para 2,4 milhões em 2005; o quadro de pessoal mais enxuto; e finalmente, o conjunto de ações

¹⁸⁴Um cluster é uma concentração de empresas que se relacionam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, se tornam mais eficientes. Sobre essas experiências, ver BENKO (2002), BECATTINI (2006) e LAZZERETTI (2006).

implantadas pelos atores sociais nos espaços públicos de cooperação regional desde a década de 1990¹⁸⁵.

Mesmo frente aos limites enfrentados pelo arranjo construído no ABC, é possível detectar certa possibilidade nas ações principalmente no que se refere à capacidade de organização, de articulação e de participação da sociedade civil na perspectiva de fazer com que os agentes de alguma forma reflitam de forma coletiva sobre a região, ampliando o debate e buscando incluir diversos interesses e atores sociais no debate sobre o desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, segundo Klink e Lépure (2006), a criação dos arranjos institucionais no ABC, como o Consórcio, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento reflete uma consciência estratégica das lideranças locais acerca da possibilidade de elaborar um projeto territorial voltado para a inserção da região na economia mundial, apesar da sua incapacidade de controle sobre as políticas macroeconômicas e do comportamento mais geral da economia. Afirmam que a construção coletiva de um planejamento regional no ABC Paulista simboliza o embrião de um novo modelo de governança metropolitana, ao mesmo tempo em que evidencia uma maturidade dos atores locais de conseguir avançar no processo de negociação de conflitos, buscando soluções para os problemas comuns.

Também segundo Albuquerque (2001), a iniciativa do ABC incorpora uma aposta pela criação de um ambiente territorial inovador e impulsiona a mentalidade empreendedora da esfera privada, do conjunto da sociedade civil, dos sindicatos e do setor público local. Além disso, afirma que tal iniciativa apresenta elementos favoráveis por possibilitar a modernização da gestão municipal, a qualidade dos serviços prestados, a rapidez das ações administrativas e a transparência do funcionamento dos órgãos públicos em favor da comunidade, evidenciando a construção do capital social e do ambiente territorial de interlocução de atores. Para o autor, a visão compartilhada e integrada dos participantes no pacto está voltada para o desenvolvimento econômico regional, fundado na criação das instituições regionais (Consórcio Intermunicipal, do Fórum da Cidadania, da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico) em meio a um processo de mobilização e concentração de atores em busca do desenvolvimento participativo na região.

¹⁸⁵ Segundo Conceição (2008), dentre essas ações pode-se citar como resultado o anúncio do governo federal e da Petrobrás no final de 2004 de que iriam apoiar a modernização e a ampliação do Polo Petroquímico de Capuava e do setor de transformação de plásticos do ABC. Para tanto, segundo o autor, é importante salientar que o polo petroquímico representa o segundo maior setor industrial do ABC em termos de valor adicionado e pessoal empregado.

Ao considerar as possibilidades e dificuldades desse chamado pacto territorial, concorda-se com Leite (2000), que talvez ainda seja muito cedo para avaliar se a Câmara atingirá os seus objetivos e se conseguirá ter êxito em suas propostas concretas na perspectiva de cumprir o “seu desejo de uma ampla reconversão da região”. Portanto, afirma que

Não há como ignorar que o caminho que ela vem trilhando, baseado numa nova proposta de governabilidade, assentada num novo conceito de cidadania e de democracia é não só extremamente promissora, mas o presságio de que novas formas de regulação social que buscam colocar o desenvolvimento econômico sob controle social podem ser viáveis. Ainda que seu futuro seja incerto e sua capacidade de difusão para outras regiões do país não possa ser pensada de maneira mecânica (tendo em vista, sobretudo, a singularidade da região em termos de pujança econômica e capital social), ela se configura certamente como uma alternativa virtuosa ao capitalismo desorganizado que impera no espaço nacional. Se levarmos em consideração que a crise do fordismo não significa obrigatoriamente a vitória do capitalismo desorganizado; se tivermos presente que o novo paradigma produtivo e a regulação que lhe corresponde estão ainda em construção; se acreditarmos, enfim, na capacidade dos agentes sociais de participar da conformação deste novo paradigma, a Câmara emerge como uma promissora aposta num futuro onde os desígnios do capital e do mercado possam ser postos sob controle da sociedade, onde finalmente o desenvolvimento econômico possa ser entendido não como um fim em si mesmo, mas como um meio para o desenvolvimento social. Nesse sentido, mais do que uma ampla proposta de reconversão da região, ela emerge como o presságio de uma nova governabilidade, assentada em novas relações sociais, que apontam para uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais democrática. (LEITE, 2000, p. 41)

Nessa mesma perspectiva, ressalta-se também a avaliação feita conjuntamente pelo BIRD (Banco Mundial) e a FGV (Fundação Getúlio Vargas) que relacionou dez experiências bem sucedidas de combate à pobreza desenvolvidas no Brasil, das quais sete contam com alguma participação de governos locais e entre elas encontra-se a experiência da Câmara Regional do Grande ABC. De acordo com o BIRD, em 1999, apesar do reconhecimento da crise financeira e da falta de política de abrangência nacional de combate à pobreza, o país estaria conseguindo melhorar as condições de vida da população mais pobre graças às iniciativas locais desenvolvidas pelas prefeituras e pela sociedade civil. (ver Folha de São Paulo, 05/05/99 apud LEITE, 2000)

Mesmo diante desse entendimento não se pode desconsiderar as dificuldades e as limitações do pacto no tratamento e encaminhamento das questões vinculadas ao emprego e à renda na região, conforme análise feita nos Capítulos 3 e 4. De acordo com Matteo & Tapia (2002), entende-se que nesse debate

A questão central da indústria da região do ABC não está centrada na ausência de ganhos de competitividade, e, conseqüentemente, de crescimento econômico, mas da

incapacidade da atividade industrial estar gerando empregos, sobretudo os de qualidade. (MATTEO& TAPIA, 2002, p. 86).

Conforme dados analisados anteriormente, verifica-se que mesmo com todas as dificuldades enfrentados pelo setor industrial na região, principalmente no que se refere à capacidade de geração de emprego, é importante chamar atenção para o fato de que “não se pode afirmar que o Grande ABC deixou de depender da indústria ou mesmo que deixou de ser uma região predominantemente industrial” (SANTOS et al., 2001, p.130). Os dados mostram que, além de a indústria ainda ser uma grande geradora de valor e emprego no ABC, “acreditamos que é no lastro da indústria que se desenvolve os novos serviços no ABC” (SANTOS et al., 2001, p.130). De acordo com o autor, por muito tempo vários estudiosos e também alguns atores da região (empresários, políticos, sindicalistas e outros) adotaram a expressão “desindustrialização” para caracterizar a era de crise vivida pela indústria no Grande ABC e agora a maioria deles se refere a esse fato como o “mito da desindustrialização”.

Conforme explicitado pelo próprio Consórcio Intermunicipal e pela Câmara Regional os novos investimentos nas áreas industriais, de comércio e serviços, na região, são cada vez mais evidentes [...] a divulgação desses índices tem derrubado o mito de que o Grande ABC estaria em processo de decadência. Bom para a imagem, melhor para os negócios. (Informativo do ABC, n.8, Nov/dez 2000)

De acordo com Matteo & Tapia (2002), não se podem associar as mudanças mencionadas a uma virtual substituição do setor secundário pelo terciário, dado que tampouco houve um declínio da participação relativa da indústria paulista no conjunto da economia brasileira. Além disso, afirmam que a complexa estrutura produtiva do ABC indica que a questão central da indústria não está centrada na ausência de ganhos de competitividade, e, conseqüentemente, de crescimento econômico, mas na incapacidade da atividade industrial estar gerando empregos, sobretudo os de qualidade.

Nos anos 2000 os dados mostram que o setor serviços se apresenta como uma tendência mundial na geração de maior porcentagem de empregos, porém a indústria parece ainda manter a sua importância, principalmente quando se observa que a mesma sinaliza a recuperação das suas ocupações e sua capacidade de investimento.

A indústria automobilística, por exemplo, investiu no ano de 2000 enormes quantias para a modernização de seus parques industriais, e a indústria química e petroquímica também estão iniciando sua reestruturação, com grandes investimentos no setor [...] Os serviços são atualmente os maiores empregadores da região do

ABC, e são em sua maioria voltada á indústria. São serviços especializados, que requerem igualmente qualificação de mão-de-obra. A qualificação para a prestação de serviços e assistência técnica é também imprescindível. (SANTOS et al., 2001, p.142 e 150)

Nesse sentido os dados analisados no capítulo anterior, juntamente com essa argumentação, permitem concluir que embora a força da região continue fundada na indústria, apresenta limites enquanto alternativa para reabsorção dos trabalhadores. De outra parte, a possível alternativa de reabsorção dos trabalhadores pela via do setor serviços acaba sendo insuficiente dado que o mesmo parece, em parte, “servir” à própria indústria.

Além disso, segundo Santos et al. (2001), embora no processo de reestruturação produtiva as micro, pequenas e médias empresas se apresentem como importantes na geração de emprego, não se pode negar o destaque na região para as grandes indústrias uma vez que elas cumprem importante papel na medida em que são grandes empregadoras e remuneradas de bons salários, além de contribuírem para estimular uma grande rede de outras empresas menores, principalmente aquelas ligadas ao processo de terceirização. Entretanto, inversamente às empresas de pequeno porte, as decisões das grandes empresas parecem depender muito pouco das iniciativas regionais dado que dependem muito das políticas econômicas estaduais, nacionais e até mesmo das internacionais, cuja maioria tem vínculo com este capital e, portanto, este fato se apresenta como mais uma dificuldade para a viabilização das ações alternativas de concertação.

5.3 - Síntese e Principais Conclusões

Na análise sobre as possibilidades e dificuldades encontradas pelo processo de concertação é importante reconhecer, de acordo com os dados apresentados nos Capítulos 3 e 4, as dificuldades vivenciadas pelo mercado de trabalho no ABC, principalmente no setor industrial, ainda que as ações concertadas mantivessem foco principalmente nesse problema. Mesmo insuficientes muitas foram as ações criadas pelos atores ligados às instituições regionais por meio das estruturas de governança regional e sindicatos com a finalidade de buscar a geração de emprego e renda, como por exemplo, os projetos de qualificação profissional. Identifica-se que as várias ações concretas realizadas, além de buscarem a melhoria da qualificação e a intermediação dos trabalhadores com vistas a sua reinserção no mercado de trabalho, também tinham uma perspectiva mais ampla de melhoria da qualidade

de vida na região. Para tanto, conseguem pactuar conflito para além da crise, principalmente em torno dos bens públicos como, por exemplo, a questão da saúde, da educação, do sistema de mobilidade e resíduos sólidos e outros.

Entretanto, é possível confirmar a hipótese inicial de que as ações concertadas pelo desenvolvimento no ABC paulista com vistas ao enfrentamento da crise na década de 1990 podem ter amenizado o desemprego, embora não suficientes para mudar, de forma significativa, a estrutura das ocupações. As estratégias que priorizaram o enfrentamento das questões sociais foram limitadas quando se verifica que mesmo em processo de recuperação a partir de 1999 a indústria criou novos postos de trabalho, mas não conseguiu recuperar a totalidade dos empregos destruídos com a crise. Isso demonstra que o crescimento do setor ocorre poupando mão-de-obra e, além de manter parcela precariamente ocupada, sinaliza uma dependência com as políticas econômicas mais gerais, capazes de garantir crescimento econômico sustentável.

Nessa perspectiva, mesmo que a questão do emprego e da renda ainda continue merecendo atenção específica, é importante salientar que a participação do setor privado, das prefeituras e da organização da sociedade civil em instituições como o Consórcio Intermunicipal, a Agência de Desenvolvimento Econômico e a Câmara Regional tem sido significativa na medida em que desencadeou um processo de confiança entre atores públicos e privados e um maior comprometimento na viabilização de um processo de planejamento regional. Há, portanto, um reconhecimento da importância das iniciativas locais, principalmente enquanto mobilização coletiva em busca de soluções cooperadas, mesmo sem desconsiderar a situação macroeconômica interna e externa enquanto variável importante.

Outra questão importante a ser considerada como limitante do pacto territorial é o fato de que nem todos os participantes locais no ABC se envolveram no debate regional, prejudicando o avanço de muitos acordos. Identifica-se que o setor empresarial, por exemplo, não se envolveu de forma institucionalizada e que, principalmente as grandes empresas, muitas multinacionais, consideradas importantes nesse processo, eram enrijecidas pelas matrizes, dificultando as negociações dos acordos de manutenção dos postos de trabalho e a execução de políticas de desenvolvimento local.

De outra parte, apesar de o ABC reunir uma grande densidade institucional, de fortalecer as parcerias regionais e de obter vontade política daqueles que estavam envolvidos nas ações de concertação, outro limite se apresentava pelo lado da carência de um arcabouço financeiro e institucional para a efetivação dos projetos propostos e pela ausência de

legislação favorável à articulação intermunicipal. Mesmo diante das dificuldades, muitos acordos foram viabilizados, mas argumenta-se que a agenda de conquistas era modesta frente às potencialidades dos acordos, dado que “trata-se de um sistema que consegue proporcionar consensos com institucionalidades frágeis” (KLINK e LÈPORE, 2006). Entretanto, a partir da regulamentação da Lei nº. 11.107/ 2005, pelo decreto 6.017/2007, possibilitando o Consórcio do ABC em 08/02/2010 se tornar uma instituição de direito público, acredita-se que alguns obstáculos para a obtenção de recursos passam a ser mais facilitados e as estruturas de governança na região serem fortalecidas.

Ao verificar se o comportamento positivo do mercado de trabalho a partir de 1999 provocou ou não o enfraquecimento destas novas formas de governança criadas no âmbito do ABC observou-se que, embora a primeira fase da articulação e mobilização tivesse foco na crise, não há enfraquecimento do processo na medida em que, além de a questão do emprego ainda ser pauta importante, a articulação passou a incluir outras questões. Acredita-se que na recuperação da economia o objetivo passa a ser de um maior planejamento das ações e esse fato não se apresenta contra o projeto local.

Portanto, mesmo frente aos limites enfrentados pelo arranjo construído no ABC é possível verificar certa potencialidade nas ações, principalmente no que se refere à capacidade de organização, de articulação e de participação da sociedade civil na perspectiva de fazer com que os agentes de alguma forma reflitam de forma coletiva sobre a região, ampliando o debate e buscando incluir os diversos interesses e atores sociais no debate sobre o desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, conclui-se que esses espaços de concertação criados no ABC têm características específicas e inovadoras ao se apresentarem com um caráter intermunicipal; ao contar com a representação política e da sociedade civil organizada e também por propor ações concertadas com vistas ao desenvolvimento endógeno. Não se pode negar algumas dificuldades enfrentadas nesse processo, como por exemplo: a grande dependência do poder político local, particularmente dos prefeitos, o que torna a experiência oscilante e dependente da iniciativa desses agentes políticos; a dificuldade de implantação de projetos abrangentes na magnitude necessária; as dificuldades de captação de recursos federais em função da precariedade institucional da experiência adotada, principalmente até a regulamentação da Lei 11.107/2005 pelo decreto 6.017/2007, que normatizou a questão dos consórcios passando os mesmos a ter natureza autárquica de direito público.

Portanto, embora se reconheça que as ações regionais vão desde a melhoria da qualidade de vida até a melhoria da qualificação dos trabalhadores, considera-se que as ações voltadas para a inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho, tanto por parte dos sindicatos como das estruturas de governança, demonstram que a saída para a crise do emprego continuou sendo pela via industrial, em um momento em que o setor demonstrava sinais claros de que, mesmo crescendo, era poupador de mão-de-obra. Nesse sentido, os dados analisados, juntamente com essa argumentação, permitem concluir que embora a força da região continue fundada na indústria, ela apresenta limites enquanto alternativa para reabsorção dos trabalhadores. De outra parte, a possível alternativa de reabsorção dos trabalhadores pela via do setor serviços acaba sendo insuficiente dado que o mesmo parece, em parte, “servir” à própria indústria.

Finalmente, depreende-se que a viabilidade desse processo de concertação territorial, de certa forma, guarda uma dependência de como se encaminham as questões mais gerais no país. Nesse sentido, os dados evidenciam a hipótese de que a superação da crise do mundo do trabalho, principalmente pela via do emprego industrial, requer um projeto nacional de desenvolvimento, com participação ativa do Estado na promoção do crescimento econômico sustentável e que são necessárias políticas de reabsorção dos trabalhadores para além da indústria, diante da sua característica de crescer poupando mão-de-obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações vivenciadas no âmbito nacional no final da década de 1980 e na década de 1990, em um contexto de reestruturação produtiva, de estagnação econômica e aceitação das determinações do Consenso de Washington ganharam destaque significativo na região do Grande ABC fazendo com que a região passasse a registrar uma desaceleração econômica com grandes perdas principalmente na área industrial, tendo como consequência direta uma redução expressiva de postos de trabalho e aumento dos índices de desemprego.

Ao longo da década de 1990, assiste-se a uma redução expressiva dos postos de trabalho formais, especialmente aqueles ligados ao setor industrial, demonstrando o impacto negativo do ajuste assumido pelo setor industrial. Como consequência desse cenário de mudanças, para além dos impactos diretos sobre o mercado de trabalho, também destacam-se os impactos sobre a organização dos trabalhadores quando os sindicatos, frente à crise, deixam de ter uma postura de enfrentamento mais conflitivo e de contestação para um comportamento de caráter mais propositivo, afirmativo e de negociação, ora assumido pelo “novo sindicalismo”.

Nesse sentido, frente a um quadro de dificuldades, a adoção das políticas de desenvolvimento com base no enfoque territorial enquanto alternativa para a crise é resultado de uma conjunção de forças expressa, de um lado, pelas recomendações das agências multilaterais e também dos governos nacionais, e de outro, pelas reivindicações vindas de “baixo”, facilitada pela postura dos sindicatos.

No que concerne ao ABC, a partir da década de 1990, diante da crise econômica e social e estimulados pelas experiências das Câmaras Setoriais, os atores locais buscaram novas formas de concertação local pela via do pacto tripartite envolvendo os sete governos municipais da região na perspectiva de amenizar os efeitos negativos da crise. Como resultado, assiste-se no ABC à constituição de instituições que passam a caracterizar o atual sistema de governança territorial com a criação do Consórcio Intermunicipal, da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento Econômico. Assim, não se pode negar que a questão do emprego, além de estar no centro da agenda do movimento sindical e do governo federal, também passou a constar na agenda das instituições regionais criadas.

Dessa maneira, diante da crise do emprego havia uma importância delegada às instituições regionais criadas no âmbito do ABC em meio a um processo de pactuação territorial, cujo objetivo era buscar o enfrentamento da crise e pensar alternativas de desenvolvimento para a região. Entretanto, frente aos dados analisados ao longo da década de 1990, observa-se uma queda expressiva do estoque total de trabalhadores formais, especialmente aqueles ligados ao setor industrial, demonstrando o impacto negativo do ajuste assumido pelo setor industrial no processo de reestruturação produtiva, e da própria crise enfrentada pela economia brasileira ao longo da década de 1990.

Nesse sentido, quando se faz uma reflexão sobre a capacidade do território, aqui especificamente do território do Grande ABC, na indução do desenvolvimento endógeno, principalmente no que se refere à possibilidade de modificar a trajetória do emprego e da renda frente a um processo de mudanças globais, algumas questões merecem destaque. Ao analisar a mobilidade setorial e espacial dos trabalhadores desligados da indústria do ABC nos anos de 1990 que retornaram ao mercado de trabalho nos anos seguintes ao ano do desligamento observa-se que o mesmo mercado de trabalho que expulsa o trabalhador não possibilita a sua reabsorção na mesma proporção, mantendo grande parte dos trabalhadores desligados por um período superior a um ano, retratando uma das suas características nesse período, que é o aumento do tempo de desemprego.

Somado a isso, embora os dados reforcem a ideia de remunerações superiores para aqueles que possuíam um maior grau de escolaridade, observa-se uma tendência de remunerações menores quando do retorno ao mercado de trabalho, demonstrando um quadro de precarização do trabalho que, além de se visto pelo lado do tempo de desemprego, é também visto pelo lado da renda.

No que se refere ao perfil dos trabalhadores desligados da indústria do ABC que retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte ao ano do desligamento observa-se que: há uma maior precarização do trabalho feminino pela queda na remuneração quando do retorno e também pela mesma ser inferior à remuneração dos homens no ano do desligamento e no ano de retorno; há uma dificuldade de reabsorção dos trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho formal, e as remunerações médias percebidas no ano do retorno são na maioria inferiores às remunerações médias no ano do desligamento; há uma queda na participação relativa dos retornados que contavam com baixa escolaridade e um consequente aumento da participação relativa dos retornados com maior escolaridade.

Diante desse contexto, não se pode negar que as dificuldades enfrentadas pelo ABC no que se refere à crise do emprego, especialmente industrial, ao longo da década de 1990 demonstra que as instituições criadas na perspectiva de buscar alternativas para a crise não conseguem romper as dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho, embora na visão do sindicato dos metalúrgicos do ABC, a política de concertação tenha sido a via encontrada para possibilitar maior barganha se comparada com a estratégia de confronto e enfrentamento direto. Assim, de acordo com o material pesquisado e com as entrevistas realizadas, pode-se afirmar que a inexistência dessas instâncias criadas no âmbito do ABC, das iniciativas e mobilizações locais, certamente tornariam os impactos da crise mais dramáticos.

Portanto, um aspecto fundamental a ser apreendido nesta análise é que as ações desenvolvidas pelas estruturas de governança criadas no ABC confirmam a nossa hipótese de que os acordos intermunicipais não foram eficazes na reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e, muito menos, se apresentaram como alternativa capaz de solucionar a crise do emprego.

A partir de 1999, diferentemente do período anterior, embora a economia ainda apresente um baixo ritmo de crescimento econômico médio, os dados sobre o mercado demonstram que também no ABC há um movimento de recuperação das ocupações e do emprego no setor industrial. Entre os anos de 1999 e 2008 observa-se que em meio a um processo de consolidação de políticas e iniciativas para criação e manutenção dos postos de trabalho, o crescimento do emprego formal, principalmente no ABC, não foi suficiente para repor as vagas eliminadas na crise e, portanto, não consegue atingir em 2008 os patamares dos empregos registrados no final da década de 1980 e início da década de 1990. Além disso, mesmo tímida, a mudança positiva na trajetória do emprego, de forma contrária é acompanhada por uma significativa queda em todas as remunerações médias. Assim, mesmo reconhecendo a importância do pacto territorial no ABC, criando as instâncias regionais de concertação com a perspectiva de buscar alternativas para a crise, especialmente do emprego industrial, observa-se que mesmo em um momento em que a economia demonstra sinais positivos de crescimento do produto e emprego, há limites no âmbito local, obrigando a manutenção desse tema como uma questão importante na composição da agenda econômica desse território.

O comportamento do emprego formal na indústria, principalmente pós 1999, também apresenta algumas características: o aumento dos postos de trabalho na indústria do ABC ocorreu de modo especial nas micro e pequenas empresas, contribuindo para a precarização

do mercado de trabalho na medida em que nessas empresas vigoram piores condições de trabalho em termos, principalmente, de remunerações; há uma queda na participação dos empregados com baixa escolaridade no total dos empregados e a maior qualificação exigida não é acompanhada por uma remuneração maior.

Entretanto, no ABC cabe salientar que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial na região, principalmente no que se refere à questão do desemprego, os dados analisados indicam que o setor industrial ainda continuou tendo um papel central na dinâmica e na geração de riqueza e emprego na região. Dessa forma, entende-se que o problema da região não era de desindustrialização, mas um problema de redução na capacidade de geração de emprego na indústria, tornando-se necessárias políticas que, além de buscar a melhoria de condições para garantir a competitividades das empresas, também deveriam ter como propósito a reabsorção dos trabalhadores para além do setor industrial frente à realidade desse setor de crescer poupando mão-de-obra.

Mesmo insuficientes, muitas foram as ações criadas pelos atores ligados às instituições regionais por meio da Câmara Regional do Grande ABC e sindicatos com a finalidade de buscar a geração de emprego e renda, como por exemplo, os projetos de qualificação profissional. Além disso, identifica-se que as várias ações concretas realizadas pelas estruturas de governança regional, além de buscarem a melhoria da qualificação e a intermediação dos trabalhadores com vistas à sua reinserção no mercado de trabalho, também tinham uma perspectiva mais ampla de melhoria da qualidade de vida na região. Assim, conseguiam pactuar conflito para além da crise, principalmente em torno dos bens públicos como, por exemplo, a questão da saúde, da educação, do sistema de mobilidade e resíduos sólidos e outros. Entretanto, é importante reconhecer que mesmo mantendo foco principalmente na questão do emprego, as ações foram limitadas, principalmente no que se refere ao emprego industrial.

Portanto, confirma-se a hipótese de que as ações concertadas no ABC Paulista com vistas ao enfrentamento da crise, na década de 1990 podem ter amenizado o desemprego, mas não foram suficientes para mudar, de forma significativa, a estrutura das ocupações, cujo problema do emprego e da precarização do trabalho continuou grave na região. As estratégias que priorizaram o enfrentamento das questões sociais foram limitadas, quando se verifica que mesmo em processo de recuperação a partir de 1999 a indústria criou novos postos de trabalho, mas não consegue recuperar a totalidade dos empregos destruídos com a crise, fazendo com que o crescimento do setor ocorra poupando mão-de-obra, além de manter

parcela precariamente ocupada, sinalizando uma dependência com as políticas econômicas mais gerais, capazes de garantir crescimento econômico sustentável.

Nesse sentido, a solução dos problemas locais parece esbarrar nos seus limites efetivos de poder e de ações regionais frente às condições macroeconômicas impostas pelas políticas interna e internacional em meio a um mundo globalizado. Dessa forma, a solução desses problemas parece esbarrar em uma perspectiva para além do local e com dependência de políticas econômicas mais gerais e para além do território, capazes de garantir crescimento econômico sustentável.

Entretanto, não se pode negar que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo arranjo construído no ABC, foi possível verificar certas possibilidades nas ações, principalmente no que se refere à capacidade de organização, de articulação e de participação da sociedade civil na perspectiva de fazer com que os agentes de alguma forma reflitam de forma coletiva sobre a região, ampliando a discussão e buscando incluir os diversos interesses e atores sociais no debate sobre o desenvolvimento econômico e social.

Embora se reconheça que as ações regionais vão desde a melhoria da qualificação dos trabalhadores até a melhoria da qualidade de vida, considera-se que as ações voltadas para a inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho, tanto por parte dos sindicatos como das estruturas de governança demonstram que a saída para a crise do emprego continuou sendo pela via industrial, em um momento em que o setor demonstrava sinais claros de que, mesmo crescendo, era poupador de mão-de-obra. Nesse sentido, é possível concluir que embora a força da região continue fundada na indústria, ela apresenta limites enquanto alternativa para reabsorção dos trabalhadores. De outra parte, a possível alternativa de reabsorção dos trabalhadores pela via do setor serviços acaba sendo insuficiente dado que o mesmo parece, em parte, “servir” à própria indústria.

Finalmente, diante desse cenário, embora se tenha um reconhecimento quanto a importância de uma atuação em questões locais e dos projetos de desenvolvimento territorial enquanto “aposta no futuro”, não se pode negar que os atores sociais no território possuem limitações para atuarem no plano macroeconômico. Nesse sentido, um aspecto importante a ser apreendido sobre esse processo de concertação territorial é que a sua viabilidade está relacionada às condições gerais da economia nacional, ou seja, os dados evidenciam a hipótese de que a superação da crise do mundo do trabalho, principalmente pela via do emprego industrial, requer um projeto nacional de desenvolvimento com participação ativa do Estado na promoção do crescimento econômico sustentável. Assim, para além das ações de

concertação no âmbito local, é preciso ações mais amplas na perspectiva de criar novas formas de inclusão no mercado de trabalho daquele contingente que se colocou fora desse mercado na crise, o que exige repensar também uma nova estratégia de reabsorção dos trabalhadores para além da indústria, diante da sua característica de crescer poupando mão-de-obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís e LEITE, Márcia de P.. *Novas institucionalidades e novas formas de regulação no mundo do trabalho*. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 1998.

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. In: *Revista de Sociologia da USP*, volume 16, n.2, novembro de 2004.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C. & ALMEIDA FILHO, N.(org.). *Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC. Disponível em: <<http://www.agenciagabc.com.br>>.

AFFONSO, R. *Descentralização, Desenvolvimento Local e Crise da Federação no Brasil*, estudo produzido no âmbito do Projeto CEPAL/GTZ “Desarrollo Económico Local y Descentralización en América Latina”, Santiago, Chile.1999

ALBAN, M. *Crescimento sem Emprego*. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.

ALBUQUERQUE, F. *La iniciativa de desarrollo regional del "Gran ABC"*. São Paulo: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, mimeo, fev. 2001.

ALMEIDA, E. Terceirização: uma epidemia de perdas de direitos trabalhistas. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALVES, Giovanni. *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado), 1998.

_____. *Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização*. 2ª ed. Londrina: Práxis, 1999.

_____. *Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” Ascensão (e Crise) do Sindicalismo No Brasil (1978-1998)*. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 15, P. 111-124, Nov, 2000a.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000b.

AMADEO, E. & CAMARGO, J.M. Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: CAMARGO, J. M. (org.). *Flexibilidade do Mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

ANDERSOM, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 2ª ed., São Paulo: Cortez Editora e Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995a.

_____. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Pontes, 1995b.

_____. A Metamorfose do Mundo do Trabalho e os Desafios para o Sindicalismo. In: *Revista Movimento – ADUFU*. Uberlândia: UFU, 1996, p.5-28.

_____. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro- Os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, N. A. & MARTIN, S. (org.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001a.

_____, ZILBOVICIUS, M. & ABRAMOVAY, R. *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora da UNESP/ EDUSP, 2001.

BACHA, E. Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A.(org). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP, 1997.

BAER, Mônica. *O Rumo Perdido - A Crise Fiscal e Financeira do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BAGNASCO, A. Tre Itale. *La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Società Iditricce Il Mulino, 1977.

_____. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A.P. (Orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.

BALTAR, Paulo. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PROUNI. Marcelo; Wilnes, Henrique (org.). *Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unesp/ Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP, 2003.

_____, PRONI, Marcelo W. Flexibilidade do Trabalho, Emprego e Salários em São Paulo. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997, p.1149-1171.

_____, KREIN, J.D. e MORETTO, A. O emprego Formal nos anos recentes. In: *Carta Social e do Trabalho*. CESIT/UNICAMP, n.3, Jan./abr., 2006.

BATISTA, M.A.C. Política Industrial e Desestruturação Produtiva. In: *Crise Brasileira: Anos Oitenta e Governo Collor*. São Paulo: CUT (DESEP) e Instituto Cajamar (INCA), 1993.p. 219-274

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: uma visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. (org.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. O Plano Real à Luz da Experiência Argentina. In: *Estudos Avançados*, 10 (28). São Paulo, 1996.

_____. *Vulnerabilidade externa da economia brasileira*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Estudos Avançados: IPEA, 16 (45), 2002.

BECATTINI, G. O distrito industrial ‘marshalliano’. In: BENKO, G e LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras*. Oeiras/ Celta, 1994.

_____. Os distritos Industriais na Itália. In: COCCO, G. URANI, A.; GALVÃO, A. P. (org). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.

_____. *Vicisitudes y potencialidades de un concepto: El distrito industrial*. Universidad degli Studi. Florencia, published in *Economia Industrial*, nº 359. ISSN: 0422-2784, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. O Novo Papel do Estado frente à Globalização. In: *Globalização e Desenvolvimento Regional: cenários para o século XXI*. Recife: SUDENE, 1997.

_____. & COUTINHO, Renata (org.). *Desenvolvimento Capitalista do Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. & ALMEIDA, J.S.G. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BENEVIDES, M. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. 3ª ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BIANCARELI, A. M. Economias Emergentes: no balanço das ondas. In: CECON. *Política Econômica em Foco*, n.4, suplemento n. 2, Campinas, maio-outubro de 2004.

BOAVENTURA, J. Experiências com a Terceirização. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOITO JR. A. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., A. *O sindicalismo brasileiro nos anos 90*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991

_____. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. In: *São Paulo em perspectiva*, v. 8, n. 3, p. 23-28, jul.-set, 1994.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 80-105, 1996.

Boletim da Câmara Regional do ABC, 2000.

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. *Telecomunicações e Dinâmica Regional no Brasil*. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado), 1996.

BRESCIANI, Luís Paulo. *Instituições, agenda regional do desenvolvimento econômico e política sindical no Grande ABC: os desafios do equilíbrio entre a (macro) esfera institucional regional e a (micro) esfera cotidiana produtiva*. Anais da ANPOCS, Caxambu, 2004. Disponível em: <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Textobresciani2004.rtf>
Acesso em: 05/11/2008.

BRESCIANI, Luís Paulo; BENITES FILHO, Flávio Antonello. *Negociações tripartites na Itália e no Brasil*. São Paulo: LTr, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983*. São Paulo: Brasiliense S.A. 1985.

_____. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21 (1), abril, 1991.

_____. A economia e a política do Plano Real. *Revista de Economia Política*. 14(4), de outubro de 1994.

_____. *Desenvolvimento e crise no Brasil. História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5ª ed., São Paulo: Editora 34, 2003.

BRUM, Agemiro J. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 9ª ed., Petrópolis, Vozes, 1990.

BUARQUE, S.C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMARGO, J.M. Flexibilidade e a produtividade no mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, J. M. (org.). *Flexibilidade do Mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____; NÉRI, M. e REIS, M. Emprego e produtividade no Brasil na década de 1990. In: BAUMANN, R. (org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus - CEPAL, 2000.

CAMARGO, Zeira. M. *O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as Ações Regionais na Década de 90*. Imes - Centro Universitário Municipal De São Caetano Do Sul. Tese de Mestrado. 2003.

CAMARGOS BORGES, M. M. & BOTELHO, M. R. Reestruturação Produtiva e Transferência Intra e Intersetorial – Impactos Sobre Empregos e Salários na Indústria de Minas Gerais na Década De 90. In: *Revista Economia e Ensaios*. IE/ UFU. Vol.18 e 19, 2004.

CAMARGOS BORGES, M. M. et al. Distribuição espacial e setorial dos trabalhadores desligados da indústria mineira, retornados ao mercado de trabalho, no período 1990-2001. *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. SEP: Uberlândia - MG, junho de 2004.

_____. *Distribuição espacial e setorial dos trabalhadores desligados da indústria mineira, retornados ao mercado de trabalho, no período 1994-2003*. Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina - MG, de 29 de agosto a 01 de setembro de 2006.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4ª ed., Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998a.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)*. Republicado pela Editora do IE - UNICAMP, 1998b.

_____. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J.L. (org.) *Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A Desconcentração espacial da indústria paulista*. Boletim Regional, Jan/abr., 2006.

_____. *Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005*. 3ª ed., São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARDOSO DE MELLO, J.M & NOVAIS, F. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: MORITZ SCHWARCZ, L. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARDOSO, Fernando H.. *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*. Revista de Economia Política (15) 4. São Paulo, Nobel, outubro-dezembro, 1995.

CARDOSO JR, J.C. *Crise e desregulação do Trabalho no Brasil*. Brasília, IPEA, 2001. (Texto para discussão n. 814).

CARDOSO, A. e COMIN, A. A.. Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In: *I Congresso Latino americano de sociologia Del Trabajo*. Cidade do México, 1993.

_____. Globalização e relações de trabalho na indústria automobilística brasileira. Consorcio Internacional: *A Globalização e relações de trabalho na América latina: Brasil, Colômbia e México*. São Paulo, CEBRAP, 1995.

CARELLI, R.L. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T.(org.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CARNEIRO, R. Globalização Financeira e Inserção Periférica. *Economia e Sociedade*, v. 13, dezembro, 1999.

_____. *Desenvolvimento em Crise: a economia Brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, Ruy de Quadros. *Reestruturação do setor automotivo: diagnóstico e proposição de uma política para o estado de São Paulo*. Estudo preparado para a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, 1993. (Mimeo)

CARVALHO, M. M. *Relações entre empresas, competências coletivas e tipos de governança em clusters de alta tecnologia do estado de São Paulo*. USP, 2001.

CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, M. L. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, M. L. (orgs) *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.

CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 21, n. 3(83), jul./set., 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO. IBGE, 2000 e 2010.

CENSO INDUSTRIAL. IBGE, 1985.

CESIT. *Informações para a elaboração das estratégias das políticas de emprego, renda e relações de trabalho*. Campinas: CESIT/ MTE, 2006. (Relatório de Pesquisa).

CHAHAD, J.P.Z.& ZOCKUN, M.H. *A dimensão e as formas de terceirização no Brasil*. São Paulo: FIPE/ MTE,2002.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, (5):1-30, dezembro, 1995.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

_____. Capitalismo de Fim de Século. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã. (Coleção Fora da Ordem), 1997.

CLEMENTE, Roberta. Câmara do Grande ABC – pacto de governança para uma gestão regional pública, democrática, compartilhada, efetiva e responsável. In: Luis Mario FUJIWARA, L.M.; NOUVEL ALESSIO, N.L. e FARAH. M.F.S. (orgs.). *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

COCCO, G. Trabalho e Cidadania: do fordismo ao pós-fordismo. In: *Anais da ABET*, 1995.

_____. Neo-Liberalismo, Sociedade Civil e Nova Centralidade do Trabalho. In: *Revista do NPG-ESS/UFRJ*, Rio de Janeiro: “Praia Vermelha”, n.2, 1997.

_____ et al. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A.P. (Orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *Quando o apito da Fábrica Silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento das indústrias e eliminação de empregos na região do ABC*. 1ª ed. São Bernardo do Campo, SP: MP Editora, 2008.

Consórcios Intermunicipais. Disponível: www.federativo.bndes.gov.br/dicas Acesso em 8/11/2005.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudança. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, n.1, p. 69-87, 1992.

_____ & FERRAZ, João Carlos (coords). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, Papirus/ Editora da Unicamp, 1994.

_____ e outros (coord.). *Telecomunicações, Globalização e Competitividade*. Campinas: UNICAMP, 1995.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidade. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DANIEL, Celso. Uma experiência de desenvolvimento econômico local: a Câmara Regional do Grande ABC. In: GUIMARÃES, Nadya A. & MARTIN, Scott (org.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

_____. Uma Aposta do ABC. Folha de São Paulo. 09/05/1997.

_____. *Uma estratégia econômica para o Grande ABC*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Brasília, em 17 de abril de 1996.

_____. *A Câmara Regional do Grande ABC: desenvolvimento econômico com participação da comunidade*. mimeo, Santo André. 1997

_____. *A Economia Política do ABC*. Diário do Grande ABC, Santo André, Linha Aberta, 20 jul. 1995. p.5.

_____. *Emprego e futuro II*. Diário do Grande ABC, Santo André, p.? Linha Aberta, 25 out. 1995a.

_____ & SOMEKH, Nádia. *Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC*. VIII Encontro da ANPUR. Porto Alegre, mimeo, 24-29 maio 1999.

DANTAS, Marcos. *Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos anos 90: as propostas dos trabalhadores*. Brasília. (Relatório I do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical CUT-FINEP), 1999.

DEDECCA, C.S. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas, Instituto de Economia/ UNICAMP, 2005. (Coleção Teses)

_____ e BRANDÃO, S. M. C. Crise, Transformações produtivas e mercado de trabalho. In: *Crise Brasileira: Anos Oitenta e Governo Collor*. São Paulo: CUT (DESEP) e Instituto Cajamar (INCA), 1993.p. 307-350

_____ e ROSANDISKI, E. N. Enfim, esperança de réquiem para a tese da “inempregabilidade”. In: *Carta Social e do Trabalho*. CESIT/UNICAMP, n.3 - Jan/abr, 2006.

DELFIM NETO, A. O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico. In: MERCADANTE, A.(org). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP, 1997.

DESEP/ INCA. *Crise Brasileira: Anos Oitenta e Governo Collor*. São Paulo: CUT (DESEP) e Instituto Cajamar (INCA), 1993.

Diário do Grande ABC de 18/12/2009. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/News/5784367/economia-do-grande-abc-cresce-53-8-em-cinco-anos.aspx>. Acesso em 30/08/2010.

Diário do Grande ABC. Falta de resultados esvazia Câmara do ABC. Santo André, p.3, 31 mar. 1999.

DIAS, Edmundo F. e outros. *A Ofensiva Neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília. 1996.

DIEESE. *Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 anos de linha de produção*. São Paulo, 1994.

DIEESE. *Ação sindical frente à reestruturação produtiva no estado de São Paulo*. Santiago, OIT/ACDI, 1995.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001, 352 p.

DI MAGGIO, P. Aspectos Culturais da Ação e da Organização Econômica. In: MARQUES, R. e PEIXOTO (org.). *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

DINIZ, Eli. *Articulação dos atores na implementação da política industrial: a experiência das câmaras setoriais – retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo? Nota Técnica do estudo da competitividade da Indústria brasileira*. Campinas, IE- UNICAMP/ IEI – UFRJ/ FDC/ FUNCEX, 1993

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração nem contínua polarização. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993.

_____ et al. *Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Regional/Local*. Ministério da Integração, 2004.

DOLCE, Julio. *A economia brasileira: da crise cambial à recuperação*. Revista da ESG, Ano XIV, nº 38, 1999.

FIGUEIRAS, L.A.M. *A história do Plano real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIORI, José Luis. Para Repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.12, n. 1, Jan. / Mar., 1992.

_____. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. *O Consenso de Washington*. Palestra proferida em 04 de setembro no Centro Cultural do Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____ (org). *Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FLIGSTEIN, N. O mercado enquanto Política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R. e PEIXOTO (org.). *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

FÓRUM da Cidadania do Grande ABC, folheto institucional, 2000.

FRANCO, Gustavo H. B. *Câmaras setoriais, mercados e “negociações”*. Folha de São Paulo, 31 maio de 1992.

FUNDAÇÃO Seade/ Dieese.

FURTADO, Celso. *Brasil: A Construção Interrompida*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALVÃO, A. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, Campinas, 2003.

GARCIA, C. J. *A configuração da Indústria Brasileira no período 1985-2000*. SEP, Uberlândia, 2004.

GARLIPP, J.R.D.. Economia Desregrada: um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo e a economia política. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia Clássica e Política* (4), Niterói, 1996.

GITAHY, Leda & BRESCIANI, Luis Paulo. *Reestruturação produtiva e trabalho na Indústria Automobilística Brasileira*. DPCT/IG/Unicamp - Dieese/SP, Campinas, 1997.

GOMES, Darcilene C. *Estrutura Produtiva e Emprego Industrial no Brasil dos Anos 90*. Campinas: IE - UNICAMP, 2009. (Tese de doutorado).

GORENDER, Jacob. Globalização, Tecnologia e Relações de Trabalho. In: *Estudos Avançados* 11(29). São Paulo: USP, 1997.

GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Tradução por Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense - Universitária. 1996, p. 167-189.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Incrustação. In: *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003. Publicação original: *American Journal of Sociology*, 91, 1985.

GUIMARÃES, E. A. *A Experiência Recente de Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação*. Texto para Discussão, n. 409, IPEA, Brasília, Abril de 1996.

GUIMARÃES, Ivan G. R. Câmaras setoriais: histórico, constituição e perspectivas. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, V.8, n.3, jul-set, 1994a.

_____. *A experiência das câmaras setoriais: democratizando a política econômica*. 4ª versão. Projeto PNUD/ MTB/ CESIT/ UNICAMP, 1994b. (Mimeo)

GUIMARÃES, N. A. & MARTIN, S. (org.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2006.

HARVEY, David. *A Condição Pós Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

_____. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAWKINS, Richard. Infra-estrutura de Informação e Comunicações: Ambições Globais e Realidades Regionais. In: COUTINHO, Luciano e outros (coord.). *Telecomunicações, Globalização e Competitividade*. Campinas, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IEDI. *Os Ciclos de produção industrial e as perspectivas para 2002*. Carta n. 14, 12 ago., 2002.

Informativo do ABC, n. 8, Nov./ dez., 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

KELLER, Wilma. Neocorporativismo e relações de trabalho: elementos para um debate sobre a experiência brasileira recente. *Boletim de Conjuntura Política e Social*, Fundap, n.14, set-out, 1994.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Editora Atlas, 1982. (original publicado em 1936)

KLINK, Jeroen Johannes. *A Cidade-Região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, Coleção Espaços do desenvolvimento, 2001.

_____ e LÉPORE, Wendell C. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista – São Paulo uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. In: *Revista ECCO* da Faculdade de Economia e Ciências Contábeis da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo - SP, Ano I, n.1, 2º semestre de 2006, p. 69-90.

KRAFCIK, John F. “*Triumph of the Lean Production System*”. *Sloan Management Review*, Fall, 1988.

KREIN, J. D. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. (Tese Doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de economia/ UNICAMP, Campinas, 2007.

KUPFER, D. Trajetórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia/ UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

LAZZERETTI, L. Distritos industriales, clusters y otros: una análisis trespassing entre la economía industrial y la gestión estratégica. In: *Revista Economia Industrial*, nº 359, pp. 59-72, 2006.

LEITE, M.P. & POSTHUMA, A.C. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol.10, nº 1, 1996.

LEITE, M. P. *Desenvolvimento Econômico Local e Descentralização na América Latina: a experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil*. Estudo produzido no âmbito do Projeto CEPAL/GTZ “Desarrollo Económico Local y Descentralización en América Latina”, Santiago, Chile. 2000

LÉPORE, W.C.; KLINK, J.J.; BRESCIANI, L. P. *Câmara Regional do Grande ABC – produção e reprodução do capital social na Região do Grande ABC Paulista*. 2006 Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUIV_20070528113327.pdf. Acessado em 08/09/2010.

LESSA, C. *15 anos de Política Econômica*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983

LOPREATO, F. L. C.. Características fundamentais do crescimento da economia brasileira no período de 1950/1980. In: DEDECCA, Cláudio Salvadori; PRONI, M. W. (Org.). *Economia e Proteção Social: Textos para estudo dirigido*. Campinas - SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2006a, p. 77-103.

_____. A crise da dívida externa e as condições de crescimento na década de 1980. In: DEDECCA, Cláudio Salvadori; PRONI, M. W. (Org.). *Economia e Proteção Social: Textos para estudo dirigido*. Campinas - SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2006b, p. 105-124.

_____. Abertura e liberalização econômica nos anos 1990. In: DEDECCA, Cláudio Salvadori; PRONI, M. W. (Org.). *Economia e Proteção Social: Textos para estudo dirigido*. Campinas - SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2006c, p. 125-144.

LUCAS, Robert E. *On the mechanic of economic growth*. Journal of Monetary Economics, 22 (1), 1988, p. 3 - 42.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Negociação Coletiva e Contrato Individual de Trabalho* São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, R. Os Trilhos da Nova Sociologia Econômica. In: MARQUES, R. e PEIXOTO (org.). *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Difel. 1982.

MATTEO, M. & TAPIA, J. R.. Características da Indústria Paulista nos anos 90: em direção a uma *city region*?. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 18, p. 73-93, Jun, 2002.

MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

_____ et al. O Mundo do Trabalho. In: *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, ano 9, n. 31, p.3-12. abr/mai/jun, 1996.

_____; BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: VELLOSO, J.P.R. *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de janeiro: José Olympio, 1997.

_____. Até quando o futuro adiado? In: *Revista Teoria e Debate* n.33 (nov/dez96/jan97).

MENDONÇA, N. e ORTEGA, A.C. “Estratégias de desenvolvimento territorial rural: Governo FHC x Governo Lula”. In: *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*. Campinas, SEP, 2005. *MINUTA PLANTEQ ABC 2004*. Disponível em: http://www.consortioabc.org.br/planteq_abc.htm. Acesso em: 21/11/20005.

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Base de dados RAIS e RAIS MIGRA.

Minuta do PLANTEQ ABC, 2004.

MORAIS NETO, Benedito Rodrigues de. A Evolução dos Processos de Trabalho e a Natureza da Moderna Automação. In: *Revista Movimento*. ADUFU. Uberlândia, 1ª ed., p. 29-39, 1º semestre, 1996, p.29-39.

_____ e CARVALHO, E.G. *Elementos para uma História Econômica da Rigidez e da Flexibilidade na Produção em massa*. 1997 (mimeo)

MOREIRA, Marcelo; NAJBERG, S. O impacto da abertura comercial sobre o emprego. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

MOREIRA, Marcelo. *ABC vê retomada do emprego*. Gazeta do Estado de São Paulo de 27/05/2002. Página 4. Disponível em: <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2002/05/27/199/ABC-ve-retomada-de-emprego-industrial.html> . Acesso em 05/02/2009.

MOYANO ESTRADA, E. *El concepto de capital social y su utilidad para el analisis de las dinámicas del desarrollo*. Uberlândia-MG, Revista Economia Ensaios, vol 13-14, 1999.

NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880/1990)*. Campinas: Unicamp, 1996.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. Tradução por Wanda Caldeira Brant; rev. da trad. por Laura Teixeira Motta. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense. 1994.

OLIVEIRA, M. A. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente. In: OLIVEIRA, C. A. (org.). *O mundo do trabalho*. Crise e mudança no final de século. Campinas: Scritta/CESIT-UNICAMP, 1994.

_____. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da era Vargas ao Governo FHC*. Tese (Doutorado em Ciências econômicas) – Instituto de Economia/ UNICAMP, Campinas, 2002.

OLIVEIRA, F. Qual é a do PT? In: SADER, E. (org.). *E agora PT? Caráter e Identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986 p.9-34

_____. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 36, 1993, p. 3-7.

OLMOS, Marli. *O ABC encolhe: a região perde indústrias, que não resistem ao apelo do interior*. Notícias. São Paulo: Fiesp, Ciesp, Sesi, Senai, IRS, 17.7.1995.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: *Rev. Economia Política*. vol. 30, n. 2, São Paulo Apr./June 2010.

OREIRO, José Luís e PAULA, Luiz Fernando de. *Pós-keynesianos e o Intervencionismo Estatal: uma resposta a Mendonça de Barros*. 2007. Disponível em: www.desempregozero.org.br/artigos . Acesso em: 25/06/2007.

ORTEGA, Antônio César & CARDOSO, A. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: o Pronaf à luz do Leader. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural da Sober*. Vol 40, abril-julho, 2002.

ORTEGA, A. C. & ALMEIDA FILHO, N.(org.). *Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007.

ORTEGA, A. C & MENDONÇA, N.C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA, A. C. & ALMEIDA FILHO, N.(org.). *Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007.

ORTEGA, Antônio César. *Agronegócios e representação de interesses no Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2005. 296 p

_____. *Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

_____. Corporativismo e novas formas de representação de interesses na agricultura: uma abordagem teórica. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.36, n. 34, 1998.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional. In: *Economia e Sociedade*, n. 6, 1996, p. 113-140.

PAMPLONA, João Batista Roman. “*Mitos e fatos da 'desindustrialização' do ABC*”. São Paulo: Gazeta Mercantil, 02 de maio de 2001. p. A3.

_____. *Estudo das Empresas Prestadoras de Serviços de Seleção, Agenciamento e Locação de Mão-de-obra do Grande ABC Paulista*. Documento preparado para a Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), São Paulo, fevereiro de 2002.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, agosto de 2002.

PASTORE, José. *Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva*. São Paulo, LTR, 1994.

Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP), desenvolvida pela Fundação Seade/Dieese. Ano base: 1996 e 2001.

PIORE, J. M. & SABEL, C.R. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York, Basic Books, 1984

POCHMANN, Márcio e PRONI, Marcelo. Características do Movimento Geral do Rendimento Assalariado no Processo de Reprodução Capitalista. In: *Caderno do VIII Encontro Nacional de Economia Clássica e Política*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 1996. p. 24-30

POCHMANN, Marcio. *Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente*. In OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996a.

_____. (Org.). *Desenvolvimento, Trabalho e solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo/Editora Cortez, 2002.

_____. (org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Qualidade das ocupações no Brasil. In: *Carta Social e do Trabalho*. CESIT/ UNICAMP . n. 3, Jan/abr, 2006.

_____. *O Trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto, 1999.

_____. ; AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1994.

PONDÉ, J. L. *Instituições e mudança institucional: uma abordagem schumpeteriana*. Economia. Brasília (DF), v. 6, n. 1, p. 119-160, jan./jun. 2005.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000.

REIS, J. A Globalização como metáfora da perplexidade? *Os processos geo-econômicos e o simples funcionamento dos sistemas complexos*. In: SANTOS, B.S. (org.) *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Cortez, 2002. (p.105-132)

REIS, Regina C. *Articulação política regional: a experiência do Grande ABC (1990 – 2005)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2005, 261 p.

Relatórios do Banco Mundial, 1995 e 1999.

RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução por Ruth Gabriela Bahr. Revisão técnica por Luiz Carlos Merege. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Maria Cecília P. Brasil: evolução na qualificação do emprego formal nos anos 90. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. 1997, p. 1195-1226.

RODRIGUES, Iram J. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, 1995, p. 116-126.

_____. A trajetória do novo sindicalismo. In: Iram J. *O novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

RODRIK, D. *Growth strategies*. Department of Economics, Johannes Kepler University of Linz, Working Paper nº317, 2003.

_____. "Depois do neoliberalismo, o quê?". In: CASTRO, A.C.(org.). *Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, nº 1, 2002. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/1-Desenv&Glob.pdf> Acesso em 22/03/2008

ROLNIK, R. & SOMEKH, N. *Governar as Metrópoles: dilemas da recentralização*. São Paulo em Perspectiva. vol.14 n. 4 São Paulo Oct./ Dec. 2000.

ROMER, Paul M. *Increasing returns and long-run growth*. Journal of political Economy, 94(5), out, 1986, p.2-37.

ROSANDISKI, E.N. *Modernização produtiva e estrutura do emprego formal nos anos 90*. Tese de doutorado, Instituto de Economia/ UNICAMP, 2002.

ROVERE, Renata Lébre La e SOUZA, José Antônio Pereira de. A demanda por Serviços de telecomunicações no Setor de Serviços no Brasil. In: DANTAS, Marcos (consultor). *Telecomunicações: mudança Tecnológica e suas implicações econômicas, sociais e institucionais*. Relatório Final do Convênio EMBRATEL/UFRJ, 1994.

Rumos do ABC, editada pelos Metalúrgicos do ABC, em 1995.

SABÓIA, J. A dinâmica da descentralização industrial no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ Instituto de Economia, 2001 (texto para discussão nº 452)

SABOIA, João. Mercado de Trabalho no Brasil: evolução e tendências recentes. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. 1997, p.1123-1148.

SAES, AM. Décio. O governo de FHC e o Campo Político Conservador. In: REBELO, Aldo (org.). *Reeleição: escalada contra a democracia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. (s/d).

SALGADO, Lucia Helena. Política de concorrência e Estratégias empresariais: um estudo da indústria automobilística. Perspectivas da economia brasileira - 1994, Rio de Janeiro, IPEA, v. 1, 1993.

SALM, Cláudio; SABOIA, João; CARVALHO, Paulo G.M. de. Produtividade na Indústria Brasileira: uma continuação do debate. In: *Anais do XXIV Encontro Nacional da ANPEC*. Campinas. 1996, p.167-189

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *XXII Encontro Anual da ANPOCS*. Seminário do GT: Trabalhadores, Sindicalismo e Política. Caxambu, 21-27 out. 1998.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.(org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Adriana V. dos et al. (org). *Anos 90: um olhar sobre as políticas de industrialização no Estado de São Paulo*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH/ USP, 2001.

SANTOS, Anselmo L. *Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho*. In: Carta Social e do Trabalho. CESIT/ UNICAMP . n. 3 - Jan/abr, 2006.

SEIDL, Antônio C.. O Futuro Reserva Menos Emprego. In: *Folha de São Paulo*, 25 agosto. 1º Caderno. 1997, p. 4.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SILVA, Vicente Paulo da. *Câmara Setorial: preparação do terreno*. Autodata 10 Anos: dez anos que mudaram o setor automotivo. São Paulo: Autodata, 2002.

SIMÕES, Rogério. Para OIT, Globalização Precisa de Regras. In: *Folha de São Paulo*, 1 junho. 2. Caderno. 1996, p.7

SINGER, Paul. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria*. Brasília, DF. Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.

SOUZA, C. *Reinventando o Poder Local. Limites e Possibilidades do Federalismo e da Descentralização*. São Paulo em Perspectiva, 10 (3), SEADE, São Paulo, 1996.

STORPER, M. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York/ London, The Guilford Press, 1997.

SUZIGAN, Wilson. *A Política industrial brasileira após uma década de estagnação. Economia e sociedade*. Campinas, Instituto de economia da UNICAMP, n. 1, agosto, 1992.

SWEDBERG, R. A Nova Sociologia Econômica: o que já se atingiu, o que seguirá? In: MARQUES, R. e PEIXOTO (org.). *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

TAKAGI, Maya. *Câmaras Setoriais, agroindustriais, representação de Interesse e políticas públicas*. São Paulo: Editora Annablume, FAPESP, 2004.

TAPIA, J.R.B. & GOMES, E.R. Concertações sociais, integração europeia e a reforma da regulação social: redefinindo a agenda clássica do neocorporativismo? In: TAPIA, J.R.B.; GOMES, E.R. & CONDÉ, E. S. (org.). *Pactos sociais, globalização e integração regional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

TAUILE, José Ricardo e FAGUNDES, Jorge. Telecomunicações e Competitividade Industrial. In: DANTAS, Marcos (consultor). *Telecomunicações: mudança Tecnológica e*

suas implicações econômicas, sociais e institucionais. (Relatório Final do Convênio EMBRATEL/UFRJ), 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil.* Campinas, Editora da Unicamp, 1986. Republicada em 1998 pelo Instituto de Economia da Unicamp.

_____ e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: Rego, José Márcio (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. A economia política do real. In: MERCADANTE, A.(org). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate.* Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. Ajuste e reestruturação nos países centrais. In: *Economia e Sociedade*, n. 1, agosto, Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 1992.

_____ e FIORI, José Luis. *Poder e dinheiro.* Petrópolis: Vozes, 1997.

_____ e FIORI, José Luis. *(Dê) ajuste global e modernização conservadora.* São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. *Crise Econômica e Interesses Organizados: O sindicalismo no Brasil dos anos 80.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TIGRE, Paulo Bastos. Telecomunicações e Desenvolvimento econômico. In: DANTAS, Marcos (consultor). *Telecomunicações: mudança Tecnológica e suas implicações econômicas, sociais e institucionais.* (Relatório Final do Convênio EMBRATEL/UFRJ), 1994.

TONETO Jr., R. Estado, bancos e acumulação financeira no Brasil: 1964- 1984. Dissertação de mestrado. São Paulo, FEA/ USP, 1992.

TREVISAN, M. J. *50 Anos em 5. A Fiesp e o desenvolvimentismo.* Petrópolis: Vozes, 1985.

TRIGLILIA, C. Capital social y desarrollo local. In: BAGNASCO, A. et al. *El capital social. Instrucciones de uso.* Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2003.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endogeno.* Madrid, Ediciones Pirâmide, 1999.

_____. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.* Porto Alegre: FEE, Editora da Universidade, 2001. (Cap. 1).

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org). *Dívida Externa e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1990: 16-46. Trabalho apresentado ao *Fórum Nacional: Idéias para a Modernização do Brasil*, Rio de Janeiro, novembro 1988.

WERNECK, Dorothéa. *Câmaras setoriais, exercício e democracia*. Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, Caderno Economia, 16 fev. 2003.

WILLIAMSON, John (org.), *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

ANEXO I

ENTREVISTADOS

Carlos Antônio Brandão. Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico - CEDE e do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - NESUR. Pesquisador FAPESP e Bolsista CNPq. (Entrevista realizada na FEA/Unicamp – SP, em 01/10/2009).

Glauco Arbix. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e Coordenador Geral do Observatório de Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da USP. (Entrevista realizada na USP/São Paulo, em 28/09/2009).

Jefferson José da Conceição. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo - SP. Professor de Economia do IMES em São Caetano do Sul-SP. Foi assessor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Trabalhou na Subseção do Dieese que assessora a CUT. (Entrevista realizada na Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – SP, em 13/04/2010).

Jeroen Johannes Klink. Professor - Adjunto de Economia da Universidade Federal do ABC - UFABC e Coordenador do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade da instituição. Foi Secretário de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André e Diretor Suplente na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. (Entrevista realizada na UFABC/Santo André - SP, em 12/04/2010).

João Cayres. Secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos- CNM/ CUT. É empregado da Ford do Brasil cedido à CNM e teve atuação no Dieese em direção política. (Entrevista realizada na sede da CNM/São Bernardo do Campo - SP, em 14/04/2010).

Márcia de Paula Leite. Professora da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: Mercados de trabalho, reestruturação produtiva e sindicatos. (Entrevista realizada na Unicamp/Campinas-SP, em 30/09/2009).

Mirtes Gisolfi. Assessora Jurídica do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. (Entrevista realizada na sede do Consórcio/Santo André – SP, em 12/04/2010).

Rafael Marques. Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SMABC em São Bernardo do Campo e empregado da Ford do Brasil cedido ao SMABC. (Entrevista realizada na sede do Sindicato/São Bernardo do Campo – SP, em 13/04/2010).

Roberto Anacleto. Coordenador de Projetos da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC. (Entrevista realizada na sede da Agência/Santo André - SP, em 12/04/2010).

Vicente de Paula Silva (Vicentinho). Deputado Federal pela região. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SMABC. Foi também Presidente da CUT. (Entrevista realizada na Padaria Pães e Doces - Assembléia II, próxima à sede do SMABC/ São Bernardo do Campo – SP, em 13/04/2010).

ANEXO II

DADOS COMPLEMENTARES

Tabela 37 - Grande Setor de Atividade Econômica segundo número de Estabelecimentos e Emprego no Grande ABC Paulista, 1989 a 1999

Anos	Indústria		Const.Civil		Comércio		Serviços		Agropec.		Outr/Ign		Total	
	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego
1989	4.233	364.448	528	13.608	8.127	62.912	7.019	147.209	211	549	1.603	13.276	21.721	602.002
1990	4.405	294.767	516	10.945	8.382	57.881	7.008	131.199	170	477	2.042	32.116	22.523	527.385
1991	4.330	282.444	537	12.292	8.511	56.492	7.209	129.668	157	456	2.561	37.601	23.305	518.953
1992	4.098	257.415	497	12.087	8.186	49.941	7.004	127.508	167	645	2.742	40.871	22.694	488.467
1993	4.053	233.973	487	9.781	8.176	50.728	6.782	126.812	153	600	3.191	45.580	22.842	467.474
1994	4.523	276.612	719	14.219	9.622	61.187	8.197	147.226	45	3.948	1.027	11.359	24.133	514.551
1995	4.868	258.531	782	15.682	10.454	64.716	9.455	159.650	58	3.888	565	3.197	26.182	505.664
1996	4.702	233.627	777	13.991	10.439	64.845	10.040	167.610	40	3.278	168	672	26.166	484.023
1997	4.807	223.538	848	13.133	11.179	65.384	11.248	181.112	45	4.159	45	133	28.172	487.459
1998	4.812	194.455	854	12.686	11.461	66.518	11.824	193.602	45	3.480	3	5	28.999	470.746
1999	4.793	190.701	778	11.299	11.654	67.266	12.225	206.386	46	2.796	7	49	29.503	478.497

Fonte: Elaboração própria segundo dados da RAIS/ MTE

Obs: Valores relativos desta tabela estão na Tabela 7.

Tabela 38 - Comportamento do emprego formal nos principais setores econômicos do ABC (1989/2008)

ANOS	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	TOTAL
1989	100	100	100	100	100
1990	80,88	80,43	92,00	89,12	87,61
1991	77,50	90,33	89,80	88,08	86,20
1992	70,63	88,82	79,38	86,62	81,14
1993	64,20	71,88	80,63	86,14	77,65
1994	75,90	104,49	97,26	100,01	85,47
1995	70,94	115,24	102,87	108,45	84,00
1996	64,10	102,81	103,07	113,86	80,40
1997	61,34	96,51	103,93	123,03	80,97
1998	53,36	93,22	105,73	131,52	78,20
1999	52,33	83,03	106,92	140,20	79,48
2000	53,92	101,79	117,89	156,69	86,04
2001	54,08	100,62	122,54	161,10	87,25
2002	53,59	92,84	130,24	178,90	91,92
2003	54,03	112,10	132,86	176,34	92,27
2004	60,40	125,79	146,59	184,73	99,92
2005	62,54	123,49	158,47	190,18	103,74
2006	65,05	140,00	167,68	191,41	106,90
2007	69,00	192,79	183,96	208,09	116,26
2008	71,38	224,82	196,49	216,67	121,84

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE

Tabela 39 - Participação relativa do emprego nos setores de atividade econômica no ABC (1989-2008)

Setor de Atividade	1989																Total	
	Diadema		Mauá		Ribeirão Pires		Rio Grande		Santo André		São Bernardo		São Caetano					
	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.	% Empr.	Rem.		
Indústria	21,37	5,64	5,44	7,84	3,11	5,43	0,43	6,28	18,19	7,83	41,35	7,35	10,10	6,94	100	6,99		
Const.Civil	8,87	3,87	3,99	2,87	1,55	3,76	0,46	3,34	48,16	4,09	22,42	4,49	14,54	3,16	100	3,97		
Comércio	12,27	3,59	7,03	3,28	3,01	2,59	0,24	2,12	35,87	3,17	27,40	3,33	14,17	3,04	100	3,24		
Serviços	9,16	4,65	5,89	4,18	2,68	3,53	0,29	5,34	31,19	4,48	34,12	5,09	16,69	4,62	100	4,69		
Agropecuária	52,00	2,42	2,91	1,06	1,82	1,45	0,00	0,00	18,91	4,28	16,73	1,68	7,64	1,95	100	2,55		
Outr./Ign	17,88	5,00	3,08	3,29	2,71	9,68	0,20	4,47	41,47	7,65	17,13	4,95	17,53	5,26	100	6,21		
Total	17,10	5,32	5,63	6,17	2,95	4,77	0	5,71	24,41	5,89	37,14	6,46	12,40	5,56	100	5,95		
1999																		
Indústria	22,37	6,88	8,19	8,90	3,13	6,51	0,17	6,93	13,55	8,60	44,89	11,10	7,70	8,78	100	9,31		
Const.Civil	9,29	6,00	5,22	3,46	2,39	3,99	1,20	3,84	28,56	4,66	31,31	4,75	22,02	4,62	100	4,71		
Comércio	11,73	4,31	8,40	4,49	3,14	3,58	0,40	3,00	32,91	3,91	29,69	4,44	13,73	4,93	100	4,29		
Serviços	7,89	6,84	4,82	6,51	2,29	5,29	0,30	4,44	28,77	5,91	33,31	6,71	22,62	6,96	100	6,49		
Agropecuária	21,32	7,91	51,47	11,18	1,29	2,18	0,04	4,93	22,60	10,22	1,79	3,09	1,50	5,40	100	9,92		
Outr./Ign	0,00	0,00	2,04	1,00	4,08	2,69	0,00	0,00	6,12	2,36	87,76	3,63	0,00	0,00	100	3,46		
Total	14,31	6,57	6,95	7,43	2,74	5,53	0,28	4,68	23,24	6,12	37,19	8,52	15,28	6,99	100	7,28		
2008																		
Indústria	22,68	4,17	10,27	4,69	3,33	3,66	0,50	3,97	14,95	4,85	38,42	7,60	9,85	6,64	100	5,87		
Const.Civil	9,86	3,29	9,54	3,13	2,16	2,25	1,13	2,61	26,75	3,53	23,48	3,06	27,08	3,49	100	3,31		
Comércio	12,43	2,70	9,50	2,49	3,14	2,11	0,30	1,84	29,49	2,42	32,40	2,63	12,74	3,29	100	2,63		
Serviços	7,97	3,54	5,36	3,04	2,91	2,61	0,31	2,44	28,46	3,39	36,44	3,73	18,56	2,72	100	3,36		
Agropecuária	2,40	2,17	17,96	1,56	12,57	1,48	3,59	1,30	28,14	1,54	32,34	2,24	2,99	4,18	100	1,85		
Total	14,02	3,77	7,98	3,69	3,07	2,92	0,41	3,04	23,77	3,52	35,92	5,01	14,84	3,78	100	4,12		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RAIS/ MTE